

# Novo Rumo para o Brasil



## Documentos e Resoluções

Rio de Janeiro, 9 a 12 de dezembro de 2001



Anita Garibaldi







# Um novo rumo para o Brasil



# Um novo rumo para o Brasil

Documentos e resoluções do 10º Congresso

---

— do Partido Comunista do Brasil —

PCdoB

**Projeto e produção**

Comissão Nacional de Propaganda do PCdoB

**Revisão**

Maria Lucília Ruy

**Diagramação**

Andocides Gomes Bezerra

**Editor**

Divo Guisoni

*Catálogo na Fonte  
do Departamento Nacional do Livro*

N945

Um novo rumo para o Brasil: documentos do X congresso do partido comunista do Brasil (realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro / Renato Rabelo ... [et al.]. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. 360 pg / 15,5 x 23 cm

ISBN: 85-7277-031-3

1. Partido Comunista do Brasil – Congressos. I.

Rabelo, Renato.

CDD: 324.281075

2002

Editora e Livraria Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalácqua, 158.

Fone: (11) 3266-4312 – São Paulo – SP

CEP 01323-010

Internet: [www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br) Correio

Eletrônico: [livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)

## Sumário

---

<b>O Partido Comunista do Brasil vive um momento de grande florescimento</b> [Apresentação] .....	Pág.11
<b>Informe político do Comitê Central</b> [Renato Rabelo].....	Pág. 13
Quadro mundial de crise: guerra e recessão .....	Pág. 14
Condenação do terrorismo e do belicismo imperialista .....	Pág. 15
Tendência recessiva da economia mundial.....	Pág. 16
Frente única pela Paz .....	Pág. 17
Hegemonismo norte-americano na América Latina .....	Pág. 18
O centro do debate do 10º Congresso .....	Pág. 18
O caráter da crise brasileira .....	Pág. 19
Programa de reconstrução nacional .....	Pág. 21
Dois programas distintos .....	Pág. 23
A transição para novo rumo .....	Pág.24
Possibilidade de vitória em 2002 .....	Pág.25
Partido unido e em expansão .....	Pág. 27
Tarefa partidária fundamental .....	Pág.27
Novos e maiores desafios .....	Pág.29
Papel insubstituível do PCdoB .....	Pág.30
<b>Resolução política</b> .....	Pág.33
Sobre a situação internacional .....	Pág.34
Sobre a situação nacional .....	Pág.57
Sobre o partido .....	Pág.87

<b>Estatuto do PCdoB</b> .....	Pág. 117
<b>Intervenções especiais</b> .....	Pág. 137
Traços da situação internacional .....	Pág. 138
[JOSÉ REINALDO CARVALHO]	
A atuação do Partido junto ao proletariado .....	Pág. 144
[JOÃO BATISTA LEMOS]	
Informe especial sobre a desnacionalização.....	Pág. 151
[HAROLDO LIMA]	
Nova etapa da construção partidária .....	Pág. 158
[JÔ MORAES]	
Forjar a corrente socialista através da participação do PCdoB nos governos municipais e estaduais.....	Pág. 165
[LUCIANO SIQUEIRA]	
Juventude e militância política socialista .....	Pág. 176
[RICARDO ABREU – ALEMÃO]	
Avaliação do trabalho parlamentar do PCdoB .....	Pág. 182
[INÁCIO ARRUDA]	
Amazônia: uma região estratégica.....	Pág. 193
[ERON BEZERRA]	
A política de finanças.....	Pág. 206
[RONALD FREITAS]	
Perspectivas da propaganda comunista.....	Pág. 212
[PEDRO DE OLIVEIRA]	
Acerca da questão nacional na perspectiva do socialismo .....	Pág. 219
[ALDO REBELO]	
A questão de gênero e o PCdoB.....	Pág. 225
[LIÈGE ROCHA]	
Sobre o trabalho ideológico do Partido.....	Pág. 233
[WALTER SORRENTINO]	
<b>“Um partido vitorioso”</b> [João Amazonas] .....	Pág. 244
<b>O PCdoB está preparado para os novos desafios</b> [Renato Rabelo] .....	Pág. 247
<b>Saudações das delegações internacionais</b> .....	Pág. 251

Partido Comunista de Cuba .....	Pág. 253
Partido Comunista da China .....	Pág. 256
Partido Comunista do Vietnã .....	Pág. 256
Partido do Trabalho da Coreia .....	Pág. 256
Partido Frelimo (Moçambique) .....	Pág. 258
Partido Comunista da Argentina .....	Pág. 259
Partido Comunista do Chile .....	Pág. 262
Partido Comunista Colombiano .....	Pág. 265
<b>Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia</b>	
Exército do Povo, Farc-EP .....	Pág. 267
Partido dos Trabalhadores do Equador .....	Pág. 270
Partido Comunista Paraguaio .....	Pág. 272
Partido Comunista da Venezuela .....	Pág. 273
Partido Comunista dos Estados Unidos .....	Pág. 274
Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista) .....	Pág. 276
Partido Comunista da Dinamarca (ML) .....	Pág. 279
Partido Comunista da Eslováquia .....	Pág. 281
<b>Coordenação dos Militantes Comunistas</b>	
Iniciativa Comunista (França) .....	Pág. 281
Comunistas do Sul da França .....	Pág. 282
Partido Comunista da Grécia .....	Pág. 283
Partido Comunista Português .....	Pág. 285
União Democrática Popular (Portugal) .....	Pág. 287
Partido Comunista da Índia (Marxista) .....	Pág. 288
Partido Comunista de Israel .....	Pág. 289
Partido Comunista Libanês .....	Pág. 290
Movimento dos Comitês Revolucionários da Líbia .....	Pág. 291
Embaixada da República Árabe da Síria .....	Pág. 292
Partido do Trabalho (EMEP) – Turquia .....	Pág. 293
Organização para Libertação da Palestina (OLP) .....	Pág. 295
<b>Mensagens recebidas</b> .....	Pág. 297
Foro de São Paulo .....	Pág. 299
Partido Comunista da Bolívia .....	Pág. 299
Partido Comunista do Uruguai .....	Pág. 300
Partido do Trabalho da Bélgica .....	Pág. 300
Partido Comunista da Catalunha .....	Pág. 302
Partido Progressista dos Trabalhadores do Chipre .....	Pág. 302

Novo Partido Comunista da Inglaterra .....	Pág. 304
Novo Partido Comunista da Iugoslávia .....	Pág. 305
Partido Comunista Marxista-Leninista da Suécia .....	Pág. 305
Partido Socialista Democrático da Austrália .....	Pág. 306
Partido Comunista da Índia .....	Pág. 306
Partido Popular Revolucionário do Laos .....	Pág. 307
Partido Comunista da Síria .....	Pág. 308
Partido Comunista Sírio .....	Pág. 309

<b>Mesa diretora, comissão de sistematização e comissão de candidatura .....</b>	<b>Pág. 311</b>
--	-----------------

<b>Novo Comitê Central.....</b>	<b>Pág. 315</b>
---------------------------------	-----------------

<b>Imagens do 10º Congresso .....</b>	<b>Pág. 331</b>
---------------------------------------	-----------------

<b>Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil [Apêndice] .....</b>	<b>Pág. 337</b>
--	-----------------

# **O Partido Comunista do Brasil vive um momento de grande florescimento**

---

## **APRESENTAÇÃO**

O 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro, foi o maior da história do Partido – que em alguns dias completa oito décadas. Sua plenária final reuniu 821 delegados, representando mais de 200 mil filiados e 35 mil comunistas de todo o país, além dos convidados, e de 32 delegações estrangeiras.

Concluiu-se assim um intenso processo de mais de seis meses de debates em que as propostas de teses apresentadas pelo Comitê Central foram debatidas em todas as instâncias partidárias – desde as assembleias de base – e em todos os estados, do Amazonas ao Rio Grande do Sul – indicando que o Partido está presente em mais de mil municípios, equivalentes a 75% da população brasileira. No decorrer

do processo do Congresso, foram realizadas milhares de reuniões, publicadas quatro edições da *Tribuna de Debates* e apresentadas mais de 500 emendas às teses.

No centro dos debates da plenária final, em que mais de cem militantes usaram a palavra, esteve a preocupação com as diversas questões que envolvem a construção de um novo rumo para o Brasil. Nas intervenções dos representantes das delegações estrangeiras foi defendida a luta pela paz, contra a guerra imperialista.

Ao abrir o 10º Congresso do PCdoB, João Amazonas – seu então presidente e atual presidente de honra – afirmou que o Partido vive um momento de grande florescimento e ocupa papel de destaque no cenário político nacional, dedicando-se à luta pela derrota do neoliberalismo e em defesa do Brasil, da democracia, dos direitos dos trabalhadores e do socialismo. Amazonas também lembrou os militantes comunistas assassinados pelas forças reacionárias durante os 79 anos de luta do Partido, dentre os quais citou Carlos Danielli, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Maurício Grabois, Luis Guilhardini, Lincoln Oest, Lincoln Bicalho Roque, João Batista Drummond e os combatentes do Araguaia.

Este livro apresenta as resoluções e os principais documentos aprovados.

OS EDITORES

# Informe político do Comitê Central ao 10º Congresso do PCdoB

---

| Renato Rabelo |

# Informe político ao 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil

---

RENATO RABELO

O 10º Congresso do PCdoB realiza-se sob as condições de significativas mudanças no quadro mundial; de graves impasses à soberania e à democracia em nosso país; de perdas de conquistas do povo brasileiro; e de favorável expansão de nosso Partido.

## Quadro mundial de crise: guerra e recessão

O curso da conjuntura mundial atual está marcado pela crise de grande dimensão que se instalou a partir dos atos terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, agravando mais ainda o quadro de recessão econômica global e sincrônica que vem se gestando desde o final de

2000. A presente situação de guerra e recessão é uma manifestação violenta e cruel da realidade do capitalismo globalizado e neoliberal que ameaça o destino da humanidade e o bem-estar dos povos.

A atual crise vai demonstrando o real objetivo do império do norte de impor a hegemonia, o expansionismo e o domínio unilateral planetário, revelando a superioridade militar como fator decisivo para a imposição dessa supremacia. Invoca os recentes atentados para legitimar o seu propósito de dar centralidade à “segurança”, com todas as suas implicações. A sua política externa se estrutura em eixos fixados no belicismo e na busca agressiva da conquista de objetivos geopolíticos. Os órgãos e fóruns multilaterais são esvaziados, prevalecendo acordos bilaterais conforme seus interesses em cada situação. Essa tendência da hegemonia norte-americana vai impondo o ordenamento mundial pós-Guerra Fria.

A situação é mais grave ainda porque os imperialistas estadunidenses querem impor sua tirania ao mundo. As manifestações democráticas, as lutas das forças de esquerda contra o neoliberalismo, os movimentos revolucionários e de resistência passam a ser reprimidos como tendências ao terrorismo. A pretexto de combate ao terrorismo, é legitimada a política do Estado de Israel de ocupação e colonização dos territórios palestinos. Essa força agressiva e de provocação, com o apoio norte-americano, impõe violento cerco armado a um povo desarmado, realizando bárbaro genocídio de uma população encurralada.

Nos Estados Unidos o governo Bush reedita os piores tempos do maccarthismo. As prisões arbitrárias em massa se sucedem; até mesmo tribunais militares sumários são instalados para julgar estrangeiros. Medidas de restrição às liberdades civis são aprovadas a toque de caixa no Congresso norte-americano e apelos e pressões nesse sentido são feitos para que os outros países adotem uma legislação antidemocrática. Inúmeros setores democráticos e progressistas no mundo demonstram preocupação diante do risco de se firmar uma tendência neofascista.

### Condenação do terrorismo e do belicismo imperialista

O PCdoB repudiou os atentados de 11 de setembro porque condena o terrorismo como forma de ação política e defende que o mesmo, como



fenômeno trágico à convivência entre os povos, deva ser enfrentado no âmbito das organizações multilaterais em respeito às normas do direito internacional e aos princípios da soberania nacional e das liberdades civis. O nosso Partido teve uma posição consequente e ativa ao denunciar que os Estados Unidos não têm autoridade moral e política para combater o terrorismo, pois sua lógica e trajetória imperialistas se expressam por atos de força, terror e covardia contra populações sofridas e países independentes.

Condenamos também, veementemente, os bombardeios iniciados em 7 de outubro sobre o Afeganistão. Os Estados Unidos colocaram em movimento, junto com alguns aliados ricos, uma portentosa e sofisticada máquina de guerra, atingindo como sempre milhares de civis inocentes; compraram a cumplicidade de países vizinhos e exerceram todo tipo de chantagem a fim de prevalecer o seu ditame. A potência norte-americana arrasou um país já destruído. Ocupou-o com a penetração de tropas terrestres e o estabelecimento de bases militares. Trata agora de conseguir da ONU o beneplácito na montagem de um governo de coalizão, imposto de fora, e de duvidosa representatividade, porque essa composição depende do complexo jogo de interesses geopolíticos na região.

O tempo vai confirmando que essa tão vasta campanha guerreira não se resume na derrubada do regime talibã ou na captura de Osama bin Laden. O governo Bush reafirma persistentemente que a escala dessa guerra será global e por tempo ilimitado, nomeando permanentemente países “suspeitos” de ajuda ao terrorismo. Insaciável, o presidente norte-americano afirma: “o Afeganistão é só o começo”; e: o “pior da campanha ainda está por vir”. O imperialismo dos Estados Unidos ocupa na ordem mundial atual o papel de carrasco dos defensores da paz e do progresso da humanidade.

### *Tendência recessiva da economia mundial*

O mundo está marcado pela estagnação, com raras exceções, onde domina o padrão capitalista de inédita concentração e centralização do capital, extrema contenção do trabalho vivo, gerando uma leva de desempregados jamais vista, e da combinação de alta especulação financeira com crescimento mínimo.

As chamadas operações de salvamento, coordenadas pelos bancos centrais da tríade mundial (Estados Unidos, Japão, Europa Unida) – extensivas intervenções financeiras estatais, onde são mobilizados, de uma vez, valores na escala de metade de um trilhão de dólares –, desmascaram os dogmas liberais não intervencionistas em voga e mantêm – até quando? – uma situação de ténue equilíbrio: nem desenvolvimento nem colapso, com a ocorrência de graves crises periódicas. Dessa modalidade de equilíbrio resulta um sistema econômico de tensão permanente onde a instabilidade adquire maior relevo.

A crise econômica mundial, acentuada pela deflagração da guerra atual, caracteriza-se pela combinação de recessão e deflação dos preços nos Estados Unidos, Japão e Europa Unida, aproximando-se da depressão. O FMI e a OCDE estimam que o crescimento da economia dos 29 principais países do mundo, quase a totalidade do PIB mundial, não passará de 1% neste e no próximo ano (em 2000, a economia mundial cresceu 4,2%). E no plano global os setores de ponta, como telecomunicações, tecnologia da informática e da comunicação, além de automóveis e aviação civil, já enfrentam um regime de capacidade ociosa e baixa rentabilidade. As consequências da recessão global repercutem neste final de ano em todas as regiões do planeta.

### Frente única peja Paz

As contrarreformas neoliberais em curso – com seu corolário de deterioração econômica e agravamento da crise social mundial –, o domínio hegemônico da potência norte-americana e da sua estratégia belicista e agressiva alimentam movimentos de resistência, o que intensificará as tendências em defesa da soberania, democracia e justiça social, e a multipolarização do sistema internacional. Neste momento, essa resistência se amplia na luta pela paz, contra a guerra imperialista. A frente única e a unidade em favor da paz se diversificam e adquirem expressão em todos os continentes.

Hoje essa tendência constitui uma vertente fundamental do embate por uma nova ordem mundial em prol dos povos e da acumulação de forças revolucionária, tendo em perspectiva a luta pelo socialismo na época atual.



### Hegemonismo norte-americano na América Latina

Diante da nova realidade mundial, a agenda dominante do sistema de poder internacional vai sendo determinada, crescentemente, pela combinação de processos de militarização e neocolonialismo. Por conseguinte, essa evolução da ordem imperialista se reflete em todas as regiões do mundo – na América Latina e no Brasil inclusive. Desde antes, o intervencionismo norte-americano, calcado no Plano Colômbia, buscava o controle e o domínio da Amazônia, ao norte do continente e, agora ao sul, se estende à Tríplice Fronteira – Brasil, Argentina, Paraguai – a pretexto de combate ao terrorismo.

O governo dos Estados Unidos explicita abertamente sua nova doutrina: “o combate ao terrorismo tem centralidade em relação à pobreza”. Aliás, tudo mais se subordina a essa principalidade. Em decorrência disso, intensifica a pressão política sobre os países latino-americanos, exigindo a reformulação da orientação de segurança nacional, baseada no novo conceito antiterrorista. Seguindo esse mandamento, espalha agentes para impor aos governos dessa região a formação de pesada e custosa rede policial e de espionagem e a adaptação das forças armadas a esse mister. A investida ameaça até mesmo as liberdades públicas conquistadas.

O sistema de poder do império no seu conjunto se completa através de políticas neoliberais que se impuseram a partir do Consenso de Washington e hoje se exprime na pressão para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Argentina, que seguiu fielmente o modelo hegemônico, vive uma crise de longa duração, sem precedentes, um grande impasse de sua história: ou dolariza-se de vez, vendendo sua soberania, inviabilizando o Mercosul, ou busca outro caminho de resgate da sua independência e dignidade nacional.

### O centro do debate do 10º Congresso

Na vigência dos governos de Fernando Henrique, o Estado brasileiro foi reduzido crescentemente da sua função, objetivo e compromisso nacionais. No atual período da ordem internacional tornaram-se mais pesadas as restrições externas ao nosso país. Esses processos de coerção

aberta e de recolonização, agravados pela tendência recessiva, aprofundaram a dependência do país, acentuando a instabilidade econômica e política e agravando a realidade social. Numa inter-relação com tal situação, as restrições internas se avolumaram por consequência da aplicação da política ultraliberal e desnacionalizante. Nesse contexto, o 10º Congresso tem como centro do debate a natureza da crise e do impasse brasileiro e qual a saída, tendo presente o rumo de reconquista da soberania, da ampliação democrática e da promoção da justiça social.

No início de 1990 as elites dominantes brasileiras começaram a ajustar com a oligarquia financeira transnacional os destinos da nação, atrelando o país ao sistema de poder centrado em Washington e Nova Iorque. Esse rumo seguido foi a resposta dessas elites às crises do capitalismo dependente dos anos 1980, e tem suas raízes nos interesses colaboracionistas de setores dominantes financistas e rentistas, que sempre pregaram essa associação com o capital estrangeiro e a estabilidade monetária a qualquer custo.

Formou-se um poderoso pacto dominante, sobretudo a partir do primeiro governo de Fernando Henrique, que procedeu a grande intervenção política, baseada numa justificativa ideológica – a inviabilidade do Estado nacional e do Brasil como nação independente. Desde então, a busca de um projeto nacional e democrático foi truncada. A governabilidade perdeu o sentido nacional. Assim, tornaram-se essenciais, para governar o Brasil, a constância do fluxo do capital de fora, o visto de baixo risco concedido pelo mercado financeiro internacional, os aportes financeiros do Tesouro norte-americano e do FMI e, sobretudo, o aval deste último para proteger os grandes credores e investidores nas crises cambiais sucessivas. Desse modo o governo transformou-se tacitamente num condomínio de participantes internos e externos.

A elite dominante brasileira se comprometeu com os círculos dominantes dos Estados Unidos, transferindo para estes, em última instância, o poder de decisão sobre a economia do país.

### *O caráter da crise brasileira*

O resultado é que considerando o período dos últimos cem anos, o país manteve-se estagnado nas duas décadas, de 1980 e 1990. Nesta



última, o crescimento médio anual foi ainda inferior ao de 80 (a década de 1980 cresceu 2,2% e a de 1990 1,6%), a economia foi desnacionalizada de maneira inédita e aumentou o fosso da desigualdade social. Do ponto de vista da evolução histórica, a dinâmica capitalista periódica no Brasil, de acumulação com endividamento externo, atingiu um nível extremo em nossos dias. O nó reside em que o total que o país precisa pagar no exterior neste ano chega a US\$ 56,1 bilhões (déficit em contas correntes e amortizações). Descontados os investimentos diretos de aproximadamente US\$ 18 bilhões, os quais caíram em consequência da recessão mundial, o Brasil terá de buscar, a título de empréstimo ou financiamento, US\$ 39 bilhões nos mercados financeiros internacionais.

Em suma, nesse contexto, os passivos externo e interno, por seu enorme volume, tornaram-se problemas estruturais atuais. Daí o círculo vicioso e cruel em que o país se meteu, o qual consiste na persistência dos juros altíssimos (das 40 maiores economias do mundo, o Brasil tem mantido os juros mais altos por quatro anos), da estagnação econômica que perdura, do elevado desemprego crônico, da queda na renda dos assalariados e perda de direitos. A maior vulnerabilidade externa do país e a instabilidade em todos os terrenos são os efeitos resultantes dessa situação.

Esse desequilíbrio estrutural não se alterou com os acordos com o FMI, nem com a desvalorização cambial desde o começo de 1999, porque os “fundamentos” do modelo são os mesmos. O tratamento aplicado resume-se aos efeitos, não às causas, agravando mais ainda o dito desequilíbrio. Trata-se, pois, de um quadro extremo que se prolongou, agravando-se o impasse brasileiro. Essa exaustão de ciclos continuados de dependência cada vez mais profunda, desnacionalização econômica, com forte crise estrutural, agora agravada com longo período de estagnação, vai assinalando o esgotamento de um ciclo econômico. Essa extenuação se expressa no plano social e político na forma de uma crise crônica, com manifestação aguda intermitente.

Tal fenômeno se reproduz na crise que atravessa o Brasil atual e se manifesta pela contradição entre duas tendências: uma definida pelo anseio de um projeto nacional autônomo, articulado com as aspirações democráticas e populares; e a outra, definida pelo sistema

de poder vigente, liberal-desnacionalizante, acentuadamente assimétrico, que levou o país a ocupar um papel subordinado ao sistema hegemônico.

No plano político, comprovando esse fim de linha econômico e social e seus efeitos, as próprias forças governistas falam em “mudança” ou que a “era fernando-malanismo acabou”. A estagnação econômica, a desigualdade, a pobreza falam mais alto – já não podem ser escamoteadas. Isso não quer dizer que o modelo neoliberal se esgotou. Para os países dependentes ele é regidamente aplicado, passando, porém, por fases de ajustes ou reciclagem. Por outro lado, nos países capitalistas desenvolvidos, diante da atual recessão, crescem as medidas intervencionistas e protecionistas. Tal procedimento vale para os países ricos, não para os pobres.

O Consenso de Washington, plataforma das políticas neoliberais para o nosso continente, prossegue, já em outras condições, no “consenso da Alca”. Este é produto da contínua imposição estratégica dos Estados Unidos, visando à consolidação do seu domínio sobre as Américas. Recentemente, o presidente Fernando Henrique, comprometido com sua política de profunda dependência aos círculos de poder norte-americanos, por um lado, e, por outro, à pressão crescente interna por uma posição de não alinhamento do Brasil, tem assumido uma postura ambígua diante dos novos acontecimentos no mundo. E no plano externo ensaia um discurso crítico aos resultados da globalização, porém atrela mais ainda o país à hegemonia do capital financeiro, aparecendo em cena como um presidente “dois em um”.

### Programa de reconstrução nacional

O Brasil precisa de um novo rumo, de uma ruptura com a atual orientação dominante, de um projeto de mudanças que seja capaz de promover a reconstrução nacional, a transformação social e a mais ampla liberdade política. Desde o 9º Congresso já afirmávamos que o Brasil reúne condições objetivas para um caminho de desenvolvimento autônomo, sustentado e democrático. Faltaria dar impulso às condições subjetivas – a reunião das forças políticas e sociais – capazes



de abrir e construir um novo caminho. Somos um imenso país, uma grande nação, dotada de imensos recursos espirituais, materiais e humanos.

O nosso Partido almeja e se empenha na luta pela vitória dos ideais socialistas em nossa época. Neste momento, em nosso país, devemos considerar que a mais importante batalha conformada diante de nós resulta, primeiro, do caráter da contradição – projeto nacional autônomo e democrático contra o projeto hegemônico subordinado –, produzida pela crise que vive o Brasil; que, segundo, esse embate se realiza de imediato no contexto institucional vigente, o qual define as condições concretas da disputa eleitoral de 2002.

Em função desse conteúdo da luta e no terreno em que ela se realiza é que podemos definir as nossas premissas, quais sejam: formar amplo pacto político das forças patrióticas, democráticas e populares, baseado num programa com novos fundamentos – defesa do Brasil, recomposição do Estado nacional, democracia ampliada, retomada do desenvolvimento com distribuição de renda e defesa do trabalho; e derrotar o pacto de poder das forças que impuseram a reestruturação liberal-desnacionalizante. Afirmamos que essas duas premissas, por sua natureza política e programática, definem o caráter de ruptura do projeto de mudança.

Estimamos que nas condições atuais o êxito desse projeto mudancista encontra-se estreitamente dependente da capacidade de unidade das forças de esquerda para serem núcleo de uma aliança ampliada com as forças oposicionistas interessadas na reconstrução nacional, ampliação democrática e defesa dos direitos populares. Não subestimamos a dimensão do poder concentrado nas mãos das correntes governistas e da sua capacidade de manobras políticas diversionistas.

Por isso, sozinho, nenhum partido de oposição poderá derrotá-las. Ao mesmo tempo, a frente oposicionista tem seu poder no apoio popular e, se este for realmente manifestado na sua forma mais elevada, no nível de extenso movimento cívico de massas contra o governo FHC.

O novo governo democrático, de reconstrução nacional, somente poderá ser conquistado e tornar realidade o programa de mudança se for expressão dessa unidade de forças contrárias ao projeto neoliberal e contar com o respaldo desse amplo movimento político popular.

### Dois programas distintos

Os dois governos de Fernando Henrique aprofundaram a dependência do país. Com o advento da liberalização financeira e comercial, deixou de existir qualquer modelo ou plano de desenvolvimento. Numa situação de desgaste progressivo, mesmo as forças comprometidas com a política vigente são obrigadas a se desprender da equipe econômica do governo e pregar uma “continuidade sem continuísmo”. Procuram confundir seu programa e seu discurso com o da oposição.

Diante dessa conjuntura, cabe ainda mais às forças oposicionistas consequentes definirem sua linha programática demarcatória, indicando o essencial da verdadeira mudança. Demonstrando que existem dois programas distintos e dois discursos diferentes – um da continuidade e outro da ruptura que, entretanto, não deve ser confundido com uma plataforma voluntarista, desligada das condições concretas, do nível da batalha em curso.

A definição de um programa que rompa com o modelo neoliberal deve considerar:

**Primeiro**, no plano da luta ideológica, as ideias-força, os novos valores que servem de base à montagem programática e que, nesse período de “pensamento único”, tornaram-se anátemas pelos ideólogos e praticantes da ordem liberalizante. Desse modo, é preciso reerguer, reavivando sua dimensão conceitual, valores como soberania e identidade nacional, projeto e plano estratégico nacional; solidariedade, desenvolvimento com transformação social; justiça social, universalidade dos direitos sociais básicos; e democratização política, econômica e social.

**Segundo**, o eixo do programa resulta do caráter da crise – sociedade mais dependente e mais dividida, democracia mais limitada –, sobretudo considerando-se o grau de desmonte do Estado nacional, sobressaindo assim o seu objetivo de reconstrução nacional, democrático, voltado para os interesses populares.

**Terceiro**, o caráter patriótico, democrático e popular do novo governo, a reversão do processo liberal-desnacionalizante e de crescimento estancado, o núcleo da retomada do crescimento desim-



pedido da restrição externa, voltado para a ampliação do mercado interno e a transição que permita sair da situação presente para realização do novo programa.

O novo governo, resultante da vitória das forças de oposição ao neoliberalismo, estará diante da tarefa primordial de estabelecer o novo papel do Estado, capacitando-o para exercer uma intervenção reestruturadora, abrangente e continuada. Vai destacar a reconstrução das bases e dos mecanismos de financiamento interno, definindo um papel complementar para o investimento estrangeiro, tendo em vista a execução de um projeto de desenvolvimento nacional sustentado com distribuição de renda.

A política externa deve afirmar uma posição independente nos fóruns e organismos internacionais. Rejeitar os propósitos do governo dos Estados Unidos que objetivam, por meio da Alca, transformar todo o continente em zona econômica livre e dolarizada, sob o seu domínio. Tomar iniciativa, a partir do Mercosul, para formar um pacto latino-americano a fim de fortalecer os interesses das nações dessa região diante do hegemonismo norte-americano.

O projeto nacional pode explicitar um Plano Estratégico de Desenvolvimento que destrave as amarras para o crescimento, objetivando um grande ajuste estrutural, a ampliação do mercado interno que incorpore mais de 50 milhões de brasileiros quase inteiramente marginalizados do mercado. A política de desenvolvimento se combina com a universalização dos direitos sociais e uma orientação de reforma agrária antilatifundiária, cooperativismo e crédito amplo aos pequenos e médios proprietários rurais. Além das medidas de substituição de importações, impõe-se suspender todas as privatizações programadas, especialmente das empresas geradoras de energia e do saneamento básico.

### *A transição para novo rumo*

No trânsito para a adoção do novo programa se encontrará um país submetido a pesadas restrições externas e internas: dívidas imensas; explosivo déficit externo; juros elevados; acordos internacionais

lesivos à soberania; e mercado e condições de trabalho adversos ao trabalhador. Enfim, uma realidade plasmada pela hegemonia do capital financeiro internacional. Os grandes interesses desses agentes hegemônicos fomentarão uma corrente antitransição. O que vai estar em jogo são os meios políticos e econômicos necessários para fazer frente a essa contracorrente.

Nessa situação é que se fará sentir a importância de um coeso pacto das forças oposicionistas interessadas no novo rumo, apoiado na força de amplo movimento cívico da sociedade, permitindo assim a formação de uma nova maioria política. Pois, conforme as condições da realidade encontrada, será preciso adotar medidas unilaterais para enfrentar o grave problema do endividamento e utilizar recursos que mantenham o controle de entrada e saída do movimento de capitais, romper com o círculo vicioso da “ciranda financeira”.

Produto da realidade da reestruturação neoliberal, segundo juristas conceituados, a Constituição de 1988 sofreu processo de desfiguração por via de emendas que lhe subtraíram características básicas, amputando aspectos fundamentais de seu projeto. Estamos diante de uma questão constitucional. Correntes situacionistas defendem a convocação de uma Constituinte porque, mesmo com as emendas que mudaram a linha geral da Carta de 1988, ainda falta consolidar o seu desiderato liberalizante.

Por seu turno as correntes oposicionistas estão diante de uma peça constitucional disforme, que revogou valores democráticos, nacionais e populares conquistados em 1988. O nosso ponto de vista é que se impõe, assim, após a vitória de um novo governo dessas correntes, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita, para assentar bases institucionais que permitam a construção do programa de defesa nacional, democrático, voltado para os anseios populares.

### *Possibilidade de vitória em 2002*

Diante do impasse brasileiro, da crise e do descrédito popular no governo FHC, das suas derrotas no último pleito nos grandes



municípios e do crescimento da contestação à política neoliberal, a oposição reúne condições históricas excepcionais para alcançar uma vitória nas eleições gerais de 2002. Esta situação antecipou o debate acerca da sucessão presidencial. Os partidos e os diversos pré-candidatos já na cena política adiantam a apresentação de argumentos e plataformas na busca de uma saída para o país. A continuidade da reestruturação em curso defendida pelas forças situacionistas vai agravar a incessante agonia em que vive a maioria do povo. O país não aguentará mais uma metade de década de crescimento estancado e pode se tornar neocolonizado. Não se pode subestimar tamanho risco ao destino de nossa pátria. Agora, o governo FHC e seus cúmplices, apoiados em vastos recursos, sustentados por grandes interesses internos e externos, compram a cumplicidade e o apoio político, visando a manter sua base de sustentação, a retomar a iniciativa e a encantar a oposição.

A responsabilidade de nosso Partido e da oposição perante o povo tem consequências históricas: ou nos colocamos à altura dessa tarefa decisiva de barrar a evolução neoliberal e abrirmos um novo rumo para o Brasil, ou continuaremos numa resistência cada vez mais dramática para nosso povo.

Por isso, reafirmamos a nossa convicção unitária; imbuído da qual o PCdoB tem sido uma voz na defesa constante da coesão das forças de esquerda em torno de um programa de mudança da ordem ultraliberalizante e estendendo essa frente a amplos setores políticos e sociais que comunguem dos mesmos propósitos. Também consideramos que cabe ao Partido dos Trabalhadores – por constituir-se no maior partido da oposição – destacada parcela de responsabilidade na realização desse movimento de grande dimensão para o futuro da nação.

Hoje, continuaremos empregando o melhor do nosso esforço insistindo na busca da concretização da unidade das forças oposicionistas no plano nacional e nos estados da Federação desde o primeiro turno das próximas eleições. Se esse objetivo não for alcançado, contribuiremos para estabelecer condições viáveis para unir, com base num programa comum democrático, de reconstrução nacional, todas as forças possíveis de serem unidas no segundo turno, a fim de abrir um novo rumo para o Brasil.

### Partido unido e em expansão

Neste 10º Congresso, em relação ao 9º, a militância partidária que tomou parte da discussão das Teses – Projeto de Resolução – teve um acréscimo de 75% e houve um impulso na formação das organizações de base. A militância do Partido vem crescendo 15% ao ano. O número de quadros intermediários mais que dobrou. Foram realizadas Conferências Estaduais em 26 das 27 unidades da Federação, precedidas de 903 Conferências Municipais. O Partido está presente em mais de mil municípios, equivalentes a 75% da população brasileira. Foram publicados quatro números da *Tribuna de Debates* com um total de 114 artigos, resultando nessa atividade congressual um incremento de mais de 50%, em relação ao último Congresso.

O Partido chega a esta suprema Plenária Nacional como uma referência destacada no cenário nacional na luta em defesa do Brasil, da liberdade política, dos interesses dos trabalhadores e das massas populares e do socialismo. E destaca-se o crescimento da sua intervenção e participação nas frentes de atividade de massas, sindical, parlamentar, governamental e de ampliação nas relações partidárias no interior e exterior do país, colhendo significativos êxitos em vários terrenos.

Nas condições de conjunto, de defensiva estratégica da luta revolucionária e predominância ainda do ideário liberal capitalista, mesmo em situação adversa, o PCdoB é hoje um partido em expansão, prevalecendo grande unidade em suas fileiras. Ele vai se tornando uma necessidade imprescindível para o êxito da luta nacional e democrática e da emancipação dos trabalhadores.

O nosso Partido vai completar 80 anos de existência em março do próximo ano. Porém, ainda temos maiores tarefas a realizar e caminho mais longo a percorrer – trabalho desta e das futuras gerações.

### Tarefa partidária fundamental

Neste momento o Partido tem diante de si a tarefa fundamental, de dimensão histórica: conquistar o governo democrático de recons-



trução nacional, abrindo passagem para um novo tempo para nosso povo. A vitória dessa batalha imediata de grande porte abre passagem para a ocupação de posições mais importantes, impondo-se adiante novos embates ainda maiores, tendo em vista a conquista dos objetivos estratégicos.

Encontramo-nos em meio a uma realidade mundial de significativas mudanças e de grandes impasses no Brasil, condicionando um plano de diferentes situações e novos desafios. Essa realidade presente pode iniciar um período de maior expansão do Partido, se compreendermos os ensinamentos atuais, corrigirmos as insuficiências e desvios e reavivarmos a nossa perspectiva histórica socialista.

É uma tarefa incessante e gigantesca a construção do Partido da transformação social, revolucionário, integrada na dimensão das exigências de nossa época, que requer um aperfeiçoamento crescente do domínio do marxismo-leninismo e da sistematização da nossa experiência política, e seu entrelaçamento com a realidade concreta do Brasil, uma política e prática acertadas, ligação com a vida e o movimento real das massas, absorvendo sua inesgotável energia em um sistema de organização partidária desde cima até as bases.

A partir sobretudo do 8º Congresso (1992), demos grandes passos na assimilação desses princípios e categorias. Realizamos importante movimento antidogmático, destravando o desenvolvimento teórico criador, apesar de termos nítida consciência das nossas limitações ainda existentes. Pôde-se, assim, considerando as peculiaridades da formação histórica brasileira, começar a definir um programa que estabelecesse justa etapa a percorrer, visando à transição ao socialismo nas condições do Brasil.

A nossa experiência demonstra, cabalmente, ser preciso condenar os modismos dominantes, no traço comum da ambiguidade dos terceirismos, das “terceiras vias” – nem socialismo científico, nem capitalismo, nem desenvolvimentismo nacional, nem neoliberalismo, nem prevalência do Estado nem do mercado –, que pregam a ilusão de um meio termo irreal, de uma pureza fictícia, de uma via “inteiramente nova”, de um recomeço inexistente da história, de uma ética política abstrata, própria das organizações políticas de base social intermediária, social-democratas velhas ou novas, e de base teórica eclética, preva-

lecendo assim o oportunismo político e o afastamento da perspectiva revolucionária.

A nossa convicção é de que a luta política realmente transformadora se trava no espaço nacional e, com sua originalidade, ganha aí sua expressão própria e sua fisionomia determinada. Ao mesmo tempo, a experiência histórica comprova sobejamente que a luta política que se expressa no âmbito nacional não transforma a sociedade em nova formação econômico-social, em sistema socialista, nos marcos do próprio regime capitalista. Como também a existência do partido de vanguarda, expressão do proletariado de qualquer época – síntese das ideias e do programa mais avançados –, essencial para direção do processo revolucionário, não pode vingar na estufa das velhas ou novas concepções espontaneístas.

Nesse sentido, no âmbito da organização do partido revolucionário, não tem forma mais avançada ainda, que possa unir a sabedoria coletiva à ação política unitária, essencial para o êxito transformador, do que o centralismo democrático. Este não impede a democracia interna mais ampla, nem o trabalho colegiado de direção, mas garante uma direção única e uma atividade coesa e eficaz, segundo nossa experiência partidária.

### Novos e maiores desafios

Apesar dos avanços significativos nestes 15 anos de legalidade do Partido Comunista do Brasil – o maior em toda a sua história –, nos encontramos diante de maiores desafios. Esse período de legalidade em nosso país, nas condições de uma correlação de forças ainda desfavorável para o movimento revolucionário, impõe a busca incessante de formas políticas e organizativas nos marcos da institucionalidade vigente, que permitam dar curso ao processo de acumulação de forças desse movimento e do nosso Partido.

Hoje essa contenda construtiva passa necessariamente pela sustentação do projeto político do Partido em todas as frentes de atuação partidária, sendo a base da aglutinação de toda a militância e aderentes; pela união de extensa frente anti-imperialista e antineoliberal, ao mesmo tempo em que defende as ideias avançadas, preservando a



identidade própria partidária; pela integração ao proletariado, levando-o a ser força motriz e decisiva da mudança e componente fundamental do movimento político de massas.

Assim também a luta ideológica assume crescentemente um papel primordial nas condições da grande investida das ideias neoliberais. A concepção e a conduta liberal e exacerbadamente individualista que predominam na sociedade atual interferem na construção partidária, fomentando ideias antiestruturantes, que levam muitas vezes a vicejar o liberalismo e pragmatismo político, rebaixando o projeto do Partido; o burocratismo, impedindo a ligação com as massas; e o espontaneísmo, minando o processo organizativo.

A formação teórica da nova geração de comunistas e o aperfeiçoamento permanente dos veteranos intimamente ligados à práxis política requerem atualização constante, levando-se em conta as ideias vivas e as polêmicas em desenvolvimento, e a unificação entre o trabalho de formação do contingente partidário com o de propaganda em todos os terrenos. No âmbito da sociedade e da luta política em curso, defesa na forma de amplo alcance das nossas ideias, aproximação das correntes de pensamento mais avançadas e utilização mais rápida dos meios modernos como a Internet, além da televisão e do rádio.

Essas são as exigências políticas, ideológicas e organizativas para o avanço nesse novo período, quais sejam, o alcance dos objetivos programáticos estabelecidos e do crescimento partidário mais elevado, da afirmação do Partido como uma força independente, portador de um programa emancipador, revolucionário.

### *Papel insubstituível do PCdoB*

A história política brasileira demonstra que o papel do Partido Comunista do Brasil é insubstituível em todo o processo da luta democrática, nacionalista e de transformação social nestes quase 80 anos.

Esse papel se afirmou mais ainda em nossos dias porque o Partido soube garantir a defesa e o desenvolvimento da teoria revolucionária; ele se empenha em enriquecer um pensamento político próprio, baseado em princípios, ao mesmo tempo amplo, flexível e revolucionário,

que dê conta das particularidades concretas de uma realidade plena de instabilidade e marcada por mudanças constantes; o Partido é a única força política que participou na linha de frente de todos os episódios de redemocratização do país e das grandes campanhas nacionalistas dessas últimas sete décadas; o PCdoB tem uma longa experiência acumulada de atuação em todas as situações históricas caracterizadas pela reação ou abertura, ascenso ou descenso da liberdade política; e teve permanente atividade nas condições de legalidade ou clandestinidade, intervindo e participando com diferentes formas de luta.

Assim, a existência e o fortalecimento do PCdoB são uma garantia para levar o movimento político além do horizonte capitalista, alcançar a verdadeira emancipação dos trabalhadores, salvaguardar a soberania nacional e a democracia ampliada e não se perder nos limites do cotidiano e do simples movimento reivindicatório.

Camaradas, inspirados no exemplo da férrea convicção dos heróis e mártires do nosso Partido e dos combatentes do nosso povo pela causa progressista, defendamos com redobrada convicção nossos princípios revolucionários. Empunhemos com firmeza a bandeira do nosso grande ideal socialista. O tempo dará razão aos que combatem pelos ideais da transformação revolucionária. Dedicamo-nos com afinco para a passagem da ordem neoliberal ao novo rumo de soberania, democracia e justiça social para o Brasil, unindo o povo em ampla frente política. Apliquemos o melhor do nosso esforço e inteligência na construção de um grande e forte Partido Comunista do Brasil a fim de contribuirmos mais ainda pela causa da emancipação dos trabalhadores do Brasil e do mundo.

**VIVA O 10º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL!  
POR UM NOVO RUMO PARA O BRASIL!**





# Resolução política do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil

---

| Situação Internacional, Nacional e Partido |

---

## Resoluções do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil

---

### **Sobre a situação internacional**

**I**mportantes acontecimentos tiveram lugar nos últimos anos no cenário mundial que confirmam as análises e resoluções do 9º Congresso do Partido, realizado em outubro de 1997, acerca do desenvolvimento das tendências objetivas do sistema capitalista-imperialista e do conjunto da situação política. Agravam-se os antagonismos irreconciliáveis do sistema – entre o proletariado e a burguesia, os povos e o imperialismo, e as contradições interimperialistas –, cujos reflexos políticos e sociais criam situações explosivas e um quadro político de enorme instabilidade. A contradição entre o capitalismo e o socialismo

continua presente como uma das contradições fundamentais da época atual, embora seu desenlace não esteja colocado como solução de curto prazo.

### Impasses do sistema capitalista

O capitalismo contemporâneo desenvolve mudanças, intensificando a internacionalização econômica e dispondo de inovações tecnológicas, porém persistem e renovam-se seus grandes impasses. Não se apresenta sinal evidente de reversão do longo período de dificuldades para a retomada de um dinamismo econômico, com progresso material expressivo, simultâneo e global, envolvendo a grande maioria das nações. Diferentemente do período pós-Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970, em que houve certa uniformidade de crescimento em todos os principais países imperialistas, o cenário atual é de enormes dificuldades. Crescente instabilidade e crises frequentes marcam a economia mundial. Em 1974 e 1975 e de 1980 a 1982 ocorreram fortes recessões. Em 1989 e 1990, novamente os principais países capitalistas entraram em crise. Ao longo das duas últimas décadas sucederam-se fortes crises financeiras, como a crise da dívida latino-americana, em 1982, a queda da Bolsa de Nova Iorque em 1987, as crises do México (1994), da Ásia, da Rússia e do Brasil, entre 1997 e 1999, e, mais recentemente, a crise argentina. Presentemente, há problemas na acumulação de capital; manifesta-se ausência de sincronismo entre os ciclos econômicos das principais potências, com destaque para a prolongada estagnação japonesa e os fortes sinais de crise na economia norte-americana, que registrara crescimento durante boa parte dos anos 1990. São crises ainda parciais, pela sua duração e por se circunscreverem a determinado país ou área, mas o fantasma de um desastre global ronda a economia capitalista, cujas causas radicam nas contradições fundamentais e nas leis objetivas do desenvolvimento do sistema capitalista. Hoje, com os evidentes sinais de recessão na economia norte-americana, e nos demais polos da economia capitalista (Europa e Japão), configurando o que muitos analistas denominam de primeira crise sincrônica desde a grande depressão de 1929-1933, caem por terra as ilusões, cultivadas



por muitos, até nos círculos de esquerda, em relação à “revolução” do sistema capitalista, em sua capacidade regenerativa, ao ingresso em uma nova “idade de ouro”, marcada pelo crescimento expansivo, prolongado e sistêmico. Na sequência desses esforços para aparentar vigor, os ideólogos do imperialismo norte-americano criaram o falso conceito de “nova economia” – originalmente divulgado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos –, conceito ideológico que vem sendo desmentido pela atual conjuntura de dificuldades da economia norte-americana. Na verdade, o que os últimos anos têm confirmado é a existência de uma crise crônica e integral do sistema capitalista, como advertiu o nosso Partido em seu 9º Congresso.

O contexto da década de 1990 é de profundas mudanças na produção e na gestão do trabalho. O capitalismo preserva sua lógica de acumulação e reprodução, recorrendo à reestruturação produtiva, financeira e geopolítica para superar obstáculos. O sentido geral dessa reciclagem é a transferência do peso da crise para os ombros dos trabalhadores. Os anos 1990 comprovam que o essencial das mudanças capitalistas é a salvaguarda das taxas médias de lucro e a busca do lucro máximo, a partir da nova onda de exploração brutal dos trabalhadores.

Os aumentos da composição orgânica do capital e do exército industrial de reserva convergem para a política de desvalorização da força de trabalho. Adotam-se transformações técnicas para elevar a taxa de extração de mais-valia relativa. Ao mesmo tempo, intensifica-se o ritmo de trabalho (mais-valia absoluta) e promove-se a regressão das formas de trabalho, a diminuição dos salários, a dispensa de trabalhadores, que se tornam supérfluos com as novas tecnologias, a anulação de conquistas trabalhistas e o surgimento de esquemas de subcontratação (terceirização). Assim, o capital concretiza grande ofensiva sobre o trabalho.

No âmbito do capital, o aumento da sua concentração e centralização (fusões, aquisições, criação de megaempresas) coexiste, em tensão, com o aprofundamento da competição entre grupos oligopolistas. Grandes grupos capitalistas privados, tendo à frente a oligarquia financeira, elevam o grau de monopolização da economia, contando com forte privatização de estatais. As 500 maiores empresas do mundo obtiveram em 1998 receitas de 11,5 trilhões de dólares, aproxima-

damente 1/3 do produto bruto mundial. Apenas 6 dessas empresas são da América Latina, enquanto 455 têm suas matrizes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. As cinco maiores empresas nos setores de automóveis, petróleo, aeroespacial e de computadores concentram cerca de 60% do faturamento mundial da produção desses setores. Paralelamente a esse processo de concentração e centralização dos capitais, cresce o papel de organismos internacionais controlados pelo imperialismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A rentabilidade do capital decorre da extração da mais-valia na esfera produtiva. Foi essa esfera que comandou o chamado período de prosperidade capitalista do pós-Segunda Guerra Mundial. Porém, a queda das taxas de lucros e a crise da década de 1970 impulsionaram a migração de capitais para a esfera financeira, que não é mais caracterizada como suporte da esfera produtiva. Há uma exacerbação da busca da rentabilidade a partir da esfera financeira, gerando inevitavelmente o aumento na instabilidade econômica geral. O mercado mundial tem limites para o movimento de exportação de capitais. Reiteradas e recentes crises financeiras negam a ideia de mercados financeiros eficientes. O agigantamento do capital fictício retira capitais da esfera produtiva, fenômeno que também está ligado às atuais dificuldades de crescimento.

O desmembramento da produção entre vários países é um meio para ampliar os lucros. Essa nova tendência de organização da produção resulta no abandono da produção multidoméstica, evitando que a cadeia produtiva situe-se em um só país. Ao mesmo tempo, tomam-se medidas para assegurar as posições diretivas, financeiras e tecnológicas nos principais países de origem das grandes empresas transnacionais.

Os mais diversos esforços são realizados para favorecer o crescimento da acumulação e da concentração de capital, buscando-se adotar políticas que possibilitem abrir uma “nova fase” de “relançamento” do capitalismo. Essa diversidade de políticas e processos está contida no projeto neoliberal, que consiste na privatização das empresas estatais e do patrimônio público; na retirada do Estado da gestão e do papel regulador da economia; na desregulamentação; na abertura nas áreas comercial, financeira e tecnológica; na disciplina fiscal; na estabilidade



monetária obtida à custa do sacrifício do desenvolvimento econômico e social; e na promoção de reformas regressivas nas áreas social e trabalhista.

Essa receita neoliberal é diferenciada entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos e dependentes. Nos países capitalistas desenvolvidos, o Estado continua respaldando suas grandes empresas privadas, empenhando-se na criação de oportunidades de negócios no resto do mundo para a operação internacional desses grupos capitalistas. Proteçãoismo, restrições comerciais extra-alfandegárias, subsídio à agricultura, isenções de impostos, medidas cambiais, endividamento público, desenvolvimento científico e tecnológico etc., são mecanismos de intervenção dos Estados em apoio ao grande capital em cada país desenvolvido. A acumulação de capital não pode renunciar ao auxílio extraeconômico oferecido pelo Estado. Nos episódios de crise financeira, o Estado intervém reiteradamente para salvar grandes bancos.

A ideia do fim do Estado-nação, de que as fronteiras econômicas já não mais existem, é inteiramente falsa. Nunca a questão nacional e a luta anti-imperialista estiveram tão presentes. Houve, sim, um debilitamento do Estado dos países dependentes e um fortalecimento dos Estados dos países imperialistas. A ideia do fim do Estado-nação parte de falsos pressupostos – que a globalização neoliberal teria levado à superação das economias nacionais e, por isso, os Estados nacionais seriam incapazes de formular políticas macroeconômicas. Tal visão é uma apologia da submissão à “economia global” e cumpre um papel ideológico para impor o “caminho único” da globalização neoliberal, procurando impedir que os países formulem projetos próprios de acordo com o interesse de seus povos e nações.

As economias vulneráveis dos países dependentes e subdesenvolvidos foram particularmente afetadas pela aplicação do projeto neoliberal. Suas moedas foram desvalorizadas, alguns países latino-americanos já adotaram a dolarização, as taxas de juros atingiram patamares altíssimos, e com impacto sumamente negativo sobre as taxas de crescimento econômico, os parques produtivos foram quase destruídos, o patrimônio público privatizado. Acumularam-se pesados passivos externos pelo comércio desigual e pelo déficit nas transações correntes dos balanços de pagamentos. O FMI impõe condicionalidades estru-

turais draconianas, obrigando os países dependentes a se adequarem aos preceitos da política neoliberal.

O cenário econômico da América Latina mostra com clareza o retrocesso causado pela adoção da política neoliberal. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), entre 1990 e 1999 o crescimento econômico teve um índice médio anual de 3%. Com outra política, a média do período de 1945 a 1980 foi de 5,5%. A Cepal considera que o mínimo de crescimento indispensável para superar os males acarretados por essa política teria de ser 6%, a fim de diminuir a distância em relação aos países desenvolvidos. A abertura comercial na América Latina significou uma exposição desprotegida à competição internacional, acarretando o desaparecimento de ramos inteiros da indústria, levando a um grau ainda mais elevado de dependência do capital internacional e dos centros de poder imperialista, com o retraimento do mercado interno e o escasso nível de acumulação de capital, déficit crônico nas balanças comercial e de pagamentos e elevada dívida externa, cujo montante chega a 750 bilhões de dólares. A implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), se concretizada, agravará ainda mais esse quadro.

A retomada torna-se ainda mais difícil com a crise na economia norte-americana. A integração intensificada pelos mecanismos da globalização colocou as demais economias em maior dependência dos acontecimentos nos Estados Unidos, cujos abalos em sua economia acrescentam elementos importantes de dificuldades para o dinamismo da economia mundial.

Essa propensão ao desajuste nega as concepções equivocadas alusivas ao fim da história e ao triunfo do capitalismo. Apressadamente houve quem proclamasse o fim do ciclo econômico e seu inevitável desfecho em crise, apresentando, em favor dessa tese, o exemplo do crescimento econômico dos Estados Unidos durante quase toda a década de 1990. O desempenho da economia norte-americana seria uma vitória do neoliberalismo e a restauração incontestável da sua supremacia em face das demais potências imperialistas. O crescimento cíclico dos Estados Unidos foi motivado por inovações tecnológicas e pelas relações financeiras. A hegemonia política norte-americana foi a alavanca indispensável para que tal ocorresse. Na década de 1980, esse



país se tornou o maior devedor do mundo e nos anos 1990 a economia norte-americana passou a ocupar o primeiro lugar como importadora de capitais – com montante líquido de capital importado da ordem de 400 bilhões de dólares anuais. Os Estados Unidos contaram, portanto, com imenso financiamento externo, a partir da centralização concretizada por seus mercados financeiros e pelo dólar, funcionando como verdadeira bomba de sucção dos capitais disponíveis no mundo. Paradoxalmente, o incremento da economia norte-americana ocorreu na razão direta do aumento do seu parasitismo e dependência de financiamento externo. No plano comercial, os Estados Unidos têm um enorme déficit, que hoje chega à casa de um bilhão de dólares por dia, sendo deficitário também seu balanço de pagamentos.

Tudo isso evidencia que são instáveis e precárias as bases da economia estadunidense. A especulação financeira não pode ser a base para o crescimento da economia, mas sim um componente de agravamento das contradições do capitalismo contemporâneo. A observação atenta do quadro em evolução revela que se encontra em desenvolvimento a tendência ao declínio relativo da hegemonia mundial norte-americana.

Nos Estados Unidos repetem-se as quedas dos preços das ações, os investimentos declinam e o endividamento dos consumidores atinge proporções elevadíssimas. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o crescimento dos 30 países mais adiantados recuará para a taxa de 2% em 2001, com a ameaça de a economia do Japão entrar em uma espiral descendente. A Alemanha, maior economia da Europa, tem previsão de queda da taxa de crescimento para 2,25% neste ano. Hoje, as encomendas às fábricas alemãs enfrentam as maiores quedas desde setembro de 1991. A OCDE prevê que a economia norte-americana apresentará queda da taxa de 5% de crescimento, em 2000, para medíocres 1,7% em 2001 – e sua taxa de poupança caiu de 5% do PIB em 1990 para zero em 2000.

Crescente instabilidade e crises frequentes marcam a economia mundial. Para sair de tal situação, o capital desenvolve as forças produtivas mas, ao mesmo tempo, engendra novas dificuldades, porque reduz relativamente a força de trabalho, a qual constitui a base da valo-

rização do próprio capital. Essa contradição tem sua manutenção e seu agravamento evidenciados pelo desemprego avassalador e permanente. Hoje, todas as tendências do capitalismo radicalizam-se: concentração e centralização do capital, desenvolvimento tecnológico e agigantamento financeiro. O sistema funciona em permanente tensão, passível de crises cíclicas mais graves. O conceito de crise não implica a ideia de colapso automático ou derrube final do capitalismo (este, relacionado com a luta política revolucionária). Na sua fase imperialista, o capitalismo tende ao aguçamento das crises, com ciclos econômicos indefinidos e irregulares, com o entrelaçamento de crises de superprodução e financeiras e o aumento do parasitismo.

Diante desse quadro de crise econômica sistêmica, o Partido Comunista do Brasil sustenta a opinião de que, nas atuais condições, são falsas as prédicas sobre as possibilidades de desenvolvimento social sob o capitalismo. Pelo contrário, a característica marcante deste nos nossos dias é o retrocesso em todos os terrenos, diferentemente do período do pós-guerra, em que foi possível instaurar o Estado de Bem-Estar Social. Quando a revolução tecnológica e científica torna a humanidade capaz de produzir alimentos, bens de consumo e serviços em abundância, possibilita o surgimento de inimagináveis progressos no terreno da biogenética capazes de produzir saltos na medicina e as novas técnicas de comunicação reduzem distâncias e apagam fronteiras, paradoxalmente constata-se que 30 milhões de pessoas morrem de fome a cada ano e mais de 800 milhões estão subalimentadas, outras tantas morrem de enfermidades curáveis e camadas numerosas de pessoas vivem na mais sombria ignorância e na escuridão do analfabetismo. Constata-se, assim, a irracionalidade do sistema capitalista. Em termos gerais, a situação mundial se caracteriza pela espoliação imperialista sobre povos e nações, o ataque indiscriminado às conquistas sociais, aos direitos dos povos e às soberanias nacionais, o aumento das desigualdades sociais, a devastação ambiental, a degradação da condição humana. Na virada do século e do milênio, presenciamos uma crise de civilização. O ordenamento político e econômico mundial, sob a égide do capitalismo imperialista em sua fase de globalização neoliberal, é incapaz de garantir a sobrevivência da humanidade em condições de dignidade.



*Imperialismo norte-americano, inimigo  
da liberdade, ameaça os povos com a guerra*

Ao contrário do que os círculos imperialistas e seus centros de propaganda apregoam, predominam no quadro político mundial a desordem, a insegurança, a crise e a instabilidade. A chamada nova ordem mundial, formada a partir do desaparecimento da União Soviética e da derrocada do socialismo no Leste europeu, configura-se cada vez mais como uma ordem imperialista, marcada por desenfreada espoliação dos povos e nações, pela acentuação da polarização social, pelo aumento da distância e das diferenças entre os países ricos e pobres, pelo hegemonismo, o militarismo, o autoritarismo e a ameaça de devastação ambiental. O século XXI se inicia marcado por um colossal retrocesso das conquistas da humanidade. O panorama mundial encontra-se agravado pela hegemonia e agressividade política e militar dos EUA. Por toda parte, aumenta o intervencionismo norte-americano. O desenvolvimento da situação internacional está carregado de graves ameaças à paz, à segurança, à independência das nações, à liberdade e aos direitos dos povos. Na origem da instabilidade encontra-se a política espoliadora e agressiva do imperialismo norte-americano, que cada vez mais recorre à força e à superioridade militar para impor sua hegemonia ao mundo. O imperialismo norte-americano elevou o seu ditame e o chamado direito de ingerência sobre nações e povos à categoria de princípio incontestável de política internacional, tornando letra morta princípios consagrados como a soberania nacional, a igualdade, o respeito à integridade territorial, a solução de conflitos por meios pacíficos, a não intervenção. A nova administração norte-americana, tendo à frente um presidente ultraconservador, já emitiu sinais de que pretende aumentar a tensão para com seus adversários na defesa dos interesses hegemônistas norte-americanos, acarretando insegurança ainda maior para os povos.

Significativas mudanças estão em curso no quadro mundial, a partir dos atentados em Nova Iorque e Washington em 11 de setembro. Desde então se abriu uma crise de grande envergadura em que a democracia, a paz, a civilização e os destinos da humanidade estão sob grave ameaça. O que está acontecendo, porém, não é uma viragem completa

na conjuntura mundial, não nega nem inverte a lógica essencial dos fenômenos que se desenvolviam. Os fatos em curso constituem a exacerbação de tendências que vinham evoluindo, a manifestação violenta das contradições do mundo contemporâneo. A guerra e o perigo de uma escalada sem precedentes já estavam contidos na cruel realidade do capitalismo globalizado e neoliberal e na política praticada pela nova Administração dos Estados Unidos.

O Partido Comunista do Brasil repudiou os atentados de 11 de setembro porque condena o terrorismo como meio de ação política. Nada justifica a morte de milhares de cidadãos inocentes. Atos desvairados e sem legitimação política e ideológica servem apenas para dar força à direita, aos inimigos da liberdade política e dos direitos civis. Compartilhamos com as forças democráticas a opinião de que o terrorismo é fenômeno nefasto a ser combatido, no âmbito da Organização das Nações Unidas, de acordo com as normas do direito internacional e no estrito respeito à soberania das nações e às liberdades civis. Os Estados Unidos não têm autoridade moral nem política para combater o terrorismo, pois como país imperialista praticaram inomináveis atos de covardia e terrorismo de Estado contra populações indefesas e países soberanos. É inaceitável que no combate ao terrorismo se pretenda confundi-lo com a luta revolucionária, a luta de resistência, a guerra civil, diferentes expressões de radicalismo político, relacionadas com realidades nacionais e sociais concretas. Assim como é inadmissível a tentativa de criminalizar os movimentos revolucionários.

Os Estados Unidos iniciaram em 7 de outubro bombardeios maciços sobre o Afeganistão. A mais colossal e sofisticada máquina de guerra arrasou um país paupérrimo, exaurido por mais de duas décadas de conflitos externos e conflagrações internas. Começou a guerra norte-americana, a primeira do século XXI, que, segundo as palavras do presidente George W. Bush, será “prolongada e dura”, extensa, diferente de qualquer outra “e implicará o uso de toda arma de guerra necessária”. O potencial de fogo mobilizado e a agressividade da retórica do chefe da Administração estadunidense indicam que o objetivo da operação não é propriamente a captura de Osama bin Laden e a derrubada do regime Talibã. Ao anunciar que ampliará o alvo de seu ataque, relacionando mais de 50 países que seriam, no entender dos



órgãos de espionagem norte-americanos, “terroristas ou coniventes com o terrorismo”, a Administração Bush deixa claro que seu propósito é concretizar uma estratégia anteriormente traçada, qual seja, a de impor a hegemonia e o domínio unilateral no mundo, através do emprego da força. Na verdade, com os atos de guerra iniciados em 7 de outubro, os Estados Unidos têm em mira resolver desde já problemas estratégicos, numa perspectiva de muitas décadas. E nessa empreitada não pretendem deter-se diante de qualquer obstáculo de natureza ética, diplomática ou política. Os imperialistas norte-americanos querem impor uma tirania ao mundo, o que sugere um tipo novo de fascismo. A criação de um tribunal militar estadunidense com a atribuição de realizar julgamentos sumários e secretos e proclamar a condenação à morte de estrangeiros sem direito a recurso a qualquer instância é fato da maior gravidade, atentatório à democracia e aos direitos humanos. Trata-se de uma declaração de guerra aos povos, que revela a tendência a estabelecer a tirania dos Estados Unidos em escala planetária. Também ofende a consciência democrática a manipulação das informações por parte dos meios de comunicação monopolizados pelos Estados Unidos. A partir dos ataques ao Afeganistão e da proclamação da guerra “longa e dura” por Bush, o mundo viverá um processo de militarização das relações internacionais, o que trará inevitavelmente duras consequências para os povos – limitação de direitos democráticos, crises sociais e perda de soberania nacional.

A atual crise vai revelando” a natureza militar da hegemonia americana”, como disse o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em artigo publicado em *Carta Maior*. Malgrado os rios de tinta que os propagandistas do império do norte têm gastado para proclamar o triunfo definitivo da hegemonia dos EUA, os verdadeiros estrategistas deste império sabem que a superioridade militar é fator decisivo para a imposição dessa hegemonia. Em crise econômica e com um déficit energético considerado por muitos especialistas como “desesperador”, os EUA têm a exata noção do papel da Ásia Central e do Oriente Médio para a sua sobrevivência como potência. Igualmente os Estados Unidos têm em conta a força de países como a China, a Rússia e a Índia, potenciais adversários. Zbigniew Brezinski, ex-assessor de Segurança Nacional dos EUA, em seu livro *O Grande Tabuleiro*, afirma: (o ponto

de partida) “para a supremacia global é a Eurásia, o maior continente do globo, onde vivem 75% da população mundial e está concentrada grande parte da riqueza do mundo, seja industrial, seja no subsolo, que incide na formação de 60% do PIB mundial e em três quartas partes dos recursos energéticos conhecidos”. O jornal italiano *Il Manifesto*, de 4 de setembro de 2001, observa que “a principal preocupação dos Estados Unidos, que naquela região não são hegemônicos, é a de impedir a formação de uma tríade Rússia-China-Índia, cujo potencial precursor é o tratado de amizade e cooperação firmado em julho por Moscou e Pequim”.

Os atuais planos de guerra do imperialismo norte-americano não foram traçados a partir de 11 de setembro. A década de 90 do século passado começou com a Guerra do Golfo, quando o ex-presidente George Bush proclamou a “nova ordem”, e terminou com a guerra da Otan contra a Iugoslávia. A primeira ação externa do novo governo dos Estados Unidos foi um inopinado bombardeio aéreo contra o território do Iraque, revelando uma vez mais o caráter arbitrário do imperialismo, mais um episódio em que a potência norte-americana ignora as normas do direito internacional. A repetição de tais ações combinava-se com o prosseguimento das sanções injustas aos iraquianos, impedindo que se curem as chagas econômicas e sociais abertas com a Guerra do Golfo de 1991, constituindo-se ainda como crime de lesa-humanidade, na medida em que provoca a morte de milhares de pessoas por falta de alimentos e medicamentos. Já durante a campanha eleitoral no ano passado, o então candidato Bush referia-se à “missão” de fazer valer os “interesses nacionais permanentes dos EUA” na luta contra o “mal”.

A crônica dos primeiros meses do governo Bush é ilustrativa de que os EUA optaram por uma política externa unilateral, baseada na força, voltada para o expansionismo e a imposição da hegemonia norte-americana. Os EUA enrijeceram a política para com a China, provocaram-na abertamente, através do episódio do avião de espionagem que violou o espaço aéreo chinês e incitando o separatismo tibetano e o “independentismo de Taiwan”; proclamaram a caducidade do Tratado Antimísseis de 1972 e decidiram desenvolver um sistema antimísseis que lhe daria supremacia absoluta em termos de armas nucleares, o famigerado projeto “Guerra nas Estrelas”; recusaram-se a assinar o Tra-



tado de Kyoto, retiraram-se com estardalhaço da Conferência Antirracista da ONU e respaldaram todos os atos agressivos de Israel contra a Intifada palestina. Implementaram na Europa uma política de militarização preconizando a expansão da Otan e criando situações ainda mais tensas nos Bálcãs, a fim de justificar a presença de tropas imperialistas nesta região, também estratégica. Na América do Sul prosseguiu a aplicação do Plano Colômbia, que constitui uma retomada do intervencionismo norte-americano, a implementação pelos EUA do Plano Puebla Panamá e intensificam-se as pressões políticas para a criação da Alca. Durante o ano de 2001 tiveram lugar na Argentina exercícios militares conjuntos das forças armadas norte-americanas com as de vários países do subcontinente.

Ainda é cedo para avaliar as repercussões da atual crise sobre a correlação de forças e os blocos de alianças. Mas é falso que os EUA tenham conseguido o alinhamento automático de todos os países à sua política guerreira ou que todos se tenham rendido à ameaça do presidente norte-americano: “ou estão conosco ou com os terroristas”. Nas declarações de muitos governos, percebeu-se muita cautela, diplomacia, sinceridade no propósito de combater o terrorismo, interesse próprio em conter movimentos separatistas de inspiração fundamentalista. E não faltou quem, entre os aliados dos Estados Unidos, quisesse tirar proveito da situação para acumular força, caso do Japão e da Alemanha, que ofereceram tropas com o objetivo de abrir precedentes para o levantamento da proibição de que se militarizem. A fim de fortalecer suas posições, os EUA apresentaram como trunfo a suposta adesão da China, mas, ao contrário do que se propaga, o grande país socialista asiático não apoiou os bombardeios. “É necessário que o Conselho de Segurança jogue seu papel. Qualquer ação militar deve respeitar os princípios e os objetivos da Carta das Nações Unidas, além das normas do direito internacional”, declarou o presidente chinês Jiang Zemin. É inevitável que, uma vez evidenciados os propósitos norte-americanos, voltem a prevalecer as divergências dos Estados Unidos com outras potências e se recoloquem na ordem do dia os conflitos econômicos, comerciais, políticos e diplomáticos.

Não cabem dúvidas de que semelhante estratégia oporá irremissivelmente a esmagadora maioria dos países e povos ao imperialismo

norte-americano. No Paquistão, na Indonésia, na Palestina, nos países árabes, a política norte-americana desperta ódio e revolta. Na Europa e nas Américas erguem-se os protestos contra a guerra que ameaça a civilização. Os povos do mundo, mais do que nunca, devem levantar a bandeira da PAZ, CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA. Por toda parte, é necessário organizar o movimento pela paz, com o pluralismo e a diversidade que tal tipo de movimento comporta. A frente única e a unidade em torno da luta pela paz precisam ser forjadas, tarefa para cujo êxito os comunistas e as demais forças de esquerda devem contribuir. Expressão da luta dos povos por democracia, soberania nacional e justiça social em oposição aos tenebrosos planos de dominação do mundo pelo imperialismo norte-americano, a luta pela PAZ coloca-se na ordem do dia como tarefa central do movimento revolucionário, vertente essencial da luta pelo socialismo na época atual.

Na América Latina, encontra-se em vigor o Plano Colômbia, que retoma o intervencionismo norte-americano na região. Sob o pretexto de combater o narcotráfico, os Estados Unidos mantêm centenas de especialistas militares na Colômbia e fornecem ao Exército desse país armas modernas. Na verdade, trata-se de combater o movimento revolucionário local e ocupar um espaço estratégico na região amazônica. Ultimamente, tendo em vista envolver os países sul-americanos em sua empreitada agressiva, os imperialistas norte-americanos referem-se à “regionalização” do Plano Colômbia ou a uma certa “iniciativa andina”. Faz parte desse cenário o aumento da presença militar norte-americana no continente latino-americano, nas bases militares de Puntumayo (Colômbia), Manta (Equador), Iquitos (Peru), além das tropas no Suriname e no Panamá e das manobras militares recentemente realizadas na ilha de Vieques, em Porto Rico. A existência de bases militares e a presença de tropas norte-americanas na América Latina atingem indistintamente todos os povos da região e merecem a mais viva condenação por parte das forças progressistas. Quanto ao Plano Colômbia, é uma exigência da consciência democrática e patriótica dos latino-americanos o seu cancelamento.

Simultaneamente ao reforço de sua presença militar na América Latina, os Estados Unidos intensificam as pressões políticas sobre os governos para a implantação da Alca, não poupando para isso as chan-



tagens, as ameaças e as manobras visando a desagregar o Mercosul. Para as nações e os povos das Américas, não cabem dúvidas de que a criação da Alca constituirá uma subordinação de suas economias à economia norte-americana, um golpe definitivo à independência de todos esses países. A verdadeira integração por que lutam os povos deve ocorrer entre nações que respeitem o princípio da igualdade, integração para reforçar a independência e incrementar o progresso, conforme apregoaram os próceres libertadores do continente nas lutas pela independência no século XIX.

A política do imperialismo norte-americano para a América Latina mantém um traço conservador e reacionário na reafirmação e prolongamento do bloqueio à Cuba socialista, que resiste bravamente, empunhando a bandeira da defesa de sua independência e das conquistas de sua Revolução.

O imperialismo norte-americano segue uma política de força que consiste em aumentar seu poderio militar e o dos seus aliados. Depois da guerra de Kosovo, foi anunciado o novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que assumiu caráter ofensivo, ao tempo em que essa organização estratégica amplia seu raio de ação para o Leste da Europa. É também de sentido hegemônico a renovação do acordo militar nipo-norte-americano e a presença de tropas estadunidenses na Ásia. Agora o governo dos EUA está empenhado na criação de um escudo de defesa antimísseis, projeto bilionário batizado de “guerra nas estrelas”, entrando em contradição com a Rússia, a China e mesmo com aliados europeus. O escudo antimísseis afeta perigosamente o controle dos armamentos nucleares, os esforços para a não proliferação dessas armas e rompe o equilíbrio estratégico anterior, estabelecido no acordo firmado em 1972.

A consolidação da China como grande nação socialista despertou a animosidade dos Estados Unidos. Fatos, incidentes e provocações revelaram a hostilidade do imperialismo norte-americano para com a China. Até mesmo na produção literária e cinematográfica começaram a aparecer materiais que tentam forjar a ideia de uma China como a nova ameaça. Em 1997 foi publicado o livro de Richard Bernstein e Rosso Munro intitulado *O iminente conflito com a China*. A China, através da revista *Beijing Informa* (número 27, julho de 1997) repeliu

a publicação, afirmando que os EUA têm uma espécie de “síndrome da falta de inimigos, produto da mentalidade da guerra fria”. Nesse quadro ocorreu o bombardeio da embaixada da República Popular da China em Belgrado, durante a Guerra de Kosovo em 1999, uma aberta provocação à China, explicada pelos EUA como um “lamentável incidente”. Recentemente, depois da posse do novo presidente, George W. Bush, com a acentuação do hegemonismo e da política de força dos EUA, cresceram particularmente sua hostilidade e postura provocativa contra a China. Os fatos se amudaram. Destacam-se o incidente com o avião de espionagem obrigado a pousar no aeroporto de Hainan em 1º de abril de 2001, após ter sido interceptado por caças chineses; a decisão dos EUA de vender mais armas a Taiwan; a declaração de que “farão o necessário para ajudar Taiwan a defender-se da China”, numa clara interferência em assuntos internos chineses; e as mudanças no pensamento estratégico norte-americano, anunciadas pelo Ministério da Defesa, em maio de 2001, segundo as quais os Estados Unidos deverão dedicar menos atenção à Europa e mais atenção à China. Ultimamente, para acentuar o traço provocador de sua política contra a grande nação socialista asiática, o presidente norte-americano recebeu, na Casa Branca, o Dalai Lama tibetano e autoridades de Taiwan.

No Oriente Médio, prossegue a crise provocada pela crescente agressividade dos sionistas israelenses apoiados pelos imperialistas norte-americanos contra os palestinos. Os acordos até agora assinados mostraram-se insuficientes na busca da paz. Particularmente a partir de fevereiro deste ano, recrudesceram os conflitos, com centenas de palestinos assassinados brutalmente pelo Exército israelense. A política do governo encabeçado pelo general fascista Ariel Sharon, com longa folha corrida de crimes contra árabes e palestinos, acirra os ânimos e dificulta que se encontre uma solução para o conflito.

### *Divisões no campo imperialista*

Os meios de propaganda do imperialismo norte-americano tentam demonstrar a sua hegemonia como consolidada e incontestável e eterno o seu domínio no mundo. Contudo, sua própria liderança



econômica é historicamente ameaçada pela formação de outros polos imperialistas. Na Ásia, o Japão disputa a hegemonia, malgrado a estagnação prolongada de sua economia. É importante considerar a esse respeito a atitude do governo da Malásia durante a crise asiática, de recusa ao monitoramento do FMI e à reivindicação de criar uma moeda única asiática no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). No Ocidente a consolidação da União Europeia cristaliza a formação de um poderoso bloco que objetivamente invade áreas outrora sob a exclusiva influência norte-americana, como é o caso da América Latina. Inscrevem-se nesse quadro de competitividade interimperialista o fracasso dos intentos para a imposição do Acordo Multilateral de Investimentos e a prolongada estagnação das negociações no âmbito da OMC, de que é exemplo mais emblemático a fracassada reunião de Seattle em novembro de 1999. É evidente que a guerra econômica não exclui a colaboração e a concertação no âmbito do G-7, principalmente quando se trata de vilipendiar os interesses dos países dependentes. Não se pode subestimar o surgimento da “zona do Euro” e a existência de interesses próprios da Europa, inclusive no âmbito militar, com a decisão da União Europeia de criar uma força móvel com 60 mil homens antes de 2003. Também a ideia de criar uma “zona econômica asiática” e a ofensiva em que estão empenhados os EUA para criar a Alca e exercer maior controle sobre as economias latino-americanas devem ser observadas sob o prisma das rivalidades interimperialistas. São evidências de que a ordem “unipolar” não é tão única e una como o nome parece sugerir. As recentes derrotas dos Estados Unidos nas eleições para as comissões de Direitos Humanos e de Combate às Drogas das Nações Unidas indicam que, embora lentas, há mudanças em curso nas relações internacionais.

Há, pois, no mundo de hoje a tendência objetiva à formação de outros polos que contestam o poder da superpotência norte-americana e desestruturam a sua política de dominação unilateral. As tentativas de manutenção desse mundo “unipolar” estão condenadas ao fracasso. As razões que embasam tal afirmação radicam não apenas nas rivalidades interimperialistas, mas também no cada vez mais destacado papel da China na economia e na diplomacia; enfim, na vida política internacional, como também no papel da Rússia que, embora capitalista,

reage aos intentos de desagregação como país de grande envergadura e influência no concerto internacional. O anunciado acordo entre a Rússia e a China é, nesse sentido, fato com importância e projeção estratégicas.

Também a ação de países em desenvolvimento, separadamente ou no âmbito de articulações internacionais – como o Movimento dos Não Alinhados, a Cimeira dos 77, a Conferência Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e todas as Formas de Intolerância, a Organização da Unidade Africana, o Mercosul, as reuniões de cúpula União Europeia-África e União Europeia-Mercosul – pode contribuir para criar um ambiente internacional favorável à contestação do domínio “unipolar” norte-americano.

### Os povos em luta

O advento da nova ordem imperialista há 10 anos, na esteira da derrocada da URSS e dos países do Leste da Europa, trouxe consigo a formação de uma correlação de forças bastante desfavorável ao movimento revolucionário e de libertação dos povos em todo o mundo. Se bem essa correlação de forças ainda perdure, determinando um diferenciado e prolongado processo de acumulação de forças do movimento revolucionário, ressurgem sinais de retomada do movimento operário e são marcantes os avanços das lutas democráticas, progressistas e patrióticas em todo o mundo. As comemorações do 1º de Maio de 2001, caracterizadas pela combatividade, constituem estimulante sinal de revigoramento do movimento operário.

Fato novo na vida internacional é o surgimento do denominado movimento antiglobalização capitalista, com momentos de confrontação aguda entre manifestantes e forças policiais e outros de debate e reflexão. Seattle, Praga, Nice, Porto Alegre, Davos, Buenos Aires, Quebec e Gênova foram palcos de episódios importantes desse movimento, nas ocasiões em que se reuniam organismos internacionais, executivos empresariais ou chefes de governos e de Estados. É um movimento que se soma objetivamente a outras manifestações progressistas e concorre para a alteração em médio e longo prazo da atual



correlação de forças políticas. Seu papel será tanto mais positivo na medida em que não errar o alvo e não se deixar levar por preconceitos anticomunistas ou contra organizações clássicas de combate dos trabalhadores, como os partidos revolucionários, as frentes populares e os sindicatos classistas. Na sua evolução, o movimento antiglobalização precisa ajustar sua plataforma de luta, sem perder de vista que não pode haver verdadeira luta antineoliberal sem um marcado caráter anti-imperialista e que o marco global da luta não anula o movimento patriótico em espaços nacionais específicos. Nesse quadro, o PCdoB valoriza o Fórum Social Mundial, dedicado ao debate e à denúncia da globalização capitalista.

Faz parte da grande corrente anti-imperialista a luta pelo progresso na África do Sul, os movimentos democráticos no continente africano, a luta pela paz e a unidade nacional em Angola. A revolução nacional e democrática no Congo, que derrotou o feroz regime reacionário de Mobutu, foi um acontecimento marcante no final do século XX. Também evolui num sentido democrático e anti-imperialista a luta dos povos do Magreb (Norte da África). Nosso Partido sempre lutou contra as odiosas discriminações do imperialismo norte-americano ao povo e ao governo da Líbia.

No Oriente Médio, a Intifada palestina é a mais alta expressão da luta dos povos árabes e do povo palestino, pela autodeterminação, pela criação de um Estado independente, pelo progresso social e a paz na região. Mais do que nunca, o PCdoB soma sua voz e seus esforços ao lado dos palestinos. Defende as justas aspirações desse povo à sua terra, milenarmente habitada por eles. Defende uma paz justa e duradoura. Para isso, o Partido apoia a criação do Estado Nacional Palestino, sob o comando de sua Autoridade Nacional e legítima, e defende o direito ao retorno dos mais de 4,5 milhões de palestinos que vivem no exílio e à devolução de suas terras. Essas medidas devem ser encaminhadas sob os auspícios das Forças das Nações Unidas, que precisam recuperar a sua autoridade no conflito, fazendo valer as suas próprias resoluções, em especial as de números 242 e 338, que asseguram os direitos dos palestinos. O PCdoB seguirá ao lado desse povo, na busca da paz. E coloca-se ao lado igualmente dos patriotas e democratas libaneses e sírios, que também clamam, além da paz, pela devolução de seus terri-

tórios ocupados no Sul do Líbano e das Colinas do Golá.

Na América Latina cresce o movimento democrático e anti-imperialista. A “Revolução Bolivariana” na Venezuela infligiu dura derrota às classes dominantes retrógradas com suas instituições apodrecidas. Na Colômbia, avança o movimento insurgente. No Uruguai, a Frente Ampla, que reúne todas as correntes de esquerda, transformou-se na principal força política do país. No Equador, eclodiu em janeiro de 2000 a revolução indígena-popular. No Peru, a ditadura de Fujimori foi derrotada. Na Argentina, mergulhada em gravíssima crise econômico-social e sob um governo instável, as lutas operárias e populares ganham força, podendo transformar-se num movimento de grande envergadura. Na América Central, a Frente Sandinista nicaraguense e a Frente Farabundo Martí salvadorenha consolidam-se como importantes forças políticas. No México, o movimento indígena ganhou força e repercussão. Nas colônias caribenhas, cresce o movimento independentista, principalmente em Martinica e Guadalupe. No Panamá, o movimento patriótico conseguiu uma vitória com a retirada dos norte-americanos do estratégico canal.

O movimento popular na Indonésia derrubou a ditadura de Suharto. Na Índia, o movimento dos trabalhadores foi capaz de realizar uma poderosa greve geral, na Coreia do Sul as lutas operárias e populares são cada vez mais combativas. Fato auspicioso nos últimos anos foi a conquista da independência pelo povo irmão do Timor Oriental, depois de mais de duas décadas de anexação e genocídio por parte da Indonésia.

Um dado importante na atual situação internacional é o fortalecimento dos países socialistas. Apesar das adversidades, China, Cuba, Vietnã, Coreia do Norte e Laos mantêm-se firmes empunhando a bandeira do socialismo. Sentindo-se todo-poderoso com a derrocada do campo socialista do Leste europeu e a extinção da União Soviética, o sistema capitalista internacional, através das suas forças hegemônicas, chegou a se movimentar no sentido de fomentar a queda de outras experiências socialistas no mundo. Esses países socialistas procuraram levar adiante suas políticas de construção da nova sociedade, tendo em vista as novas condições do mundo, levando em conta o fim de um campo socialista, o alto nível de integração mundial, a rica experiência



de acertos e erros na prática de construção do socialismo e as peculiaridades de cada um de seus países. Ainda que com diferenças de um país para outro e sem constituir modelos a copiar, de uma forma geral as experiências socialistas que continuaram tiveram que conceber políticas de transição originais, onde coexistem categorias econômicas de mercado com fundamentos socialistas, sob o primado destes.

Contrasta com essa realidade dos países socialistas o caótico panorama de crise econômica, degradação social e instabilidade política que caracteriza sem exceção os ex-países socialistas – os quais, em nome de promessas vãs, renunciaram a conquistas históricas de suas revoluções.

### *A busca de alternativas*

O crescimento das lutas dos povos, vitórias parciais e localizadas que têm sido conquistadas, os avanços dos países socialistas são importantes fatores que concorrem para a alteração da correlação de forças no mundo, para uma acumulação revolucionária. Mostram que a situação está em evolução, que o domínio hegemônico da potência norte-americana não é isento de conflitos e sua política de força não corresponde às perspectivas históricas. São indicadores de que é possível alterar o rumo atual dos acontecimentos no mundo. As terríveis contradições do capitalismo agravadas pela política neoliberal, a feroz exploração dos trabalhadores, a extremada espoliação dos povos e a ofensiva contra as soberanias nacionais criam um quadro propício ao desenvolvimento das lutas.

Do ponto de vista político, porém, os elementos de resistência presentes na conjuntura não invertem a tendência geral. Ainda está em curso no mundo uma contrarrevolução. As reformas apregoadas pelos neoliberais são na verdade uma contrarreforma, uma regressão de conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais da humanidade. O imperialismo e seus parceiros transformaram em lei absoluta e incontestável o primado do mercado, a lógica do lucro máximo, o império dos oligopólios, o ataque aos valores democráticos e progressistas, a política de força. Manipulam a consciência, amesquinhada como

“opinião pública”, industriada pelos meios de comunicação. Impõem mudanças de fundo na superestrutura estatal, de caráter antidemocrático. Nesse ambiente, a direita recobra fôlego, do que é exemplo recente a vitória eleitoral de Berlusconi na Itália, além da anterior ascensão de Heider na Áustria e da sempre presente ameaça representada por Le Pen e seus seguidores na França.

Entre os fenômenos negativos em curso destaca-se a exacerbação dos conflitos interétnicos, manipulados pelo imperialismo para enfraquecer a unidade nos marcos de um Estado plurinacional – como acontece na Iugoslávia, hoje reduzida à Sérvia e a Montenegro, ou, na Federação Russa, onde o conflito da Chechênia é insuflado por círculos imperialistas. Não há dúvida de que os conflitos interétnicos precisam ser resolvidos na base da igualdade e do direito à autodeterminação, mas o separatismo e sua instrumentalização pelas potências prejudicam os próprios interesses daqueles que lutam pela identidade nacional.

Os comunistas brasileiros consideram que as terríveis contradições do capitalismo somente poderão ser superadas nos marcos do socialismo. Do ponto de vista das exigências objetivas, a sociedade está madura para o advento de um novo regime dirigido pelas amplas massas trabalhadoras. Jamais foi tão aguda a disjuntiva entre socialismo e barbárie. A crise do sistema capitalista, a deterioração econômica, política e social dos ex-países socialistas e as graves consequências da aplicação da política neoliberal colocam com força o socialismo como alternativa para os povos. A luta contra o neoliberalismo será inconsequente se se mantiver circunscrita a reivindicações parciais e localizadas e ignorar a perspectiva socialista.

São muitas as vertentes da luta que convergem a favor do movimento de resistência no mundo de hoje, todas entrelaçadas entre si: a luta da classe operária, os movimentos dos imigrantes, fenômeno novo e em massa, os movimentos populares urbanos e camponeses, a luta pela sobrevivência e contra a miséria, a luta anti-imperialista em defesa da soberania nacional e, embora seus limites, a luta de Estados nacionais soberanos contra as ingerências e imposições imperialistas, nos marcos dos organismos internacionais. As forças revolucionárias e anti-imperialistas valorizam a luta por uma política externa contrária



ao hegemonismo unipolar, baseada no princípio da independência nacional, da solidariedade com os povos, da não intervenção, do respeito à autodeterminação. Nosso Partido considera importante apoiar os esforços que fazem os países pobres e em desenvolvimento pela democratização dos organismos internacionais, seu combate ao comércio desigual, sua luta para encarar conjuntamente o problema da dívida externa, pela democratização da ONU, por uma nova ordem econômica e política internacional.

A luta pelo socialismo na época atual precisa ser encarada e assumida com uma visão dialética. O acelerado processo de internacionalização da economia exige uma ação cada vez mais integrada do proletariado e dos povos em escala global. Essa perspectiva global não invalida a luta nos marcos nacionais e o caminho nacional para o socialismo. Na época atual, o ponto de partida e meio de realização da luta pelo socialismo é o movimento de emancipação nacional dos povos e a luta da classe operária e das amplas massas trabalhadoras nos marcos dos Estados nacionais; o que não exclui, antes reforça, a solidariedade e o internacionalismo. Reafirmamos o postulado do *Programa Socialista* do nosso Partido, aprovado pela Conferência Nacional de 1995 e pelo 9º Congresso de 1997: “Os comunistas defendem o internacionalismo proletário. Apoiam a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. São solidários com as nações e os povos socialistas que sustentam firmemente a grande bandeira do progresso social, da construção da nova sociedade, mais humana, mais justa, culta e civilizada. A luta contra o capitalismo é tarefa estratégica de todos os trabalhadores e povos oprimidos (...). O *Programa* do Partido Comunista do Brasil põe, igualmente, em relevo a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do nosso país, luta que envolve não somente os inimigos externos, cada vez mais agressivos, como também os inimigos internos, boa parte da grande burguesia e seus comparsas acumpliciados com os monopolistas estrangeiros. Essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável do combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países”.

A luta pelo socialismo pressupõe o fortalecimento do movimento

comunista, sobre o qual ainda pesam os efeitos da derrota do socialismo. Embora com ritmo desigual, observa-se em todos os continentes a reorganização, o relançamento e o revigoramento dos partidos comunistas na atualidade e tem sido significativo o intercâmbio de opiniões no sentido de superar dificuldades teóricas e políticas. A contrarrevolução em curso tem como um de seus aspectos centrais a campanha anticomunista. Ao lado disso, concorrem para o debilitamento do movimento comunista acentuadas tendências liquidacionistas, o florescimento de concepções antileninistas sobre o Partido e visões reformistas sobre a luta de classes. Nesse quadro, tornam-se maiores os riscos de divisão, isolamento e refúgio em posições sectárias. O PCdoB considera que, ao lado dos esforços para fortalecer a unidade dos partidos comunistas no mundo, é indispensável forjar amplas alianças em que possam agrupar-se as correntes de esquerda. Nesse sentido, o PCdoB valoriza a experiência do Fórum de São Paulo, espaço plural, diversificado, heterogêneo, em que se reúnem as esquerdas latino-americanas com uma plataforma antineoliberal e anti-imperialista. A unidade na luta não exclui, antes pressupõe, a intensificação do embate político e ideológico, indispensável à demarcação de fronteiras com o oportunismo reformista da chamada “terceira via” e de correntes e partidos que se apresentam no cenário político como a “nova esquerda”, com projetos de adaptação à ordem vigente.

## Sobre a situação nacional

### Introdução

O 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, realizado em outubro de 1997, concluiu que o Brasil, na vigência do governo Fernando Henrique Cardoso, permanecia como uma nação dependente. No plano político acentuava a inconstância e do ponto de vista econômico encontrava-se instável e vulnerável. Além disso, o povo brasileiro sofria as agruras do autoritarismo, da perda de conquistas históricas e da desestruturação nacional. A tendência democrática da fase anterior vinha sendo invertida. Decorridos quase quatro anos, a situação do país se agravou.



Desde o último Congresso, grandes acontecimentos – crises políticas e econômicas e a crescente crise social – sacudiram o país. Tudo como decorrência da expansão, concentração e centralização do capital em escala planetária e sem paralelo histórico; de uma ordem político-econômica “unipolar”, conduzida principalmente pelo hegemonismo do imperialismo estadunidense, que no período atual subordina sua política externa aos planos de uma “guerra prolongada”; da adoção pelo governo brasileiro de uma estratégia e uma política submetidas à ordem mundial dominante; e das contradições próprias da peculiaridade socioeconômica brasileira, devido à resistência dos trabalhadores e do povo a tal situação.

No contexto brasileiro, diante de uma realidade de expansão do capitalismo monopolista e da ofensiva da política neoliberal, desenvolveram-se várias formas de luta de resistência da sociedade e, apesar da adversidade, procurou-se organizar um amplo movimento de oposição – democrático, patriótico e popular –, na busca de uma alternativa ao modelo imperante. Essa luta tem sido difícil e desigual para as forças oposicionistas. Ainda prevalecem os interesses dominantes, propagados por meio de intensa investida política e ideológica nas instituições estatais, na dinâmica dos pleitos (em todos os níveis) e na mídia. A corrupção, a promiscuidade, o balcão de negócios e a politicagem rasteira – atos esses de verdadeira perversão da democracia política – passaram a ser ostensivos e corriqueiros nas atitudes do governo da República, a ponto de imperar uma institucionalidade tácita que tornou sem fronteiras o bem público e o privado, condizente com um sistema apodrecido.

O quadro estrutural brasileiro vem sendo rapidamente alterado em mais de 6 anos de governo de Fernando Henrique. Essa experiência vem demonstrando que o modelo neoliberal adotado é um fracasso como artífice de um crescimento sustentado e, mais precisamente, como estratégia de desenvolvimento. Esse projeto desnacionalizou a economia do país. Ademais, seu maior estrago é o desmonte do Estado nacional, articulado com a liquidação de conquistas sociais e trabalhistas fundamentais e o aprofundamento das desigualdades. A década de 90 do século XX acumulou grandes mudanças, levando o país a percorrer uma trajetória que o ameaça: a neocolonização. Esta tendência se tornou mais presente com a proclamação de guer-

ra imperialista e o conseqüente recrudescimento do hegemonismo e expansionismo, depois dos acontecimentos de 11 de setembro nos Estados Unidos.

O PCdoB participou e interveio no curso desses acontecimentos políticos e sociais nesse período como opositor conseqüente à política neoliberal conduzida por Fernando Henrique. Tem sido lutador persistente pela construção da unidade da esquerda e do movimento oposicionista com base em um programa antineoliberal – de mudanças estruturais e alternativo ao modelo vigente –, perseguindo a conquista de um governo democrático, patriótico e popular que possa se aproximar de seu objetivo maior; objetivo esse expresso na transição ao socialismo. Empenha-se na formação de um movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, na edificação de uma corrente classista entre os trabalhadores e na mobilização e organização popular e das camadas oprimidas da população. O Partido conquistou importante vitória no pleito municipal de 2000, recuperou sua bancada federal de 10 deputados, ampliou o número de militantes e quadros, elevou seu nível de organização. Além disso, hoje é uma corrente em expansão e com presença destacada na vida da sociedade brasileira.

### Quatro anos de crises

#### **A continuidade do governo FHC**

A aprovação da emenda da reeleição e a imposição de FHC como candidato único das forças conservadoras e neoliberais foram manobras decisivas para garantir a continuidade do projeto de “abertura e estabilidade”. Assim, o segundo mandato de FHC nasceu dos arranjos de uma votação parlamentar viciada, com uma ostensiva interferência na Convenção Nacional do PMDB visando à eliminação de um possível oponente. A vitória das forças situacionistas nas eleições de 1998 completou a investida continuísta.

A despeito da vitória de FHC no primeiro turno (eleito apenas com um terço dos votos) e da imposição de toda sorte de adversidades, as esquerdas e a oposição em geral alcançaram significativos êxitos. Pela primeira vez se obteve a união dos partidos de esquerda que constituí-



ram uma frente – União do Povo, Muda Brasil – encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. Tal iniciativa se revelou capaz de mobilizar amplos setores sociais e de reacender a esperança de transformação do país.

Desde meados de 1997 a trajetória do governo FHC tem sido caracterizada e determinada por crises financeiras e econômicas sucessivas, desdobradas em crises políticas e inter-relacionadas entre si. A economia brasileira começou a viver seu primeiro “choque especulativo” – crise cambial – na metade de 1997 (primeira onda da crise asiática), que se alastrou até o final deste mesmo ano. Adquiriu um novo impulso durante 1998 (segunda onda da crise asiática), culminando com um segundo “choque especulativo” de maior proporção nos últimos meses daquele ano, tendo de recorrer ao FMI – mesmo assim não chegou a ser estancado. Estendeu-se à crise cambial no início de 1999, levando à mudança do Plano Real, com a desvalorização da moeda nacional em mais de 50% naquela ocasião.

O segundo mandato de Fernando Henrique já nasceu em meio à forte crise. O ano de 1999 foi marcado por recessão, maior desemprego e lutas sociais, aproximando-se da eclosão de uma crise político-institucional. Entretanto, não houve maior consequência no rumo de uma mudança em virtude do quadro de forças ainda desfavorável à oposição – e de suas limitações e dificuldades de integrar maiores contingentes sociais à luta política. Apesar do abrandamento posterior da situação, em 2000 a crise se manteve latente, com ciclos de incidência menos intensa e progressiva perda de credibilidade por parte do governo.

O resultado das últimas eleições municipais confirmou a tendência favorável às forças oposicionistas, constituindo-se numa grande vitória destas. No primeiro turno, a oposição cresceu 38% em relação a 1996 e 40% nas maiores cidades do país (com mais de 200 mil eleitores). O segundo turno consolidou essa vitória, particularmente das correntes de esquerda. A oposição conquistou 20 das 31 cidades onde houve segunda volta.

Neste começo de 2001, os fatores econômicos e políticos da crise latente, que foram se acumulando – somados à derrota do governo nas eleições municipais, às sucessivas denúncias de corrupção no seio das forças governistas e à maior incerteza econômica, agravada com a crise

energética de grande dimensão –, produziram uma nova fase grave e difícil que o país começou a viver. A fragilidade do governo FHC, seu final desastroso, distinto do cenário tendencialmente aglutinador da reeleição de 1994, precipitou a disputa sucessória presidencial de 2002.

A deflagração da crise de energia que afeta o país contribuiu para deteriorar profundamente a situação neste período final do governo FHC. A ameaça que paira sobre o Brasil é de colapso do sistema elétrico. Isso porque nosso esquema anterior de planejamento energético foi desmontado. Os “investimentos” oriundos das privatizações não aumentaram sequer um megawatt à capacidade instalada. Revelou-se uma fantasia o conto de que bastariam a abertura e a entrada de capitais privados estrangeiros para produzir os investimentos para edificação da infraestrutura e dos serviços públicos, sem a intervenção do Estado. O governo, ao acatar as imposições do FMI, que não permitiu investimento estatal – considerado despesa – em produção e transmissão de energia elétrica, levou o sistema hidroelétrico brasileiro, moderno e seguro, ao descabimento. Diante disso, a expectativa é de queda do crescimento econômico já contido e de mais desemprego.

A crise que se abriu com o estalar dos atentados no dia 11 de setembro nos Estados Unidos e a seguida proclamação de guerra imperialista desencadearam grave ameaça à paz, à democracia e à soberania dos povos e acentuaram a tendência recessiva da economia mundial. O irrompimento dessa nova situação agravou o curso da crise multilateral que permeava o país. Em face desses graves acontecimentos, o governo FHC tomou uma posição dúbia, estando de um lado sujeito às pressões do governo norte-americano e, de outro, acossado pela rejeição da opinião pública e da grande maioria da população contrária ao engajamento do Brasil na empreitada guerreira estadunidense. O país tem tradição de ação diplomática pacifista e não intervencionista. Por isso, foi descabida a invocação pelo Itamaraty do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), porque o atentado nos Estados Unidos não resultou de ataque de qualquer Estado estrangeiro àquele país. Também o governo concedeu a permanência em território brasileiro de representação de serviço de inteligência dos Estados Unidos. O envolvimento militar do Brasil na guerra atual é contrário aos interesses do povo brasileiro.



Em suma, o caminho percorrido pelos dois governos de Fernando Henrique, o segundo ainda inconcluso, está determinado por crises (manifestação de uma crise crônica), instabilidade, autoritarismo, corrupção, injustiça e, em última instância, pelo agravamento dos problemas estruturais brasileiros. Desde 1998, com os novos acordos firmados com o FMI, foram impostos ao país pesados ajustes fiscais e a reforma liberalizante do Estado. Assim, o ciclo da dependência vai se agravando. Na realidade, o país passou a ser governado por um condomínio – governo compartilhado –, formado pelo Presidente da República, seus financistas e tecnocracia mais o FMI e o Tesouro norte-americano.

### Reestruturação, desmonte nacional, sociedade mais desigual

#### **A situação econômica**

A “inserção” do Brasil na economia mundial a partir de 1990, conduzida pela elite dominante, seguiu os preceitos do chamado Consenso de Washington, fórum orquestrado e dirigido pelos interesses do imperialismo estadunidense. O governo FHC se encarregou de aplicá-los em tempo curto, sofregamente. O país submeteu-se, então, pressionado pelos centros capitalistas mundiais, sobretudo os Estados Unidos, às condições de “ajustamentos” impostas pela crise das dívidas externas dos anos 1980, seguindo estritamente as normas dos mercados financeiros liberalizados, cuja regra básica está na “estabilização” com a abertura financeira e comercial. Mas para essa abertura havia a necessidade de um “lastro”. O Brasil teve de oferecer ativos compensatórios – títulos da dívida pública de curto prazo, empresas e bancos estatais atraentes, ações depreciadas de empresas privadas nacionais –, pós-abertura, que pudessem ser incorporados pelos monopólios transnacionais no seu curso inexorável de concentração e centralização do capital.

Desse modo, o país passou a leiloar seu patrimônio público, construído em várias décadas; a vender suas empresas privadas ao capital estrangeiro; a endividar o Estado realizando vultosa emissão de títulos públicos, pagando juros estratosféricos; e a elevar rapidamente seu passivo externo, tornando-se completamente refém da oscilação do fluxo dos capitais de fora. Nesse período de governos FHC, a dívida pública

interna mais que quadruplicou e dobrou o passivo externo líquido, ou seja, duplicou a dívida e o investimento externos, mesmo considerando as reservas internacionais brasileiras.

Essa linha de liberalização e abertura provocou nesses poucos anos forte desequilíbrio macroeconômico e profundos desajustes estruturais, desmentindo a prédica oficial de serem sólidos os “fundamentos” econômicos. Sobretudo a partir de 1995 persistiu, de maneira crescente, um déficit na balança comercial e também de serviços, produzindo um saldo médio negativo anual nas transações correntes de mais de 25 bilhões de dólares (mais de 4,2% do PIB), mesmo após a mudança cambial. O investimento direto estrangeiro (IDE) que entrou para cobrir esse saldo negativo, apesar de volumoso, tende a decair (a previsão é de menos de 20 bilhões de dólares este ano) e o déficit a se elevar (prevê-se mais de 26 bilhões de dólares em 2001). Por outro lado, em regimes de abertura financeira, como é o caso do Brasil, a absorção do capital externo não eleva a taxa de investimento interno. Este, ao longo de uma década no país, subiu apenas 2% em relação ao PIB. Atualmente, a invocada “contaminação” da crise argentina não teria repercussão interna efetiva se não fosse mais do que considerável a fragilidade das contas externas.

Essa política que vem sendo sustentada pelo governo FHC desencadeou intenso processo de reestruturação, provocando verdadeira desestruturação na indústria e na agricultura, não elevando, como se afirmava, a competitividade do sistema. A “modernização” aplicada – em condições cambiais desvantajosas, juros altíssimos e sem nenhum planejamento industrial – trouxe como consequência um intenso aumento nas importações de equipamentos e insumos industriais e o abandono da indústria brasileira de meios de produção. Hoje, conforme conclusão de analistas econômicos independentes, o Brasil passa por um processo de desindustrialização – em relação ao valor bruto da produção, há uma redução do nível dos produtos de maior valor agregado. Tal situação é demonstrada em função da fragilidade competitiva da indústria em todos os seus complexos de alto valor agregado e de conteúdo tecnológico; debilidade estratégica e tamanho reduzido dos grandes grupos domésticos; e enfraquecimento das empresas nacionais em todos os setores manufatureiros complexos (de maior valor agregado).



Atualmente, parte das grandes e médias empresas que se sobressaem está amarrada de forma subalterna a uma estrutura globalizada, condicionando uma série de “buracos” nas principais cadeias de produção. Como consequência disso, esses desajustes básicos limitam a taxa do crescimento do país e a sua sustentabilidade.

O setor agrícola ficou aquém de atingir volumes de exportação necessários para galgar maior capacidade para importar e manter a queda dos preços dos alimentos básicos. O Brasil, que possui condições concretas de se transformar em grande exportador de produtos agrícolas e agroindustriais, hoje se tornou um dos maiores importadores nesse setor. A forte desvalorização cambial do início de 1999 não foi suficiente para eliminar o déficit comercial, aumentando, também, os índices de importação, demonstrando assim a profundidade do desequilíbrio estrutural. Desse modo, a crise cambial está sempre latente e não é apenas conjuntural. Ela não pode ser resolvida simplesmente com uma mudança de política de câmbio. A reestruturação praticada não ampliou o mercado interno, não internalizou novas tecnologias, não modernizou a indústria básica; em razão disso, foi elevado sobremodo o montante das importações, resultando numa estrutura industrial e agrícola com cadeias descontínuas, e relativamente atrasada. O Brasil vem retornando, gradualmente, à condição de exportador de produtos primários.

Esse processo de reestruturação neoliberal gerou restrições fundamentais, como nunca, à economia brasileira – desnacionalizada de forma rápida e descontrolada. A parte mais importante dessa desnacionalização é o processo de privatização das grandes empresas estatais: até o início de 2001, envolveu operações dos setores de energia elétrica (34,3 bilhões de dólares) e de telecomunicações (26,4 bilhões de dólares). O setor financeiro, público e privado foi o terceiro grande negócio, com cerca de 18 bilhões de dólares. A outra parte fundamental corresponde a aquisições e fusões de empresas líderes de setores industriais importantes (autopeças, eletrodomésticos, produtos alimentícios, produtos de higiene e limpeza, bebidas, bens de capital e até agroindústrias).

O curso da desnacionalização se desenvolve por meio do investimento direto estrangeiro (IDE), o qual se caracteriza por não expandir o parque produtivo e por investir em setores ou em empresas não

geradores de divisas; e, além disso, eleva substancialmente a remessa de lucros, aumentando mais ainda o seu ônus sobre as contas externas de curto e longo prazos. A partir de 1997 aumentaram exponencialmente as aquisições de empresas nacionais por grupos transnacionais. No início da década de 1990, as remessas de lucros e dividendos não ultrapassavam o montante de 300 milhões de dólares; para este ano, se prevê mais de 7 bilhões de dólares de remessas – uma significativa mudança de qualidade.

A abertura financeira e as regras impostas pelo FMI conduziram todo setor público a uma crescente escassez de recursos. O gasto público econômico e social em relação ao PIB decresceu; mas, em contrapartida, a carga tributária e fiscal agigantou-se para saldar as despesas com juros que, no ano passado, quase alcançaram 8% do PIB (em 1995, foram 2,58%), elevando a dívida pública, de cerca de 20% em 1994, para aproximadamente 50% do PIB atualmente. Para se ter uma ideia do peso dos juros em relação à receita corrente líquida, basta dizer que os juros das dívidas interna e externa, que em 1995 representavam 21,2%, em 1999 chegaram a 35,2% e, em 2000, 61,3%. O investimento público, hoje, não passa de irrisórios 2,5% do PIB.

Desde o acordo com o FMI, no final de 1998, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vêm se pautando por forte arrocho fiscal; pela manutenção e o acréscimo de pesada carga tributária; e pelo corte radical dos investimentos e dos gastos sociais. A sua essência consiste em extrair o máximo de receitas e, ao mesmo tempo, cortar despesas não financeiras (gastos sociais e investimentos públicos), a fim de possibilitar um maior gasto com as despesas financeiras (serviço da dívida e outros). Disso resulta a componente com a qual se define um superávit fiscal primário (geralmente, cerca de 3% do PIB), sendo tudo submetido a esse objetivo – o único número intocável do Orçamento. Enquanto isso, de 1995 a 2000, os recursos destinados à Saúde diminuíram de 2,1% do PIB para 1,96% e os da Educação de 1,4% para 1,2%. Disso sucederam as consequências brutalmente danosas para a situação em que se encontram as cadeias de redes sociais públicas e toda a infraestrutura do país. Esta, com a escassez do investimento público e as privatizações, vem sendo deteriorada e ficando aquém da demanda exigida por um crescimento, mesmo que contido. A crise energética, produzida



principalmente nos governos de Fernando Henrique, demonstra o grau de liquidação que alcançou o Estado nacional brasileiro.

A continuidade da aplicação desse projeto neoliberal no Brasil implicará crescentes restrições para o desenvolvimento da economia nacional, que estará sujeita às oscilações que determinam o financiamento externo adotado e à extensa desnacionalização que aprofundou a dependência econômica. Em tais condições, a retomada do crescimento sempre fará aumentar o déficit externo – porque aumentará mais a importação e a remessa de lucros –, enquanto as exportações se manterão defasadas, não acompanhando o crescimento do índice de importação, como resultado das restrições estruturais atuais. Por isso, a dinâmica econômica tem sido caracterizada por um pequeno crescimento, seguido de recessão, e vice-versa; resultando num crescimento médio medíocre, em uma conjuntura internacional de incertezas, condicionando uma tendência econômica marcada pela instabilidade, estagnação e maior dependência. Essa situação tende a se agravar – mantidas as premissas neoliberais – em uma conjuntura mundial de recessão e guerra.

### *Desmonte do Estado nacional*

A trajetória de quase 10 anos da predominância da orientação neoliberal no Brasil, principalmente a partir do governo FHC, vem provocando mudanças estruturais na base econômica – desestruturação da economia nacional –, produzindo, simultaneamente, modificações na superestrutura política, sobretudo com o desmonte do Estado nacional. Desse modo, a estratégia de abertura e de domínio do mercado brasileiro pela oligarquia financeira transnacional dos países centrais, através da supremacia política destes e do seu próprio poderio econômico, consiste em forçar a liquidação dos instrumentos econômicos, tecnológicos, políticos, sociais e culturais – fundamentais para a soberania e a proteção nacional. Essa oligarquia que engloba os grandes monopólios é a força social dominante na sociedade capitalista contemporânea. Procura submeter a burguesia local a fim de favorecer o predomínio sem contrapesos de seus interesses. Tal força dominante

tanto utiliza o poder de seus Estados imperialistas para sua expansão mundial, quanto o poder do Estado brasileiro para realização de suas rentáveis operações financeiras e comerciais. Assim, o aparato estatal deve estar preparado para garantir liberdade plena de movimentos aos monopólios transnacionais e reprimir os movimentos de resistência e mesmo uma parte da burguesia nacional.

A denominada reforma do Estado vem sendo utilizada como meio para adequar o Estado nacional a essa investida do grande capital monopolista, submetendo-o aos seus preceitos e interesses. O Estado brasileiro, de Estado da macroeconomia, do emprego e da renda (economia da produção), cada vez mais está se tornando um Estado da macroeconomia da riqueza financeira. Transformou-se em centro transferidor de gigantescas parcelas de riqueza a grandes rentistas internacionais e associados locais. Do Orçamento Nacional previsto para 2001, mais de 40% da receita destinam-se ao pagamento do serviço da dívida pública.

O governo de Fernando Henrique Cardoso é artífice e condutor desse desmonte nacional, construtor de um Estado em processo de colonização contemporânea. Esse Estado vem intervindo eficaz e rapidamente nos momentos de crise provocados pelo mercado financeiro para evitar as perdas patrimoniais dos grandes grupos privados transnacionais, providenciando mecanismo de proteção, conhecido como *hedge*. Dessa forma, se o seguro não for suficiente para “tranquilizá-los”, poderá recorrer ao FMI, sob condições leoninas, exigindo pesados sacrifícios ao povo, e transferir enormes volumes de recursos públicos para salvar o sistema financeiro. Para tanto, o Estado atual é máximo: valem as medidas de intervenção, não as leis do mercado.

A fim de justificar as mudanças, coloca-se em movimento um extenso aparato político-ideológico: órgãos estatais, mídia, instituições, universidades, parte da intelectualidade. Todo recurso discursivo a serviço do poder é profusamente difundido no sentido de qualificar, pejorativamente, como “absurda” e “atrasada” qualquer proposta que se contraponha à agenda “natural” dominante. Tudo que seja obstáculo à investida imperialista atual é apregoado como superado: Estado-nação, projeto nacional, empresa estatal, soberania nacional. E mais,



“o mercado é o melhor regulador das relações econômicas e sociais», «a desigualdade social é importante fator de estímulo ao crescimento econômico» e outras pérolas neoliberais.

O governo e os condutores do processo liberalizante, na sua marcha transformadora, agendaram uma série de “reformas estruturais”. Primeiro, a mudança da linha geral da Constituição de 1988. Segundo, a adoção, a partir do final de 1998, da linha “disciplinadora” do FMI. E, terceiro, a desfiação de um conjunto de leis fundamentais, consideradas como “blindagem” do sistema dominante – garantia da sua continuidade mesmo com a mudança de governos –, tal como as leis que disciplinam o modelo das Agências Reguladoras, a Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, a tentativa de formação de um Banco Central “independente”.

A Reforma Econômica, com a alteração do Capítulo da Ordem Econômica da Constituição, foi o ponto de partida, implicando mudanças fundamentais: alteração do conceito de empresa nacional para “empresa brasileira”; fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações; desnacionalização da navegação de cabotagem; aprovação da nova Lei da Propriedade Industrial – lei das patentes. Tudo isso abriu caminho para o desenvolvimento das grandes privatizações e da desnacionalização da economia, garantindo às empresas estrangeiras os mesmos direitos de crédito e de exploração das nacionais, com um diferencial essencial: aquelas vinham com divisa forte e tinham acesso ao crédito de fora com juros muito inferiores aos locais.

Logo em seguida, a reforma na área social, ainda inconclusa, consiste num conjunto de medidas que segue a lógica da diminuição das despesas não financeiras (gastos públicos) e da minimização do Estado na própria esfera social. Exemplo significativo disso foi a Reforma da Previdência que, além de promover perdas nas conquistas dos trabalhadores, visa à privatização de seu setor mais rentável. A Reforma Administrativa, seguindo a mesma linha de “diminuição do Estado”, revogou a estabilidade do servidor público e o direito à aposentadoria integral, instituiu o “contrato de gestão”, recurso esse que permite ao Estado se ver livre de muitas responsabilidades, repassando-as para o setor privado ou para organizações sociais – até nas áreas de Saúde e Educação. O Brasil tornou-se um dos campeões mundiais em pro-

cesso de desregulamentação do trabalho. O estágio atual consiste na flexibilização dos direitos trabalhistas através da alteração do artigo 618 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), revogando na prática a legislação trabalhista ao estabelecer que os acordos e convenções coletivas se sobreponham à lei. Isto como expediente que visa a atender o ritmo da concorrência altamente concentradora imposta pelo capitalismo atual. No mesmo caminho do endurecimento nas relações de trabalho, por meio de atos de força, arbitrários e antidemocráticos, são efetuadas medidas que visam a restringir o poder de mobilização dos trabalhadores, especialmente dos servidores públicos, cujo direito de greve está ameaçado. Além disso, procura-se golpear a resistência dos trabalhadores negando a unicidade sindical, através de mais uma emenda constitucional.

Todavia, o governo não completou o ciclo das denominadas reformas estruturais. Mantêm-se em pauta as reformas tributária, judiciária e política. A primeira é parte fundamental da política neoliberal; ainda não avançou porque o governo já conseguiu o que pretendia: aumentou significativamente a arrecadação e agiu intempestivamente através da aprovação de emendas constitucionais – a Desvinculação de Recursos da União (DRU), que assegura ao governo 20% da receita da União, para gastos fora do enquadramento orçamentário, um verdadeiro confisco, e a CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira), o imposto “cascata” –, e da promulgação de outras leis fiscais que mantêm um sistema tributário extremamente regressivo (repasso de recursos, mais do que proporcionais, das camadas pobres e camadas médias para o Estado) e centralizador (debilitação do próprio pacto federativo). Sua proposta atual segue a manutenção dessa linha, com a defesa dos impostos indiretos que não incidem sobre a renda e a propriedade, mas sim sobre a circulação de mercadorias, atingindo indistintamente todas as camadas da população.

A Reforma do Judiciário segue o mesmo escopo. A adoção da Súmula Vinculante, por exemplo, permite aos tribunais superiores a promulgação de decisões válidas para todas as instâncias do Judiciário, facilitando a concentração da pressão governamental “por cima”, como nos casos sucedidos na concessão de processos de privatização.

Pretende o governo que a Reforma Política, ainda em andamen-



to, desenhe o novo arcabouço político partidário e eleitoral do sistema que vem sendo implantado. Ainda não avançou efetivamente em decorrência das contradições da própria base política governamental. Esta reforma por sua natureza fortemente autoritária, antiplural e antidemocrática, também encontra justas resistências. Um Estado que vem sendo moldado para assegurar crescente concentração do capital e da riqueza é incompatível com a democratização. Torna-se vital, para sua governabilidade, consolidar e “aperfeiçoar” um mínimo condomínio de partidos, do qual subsistam apenas os situacionistas, embora circunscritos a um número menor de legendas e a apenas um partido de oposição maleável, confirmando ainda mais o caráter elitista do poder político. Evidentemente, partidos como o PCdoB não podem ter representação parlamentar nesse conceito antidemocrático. O traço fundamental dessa “reforma” é não impedir o livre movimento do poder econômico, a fim de exercer sua influência, de uma forma ou outra, nos pleitos, principalmente no atual estágio da democracia liberal burguesa, em que as campanhas, para triunfar, tornaram-se cada vez mais virtuais e milionárias. Os partidos vinculados aos setores sociais dominantes não podem prescindir do financiamento econômico privado. Para consubstanciar o modelo governamental pretendido, seus autores se valem do entulho autoritário disponível no estoque dos períodos ditatoriais da história brasileira e copiam modelos elitistas de fora, como a cláusula de barreira, o voto distrital misto e a proibição da coligação na eleição proporcional.

Nos acordos com o FMI a partir do final de 1998, o governo “reafirma” a linha e a agenda das “reformas estruturais”; compromete-se em “acelerar e ampliar o escopo do programa de privatizações” e em “exercer com determinação a sua política” de “conceder maior eficiência e reduzir, ao longo do tempo, o papel dos bancos públicos na economia”. As premissas e os números básicos do Orçamento Nacional são ditados por esse organismo internacional, bem como as principais metas financeiras e econômicas para o país. Tudo isso, sob o regime de um permanente controle externo, significou um avanço qualitativo na escalada liberalizante, retirando parte fundamental da autonomia nacional para definir a política econômico-financeira brasileira.

Com o advento das privatizações, o governo espelhou-se no modelo norte-americano para criar as Agências Reguladoras, com a finalidade de regular a atividade econômica de setores fundamentais – petróleo, energia, telecomunicações, águas, transportes –, que passam a ser a expressão orgânica da ideia da retirada do Estado da atividade produtiva. Os presidentes dessas agências têm mandatos fixos que não coincidem com o do presidente da República. Qualquer novo governo encontrará nesse estratégico terreno da administração econômica uma situação estabelecida, independentemente de sua política. Apesar de dispor formalmente de amplo poder regulador, tais agências possuem pequena capacidade real para impor suas determinações, pois as empresas desses setores são constituídas sob a égide de grandes monopólios internacionais, prevalecendo, em última instância, a força do “mercado” e a influência dos poderosos conglomerados. Estão imunes à prestação de contas à sociedade. Além disso, destacam-se como definidoras da política neoliberal como no caso do saneamento básico (recursos hídricos como questão estratégica), propondo um arcabouço institucional (Projeto de Lei n. 4.147/2001), constituído no âmbito federal, cujo objetivo maior é a privatização do setor. Ainda pode-se ressaltar a escalada sem precedentes da privatização do ensino e da saúde. Cerca de 75% das Instituições de Ensino Superior do país pertencem à iniciativa privada. No campo da saúde, 60% dos leitos estão em instituições privadas (filantrópicas ou não). Quarenta milhões de brasileiros estão hoje vinculados aos planos e seguros de saúde, principalmente através dos convênios-empresas que são estimulados a se estender.

Para compor essa “blindagem” do sistema em implantação, foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que, ao contrário do difundido, não limita a farra com o dinheiro público, pois permite a ampliação dos gastos financeiros, especialmente os da União. A finalidade dessa lei é fazer cumprir, ao extremo, metas fiscais, na linha do ajuste reafirmado ao FMI, enquadrando de forma draconiana governadores e prefeitos, punindo-os até mesmo com prisão e desconsiderando, ostensivamente, os preceitos do pacto federativo vigente. Ela impede qualquer negociação das dívidas dos Estados e das prefeituras, geradas em consequência dos altos juros. E a sua resultante maior impõe o congelamento dos gastos sociais, numa realidade em que prefei-



tos e governadores vivem sob pressão explosiva de demandas humanas e sociais.

### *A sociedade mais desigual e deformada*

A modelagem que vem sendo realizada na base econômica e no arcabouço estatal do Brasil atual – resultante do surto liberal, condição imposta pelo curso da concentração e da centralização do capital transnacional – vai cavando na sociedade brasileira maiores desigualdades e profundas deformações. O atual arranjo político e econômico produz um estrago social ainda pior que os anteriores. Às questões estruturais do subemprego e da pobreza se agregaram o desemprego aberto, a precarização nas relações de trabalho e a exclusão social de camadas antes participantes do processo de desenvolvimento. A taxa de desemprego praticamente dobrou (mesmo considerando os índices do IBGE), saltando de 4,3% em 1990 para 7,1% no ano 2000. Hoje, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) integram o mercado de trabalho informal. No cenário de um crescimento médio medíocre, há uma queda no gasto público econômico e social (atualmente mal atinge o nível da década de 1980, caindo, portanto, em relação ao PIB) e a predominância de uma política fiscal regressiva somada aos inúmeros “ajustes fiscais”.

O perfil social que vem sendo plasmado é expresso em segmentos compostos por uma camada minoritária na sociedade, efetivamente incorporada ao padrão de desenvolvimento vigente; por uma camada maior intermediária, ameaçada, que vive a agonia permanente de manter seu nível na escala social e de preservar certos direitos, atualmente em perigo; e pela maioria da população – da qual fazem parte os que vivem com menos de três salários-mínimos (de 80 dólares), os desempregados, subempregados, os abaixo da linha da pobreza e os marginalizados – que é deserdada do processo liberalizante. Ao regime sequer foi possível concretizar, de forma continuada, “políticas compensatórias” para atender à crescente carência social. Seguindo o padrão da reprodução capitalista atual – no qual a taxa de lucro imposta pelos monopólios transnacionais é bem superior à de crescimento

obtido, na média, nos países “periféricos”, como é o caso do Brasil –, a perspectiva é que no máximo cerca de 30% da população sejam realmente incluídos no mercado resultante do processo atual.

Do ponto de vista de classe social, com a abertura liberal e a consequente sucessão de medidas desnacionalizantes e as mudanças na superestrutura, cresceu o poder da oligarquia financeira internacional no país, acentuando a estratificação interna da burguesia brasileira – a “financeira” e a “produtiva” –, resultando na formação, nesta classe, de uma camada associada de formas diversas à oligarquia estrangeira e de camadas que foram perdendo espaço, ameaçadas ou absorvidas. Trata-se de um processo em desenvolvimento, carecendo ainda de melhor definição. Por outro lado, esse movimento do capital vem produzindo a progressiva depauperação do proletariado e do campesinato em geral e a marginalização de parcelas maiores da população. As diferenças regionais se acentuaram, concentrando a produção de bens e serviços de maior valor agregado no Sudeste e no Sul do país.

Diante desse quadro em formação, é inevitável o agravamento das contradições sociais e nacionais, provocando, como consequência, a resistência e a luta dos trabalhadores e do povo em geral. Nesse período mais recente, as lutas populares alcançaram o nível da mobilização política com o expressivo ato de metalúrgicos, funcionários públicos, estudantes e sem terra, em abril de 1997 em Brasília, e com a grande manifestação da marcha dos 100 mil, em agosto de 1999. Além disso, nesse mesmo ano, as grandes ações de massa de caminhoneiros e de pequenos e médios agricultores. No ano passado, a campanha exigindo um plebiscito sobre dívida externa mobilizou 7 milhões de votantes em quase todos os estados. O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no início de 2001, tornou-se um grande evento de repercussão mundial, contando com a presença de 15 mil participantes de 120 países integrados na luta contra o neoliberalismo. A luta pela reforma agrária se ampliou com ocupações de terra e importantes marchas nas cidades. As greves econômicas, mesmo diante da pesada adversidade para os trabalhadores, não deixaram de eclodir. Estes têm empunhado bandeiras em defesa dos seus direitos ameaçados, das condições de trabalho que se precarizam, pela diminuição da jornada de trabalho para 40 horas e aumento do salário-mínimo. As mobilizações



estudantis promovidas pela UNE e pela Ubes cresceram nos últimos anos, pautando a defesa da educação pública e colocando no alvo o governo FHC. O Fórum Nacional de Lutas organizado desde 1997, que congrega mais de 80 organizações sindicais e populares de caráter nacional, tem cumprido importante papel aglutinador e na mobilização de grandes ações de massas no país.

Em duas décadas, do número total de habitantes, a população urbana saltou de 50% para 80%, inchando as cidades, fato esse que, diante de uma política econômica e social desigual e injusta e da ausência de investimento público, aprofundou a clivagem dessa população, conformando, no âmbito de uma mesma cidade algumas ilhas “de primeiro mundo” cercadas por amplas concentrações, até mesmo de “quarto mundo”. As lutas sociais contra a rápida deterioração da vida das massas se espriam em várias formas de organização em todo o país, num somatório de pequenas ações por moradia, saúde, educação, transportes, saneamento básico e contra a violência, sobretudo nos grandes centros. A criminalidade e os assassinatos atingiram níveis alarmantes, condizentes com um quadro de guerra civil. Nisso muito contribui o narcotráfico, que utiliza milhares de jovens na sua atividade criminosa. As camadas marginalizadas promovem revoltas em favelas e na periferia das cidades e sublevações nos presídios e Febens. Os diversos setores da população, como mulheres, índios, negros e as minorias, mantêm uma constante luta por seus direitos específicos.

É preciso acentuar o fato de que as mudanças nas relações entre capital e trabalho vêm ocorrendo num ambiente político com correlação de forças francamente desfavorável à classe operária e suas organizações mais consequentes, reduzindo o poder de mobilização, a unidade e as condições de luta dos trabalhadores, que têm sido constrangidos à defensiva. Combinada com a ofensiva política intensa, uma vasta pressão ideológica pesa continuamente sobre eles. O movimento sindical brasileiro encontra-se em refluxo. A rigor, vive uma crise de representação, com a redução de suas bases e o obscurecimento das perspectivas políticas. Novos desafios emergem dessa realidade e devem ser enfrentados pelos comunistas e demais forças consequentes do movimento operário.

O agravamento das contradições políticas, econômicas e sociais vai

desnudando a natureza do governo FHC e expondo os recônditos interesses dos partidos e facções que o sustentam para parcelas crescentes da sociedade. Sua credibilidade despencou e cresce a rejeição à sua política. Transparece progressivamente – por detrás do engano e do disfarce convenientemente concertados – o fato de Fernando Henrique Cardoso sempre ter procurado ocultar o sentido de sua submissão externa. Seu governo acentua a característica autoritária. Possui uma trajetória marcada por uma conduta que combina truculência para as camadas populares e arrogância para a oposição com, de outra parte, condescendência para as aristocracias financeiras – externa e interna. Vai se tornando evidente o seu bojo cheio de politicagem, corrupção e fraude. Foram muitas as CPIs circundadas e barradas por ele e seus acólitos. Para enfrentar a resistência à aplicação de sua política anti-popular e antinacional, governa de forma discricionária por meio das Medidas Provisórias que se transformaram em um recurso permanente. O Poder Executivo resulta num presidencialismo imperial. As duas casas legislativas – Câmara dos Deputados e Senado Federal – perderam grande parte de sua autonomia.

Na sociedade atual, em desenvolvimento, é relevante a interferência da mídia na prática política e no exercício do poder como instrumento de construção de consenso e legitimação do projeto hegemônico. É preciso fazer o povo “aceitar o sacrifício”. Na visão de analistas independentes, sobretudo levando-se em conta a televisão, identifica-se que esta se tornou o “Príncipe Eletrônico”, ou seja o “maquiavelismo contemporâneo”. A TV pode gestar a “realidade virtual”. A mídia constitui-se e efetiva-se como empresa, e seu produto como mercadoria; sua mediação e sociabilidade obedecem aos parâmetros mercantis. Em nosso país a grande mídia liderada por famílias aristocráticas tradicionais se modernizou e, condizente com o processo atual de concentração do capital, se monopoliza, com algumas empresas sendo absorvidas por grupos estrangeiros e entrelaçando-se através de múltiplos interesses econômicos à oligarquia financeira no processo de desnacionalização em curso. Por se tornar também um potente instrumento de poder, a mídia de porte médio e pequeno foi sendo montada e capturada diretamente pelos grupos políticos dominantes em vários Estados.



### Ameaça neocolonial contemporânea

#### **Abandono do projeto nacional**

Transcorridos 10 anos de vigência da orientação neoliberal no Brasil, torna-se mais nítida a evolução das tendências predominantes, suas fontes e o caráter das mudanças ocorridas. Se o país perdera a década de 1980, tal fato, relativamente, ocorreu ainda mais na seguinte. A abertura radical da economia desde o início de 1990; o processo de “reformas”; as operações de privatizações das empresas estatais e a ampliação da desnacionalização; o desmonte do Estado nacional brasileiro e a revisão drástica da Constituição de 1988 em seus principais capítulos ocorreram em praticamente 5 anos – uma rara velocidade histórica se se considerar o fato de o país estar diante de mudanças estruturais e da superestrutura nacional.

Está patente que o Brasil se inseriu num projeto ditado e manuseado de fora, pois “era o único caminho que restava”, segundo a vulgata neoliberal, agravando e prolongando o impasse do capitalismo dependente brasileiro. As elites dominantes brasileiras (grande burguesia, seus políticos, parte da intelectualidade, a quase totalidade da mídia), visando a resguardar seus interesses e posições, acossadas pela “crise das dívidas” dos anos 1980 – nas quais elas mesmas acabaram se enredando –, excluíram qualquer veicidade de desenvolvimento autônomo, de projeto nacional. Pactuaram com a oligarquia financeira transnacional o destino da nação, abrindo-a, literalmente, concedendo lastros, garantias e realizando as mudanças exigidas do exterior para o êxito do novo empreendimento. Hoje, a governabilidade perdeu o sentido nacional para os atuais governantes. Na eleição presidencial de 1989, a tentativa de fazer vingar um projeto alternativo – de cunho democrático-popular que, diante da encruzilhada da década de 1980, pudesse abrir caminho no rumo da soberania e da democracia – quase triunfa no segundo turno das eleições, após ter conseguido ampla união de forças. Os setores dominantes de dentro e de fora do país estremeçaram e apressaram a viabilização e a manutenção do rumo liberalizante.

Os problemas estruturais brasileiros – dependência econômica e acentuada desigualdade social –, próprios de um país “periférico”, condicionam uma dinâmica capitalista periódica de acumulação com en-

dividimento externo, o que tem sido uma tendência histórica. Entretanto, na trajetória do Estado brasileiro, desde 1930, considerando-se também o período do regime militar, ainda persistia, mesmo com suas deformações, uma “visão nacional” – responsável por uma economia, uma política e uma diplomacia nacionais. A tendência nacionalizante, a busca de um projeto nacional, foi truncada na década de 1990. O projeto democrático-popular foi derrotado em 1989 e os setores dominantes abandonaram qualquer pretensão de projeto nacional. O Estado nacional vem sendo desmontado e, hoje, amoldado às condições geopolíticas e geoeconômicas da ordem mundial, hegemônica pelos Estados Unidos. Se continuarem essas tendências à desnacionalização, com concentração do capital dirigido de fora, e à submissão às condições impostas pela potência hegemônica, o Estado nacional brasileiro atingirá um patamar de abandono completo das funções, objetivos e compromissos nacionais, crescendo, assim, a ameaça neocolonial sobre o país. Um exemplo claro dessas tendências é a recente tentativa do governo FHC de internacionalizar a Base de Lançamentos de Satélites de Alcântara, no Maranhão, cuja proposta já se encontra na Câmara dos Deputados.

### *Caminho da neocolonização*

Em suma, a crise crônica que vive o governo FHC, com reincidências constantes, é manifestação da mudança imposta desde o início da década passada: a tendência definida pelo anseio nacional e pela democracia em todos os terrenos foi barrada temporariamente. A fixação da linha neoliberal para os países latino-americanos, nascida no Consenso de Washington, tem um sentido estratégico definido de domínio econômico-financeiro e político sobre essa região. Por isso compreende a sucessão de etapas fundamentais de médio e de longo prazos. O processo estabelecido teve uma primeira etapa impulsionadora que compreendeu todo o movimento de liberalização e abertura das economias nacionais e, conseqüentemente, uma segunda etapa – de “reformas” transformadoras – ainda em andamento em muitos países, como o Brasil. Nos planos hegemônicos, a proposta da Área de Livre Comércio das



Américas (Alca) compreende uma terceira etapa fundamental, que leva o Brasil e toda a América Latina (menos Cuba) a apressarem e a consolidarem a trajetória de uma completa dependência. Na realidade, esse processo neocolonizador contemporâneo teve no Consenso de Washington seu começo e o hegemonismo norte-americano pretende, hoje, no “consenso da Alca”, a sua consolidação. A Alca significa, desse modo, a continuação de um plano de domínio das Américas, de amplo alcance, pelos Estados Unidos, com objetivos políticos, econômicos e militares de longo prazo, cuja aplicação foi iniciada pela cúpula de Miami, em 1994. A compreensão desse objetivo estratégico imperialista, além da disparidade entre as economias estadunidense e brasileira, explica, do ponto de vista nacional, a inviabilidade do projeto Alca. Portanto, não é apenas o prazo do começo do empreendimento que está em questão, ou mesmo o “cardápio” – mudanças nas relações comerciais que favoreceriam o conjunto dos países em jogo. O que realmente conta é a questão de, nesta época, ainda estar caracterizada a relação entre país imperialista, hegemônico, e país dependente. Aquele não muda seu caráter de domínio e expansão; ao contrário, historicamente o vem reafirmando. O novo período guerreiro e expansionista é uma demonstração dessa lógica imperial. Outra consequência desse objetivo estratégico é que, para atingi-lo, as forças dominantes atuais adotaram e desenvolveram a política neoliberal. Esta, entretanto, vem sendo “reciclada” ou adaptada conforme o nível da resistência e da evolução da situação em geral, definindo os passos a seguir; não estando ainda presente o seu esgotamento, considerando-se o objetivo maior da investida imperialista.

### *A busca de um novo rumo para o Brasil*

#### **A natureza da crise**

Já no seu 9º Congresso, o Partido afirmava que o Brasil reúne condições para a construção de uma alternativa própria de desenvolvimento sustentado, democrático, incluindo o conjunto da população nos benefícios da renda e do trabalho – diferentemente do modelo vigente. Em primeiro lugar, tendo em conta a evolução histórica brasileira, neste começo de século, o Brasil se encontra sujeito ao esgotamento de

um ciclo econômico e social com suas consequências políticas. O modelo ultraliberalizante e desnacionalizante, conduzido nesta última década, agravou sobremodo o impasse brasileiro, reforçando a dinâmica de crescente endividamento externo. Resultante dessa exaustão de ciclos de dependência cada vez mais profundos, a crise atual se manifesta pela contradição entre duas tendências: uma definida pelo anseio e a visão da defesa do progresso nacional e pelas aspirações democráticas e populares; e a outra, definida no projeto em curso, desnacionalizante, autoritário e excludente, conduzido pelo pacto político dominante – tal pacto, por sua vez, vem sendo submetido a um processo de estratificação, no qual alguns setores burgueses se sobrepõem a outros no contexto da nova relação com a oligarquia financeira transnacional. A contradição característica do núcleo da crise brasileira é parte integrante de um sistema de contradições mais ampliado porque o país, por um lado, está profundamente inserido no processo de acumulação capitalista dos círculos financeiros e econômicos internacionais e, por outro, não tem força de decisão nos centros de poder políticos e econômicos mundiais sob controle das grandes potências capitalistas e de seus monopólios transnacionais. Coloca-se como um país dependente e subordinado.

Em segundo lugar, o Brasil possui um grande território. É o quinto país em população no mundo, é uma grande nação, com uma cultura própria, e reúne condições estruturais correspondentes a um país de desenvolvimento médio, com uma economia extensa, relativamente diversificada e complexa – tem atualmente o 11º PIB mundial. Reúne, assim, grande potencial para um desenvolvimento próprio. Devido às suas dimensões e ao seu potencial, é o único, na América do Sul, que pode em perspectiva chegar a competir em aliança com outras nações do mesmo porte, com os Estados Unidos.

Em síntese, o país concentra um feixe de contradições que o torna preso a crises sucessivas, que podem se agravar no atual período de guerra imperialista, está entre as maiores nações de porte médio mas, ao mesmo tempo – produto dessa realidade contraditória –, acumula forças objetivas e subjetivas que podem superar a grave situação em que vive, para a busca de um caminho condizente com as aspirações de seu povo e de sua postura nacional. Desse modo, pode-se concluir que



na cadeia mundial do sistema capitalista-imperialista o Brasil objetivamente está entre os elos débeis desse conjunto, reunindo condições potenciais próprias para se desgarrar de sua atual posição subalterna. Para tanto, depende do avanço das condições subjetivas, ou seja, da predominância de uma nova orientação que lhe possa garantir uma linha de defesa da soberania e da democracia.

### *Os campos oposicionista e situacionista*

As forças políticas de resistência surgem dessa evolução contraditória que conforma a crise. Elas são colocadas em movimento e, ao mesmo tempo, chamadas a indicar um novo caminho, alternativo. O grau de desgaste do governo FHC e seus estragos nas esferas política, econômica e social conduziram a um processo de ampliação e de diversificação do campo oposicionista. O movimento popular se estendeu e se intensificou em determinados períodos e múltiplas formas de revoltas das camadas deserdadas têm se sucedido. Entretanto, as forças políticas da oposição ainda possuem dificuldades para envolver maiores parcelas do povo na luta política e se encontram numa fase de diferenciação de posições, com a cogitação de diferentes candidaturas tendo em vista a próxima eleição presidencial. Esse contexto, por enquanto, vai tornando mais difícil alcançar um programa comum e uma candidatura única da oposição, para a sucessão, desde o primeiro turno.

O pleito de 2002 se reveste de grande importância por ser uma batalha política imediata na qual estará em jogo a eleição do presidente da República, das duas Casas do Congresso Nacional (dois terços do Senado), dos governadores dos estados e das Assembleias estaduais, tornando-se um momento decisivo para a mudança do rumo do país. O Partido dos Trabalhadores (PT) saiu das eleições 2000 como o maior partido da oposição. Mas a realidade do quadro de forças predominante demonstra ser preciso compor um vasto bloco de partidos políticos e representações sociais a fim de derrotar o atual pacto dominante e mudar o curso determinado pelo projeto neoliberal em andamento. Nas atuais condições, sozinho, nenhum partido oposicionista teria possibilidades de êxito.

São evidentes o desgaste e o descrédito das forças governistas e a intensidade de suas disputas intestinas, agravadas com o descrédito no presidente da República e com a necessidade de reciclagem do projeto em curso. Entretanto, entre esses setores, a peleja é por maiores espaços de poder, existindo certa homogeneidade de posição quanto ao empreendimento neoliberal – nesse sentido, acompanhados de decidido apoio da maioria da mídia e de poderoso respaldo de fora. Entre os partidos que compõem a base do governo, o PSDB vai assumindo o papel de força política mais comprometida com o setor dominante, associado ao capital transnacional – a “nova burguesia”. O PFL representa sobretudo interesses da oligarquia tradicional, que se adaptou ao modelo oficial e procurou manter-se como principal partido aliado do governo. O PMDB representa uma mescla de interesses de camadas sociais altas e médias, contando em seu meio com setores comprometidos com o projeto governamental e outros que têm contradições com a orientação política e econômica dominante.

### Um novo rumo para o Brasil

A mudança deste rumo imposto ao Brasil, conduzido pelo atual pacto político dominante, implica a necessidade incontornável da formação de um extenso e massivo movimento cívico – centrado nas forças de esquerda e socialmente entre os trabalhadores, capaz de unir a maioria da nação brasileira em torno de um programa de reconstrução nacional, de ampliação democrática e de defesa dos interesses populares –, objetivando a virada na correlação de forças políticas em que predomina, hoje, o bloco comprometido com o modelo liberalizante e dependente. Por conseguinte, esse programa tem como finalidade a ruptura com a situação estabelecida por um sistema de poder que se submeteu às restrições externas e internas – dependência dos círculos financeiros internacionais, desmonte nacional, sociedade mais desigual –, a fim de reestruturar o Estado e a economia nacionais, impulsionar o processo democrático e promover o bem-estar social, rompendo com a atual orientação econômica e social adotada pelos últimos governos da República. Este programa não significa um retorno



ao modelo do Estado anterior, em razão dos seus objetivos centrais e pelo caráter das forças políticas e sociais que podem respaldá-lo.

A viabilidade e a aplicação desse programa somente serão possíveis com a vitória de um novo governo de reconstrução nacional, democrático, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal, baseado nas forças populares. Primeiro, o ponto de partida está em derrotar o bloco das forças conservadoras atuais, estabelecendo um novo pacto político e social a fim de recompor e fortalecer o Estado nacional, democratizando-o, para exercer uma intervenção reestruturadora, abrangente e constante, tendo em vista a execução de um projeto de desenvolvimento nacional sustentado com distribuição de renda. O seu financiamento deve estar baseado, sobretudo no investimento e nos processos internos e na redefinição, segundo um plano nacional estabelecido, do papel do setor internacionalizado da economia. E nos fóruns internacionais (ONU, OMC, Mercosul, OEA) participação com posição independente e não aceitando posições discriminatórias, hegemonismo ou política de força. Segundo, a democratização da vida nacional, processo que inclui a reforma da Justiça, os meios de comunicação, a revisão do instituto da Medida Provisória. Mas, que compreende, sobretudo a ampliação da liberdade política e partidária, acesso ao trabalho e reforma agrária antilatifundiária, a universalização dos direitos sociais básicos, a participação popular e o controle da atividade governamental. Terceiro, os direitos do povo, visando ao bem-estar social; função esta dependente da reorientação das prioridades do investimento e do gasto público, devendo, assim, estar relacionada com a ação do Estado e a participação do povo, e não com a predominância do mercado, principalmente se forem consideradas as tendências atuais, capitalistas, de forte concentração social de renda e riqueza. Essas devem ser as premissas e os fundamentos de um programa alternativo à ordem política, econômica e social estabelecida no Brasil atual, extraindo-se dessa base o conjunto do corpo programático.

Conforme o nível de construção do empreendimento neoliberal em curso, uma transição – para a adoção dos novos fundamentos programáticos – deverá passar necessariamente pela denúncia dos acordos lesivos ao desenvolvimento nacional, concertados com os órgãos e as instituições internacionais; com a realização de auditorias das dívidas

e, conforme a situação encontrada, buscar a saída para o endividamento, apelando até mesmo para o recurso unilateral, garantindo a soberania nacional, orientando-se com base no critério de que o país possa dispor dos recursos para o investimento na produção, infraestrutura e geração de empregos; a adoção de medidas de controle do movimento de entrada e saída de capitais; o estabelecimento de um pacto entre os diversos agentes visando ao reequilíbrio das contas externas; a revisão do processo de privatizações, assegurando a presença e o controle do Estado nos setores e núcleos estratégicos da economia; iniciativa por parte do Brasil para formação de um pacto latino-americano a partir do Mercosul, para fazer frente aos propósitos hegemônistas dos Estados Unidos estabelecidos no plano da Alca; celebração de entendimentos comuns, tendo em vista a busca de uma alternativa à dívida que não comprometa o crescimento econômico e o progresso dos povos da região. Também nesse sentido, é preciso adotar medidas de proteção à Amazônia, sempre à sanha dos que buscam a sua internacionalização.

Diante do avanço da reestruturação liberalizante, com suas consequências em todos os terrenos, impõe-se como questão central a luta pela reconstrução constitucional do país. A Constituição de 1988 foi o ponto mais elevado que se galgou na redemocratização ao final da ditadura militar – apesar de suas limitações, lacunas e impropriedades. A investida neoliberal no Brasil desfigurou a Constituição de 1988, após a revisão que levou à negação de capítulos básicos da ordem econômica, social e política. Com as dezenas de emendas efetuadas, seguindo à risca a orientação liberalizante, o que sobrevive dessa Constituição assemelha-se a uma peça sem conformidade e sem conteúdo acerca das exigências nacionais relevantes. Hoje, esta Constituição, em partes essenciais, é contrária aos interesses populares. Impõe-se assim com a vitória do novo governo a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita, a fim de reordenar a vida política, econômica e social do país, considerando-se a aplicação do novo programa.

Na discussão do programa alternativo despontam algumas questões entre uma proposta de mudança da ordem neoliberal imperante e a de manutenção dos fundamentos dominantes com variações de ênfase no social e no papel do Estado – semelhantes a uma “terceira via” à brasileira. Uma primeira posição defende como possível uma “inserção



soberana” no mundo globalizado, mantendo os mecanismos básicos da relação com os círculos financeiros internacionais e não considerando, concretamente, as transformações internacionais das últimas décadas. Porém, a posição realmente soberana não pode submeter o crescimento econômico à continuação da estabilidade com liberdade dos mercados, principalmente de capitais, nem se subordinar à posição imposta ao país pela potência hegemônica no contexto da ordem mundial atual. Deve-se, em contraposição, repousar o financiamento na criação de mecanismos institucionais internos, capazes de atender à exigência por investimentos que promovam a aceleração do crescimento econômico e da distribuição de renda mais equânime e buscar sistemas de proteção nacional, exatamente como fazem os países soberanos.

Outra posição defende a possibilidade de adoção de uma política social sem necessariamente mudar a orientação econômica em desenvolvimento. É uma posição igual à defendida por setores dominantes que pregam uma reciclagem, “ênfatizando o social”, do processo neoliberal vigente. Mas, na realidade, com a prevalência no Brasil do modelo atual de produção, investimento e gasto público, é impossível atingir o progresso social com a adoção de “boas políticas sociais”; pode-se, no máximo, realizar parcialmente alguns programas sociais compensatórios para atenuar a dramaticidade da crise. Nessa questão o problema substantivo é a distribuição de renda, e esta não se enfrenta com iniciativa focada apenas na pobreza, mas sim com um padrão de produção e de emprego compatível com um sistema de bem-estar social. Para tanto, é necessário que se promova formas alternativas do financiamento produtivo que rompa com a lógica da absorção da “poupança externa”, via déficit crescente no balanço de pagamentos, isto é, via endividamento externo.

### As tarefas políticas

O PCdoB tem como objetivo programático a conquista de um governo dos trabalhadores e das massas populares com a finalidade essencial de iniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo.

Entretanto, o nível da batalha em curso demonstra que não se reúnem ainda as condições políticas e orgânicas para a conformação das forças sociais necessárias a esse empreendimento e, ademais, não se coloca, de imediato, a ruptura da ordem institucional predominante. O Partido compreende, no entanto, que a formação da frente antineoliberal atual e o governo que dela surgir, como está proposto, é um meio, uma forma intermediária, no curso da necessária acumulação de forças para alcançar o objetivo maior da transição ao socialismo.

Hoje, a luta contra o neoliberalismo (enquanto expressão política, econômica e ideológica do capitalismo contemporâneo), por sua própria característica, adquire um caráter anti-imperialista e conseqüentemente é essencialmente anticapitalista. Esse embate na atualidade põe na ordem do dia e dá maior dimensão à luta nacional e democrática. Isso acontece porque a investida neoliberal inviabiliza qualquer possibilidade de projeto nacional e sua tendência concentradora de riqueza acentua a desigualdade social como nunca na história do capitalismo. Desse modo favorece a formação de uma ampla frente política e social contra a liberalização em curso, constituindo-se, atualmente, numa batalha de sentido estratégico, porque permite abrir caminho no rumo de uma formação econômica e social condizente com a liberdade, a independência nacional e o progresso social. Nas condições do Brasil atual a proposição de um governo de reconstrução nacional, constituído por amplas forças democráticas e populares, produto de um movimento de oposição ao neoliberalismo, se insere nessa perspectiva anti-imperialista, podendo se aproximar do objetivo maior – conforme o papel e a dimensão da hegemonia que vier a ocupar o Partido Comunista do Brasil e as correntes de esquerda mais conseqüentes, e o nível de organização alcançado pelos trabalhadores e as demais camadas do povo no desenvolvimento da luta antineoliberal.

As tarefas políticas postas diante do Partido estão relacionadas com esse embate, tendo em vista a perspectiva do socialismo. Com esse intuito, atualmente, a atividade política partidária deve assumir cada vez mais a forma de luta conseqüente contra o governo e as forças que conduzem a reestruturação neoliberal do país. Na trajetória dos últimos quatro anos, o PCdoB tem atuado no processo político procurando ser esse opositor conseqüente – apesar ainda de suas limitações e dificul-



dades. Desse modo, o Partido deve se empenhar persistentemente para derrotar, nas eleições gerais de 2002, a continuidade política conduzida pelo pacto dominante, alcançando a vitória de um novo governo de reconstrução nacional, democrático, voltado para os interesses populares; ampliar a sua participação nos parlamentos e nos governos estaduais e municipais comprometidos com a luta contra o neoliberalismo; desmascarar e resistir à reforma política antidemocrática perpetrada pelo governo; insistir na edificação da unidade entre as forças oposicionistas e na formação de um movimento alargado que concentre as verdadeiras bandeiras da vontade nacional e popular: em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho; procurar combinar, no curso da luta, bandeiras de aceitação ampla e, ao mesmo tempo, radicais, tendo presente conclamar o povo para o embate por um novo governo, buscando, nessa ação, diferenciar o Partido aos olhos das massas, sem sectarismo, procurando realizar fecundo debate de ideias e projetos, persistindo no esforço para aparecer com sua feição de força avançada e de vanguarda – a luta estratégica pelo socialismo tem no fortalecimento do Partido entre as massas fator determinante para seu sucesso; afirmar o constante esforço para mobilizar e organizar o povo e suas camadas oprimidas, impulsionando e participando dos grandes e pequenos atos políticos e populares, e fortalecendo o Fórum Nacional de Luta que congrega uma ampla frente de entidades do campo operário, popular e da sociedade civil, e reforçar e aprimorar no movimento sindical a construção de uma corrente classista capaz de imprimir ao movimento dos trabalhadores do campo e da cidade a perspectiva da luta pela democracia mais ampla e pelo socialismo, como meio indispensável às conquistas de suas reivindicações; denunciar a proposição da Alca, por representar ameaça à soberania nacional, e a busca do fortalecimento do Mercosul; contribuir para forjar a frente única e a unidade em torno da luta pela paz, contra a guerra imperialista no Brasil, expressão da batalha dos povos por democracia, soberania nacional e justiça social.

Cresce a possibilidade da oposição ao neoliberalismo alcançar uma vitória nas eleições de 2002, em virtude da acumulação de forças, revelada pela vitória das oposições nas eleições municipais passadas, potencializada pela crise do modelo dominante e pela deterioração do governo FHC. Pode-se considerar que a existência de um governo contrário

ao neoliberalismo no maior país da América Latina poderá alterar o quadro político nessa parte do mundo, com grande repercussão internacional. O Partido não deve medir esforços para pôr em movimento todos os fatores que podem fortalecer, no embate político de 2002, as forças da oposição ao neoliberalismo, destacando a luta por um governo de reconstrução nacional, baseado nas forças democráticas, patrióticas e populares e pelo alcance de uma ampla base parlamentar de sustentação a esses objetivos. O programa de reconstrução nacional pode se transformar numa plataforma eleitoral mobilizadora da vontade popular, assim como ser fator de unidade entre os partidos e as forças progressistas brasileiras. O PCdoB opina que esse programa pode ser constituído pelos fundamentos expostos nesta proposta de tese e poderá ser elaborado, em suas linhas gerais, a partir do *Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho*, que já conseguiu unificar partidos de oposição e personalidades e que pode servir de ponto de partida de um novo ciclo de recomposição e unidade.

## Sobre o Partido

A história recente da humanidade demonstrou ser impossível desenvolver o processo de superação do capitalismo sem ter como instrumento fundamental uma organização de vanguarda. Demonstrou também que, nos países onde essa superação ocorreu, tal processo foi conduzido por vanguardas classistas, de tipo leninista. A retomada dos caminhos de construção de um projeto emancipador renovado, nas novas circunstâncias históricas de predomínio neoliberal e após a derrota das experiências socialistas – que teve na degeneração do Partido dirigente um fator decisivo –, impõe a necessidade da atualização do pensamento sobre o Partido.

Esse debate tem como pontos de referência: primeiro, a experiência histórica da classe operária, em diferentes países, que encontra na concepção leninista de Partido sua mais avançada sistematização e na degenerescência dos partidos comunistas de meados do século passado o mais desafiador aprendizado; segundo, as peculiaridades da sociedade contemporânea, com os mecanismos de dominação do Estado



burguês reformulado, o novo perfil do proletariado, a dinâmica atual de desenvolvimento da luta de classes e o predomínio da ação institucional; e, terceiro, as características próprias do Brasil, com uma formação econômica e social complexa e particular, com uma elite dominante política e socialmente conservadora e com uma história de amplas mobilizações políticas de massas – ou seja, um país jovem, de grande extensão territorial e uma expressiva riqueza cultural, mas, apesar disso, com um grande atraso social.

A construção de um partido revolucionário é um processo de desenvolvimento dialético que obedece às circunstâncias históricas em que atua, à inserção do partido na luta de classes em curso e ao grau de assimilação da teoria científica do proletariado. Ao refletir acerca dessa compreensão, o 9º Congresso debruçou-se sobre a experiência do Partido, sobre a nova dimensão de sua ação de massas nas diferentes frentes, sobre a recente participação dos comunistas em Executivos, e reafirmou a necessidade de um partido de princípios, marxista-leninista, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país.

Cabe ao 10º Congresso atualizar o debate em torno do Partido, que necessita responder a novas tarefas, a novas funções e assumir as novas feições exigidas pela sociedade contemporânea. Este será, também, um momento privilegiado para uma reflexão abrangente sobre a indispensabilidade de um partido comunista revolucionário, que contribua para uma aproximação maior com todos os comunistas que se encontram dispersos, ou em outras organizações, particularmente com os integrantes do Partido Comunista Brasileiro.

### *A necessidade de um partido revolucionário*

A polêmica em torno da necessidade e da atualização do partido da transformação social é parte destacada da luta de classes no terreno ideológico e não é um fato dos nossos dias. Os ataques ao partido de tipo leninista vêm desde o começo do século passado e se repetem, na conjuntura atual, partindo daqueles que vislumbram apenas a ação política nos marcos do sistema capitalista e da democracia burgue-

sa. Esta atualização se dá num quadro de defensiva estratégica, em meio a um período de exacerbação da hegemonia neoliberal, onde o mercado põe sob seus tentáculos todas as dimensões da vida humana, tornando cada vez mais incompatível a convivência entre a democracia formal burguesa e a globalização neoliberal imperialista. O enfraquecimento da democracia e das representações classistas do proletariado é parte dessa estratégia de dominação. Perseguindo esse objetivo, os representantes do capital buscam realizar reformas políticas restritivas para impor um sistema que se limite aos partidos que defendem seus interesses.

Há alterações significativas na organização da política e nas reivindicações populares, em especial frente ao desmonte do Estado e das políticas públicas que precisam ser levadas em conta. Ocorre uma descentralização de responsabilidades administrativas nos níveis municipais, embora permaneça a concentração, no nível federal, dos recursos e das decisões. Tal descentralização provoca um certo fracionamento na relação com os poderes, deslocando para as instâncias municipais uma atenção privilegiada por parte das massas populares. Predominam as formas parlamentares e institucionais de luta, espaços para os quais se voltam as esperanças das massas na busca de melhoria das condições de vida. Esperanças essas que se frustram diante da composição política predominantemente conservadora – sobretudo do Congresso Nacional – e do controle exercido pelo Executivo sobre o mesmo.

Surgem novas dinâmicas na vida social que aparecem em construções de identidades, formulação de reivindicações, criação de estruturas organizativas e novas formas de manifestação e de luta. Vale registrar a emergência da mulher na sociedade, o surgimento de um movimento cultural de massas, particularmente nos setores marginalizados, e a intensificação do debate em torno das questões étnicas, raciais, ambientais, de comportamento, de orientação sexual, entre outras. Isso tudo são fatores que modificam as condições para a construção da luta pelo poder central e de um projeto global para o país, pressionando a perspectiva de um partido vocacionado para a ruptura política.

Incrementa-se, a par disso, uma ampla ofensiva contra o partido revolucionário. Apresentando-se como “modernas”, algumas forças – até



mesmo de esquerda – tentam indicar saídas de negação do partido de vanguarda, procurando fazer emergir novas concepções espontaneístas ou de aberta negação do papel de ruptura e da necessidade de um novo poder político. Difundem a ideia de que, sem os partidos, os processos se tornariam “mais democráticos”; sem política, os movimentos seriam “mais puros”. Desenvolvem um esforço para transferir a legitimidade da representação da sociedade apenas para entidades da sociedade civil, particularmente para as Organizações Não Governamentais (ONGs). Escamoteiam a ideia de que tais entidades – embora sejam expressões da atividade de parte da sociedade com preocupações específicas, muitas vezes legítimas – não se propõem a um projeto global de transformação; logo, não têm condições históricas para substituir as organizações partidárias, nem mesmo para conquistas maiores nos marcos do capitalismo.

A constatação do complexo processo de mudanças da sociedade moderna não altera a compreensão de que se mantêm atuais os aspectos fundamentais da teoria leninista de partido. Esta compreensão incorpora, para recuperar o caráter universal da contribuição de Lênin, a necessidade de libertar a concepção de partido do confinamento a que, de certa forma, ficou submetida pela apresentação esquemática de seus fundamentos e o entendimento mecânico de seus princípios. O núcleo central da teoria de partido, em Lênin, é a introdução do conceito político de vanguarda e a ideia de fusão da consciência socialista com o movimento espontâneo da classe operária. Em matéria estritamente organizativa, o essencial está no princípio do centralismo democrático, dentro da diversidade que assume sua estruturação nas diferentes fases de desenvolvimento da luta revolucionária.

Os adversários do tipo leninista de partido tentam fundamentar suas críticas a partir de alguns pressupostos que, ao serem desnudados, esclarecem bem a natureza de seus ataques.

Em primeiro lugar, abandonam a ideia de ruptura anticapitalista e, mesmo com uma retórica socialista, reduzem sua proposta ao aperfeiçoamento do atual Estado. Certos teóricos da esquerda propõem formas de ação e organização que possam dirigir a história no sentido da criação de uma chamada “esfera pública”, popular, democrática e não estatal, de controle e de indução do Estado, para reformá-lo profun-

damente de fora para dentro. Divulgam concepções ilusórias sobre a possibilidade de aspectos do poder socialista poderem ser antecipados nos marcos da atual estrutura política e estatal capitalista. Exemplos disso são as referências a iniciativas dos governos populares, como as experiências do Orçamento Participativo (programa de participação do povo no debate orçamentário) e de instâncias do poder local, como se fossem pressupostos da construção do socialismo. Embora tais iniciativas signifiquem importantes avanços democráticos dentro do sistema vigente, não alteram a lógica de classe à qual estão submetidas as diferentes instâncias da máquina do Estado. A experiência histórica já comprovou não ter sido construído – em qualquer país do mundo – nenhum projeto socialista sem ruptura com o poder capitalista. Esses espaços podem e devem ser usados para elevar a consciência socialista e a luta emancipadora.

Em segundo lugar, tentam combater a ideia de “partido de vanguarda” contrapondo-o ao “partido de massas”, considerando a primeira uma proposta superada por não responder à multiplicidade e à variedade das demandas produzidas pela luta de classes no capitalismo moderno. Mais uma vez se repete a deformação do sentido mais geral do conceito de vanguarda e a sua confusão com o “partido de quadros”, experiência particular de determinados momentos históricos. O sentido maior da caracterização de um partido de vanguarda é o daquele dotado da teoria revolucionária capaz de explicar o movimento social e planejar além do limitado horizonte do cotidiano. É o que orienta a atividade de agora com a visão dos objetivos maiores e futuros que se materializam na superação do capitalismo. Um partido de vanguarda pode e deve assumir, em determinado momento, uma estruturação ampla, isto é, transformar-se em um partido grande e articulado para atuar nas várias frentes em que se manifestam os conflitos políticos e sociais do mundo moderno. Os marxistas compreendem que não existe um partido com imaginárias virtudes de “vanguarda” por definição. Uma organização será de vanguarda e de formação ampla na medida em que suas proposições políticas se revelarem suficientes para abrir caminhos à luta dos trabalhadores pelo poder e na medida em que, por sua atividade, as grandes massas a reconheçam como destacamento avançado.



Em terceiro lugar, os adversários do partido leninista repetem a velha tecla de que o centralismo democrático encerra uma prática autoritária onde só os chefes detêm o poder nas instâncias partidárias. Utilizam para isso uma interpretação dogmática desse princípio, tanto do ponto de vista conceitual, como do ponto de vista prático. A vitalidade do centralismo democrático relaciona-se com a sua aplicação às condições históricas e políticas da luta de classes e ao estágio de desenvolvimento do partido. O centralismo democrático é a forma mais criativa de apropriação da “sabedoria coletiva”, através da democracia interna e de sua transformação em força material através da ação política unitária. Os que combatem o partido leninista não conseguem entender ou aceitar a necessidade fundamental de unidade da classe operária e de seu partido na luta contra o capital. Lênin alerta: “Em luta pelo poder o proletariado não dispõe de outra arma além de sua organização. (...) o proletariado só pode chegar a ser, e será, inevitavelmente, uma força se, unido no plano ideológico (...), consolidar esta unidade pela unidade material de uma organização que torne coesos milhões de trabalhadores no exército da classe operária”.

#### *A construção ideológica do partido revolucionário*

A construção ideológica do partido se desenvolve tomando-se por base três aspectos da vida interna que se inter-relacionam: a convicção revolucionária de seus membros; uma política transformadora que corresponda à dinâmica em curso no país; e uma íntima ligação com o movimento real dos trabalhadores. Nas condições do Brasil, essa construção se faz também a partir da avaliação crítica da experiência de 15 anos de legalidade do Partido, num ambiente de prevalência de intensas disputas na esfera institucional-eleitoral, onde o Partido é pressionado constantemente pelos valores neoliberais hegemônicos desse período, no sentido de se adaptar às possibilidades e ao estabelecido.

Os valores ideológicos defendidos pelo PCdoB são opostos aos da elite brasileira. Uma elite submissa, anacrônica e incapaz de formular e dirigir um projeto nacional que mude a situação do país para melhor. Os comunistas cultivam o sentimento nacional, o orgulho de pertencer a este povo, a cultura e a arte da terra em suas múltiplas

manifestações e a admiração pelas lutas históricas que tantos heróis e mártires produziram. Valorizam o trabalho produtivo contra a exploração e a especulação parasitária, as coisas públicas e coletivas sobre as coisas privadas, a solidariedade generosa contra o individualismo mesquinho; ao mesmo tempo, respeitam a singularidade de cada indivíduo incentivando-o a desenvolver suas potencialidades. Combatem a indiferença e o sentimento de impotência – disseminados pela burguesia –, diante da situação vigente, procurando despertar o interesse pela vida política e descortinando uma perspectiva transformadora. O PCdoB estimula o combate aos preconceitos existentes, sobretudo os étnicos, raciais e de gênero, que foram amplamente impregnados na sociedade brasileira pelas classes dominantes e que são manifestos aberta ou sutilmente. Afirma sua luta por direitos iguais para todos, para que as diferenças entre os indivíduos floresçam e sejam respeitadas. A luta por tais valores é parte integrante do combate político por uma nova sociedade.

O período da legalidade, nessa prolongada defensiva da luta dos trabalhadores, exige um elevado grau de convicção ideológica e de conhecimento das possibilidades revolucionárias futuras. Nesse contexto, o trabalho ideológico interno tem como objetivo elevar a compreensão dos projetos do Partido e reforçar o trabalho de formação teórica e de cultura marxista, o estudo e a compreensão do que é próprio da realidade brasileira, o interesse pelo saber, pela ciência e pelo estudo, contrapostos à superficialidade e à irracionalidade, próprias dos padrões de conhecimento e informação neoliberais, bem como dos padrões de conhecimento teórico acadêmico desvinculado da prática social. É parte desse combate o cultivo de valores éticos elevados, do desprendimento pela causa de servir ao povo, da valorização da opção de militância política e social em prol da transformação revolucionária.

As convicções socialistas, a perspectiva revolucionária só serão reforçadas e ganharão novos contingentes se os quadros e militantes elevarem sua compreensão científica de que a derrota que sofreu o socialismo e a ofensiva neoliberal são passageiros em termos históricos; que as crises do sistema capitalista tendem a se agravar; que há uma tendência ao desenvolvimento da resistência dos trabalhadores, povos



e nações dominados contra a submissão e a exploração imperialista.

Nessa construção ideológica, assume particular importância a ideia de que o partido da transformação socialista tem, como um dos pilares de sua construção, a incorporação de seus membros nas lutas políticas, econômicas e sociais em curso no país. Esse partido deve compreender a emergência de priorizar, em sua ação cotidiana, a construção de um amplo movimento político de massas para impulsionar a frente única no combate histórico ao neoliberalismo. Deve reconhecer o papel estratégico que a luta operária e sindical joga na elevação da resistência antineoliberal e na acumulação de forças com vistas ao projeto socialista e, por isso mesmo, dedicar a ela destacada atenção. Um partido capaz de absorver toda a potencialidade revolucionária da juventude, comprovada ao longo da história do país. Um partido que entenda o importante papel da intelectualidade progressista brasileira e, por isso mesmo, busque a integração de seus membros nas fileiras partidárias. Um partido que compreenda o impacto da luta dos trabalhadores sem terra para o desenvolvimento brasileiro, participando de seus movimentos e ampliando a presença dos melhores combatentes pela terra na sua estrutura. Um partido que se coloque à frente das lutas urbanas por moradia, educação, saúde, segurança, por entendê-las como dimensões irrecusáveis da luta social. Um partido que atue sobre os novos e diversificados temas emergentes na sociedade – cultura, gênero, questão étnica, racial, ambientalismo, comportamento –, mas que recuse o fracionamento e a fragmentação do conhecimento e da representação desses setores, buscando integrar suas dinâmicas num projeto de ruptura anticapitalista e de construção de uma nova sociedade.

### *Um partido de classe para o proletariado atual*

A identidade do PCdoB com o proletariado está expressa na sua gênese, nos seus objetivos estratégicos e na sua opção teórica marxista-leninista. No atual processo de atualização do pensamento de partido e de reforço de sua construção ideológica, o aspecto mais desafiador e instigante se situa exatamente no aprofundamento dessa identidade. Assumir essa identidade, na sua plenitude, exige do PCdoB: a) res-

ponder ao desafio teórico da reafirmação do caráter potencialmente revolucionário da classe operária; b) ganhar a adesão dos trabalhadores a um projeto político de transição, viável, que os convença e libere suas energias criadoras; c) avançar na percepção de seu novo perfil e novas formas de luta e organização; e d) superar o atraso na incorporação de seus melhores lutadores às fileiras partidárias.

Talvez, em nenhum outro momento da história, como nesta fase de implantação do projeto neoliberal, tenha se dado uma ofensiva ideológica tão ampla e generalizada contra o proletariado, e especialmente contra seu núcleo mais avançado: os operários fabris das grandes empresas. Procura-se negar a sua centralidade no processo produtivo e atacar seu papel de sujeito histórico central na luta pela superação do capitalismo. Justifica-se a diminuição do seu papel político pela sua redução numérica, fruto da automação. Insinua-se que a crise de sua organização sindical decorre, apenas, de aspectos de seu novo perfil com sua fragmentação e heterogeneização econômica, o que inviabilizaria a organização coletiva e unificada. Tenta-se, no interior das empresas, neutralizar a reação contra a exploração com uma política de cooptação através de novas formas de gerenciamento, aperfeiçoando-se também os mecanismos de intimidação e de autoritarismo.

Embora de maneira dispersa, já se inicia uma resposta a tal ofensiva ideológica, que tem o nítido objetivo de desarmar os trabalhadores e deter sua reação, num momento de crescimento da exploração capitalista. a) A negação da centralidade do trabalho no processo produtivo é contestada com a demonstração de que a produção de valor não se realiza senão através do trabalho vivo, efetuado diretamente pelos trabalhadores, por mais reduzido, alterado ou fragmentado que ele se torne. As máquinas dependem de homens e mulheres para serem operadas, por mais tecnologia que a produção incorpore. b) Ao argumento da diminuição do papel político da classe operária industrial pela sua redução numérica, fruto da automação, contrapõem-se aspectos fundamentais dessa fase de reestruturação produtiva. Ocorre uma forte e crescente polarização entre aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho e os donos do capital, que se alimentam da compra e exploração dessa mesma força de trabalho expressa na generalização do trabalho assalariado e de suas formas precarizadas. c) No que se refere



à permanência da crise da organização sindical, pode-se dizer que ela sofre grande influência de aspectos políticos na sua dinâmica, que se somam aos impactos provocados pela fragmentação e pelas alterações na organização do trabalho. Ao lado da ofensiva ideológica há uma política de flexibilização das relações do trabalho, de ataques às conquistas dos trabalhadores e de desmonte das organizações sindicais, que dificulta o reforço da luta organizada.

Impõe-se um estudo cuidadoso do perfil do proletariado brasileiro, que vem passando por sucessivas modificações. A classe operária fabril adquire novo perfil e traz à cena aspectos fundamentais para a definição de novas estratégias para a sua incorporação à luta emancipadora. A introdução de novas tecnologias em empresas dos mais diferentes ramos da estrutura econômica produziu, no interior do proletariado como um todo, um segmento restrito mais qualificado, mais intelectualizado, muito diferente dos trabalhadores das velhas linhas de produção. Contraditoriamente, mesmo em indústrias de moderna tecnologia, mantém-se um setor de mão de obra com pouca qualificação, facilmente substituível, que realiza o trabalho simples de “apertar botões”. Em indústrias de alta tecnologia, os operários vendem sua força de trabalho que combina o dispêndio de esforços manuais e esforços intelectuais. Uma boa parte dos operários fabris de hoje completou o ensino médio. A classe operária industrial, inicialmente concentrada em São Paulo, sofre forte tendência à descentralização para outros estados e regiões. No entanto, mantém ainda na capital e região do Grande ABC a sua principal concentração.

O proletariado brasileiro cresceu e se diversificou muito. Como produto mais característico do desenvolvimento da grande indústria capitalista, surge nos últimos 50 anos, um novo proletariado fabril que é o núcleo central do movimento operário, potencialmente o mais combativo do proletariado. Na construção civil, transportes, energia elétrica e outros setores dos chamados serviços mercantis não financeiros também se desenvolve, nas últimas décadas, um proletariado numeroso e combativo. No campo, o desenvolvimento capitalista teve como consequência o aparecimento de um proletariado rural de certo porte.

No Brasil, dominado pela elite neoliberal, há um enorme contingente social constituído por pessoas que trabalham e perdem seus em-

pregos em curto espaço de tempo: os desempregados crônicos e os trabalhadores informais, sem vínculo sindical, além dos milhões de jovens que não conseguem o primeiro emprego. Essa massa é discriminada, perseguida e frequentemente reprimida. Por vezes se organiza em movimentos culturais na periferia, nas torcidas de futebol, nas inúmeras festas populares que, de uma forma ou outra, expressam elementos de protesto e inconformismo. Muitas propostas de “saída” chegam a essa gente, sobretudo nos marcos de suas necessidades espirituais. Há, também, as aparentes “soluções imediatas” que respondem às suas necessidades de consumo materializadas no tráfico e nas drogas. O Partido está praticamente ausente dessa problemática. É preciso que, urgentemente, esse contingente social seja polarizado politicamente pelo movimento transformador.

A incorporação à estrutura partidária, sobretudo de operários fabris, é fator decisivo para o reforço de seu caráter classista e de sua identidade ideológica. Esta incorporação, nas condições da exploração capitalista presente, não se dará espontaneamente, nem por obra do acaso. Merece um cuidadoso e controlado planejamento, que inclui desde a atividade sindical até um certo grau de “clandestinidade” nas formas de organização dentro das fábricas. E esse planejamento só avançará na medida em que for compreendido como tarefa política e ideológica prioritária de toda a estrutura partidária. É necessária uma propaganda organizada das ideias socialistas, a partir da experiência concreta, para se constituir uma tendência classista nos polos centrais da classe operária. O Partido deve dedicar atenção especial ao cerco ideológico desenvolvido no interior das empresas. Disputar ideologicamente os trabalhadores não é uma mera questão de pregação doutrinária. Há o fator objetivo de ampliação da exploração e da forte ditadura do capital escamoteada pelos novos processos de gerenciamento. Nesse sentido, a atividade sindical classista continua sendo instrumento irrecusável para abordar esse combate.

### Experiências e lições dos 15 anos de legalidade

Os 15 anos de legalidade do PCdoB transcorreram num cenário de



grandes mudanças do modelo de dominação do capital, de ofensiva neoliberal e sob intensa pressão ideológica pela derrocada das primeiras experiências socialistas. Nesse período – o mais longo da história do PCdoB –, intensificou-se a diversificação no campo da esquerda, com a existência de diferentes partidos do campo popular, particularmente do Partido dos Trabalhadores. Criado com a marca das lutas operárias do ABC paulista, de 1978-1979, sem ter de carregar os efeitos da situação de clandestinidade, o PT desencadeia, em situação privilegiada, a disputa pela hegemonia política dos setores progressistas e do movimento operário, sindical e popular.

Nessas condições, pode-se afirmar como predominantemente positivo o balanço dos 15 anos de atividade legal do PCdoB. Nele, registraram-se importantes avanços, sobretudo na formulação do pensamento político, tanto tático quanto estratégico, incluindo-se aqui a elaboração do *Programa Socialista*, nas condições do Brasil, e a proposta de frente única para o combate histórico ao neoliberalismo. O PCdoB conquistou, embora em condições de grandes dificuldades, presença significativa nas organizações populares, particularmente no movimento juvenil e no movimento sindical. Inovou formulações em relação à sua política de organização, com as modificações estatutárias ocorridas sobretudo no 8º Congresso e com os recentes planos de estruturação. A legalidade possibilitou a reconstituição da direção central e das direções estaduais, duramente atingidas pela ditadura militar. Possibilitou, também, uma aproximação maior do Partido com as massas populares, em especial através de sua participação institucional, tanto eleitoral quanto nos espaços governamentais. Nesse período, o PCdoB conseguiu construir uma marca própria como o Partido do socialismo, da soberania nacional e dos direitos sociais. Tem-se pela frente, no entanto, o grande desafio de avançar no processo de construção, buscando fazer com que as grandes massas identifiquem e reconheçam essa marca na militância e nas lideranças partidárias mais destacadas.

O novo quadro em que passou a atuar o PCdoB, complexo e diversificado, diferente da experiência de todo o período anterior, coloca a necessidade do exame dos novos problemas e desafios que vão surgindo nos diferentes terrenos da atividade partidária. Foi possível detectar, com preocupação estratégica, as debilidades em sua implantação

no movimento operário e certo distanciamento da intelectualidade progressista. Registram-se dificuldades na ação de massas do Partido e na defasagem entre os avanços políticos e os níveis de construção ideológica e organizativo. Cresceu a compreensão de que houve uma subestimação do trabalho teórico-ideológico e de que há necessidade de elevados investimentos nessa esfera da vida partidária.

O grande desafio, desse período, esteve na possibilidade de o Partido realizar a diferenciação política e ideológica junto à sociedade, em relação às demais forças de esquerda, para dar visibilidade e se afirmar como força independente com um projeto emancipador. Essa diferenciação necessitaria ocorrer em todas as áreas de atuação. A sua realização toma como ponto de partida a defesa do projeto socialista e a consequência na luta contra o neoliberalismo, compreendendo a interligação entre as três bandeiras da defesa da soberania, da democracia e dos direitos sociais. Ao mesmo tempo em que ganha destaque a necessidade de impulsionar a ação política de massas do Partido, especialmente junto ao proletariado, perseguindo o objetivo de integrar as diferentes frentes num projeto de ruptura anticapitalista e de construção do socialismo.

### Partido na ação política e de massas

Na última década, o Partido enfrentou a ofensiva neoliberal, deflagrada pelo governo Collor e consolidada pelo governo de Fernando Henrique, com uma proposta de unidade em defesa da soberania, da democracia e dos direitos sociais. Teve papel decisivo na construção da Frente Brasil Popular, aliança eleitoral de 1989 em torno da candidatura de Lula, que valorizou o papel das forças de esquerda no cenário nacional. Investiu, de forma pioneira, na campanha do Fora Collor, estimulando, através de sua influência no seio da juventude, o movimento dos Caras Pintadas, liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundários (Ubes). Imprimiu sua marca na elaboração do manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*, ao qual aderiram democratas de todo o país. Em torno dessas bandeiras de mobilização nacional, empenhou-



-se na busca de construir a frente única contra o neoliberalismo e um amplo movimento político de massas para dar sustentação à luta geral. Articulou e mobilizou para todos os grandes atos políticos ocorridos contra o neoliberalismo e seus efeitos sociais mais perversos.

O PCdoB, para adequar sua intervenção nos movimentos sociais que vinham assumindo novas dimensões, propôs e organizou estruturas que se transformaram em correntes de difusão das ideias emancipadoras junto ao movimento feminista, com a União Brasileira de Mulheres (UBM), e ao movimento antirracista, com a Unegro. Essas estruturas, além de contribuírem para a intervenção organizada nesses movimentos, possibilitaram, particularmente na frente feminista, um nível de formulação teórica nova, levando o debate a um entrelaçamento entre a questão de gênero, classe, raça e etnia. No que se refere à luta de combate ao racismo torna-se urgente aprofundar o debate, unificando a compreensão do Partido sobre as particularidades brasileiras dos problemas étnicos e raciais e sobre as políticas específicas propostas.

Nos 15 anos de legalidade do PCdoB, o povo brasileiro realizou grandes atos políticos de massa em torno da democracia, da soberania e dos direitos sociais; os trabalhadores, resistindo à exploração, realizaram inumeráveis greves econômicas; ampliou-se a luta pela reforma agrária com ocupações de terra e importantes marchas nas cidades; nos grandes municípios, realizou-se um poderoso movimento em defesa de moradia, de melhorias urbanas e de segurança; o núcleo avançado da intelectualidade brasileira procurou resistir ao projeto de desmonte do sistema nacional de produção científica. Os militantes comunistas empenharam-se no esforço por se integrarem a essas mobilizações.

Faz-se necessário analisar as debilidades dessa integração para daí retirar ensinamentos. A presença do PCdoB na luta de massas e nos diversos movimentos sociais ainda não alcançou o necessário patamar de uma intervenção planejada e de uma direção coletiva eficaz. Mantém-se uma prática compartimentada, onde cada frente trata especificamente de sua área, sem ter como eixo central a elevação desses movimentos a um nível superior de protagonismo político. Só recentemente ocorreram avanços na ação dos comunistas junto ao Fórum

Nacional de Lutas. Há, ainda, a dificuldade de colocar a ação parlamentar e governamental em completa sintonia com a luta de massas desenvolvida pelos comunistas nas diferentes frentes. A ação partidária nos movimentos populares e a ação parlamentar e governamental precisam ser orientadas e planejadas em conjunto, para unificar e potencializar a intervenção política do Partido.

A atuação dos comunistas no movimento sindical se realiza num contexto particular, onde um setor significativo que representa os trabalhadores do mercado formal vive um processo de adaptação às propostas neoliberais. Esse setor, majoritário, adota teses que priorizam a negociação em detrimento da luta, dirige sua ação pelo pragmatismo, pratica o sindicalismo propositivo. Crescem as propostas pouco politizadas que tentam manter a luta nos limites das reivindicações econômicas e tendem à conciliação de classes. No caso da Força Sindical, esse processo se dá de maneira aberta, tendo ganhado força especialmente em São Paulo. Atuando sob o ideário neoliberal, a Força Sindical angaria muitos recursos com os quais tenta pôr em prática seu assistencialismo e a promoção política de seus representantes. Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a corrente majoritária adota a linha da social-democratização de sua atuação. O sindicalismo classista, onde atuam os comunistas, embora apresentando uma saída de classe para a crise, convive com a dificuldade de ser minoria e, mesmo mantendo a coerência teórica e ideológica, ainda não conseguiu dar respostas à onda destrutiva e regressiva contra o emprego, o salário e os direitos sociais. Apesar de um contexto desfavorável, a Corrente Sindical Classista cresceu, enfrentando vários obstáculos, mantendo-se atual a política de sua inserção na CUT.

Ocorre uma incompreensão, em amplos setores partidários, inclusive em alguns níveis de direção, em relação ao papel decisivo que as organizações sindicais jogam nas ações políticas de massa e na realização de nossos objetivos estratégicos. O tratamento prioritário necessário a esse setor impõe que os dirigentes políticos passem a acompanhar, de forma especial, o desenvolvimento do trabalho nessa área. Cresce em importância o estudo, por todo o Partido, das resoluções produzidas pela Conferência Sindical realizada no ano do 10º Congresso.

Também especial atenção o Partido deve dar às questões culturais



e artísticas, ampliando sua atuação na sociedade. Dessa forma, precisa organizar a sua atuação no campo cultural e artístico, visando a construir um setor próprio nessas importantes áreas de ação política.

Nesse período de legalidade, o Partido desenvolveu trajetória vitoriosa no trabalho juvenil. A ação dos jovens comunistas resultou em importante contribuição política à luta de massas no Brasil e permitiu a aproximação de milhares de jovens às ideias do socialismo e ao projeto do Partido. Mesmo em um contexto geral adverso, manteve-se uma grande influência na direção das entidades do movimento estudantil. A atual orientação para o trabalho com a juventude, definida nas resoluções de 1996 e 1999, do Comitê Central, está sendo implementada e desenvolvida com êxito. A União da Juventude Socialista (UJS) foi relançada enquanto expressão concreta dos objetivos e da estratégia do Partido para a juventude, sob sua direção política e ideológica, caracterizada como sua força auxiliar, embora compreendida como ampla organização socialista com autonomia orgânica. Registrados esses êxitos, é preciso debruçar-se sobre certas debilidades que persistem. Faz-se necessário uma melhor sistematização da experiência desde o relançamento da UJS para identificar e tentar superar as dificuldades e insuficiências de um projeto em construção. Permanece o desafio de fazer da UJS um amplo movimento, com maior influência política e ideológica entre os jovens, mais organizado em direções e núcleos, com mais recursos. É preciso reforçar o trabalho próprio da UJS, principalmente entre os estudantes, com novas bandeiras e formas de participação, bem como entre os jovens trabalhadores, nos bairros populares e nos diferentes movimentos juvenis existentes. A grande influência da UJS no movimento estudantil é uma enorme conquista, mas esta ação não deve se limitar às manifestações, eleições e aos congressos. A UJS deve renovar os seus objetivos políticos no sentido de ampliar a participação dos estudantes na base e a representatividade e o enraizamento das suas entidades. É preciso estar alerta para manifestações típicas de incompreensões em relação ao papel do militante comunista, com a transposição, para a vida interna, de práticas equivocadas existentes no movimento estudantil. O Partido necessita acompanhar mais e melhor o trabalho da UJS, estudar melhor a realidade da juventude brasileira, fazer mais propaganda junto

à juventude, estimular a participação dos jovens comunistas na vida partidária e assumir a formação teórico-ideológica, política e moral da nova geração de comunistas.

Numa quadra de refluxo da luta política e social, com a hegemonia do neoliberalismo, ampliou-se o peso da luta eleitoral no país. Como um partido que atua no curso dos acontecimentos políticos, o PCdoB ampliou sua ação parlamentar e governamental, buscando construir alianças e frentes eleitorais contra-hegemônicas adequadas à correlação de forças de cada situação. De maneira geral, sobretudo nas grandes concentrações urbanas – capitais e maiores cidades –, construiu, predominantemente, alianças com os partidos populares, PSB, PDT, em especial com o Partido dos Trabalhadores. Com essa atuação procurou não só fortalecer o campo popular, núcleo central da frente única proposta, como também criar melhores condições para a ação do Partido, evitando o seu isolamento.

Ao implementar sua política eleitoral, o Partido alcançou êxitos, especialmente no que se relaciona à ampliação de seus espaços nas casas legislativas e nos cargos executivos municipais e estaduais. Essa ampliação levou o Comitê Central a normatizar a participação nesses espaços, condicionada a: “I – Adoção de políticas, programas e projetos de aprofundamento da democracia e desenvolvimento econômico e social, sintonizados com as aspirações dos trabalhadores, com o objetivo de elevar o nível de consciência política e de organização do povo e baseados em participação popular. II – Fortalecimento da unidade das forças políticas progressistas, democráticas e populares. III – Fortalecimento da identidade partidária, preservando a sua independência e contribuindo com a sua construção. IV – Transparência na ação e na política administrativa adotada, em especial na prestação de contas, junto à população e ao Partido, da ação de seus representantes”.

A participação nos espaços parlamentares e governamentais, embora só tendo alcançado, mais recentemente, um nível superior, com o Partido assumindo funções diretas à frente de executivos, tem demonstrado a justeza dessa orientação. Seu desenvolvimento possibilita um conhecimento maior sobre as particularidades do Estado brasileiro, ajudando na elaboração de políticas públicas que atendam aos interesses populares



e na afirmação do Partido junto à sociedade; permite uma convivência partidária multilateral, ajudando na construção cotidiana da frente única; possibilita uma ligação mais direta com as organizações populares, ampliando as condições de apoio às suas lutas e de divulgação das ideias partidárias. Pode se transformar em base de apoio para a intervenção dos militantes comunistas no movimento operário, sindical e popular.

Alguns problemas limitam a potencialização da ação partidária nos processos eleitorais e nos espaços executivos. Há dificuldades objetivas que contribuem para uma menor visibilidade das propostas partidárias no esforço de afirmar sua legenda junto às massas. Nessa fase de acumulação de força houve a necessidade de uma tática eleitoral na qual predominaram coligações majoritárias e proporcionais, levando a campanhas que se realizavam mais pelos nomes dos candidatos do que pela legenda do PCdoB. Há, no entanto, limitações de natureza política e até mesmo ideológica. O Partido tem encontrado uma enorme dificuldade para realizar a diferenciação junto à sociedade. Nos governos de frente, onde atuam os comunistas, com raras exceções, não se tem conseguido imprimir marca particular que os diferencie dos demais partidos. Nesses governos, há uma forte pressão para restringir a ação dos comunistas aos limites de políticas sociais compensatórias defendidas pelos governantes que dirigem as administrações. Alguns militantes comunistas, ao assumirem essas funções, tendem a pensar muito no governo e pouco no Partido, invertendo as prioridades da sua opção ideológica. Os espaços de governo ocupados por quadros do Partido devem ser um exemplo de uma nova forma de fazer política, incluindo o atendimento às demandas populares, contrapondo-se ao clientelismo e ao fisiologismo, tão comuns no sistema político dominante.

A atividade nas esferas governamentais e nos parlamentos já provoca alguns impactos problemáticos na vida partidária. As necessidades de investimentos humanos nesse setor tendem a absorver os quadros mais preparados, levando a debilitar, se não houver controle, as instâncias de direção partidária e as estruturas de apoio do movimento operário, sindical e popular. Pela dinâmica própria desses instrumentos, ainda muito valorizados pelas massas, há margem para o surgimento de núcleos reais de “poder” para além das instâncias de decisão do Partido. Por isso, assume uma dimensão superior a necessidade de

mecanismos reguladores efetivos, expressos nos estatutos, como forma de reforçar o controle coletivo e a legalidade partidária.

Apesar dos problemas citados, a ação partidária nesse terreno corresponde ao período de prolongada acumulação de forças em que vivemos. Sem poder recusar essa dimensão de sua ação, impõe-se a busca de um maior debate sobre o significado dessa acumulação. A experiência destaca, desde já, alguns aspectos a serem considerados:

- 1) O reforço à construção da frente única para o combate histórico ao neoliberalismo;
- 2) a contribuição, através das estruturas disponíveis – governamentais e legislativas –, para o desencadeamento de um amplo movimento político de massas;
- 3) a difusão e o reforço de uma tendência socialista entre os melhores filhos do povo; e
- 4) a materialização do fortalecimento do Partido revolucionário, através do seu crescimento real.

### *Lições da construção ideológica do Partido*

Na experiência de uma construção sob um generalizado cerco, o PCdoB enfrentou esse período de crise realizando um importante debate ideológico. Nas Resoluções do 8º Congresso particularmente, o Partido fez uma avaliação multilateral dos acontecimentos ocorridos no mundo socialista. Esse acúmulo de debates serviu de base para a manutenção de sua perspectiva revolucionária nos anos que se seguiram. Cabe, no entanto, um rigoroso exame crítico e autocrítico da experiência que se realizou no contexto de um partido legal, com atividade diversificada e a ampliação de suas fileiras de forma significativa.

Na construção ideológica desse período, tem grande importância a atitude renovada do Partido para com a teoria marxista-leninista, iniciada a partir do 8º Congresso. Esse processo renovador, de conteúdo antidogmático, foge à compreensão da teoria como estudo e adaptação de modelos preestabelecidos. Torna-se a base da reapropriação crítica da realidade mundial, da formação econômico-social brasileira em suas particularidades históricas e, conseqüentemente, do processo de



reelaboração do pensamento programático e estratégico do Partido.

Atuando numa quadra de intensa ofensiva neoliberal, os comunistas interagem com um ambiente que dificulta a consolidação da perspectiva revolucionária. Aparecem nas fileiras partidárias manifestações de espontaneísmo, liberalismo, grupismo, pragmatismo, imediatismo, burocratismo e acomodação. Esses fenômenos revelam a presença de debilidades ideológicas relacionadas com a aceitação das condições atuais e a adequação a elas. Nesse momento em que as conquistas imediatas dos trabalhadores são cada vez mais difíceis, criando uma atmosfera derrotista e de abandono de qualquer perspectiva futura, muitos se afastam da militância política por não verem resultados imediatos de sua ação.

Tais fenômenos negativos necessitam ser combatidos através de um estilo e de métodos de trabalho que estabeleçam uma correta ligação entre a teoria e a prática revolucionárias, que valorizem a crítica e a autocritica comunistas. As debilidades, muitas vezes, se dão pela fragilidade ideológica de alguns ou pela falta de mecanismos eficazes de controle partidário. Daí a necessidade da formulação desses mecanismos e da sua crescente normatização.

Na medida em que se ampliam e ganham peso na atividade partidária o trabalho parlamentar-eleitoral e o trabalho sindical e estudantil, debilidades se manifestam nessas frentes. Alguns parlamentares, eleitos pelo esforço coletivo, abandonaram a legenda. No campo sindical e estudantil militantes comunistas foram cooptados por correntes conciliadoras. As armadilhas e a sedução desses ambientes levaram, em certas circunstâncias, alguns militantes menos preparados a refluírem em sua preocupação com os objetivos estratégicos, enfraquecendo seu compromisso ideológico. Apareceram os projetos pessoais que se sobrepuseram aos projetos partidários – o carreirismo, o estrelismo, a arrogância, a falta de ética proletária –, chegando até mesmo, em alguns casos, a práticas corrompidas.

Cientes das defasagens que se acumularam na esfera ideológica, após o 9º Congresso, retomou-se o trabalho de formação. Passos importantes foram dados desde então, estruturando-se uma política nacional de formação, elaborada coletivamente, e iniciando-se novo percurso de trabalho. O conteúdo desse novo percurso levou o Partido

a fundamentar sua linha, a partir de uma abordagem histórico-crítica do marxismo e da sua aplicação à realidade concreta do Brasil e do mundo. Centrou-se o esforço no estudo dos problemas do país, da sua história e cultura, dos feitos de sua gente. Avançou-se na experiência de programação centralizada dos conteúdos, ao mesmo tempo em que se fazia ampla descentralização na estratégia de trabalho da formação. Desenvolveram-se, em todo o país, cursos intensivos de formação marxista, em correlação com as exigências dos planos de estruturação partidária, e cursos básicos, por intermédio de vídeo. Milhares de quadros e militantes foram alvo desse esforço. O resultado foi a manifestação de maior ânimo e confiança em relação ao projeto partidário.

No enfrentamento da realidade partidária, o reforço do trabalho nessa esfera segue como uma exigência incontornável. Torna-se necessário romper com certo esquematismo e subestimação com que é encarado o trabalho na frente teórica e ideológica. É preciso diversificar suas formas e seus instrumentos, constituindo um sistema teórico e ideológico coeso, correlacionando o setor de propaganda com o setor de formação. Para esse fim, seus órgãos devem ser dotados de programas de conteúdo e ação objetivos, exequíveis e cumulativos, tanto para o trabalho ideológico na ação política e de massas, quanto para o trabalho no interior das fileiras partidárias.

No terreno da propaganda, a legalidade permitiu amplas possibilidades de difusão da política do Partido e das ideias socialistas. A presença nos parlamentos (e não apenas durante os processos eleitorais) assegura, nos marcos da legislação vigente, programas nacionais em cadeia de rádio e televisão, levando a mensagem do PCdoB a milhões de brasileiros. Registram-se dificuldades na veiculação da propaganda socialista e certo grau de improvisação na utilização desses espaços, sobretudo nos programas eleitorais de alguns estados. Só recentemente as modernas formas de comunicação estão sendo absorvidas mais amplamente, potencializando a aproximação do Partido e de seus representantes com as grandes massas. É preciso, no entanto, ir mais além.

A Internet, com mais de 10 milhões de usuários no Brasil, ganha cada vez mais relevância enquanto arena da luta de classes e da luta de ideias. O PCdoB deve reestruturar e redimensionar sua presença nessa rede, que é crescente, embora ainda fragmentada e inconstante.



Impõe-se um portal único, integrando os níveis nacional, estadual e municipal, assim como as diversas esferas da vida e da luta do Partido, da ação política e de massas, dos mandatos comunistas e dos diferentes níveis de estruturação partidária: organização, imprensa, formação e finanças.

Uma dimensão particular da construção ideológica do Partido diz respeito ao comprometimento de todo o coletivo, militantes e dirigentes, em relação à sua base de sustentação material. Na atual situação, a absoluta maioria dos recursos financeiros é proveniente de contribuições da frente parlamentar, sendo a do militante residual. Esse dado, além de preocupante do ponto de vista orçamentário, indica reduzida compreensão ideológica desse aspecto da construção partidária. É necessário aperfeiçoar os métodos de arrecadação da contribuição militante.

#### *Experiência da construção organizativa*

A construção atual do PCdoB é a continuidade de um árduo e ininterrupto processo iniciado há quase 80 anos, com a fundação do Partido, em 1922, e a sua reorganização em 1962. Sob a legalidade, com uma atividade que vem se expandindo por variadas áreas de atuação, procurou compreender melhor sua construção à luz das particularidades brasileiras. Os Planos de Estruturação Partidária, lançados nos últimos dois anos, visaram a combater o espontaneísmo que grassava em sua política de construção. Seu objetivo principal foi consolidar os núcleos dirigentes intermediários e articular e organizar a base militante. Representaram um movimento inovador para vincar as quatro atitudes do comunista: militar em uma organização de base; estudar a política do Partido, o marxismo e a realidade brasileira; contribuir financeiramente para sustentar o trabalho partidário; divulgar as ideias socialistas, o programa e as propostas partidárias. Apesar desse esforço positivo, elementos de espontaneísmo ainda estão presentes, até na implementação dos próprios planos. Em muitas situações há preocupações mais estatísticas de se alcançar metas do que de se adequar o plano às necessidades estratégicas, como, por

exemplo, o crescimento junto aos trabalhadores e a intervenção política de massas. É relativamente pobre a vida interna da maioria das organizações partidárias.

Esse período de legalidade tem provocado alguns fenômenos que precisam ser compreendidos e enfrentados. Um deles é o movimento, em todo o país, do “entra e sai” na organização partidária. Compreender esse fato passa por reconhecer as debilidades do trabalho teórico-ideológico como motor da construção ideológica da militância. O abandono de um partido revolucionário, na maioria das vezes, é consequência da incompreensão do período de acumulação de forças que o movimento comunista vive hoje. Exatamente por isso, faz-se necessário enfrentar, de forma renovada, a atitude do coletivo partidário para com a teoria.

Um problema recorrente na vida legal do Partido são as dificuldades de manter sua estruturação, especialmente durante as batalhas eleitorais. O Partido cresce muito pouco, do ponto de vista orgânico; quase não divulga seus principais materiais; diminuem muito suas finanças regulares; praticamente abandona as leituras mais consistentes e cursos de maior fôlego em todo o período eleitoral. Constatado há algum tempo, esse problema tem se revelado de difícil solução. Não se trata de afastar o Partido dessa importante frente de luta, nem de desconhecer as leis próprias desse tipo de batalha, tentando artificializar a ação partidária. Trata-se sim de organizar a sua construção no curso dessas lutas, tornando-o mais visível, fazendo com que os candidatos também incorporem essa tarefa nesse período.

O desenvolvimento da política de finanças aplicada pelo Partido desde o 9º Congresso tem se caracterizado por uma crescente politização do debate em torno do problema. O controle de recursos para o funcionamento partidário vem sendo, progressivamente, assumido pelos níveis dirigentes como um problema político que não pode ser tratado separadamente dos outros aspectos da construção partidária. A criação de um Sistema Nacional de Contribuição Militante significou um importante passo no combate ao amadorismo e ao espontaneísmo existentes na área, embora ainda persistam debilidades na compreensão e no cumprimento das metas de contribuição financeira. A constatação de que a contribuição centralizada ainda não atingiu todos os dirigentes em nível nacional e estadual é a demonstração mais clara



dessas debilidades. Essa incompreensão reflete uma visão idealista do processo político, pois não há como fazer política sem recursos. Pode-se ter uma excelente orientação e bons planos, porém os mesmos não se efetivarão se não houver recursos.

### *A construção partidária atual*

A construção atual do PCdoB tem como objetivo fortalecer um partido de identidade comunista e perspectiva socialista. Um partido legal que busque acumular forças para construir a hegemonia nas lutas dos trabalhadores e se tornar peça essencial na derrota do neoliberalismo, abrindo perspectivas para um novo rumo para o país. A experiência do Partido levou-o a compreender que a construção partidária se dá nos níveis político, ideológico e organizativo e que essa construção deve estar submetida a um planejamento articulado nos três níveis. O PCdoB compreende cada vez mais que sua construção deve adquirir profundas marcas brasileiras. Ele deve ser um partido da classe operária e dos trabalhadores que fazem parte de “um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade”. Essa percepção é, também, parte do desenvolvimento da luta contra o dogmatismo dos modelos, iniciada no 8º Congresso, em 1992.

Elemento orientador da construção partidária é a prioridade para incorporar em suas fileiras, em especial os operários fabris das grandes empresas. O Partido revolucionário, que tem a consciência como elemento propulsor do processo transformador, necessita ganhar a adesão, prioritariamente, de parte significativa daquele segmento mais qualificado da classe operária industrial que tem uma participação maior no processo de criação de valor. Ao mesmo tempo, compreende que seu crescimento impõe uma dedicação especial em estimular a organização e absorver em suas fileiras a parcela mais combativa de todas as demais camadas dos trabalhadores, pela potencialidade anticapitalista incorporada por estes. Cresce em importância, nessa construção, a reaproximação do PCdoB com a intelectualidade progressista brasileira, contribuindo para reforçar seu engajamento na luta transformadora, sua integração à luta teórica enfrentada pelo Partido e sua adesão às fileiras comunistas.

Ao lado da construção, nos setores mencionados, é preciso considerar as prioridades de locais e a eles dedicar persistente atenção. O Brasil é um país de extenso território, com cerca de 171 milhões de habitantes, dos quais 80% vivem em cidades. O país possui 57 municípios com mais de 500 mil habitantes e mais de 200 mil eleitores, e algumas gigantescas regiões metropolitanas, como as de São Paulo, com mais de 20 milhões de pessoas, e as do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Embora a atividade econômica, as grandes empresas e o proletariado estejam fortemente concentrados nas regiões Sudeste e Sul, hoje as regiões Norte e Nordeste têm também grandes concentrações urbanas, como Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Manaus. Ao lado das grandes e médias cidades, destaca-se a importância de construir o Partido no Distrito Federal, centro político do país e nas regiões interioranas, onde se encontram, em maior número, os proletários rurais e onde é acentuada a luta pela terra.

### Revigoração da vida interna

Para o fortalecimento do Partido nas condições atuais, tem importância destacada a política de quadros cujo objetivo central é fazer com que os mesmos ganhem mais consistência política, ideológica e teórica, assegurando, assim, condições para resistir às pressões neoliberais e conduzir o Partido nas suas lutas presentes. As dimensões do país, o volume e a distribuição de sua população determinam certos aspectos dessa necessária política de quadros. O Comitê Central precisa se apoiar e interagir com um conjunto de direções intermediárias que devem estabelecer uma relação eficaz com as bases do Partido, colocando em movimento permanente todo um complexo e amplo corpo.

O Partido deve envidar esforços para valorizar a tarefa de direção partidária fazendo com que seus dirigentes tenham maior visibilidade pública. Para que a direção se desenvolva e se fortaleça permanentemente é necessário que a estruturação de seus órgãos se dê à base de um núcleo revolucionário dedicado integralmente ao Partido, em suas diversas frentes de trabalho, ao mesmo tempo em que se dá a



incorporação, nessas instâncias, de militantes que ocupam posições de liderança nos movimentos sociais e nos espaços parlamentares e governamentais.

Na promoção de quadros para a renovação dos núcleos de direção deve-se levar em conta a necessidade de promover o equilíbrio entre as presenças masculina e feminina, promovendo mais mulheres; deve-se, também, realizar a incorporação de jovens para que ocorra a renovação natural, numa fase em que a maioria dos dirigentes tem mais de 40 anos. No esforço de vincar a marca proletária do Partido há que se ter um trabalho diferenciado com os quadros de origem operária para que eles possam se formar e compor, em maior número, os organismos dirigentes.

Nas condições de aceleradas mudanças, é necessária uma política que abranja um movimento de renovação na definição de responsabilidades, determinado pela necessidade partidária e pelas características de cada militante. Um movimento que leve em conta, na definição de tarefas, os perfis das pessoas e suas potencialidades a cada momento.

Nas condições de legalidade atual e de um Partido em crescimento, ganham peso os problemas relativos à unidade partidária. A dinâmica da luta presente e a pressão ideológica neoliberal, já referidas, têm produzido fenômenos negativos nessa dimensão da vida interna, que precisam ser enfrentados com atenção especial. A unidade não é resultado de simples apelos ideológicos ou de medidas disciplinares. Ela se baseia numa adesão pessoal de cada membro do Partido, fruto da consciência teórica e da convicção política de que há um projeto coletivo em torno do qual deve atuar toda a militância. Essa compreensão não diminui a importância dos debates, nem elimina as divergências que aparecem naturalmente no curso da atividade prática. Ela estabelece que só nos marcos do projeto partidário é possível trazer a discussão para seu sentido comum, impedindo que prosperem e prevaleçam os interesses e os projetos de pessoas, grupos ou setores, em cujo ambiente são inevitáveis rachas e divisões.

A unidade, o amadurecimento do Partido, a educação de sua militância se constroem através do exame da experiência, do qual se podem extrair lições. Hoje a prática da crítica e da autocrítica está esmaecida como método de construir para unidade partidária. É preciso

retomá-la, abandonando a conciliação e o comodismo, sem resvalar para depurações ou exclusões. A vida legal permite um debate muito mais intenso e rico no seio do Partido. Há um clima favorável para o surgimento de uma multiplicidade de opiniões. O Partido forma sua opinião levando em conta todo esse debate. No entanto, não se altera a relação entre as opiniões pessoais e as da maioria, que devem prevalecer e que se tornam as opiniões do Partido. Sempre que o objetivo das discussões for o fortalecimento do projeto do Partido elas serão muito proveitosas, desde que submetidas à dinâmica de um partido com uma unidade ideológica e de ação política.

### A estruturação partidária

O Partido concebeu sua nova concepção de estruturação partidária como uma maneira de abordar a sua construção nesse momento, voltada para resolver problemas concretos, buscando superar o atraso relativo na construção orgânica. Essa estruturação tem sido executada através de planos periódicos integrados, para dar melhor suporte à atividade política, elevando o nível do trabalho de direção e procurando superar o espontaneísmo.

O objetivo central da estruturação, hoje, é consolidar os núcleos de direção intermediária para, através deles, ampliar a base partidária, organizando-a. A elevação do nível de estruturação dos Comitês Municipais das principais cidades, de forma que se capacitem a dirigir o trabalho do Partido através da ação das Organizações de Base, tem sido um dos objetivos fundamentais dos atuais planos de estruturação. Persistir na afirmação dos CMs como centros de gravidade do trabalho de direção passa por um cuidadoso trabalho de formação teórica, de promoção de quadros, de acompanhamento efetivo de sua atividade política e de formulação de planos locais, do direcionamento dos materiais centrais do Partido para esse público.

O alargamento da base militante do Partido se nutre de um permanente trabalho de filiações. Ao Partido vêm todos os anos milhares de novos filiados. É preciso reforçar a diretriz de buscar filiações no fogo das lutas e de combatentes com experiência de militância política e



social. Na medida em que o Partido vai se expandindo e, aos poucos, tornando-se um polo de atração, ocorrem casos de adesão de militantes de outros partidos de esquerda, motivados pela falta de perspectiva estratégica de suas organizações anteriores. Nas atuais circunstâncias deve-se dedicar atenção a essa questão levando em consideração a experiência que o Partido adquiriu ao longo dos anos. Com o objetivo de enfrentar o desafio estratégico da construção junto à classe operária, todas as instâncias de direção, desde o Comitê Central até o secretariado das organizações de base, devem estabelecer planos concretos envolvendo recursos humanos e materiais para a construção do Partido entre os trabalhadores, particularmente nas grandes empresas. Tais planos de construção devem ser periodicamente controlados pelo Comitê Central.

Desafio fundamental para a ativação da vida partidária são a estruturação e o funcionamento das Organizações de Base. Menos da metade da militância partidária está inserida em alguma delas e a sua regularidade de funcionamento é variada. É mais do que necessário reafirmar o indicativo de “Nenhum comunista sem organização de base”, a fim de possibilitar a incorporação de um contingente maior de militantes à vida do Partido, diminuindo a taxa de flutuação e encurtando a distância entre as diferentes situações dos seus membros. O Partido procura aplicar a ideia de que “o perfil de uma organização de base deve ser de um coletivo consciente, de vanguarda, profundamente integrado à vida dos trabalhadores e do povo”.

Vive-se numa época em que a informação circula em alta velocidade e o conhecimento se desenvolve sob absoluto controle do capital. Vive-se, também, um rebaixamento do debate sobre o projeto socialista, com a sociedade submetida à pressão do pensamento neoliberal hegemônico. Nessas condições, cresce em importância a criação de um sistema integrado de instrumentos de propaganda que implica a interação entre as várias mídias. Além do avanço na concepção do sistema, é preciso entender melhor a relação entre a tarefa de fazer uma propaganda para milhões e, ao mesmo tempo, realizar o trabalho de propaganda como aglutinador e amálgama orgânico do Partido. No que se relaciona à propaganda para milhões, destaca-se a necessidade de ser dado um tratamento especial à propaganda televisiva, oportuna

conquista democrática, com o sentido de enfrentar certo grau de subestimação e implementar uma abordagem profissional. O papel das comissões nacional e estaduais de propaganda não é apenas promover a produção e a circulação de materiais. Cabe a elas estabelecer e coordenar uma visão planejada de propaganda, trabalhar a necessária formação política e técnica da comissão e ter uma política de propaganda mais permanente perante a população.

Ainda na esfera da propaganda, é necessário compreender e valorizar o importante papel desenvolvido pela revista *Princípios* na luta de ideias e pelo jornal *A Classe Operária*. Este último possui um elemento ideológico fundamental por ser o órgão central do PCdoB desde 1925, jogando papel imprescindível na unificação política e na formação do Partido num país continental com muitas especificidades. É preciso renovar o tratamento dado ao jornal, valorizando-o, tornando seu conteúdo mais vivo e acessível, através do reforço da sua equipe, buscando torná-lo o instrumento por excelência de unificação em torno das ideias do debate em curso, da política e da atuação partidárias.

O trabalho do Partido na frente teórica e ideológica precisa dar novos passos. Trata-se de definir uma nova atitude com relação ao tratamento da questão teórica, avançando no esforço com que vem enfrentando o dogmatismo e os modelos preestabelecidos. É necessário estruturar os trabalhos de uma Escola Nacional, com cursos sistemáticos em vários níveis. É preciso encontrar maior equilíbrio na destinação dos quadros do Partido, de modo a dedicar maior atenção a essa esfera. Simultaneamente, quadros do Partido precisam conferir maior importância a atividades como estudo, participação em seminários e outras de cunho teórico. Além disso, necessita-se estruturar o trabalho permanente do Instituto Maurício Grabois, para promover o debate e a participação do Partido na luta de ideias em curso. O fortalecimento do trabalho ideológico junto a camadas avançadas da sociedade, bem como no interior de suas fileiras, resultará desse esforço renovador e da importância atribuída à atividade teórica. Normativamente, é preciso constituir um sistema de trabalho ideológico na direção central do Partido, coordenando esforços das secretarias de Comunicação e Propaganda, da Escola Nacional e do IMG, da revista *Princípios* e do



jornal *A Classe Operária*, com programas de trabalho positivados e exequíveis, visando a superar o espontaneísmo numa frente de interesse que necessariamente exige acumulação permanente.

Da situação apresentada quanto à contribuição financeira, cabe intensificar o trabalho de discussão política e ideológica no conjunto do Partido para aumentar o número de adesões ao Sistema Nacional de Contribuição Militante. Insistir na incorporação ao sistema de todos os membros das direções nacional, estaduais, municipais e distritais das grandes cidades. Constituir secretarias estaduais de finanças que elaborem e controlem a realização de um Plano Anual de Finanças. Continuar no processo de elaboração de uma política de finanças do Partido onde se diversifiquem as fontes de recursos e onde se consiga a construção de uma base material capaz de dar suporte às atividades políticas tanto internas quanto externas.

Como Partido vocacionado para a grande política transformadora, que não recusa o curso do cotidiano político como elemento de abordagem das amplas massas, o PCdoB precisa se enraizar mais profundamente na realidade de cada local de atuação. Desde a base, é preciso dominar a dinâmica econômica, social e política em que atua, buscar constituir a ampla união de forças para um projeto de ruptura anticapitalista e capacitar uma intervenção maior do Partido na luta social e política das amplas massas. Para isso, se faz necessário incrementar o esforço de elaboração política e teórica do Partido. Nesse sentido, as conferências partidárias precisam estabelecer planos exequíveis que norteiem a ação e os objetivos partidários de cada período, de modo a fazer coincidir o plano de estruturação partidária com o período de gestão das direções eleitas em cada período e local.

**Estatuto do PCdoB**  
**aprovado pelo**  
**10º Congresso**

—————| Rio de Janeiro, de 9 a 12 de dezembro de 2001 |—————



## **Estatuto do PCdoB aprovado pelo 10º Congresso**

REALIZADO NO RIO DE JANEIRO, DE 9 A 12 DE DEZEMBRO DE 2001

### **TÍTULO I DO PARTIDO**

#### ***CAPÍTULO I***

##### ***DOS OBJETIVOS, EMBLEMA E SIGLA***

**Artigo 1º** – O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, é o Partido político da classe operária, sua vanguarda consciente e sua mais elevada forma de organização. É a união voluntária e combativa dos comunistas e tem como objetivos finais o socialismo e a edificação da sociedade comunista. O Partido Comunista do Brasil educa seus membros no espírito do internacionalismo proletário

e da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países. Para cumprir, no interesse da classe operária e das massas exploradas e oprimidas, o seu Programa e atingir seus objetivos, o PCdoB guia-se pela teoria científica elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários proletários.

**Artigo 2º** – Desde sua reestruturação em 18 de fevereiro de 1962, o Partido Comunista do Brasil adota a sigla PCdoB.

**Artigo 3º** – O emblema do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – é constituído por uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança operário-camponesa, sob os quais está escrita a legenda Partido Comunista do Brasil.

**Artigo 4º** – O Partido Comunista do Brasil – PCdoB – defende o regime representativo e democrático, a soberania nacional, o pluralismo partidário e os direitos da pessoa humana.

**Artigo 5º** – O Partido Comunista do Brasil – PCdoB – tem sede nacional, domicílio e foro em Brasília, Distrito Federal.

## ***CAPÍTULO II*** ***DOS FILIADOS***

**Artigo 6º** – Filiado do Partido é todo aquele que, sendo maior de 18 (dezoito) anos, aceita o seu Programa e o seu Estatuto, cumpre suas decisões, milita em uma das suas Organizações de Base e paga regularmente as contribuições estabelecidas.

**Parágrafo 1º** – Em caráter excepcional, poderão filiar-se ao Partido, maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.

**Artigo 7º** – A filiação ao Partido é individual e voluntária e se faz através da ficha nacional de filiação. A proposta de admissão, aprovada, será comunicada ao organismo imediatamente superior.

**Artigo 8º** – Considera-se desligado do Partido todo filiado que durante um ano deixe, sem razões justificadas, de participar de reuniões partidárias, de sua atividade política e de pagar as contribuições ao Partido. Antes de vencer o prazo estabelecido, o organismo a que pertença o membro deve chamá-lo para cumprir suas obrigações e, caso persista em sua atitude, desligá-lo de suas fileiras.



### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DEVERES E DIREITOS DOS MEMBROS**

**Artigo 9º** – São deveres dos membros do Partido:

- a) salvaguardar, por todos os meios, a unidade do Partido como condição principal de sua força;
- b) trabalhar constantemente para elevar o próprio nível político e ideológico e para assimilar e desenvolver as bases do marxismo-leninismo;
- c) aplicar as decisões do Partido;
- d) manter estreitas ligações com o povo e dedicar-se à defesa de suas reivindicações;
- e) pertencer ao sindicato de sua profissão ou entidade relacionada com seu trabalho, atividade ou moradia, respeitando as decisões democráticas que ali se tomem e concorrendo, por todas as formas possíveis, para o fortalecimento e desenvolvimento da entidade;
- f) observar a disciplina do Partido, igualmente obrigatória para todos os seus membros, independentemente de seus méritos ou dos cargos que ocupem;
- g) ser sincero e honesto com o Partido, não permitir que se oculte ou desvirtue a verdade;
- h) desenvolver a crítica e autocrítica, apontar os defeitos no trabalho do Partido, lutar contra os erros e debilidades e tudo fazer para eliminá-los;
- i) manter solidariedade às vítimas de perseguições políticas, por motivos ligados à luta democrática, popular ou socialista;
- j) hipotecar plena solidariedade à dos trabalhadores e povos por sua independência nacional e por sua emancipação social;
- l) pagar as mensalidades estabelecidas;
- m) filiar novos integrantes para as fileiras do Partido;
- n) desenvolver a propaganda das ideias, documentos, materiais e propostas do Partido.

**Artigo 10º** – São direitos dos membros do Partido:

- a) Eleger e ser eleito para os organismos dirigentes do Partido em todos os escalões;
- b) participar das discussões e decisões, de forma livre e responsável, acerca dos problemas teóricos, políticos e práticos da vida partidária, acatando as decisões da maioria;

c) manter suas opiniões, se divergentes, e defendê-las quando a discussão sobre o assunto for reaberta, sem deixar de cumprir as decisões de que diverja;

d) exigir sua participação pessoal sempre que se trate de resolver sua posição ou conduta;

e) apelar de decisão disciplinar a seu respeito;

f) encaminhar, através de seu organismo, sugestões e propostas a quaisquer das sucessivas instâncias partidárias.

## ***CAPÍTULO IV***

### ***DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA***

**Artigo 11** – O Partido defende sua unidade política e de ação através da disciplina consciente, livremente aceita e obrigatória para todos os seus membros, não permitindo atividade desagregadora em seu seio.

**Artigo 12** – Qualquer membro do Partido que violar a disciplina partidária, infringir os princípios programáticos ou atacar sua linha política sofrerá, segundo a gravidade da falta, uma das seguintes sanções:

a) Advertência;

b) censura interna;

c) censura pública;

d) destituição de cargos;

e) afastamento do Partido;

f) expulsão do Partido.

**Artigo 13** – O organismo a que pertence o acusado comunicar-lhe-á por escrito as faltas que lhe forem imputadas, assegurando-lhe amplo direito de defesa compreendendo:

a) prazo de 5 (cinco) dias para que possa apresentar sua defesa na reunião que decidir a respeito das sanções;

b) participação pessoal, assegurada a defesa oral e a produção de provas, na reunião que discutir e decidir sobre as sanções a serem aplicadas.

**Parágrafo 1º** – As medidas disciplinares têm, sobretudo, caráter educativo de preservação da unidade e integridade partidárias. Serão aprovadas pelo organismo a que pertença o membro ou, em caso de omissão deste, pelo organismo imediatamente superior.



**Parágrafo 2º** – A expulsão é a sanção máxima a um membro do Partido e só deve ser aplicada em casos que afetem gravemente os princípios do Partido.

**Parágrafo 3º** – A expulsão do membro do Partido deverá ser decidida por maioria absoluta, ratificada pelo organismo imediatamente superior ao organismo que tomou a medida. No caso de membros do Comitê Central, a decisão só poderá ser tomada por 2/3 (dois terços) dos votos deste organismo dirigente.

**Artigo 14** – Qualquer organismo do Partido que infringir o disposto no Artigo 17, bem como os princípios programáticos ou atacar a linha política do Partido sofrerá, segundo a gravidade da falta, uma das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) reorganização;
- c) dissolução do organismo.

**Parágrafo Único** – As sanções serão aplicadas pelo organismo imediatamente superior.

**Artigo 15** – O organismo acusado receberá do organismo superior comunicação por escrito das faltas que lhe forem imputadas, assegurando-lhe amplo direito de defesa, compreendendo:

- a) Prazo de 15 (quinze) dias para que possa apresentar sua defesa na reunião que decidir a respeito das sanções;
- b) participação de comissão composta por até 5 (cinco) membros do organismo acusado, asseguradas a defesa oral e a produção de provas, na reunião do organismo que discutir e decidir sobre as sanções a serem aplicadas.

**Artigo 16** – O membro ou organismo do Partido que avalie injusta a medida disciplinar pode pedir sua reconsideração, ou ainda, apelar para os organismos superiores do Partido, inclusive o Congresso do Partido.

**Parágrafo Único** – Os membros ou organismos punidos com sanções disciplinares têm prazo de 10 (dez) dias para recorrer ao organismo imediatamente superior, o qual deve responder ao recurso no prazo de 20 (vinte) dias.

## TÍTULO II DOS ORGANISMOS DO PARTIDO, SUA COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO

### *CAPÍTULO I*

#### *DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO*

**Artigo 17** – O princípio diretor em que se baseia a organização do Partido é o centralismo democrático, que significa:

- a) Eleição de todos os organismos dirigentes do Partido, de baixo para cima;
- b) prestação de contas periódicas dos organismos dirigentes do Partido ante as respectivas organizações que os elegeram;
- c) disciplina rigorosa no Partido e submissão da minoria à maioria;
- d) caráter obrigatório das decisões dos organismos superiores para os inferiores;
- e) debate amplo e aberto nos organismos sobre as questões referentes à orientação partidária.

**Artigo 18** – Os organismos do Partido aprovam suas deliberações por maioria simples, salvo o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 13.

**Parágrafo Único** – A eleição para os organismos dirigentes do Partido far-se-á por votação uninominal.

**Artigo 19** – Os organismos do Partido trabalham segundo o princípio da direção coletiva. Todos os organismos dirigentes devem discutir e decidir coletivamente os problemas que se colocam diante do Partido, as tarefas e os planos de trabalho. O princípio da direção coletiva não elimina a responsabilidade individual.

### *CAPÍTULO II*

#### *DA ORGANIZAÇÃO E DOS ORGANISMOS DO PARTIDO*

**Artigo 20** – O Partido se organiza nacionalmente, obedecida a seguinte estrutura:

- a) Congresso do Partido, Comitê Central e Conferência Nacional, em nível nacional;
- b) Conferências Estaduais e Comitês Estaduais, em cada estado da



Federação e no Distrito Federal;

c) Conferências Municipais e Comitês Municipais, em cada município;

d) Conferências Distritais e Comitês Distritais, conforme deliberação do Comitê Estadual ou do Comitê Municipal;

e) Assembleias de Base e Organizações de Base, no local de trabalho, de moradia e de estudo e, em casos especiais, por setor de atividade.

**Parágrafo 1º** – Os Comitês elegerão dentre os seus membros a Comissão Política e, quando necessário, o Secretariado para se dedicar ao trabalho permanente de direção entre uma e outra reunião dos Comitês.

**Parágrafo 2º** – Ao eleger sua Comissão Política, o Comitê deve indicar, além do Presidente, a função de cada um dos seus membros.

**Parágrafo 3º** – A Comissão Política deve ter um número de componentes sempre inferior à metade dos membros do Comitê, aplicando-se o mesmo princípio à constituição do Secretariado, em relação à Comissão Política.

**Parágrafo 4º** – As Comissões Políticas, no âmbito da respectiva circunscrição, exercem todas as atribuições legais conferidas aos Comitês.

**Parágrafo 5º** – As Comissões Políticas poderão nomear Comitês Provisórios para as instâncias imediatamente inferiores, compostos de no mínimo 3 (três) membros, com mandato máximo de 1 (um) ano.

**Parágrafo 6º** – Os Comitês Municipais serão constituídos nos municípios onde exista um mínimo de:

a) 15 (quinze) membros nos municípios de até 1.000 (um mil) eleitores;

b) 15 (quinze) membros e mais 1 (um) membro para cada 1.000 (um mil) eleitores ou fração, nos demais municípios.

**Parágrafo 7º** – Os Comitês Estaduais são constituídos nos estados e no Distrito Federal onde se realizem Conferências Municipais em pelo menos 5% (cinco por cento) dos municípios do estado.

**Parágrafo 8º** – O Comitê Central é constituído desde que se realizem Conferências Estaduais em pelo menos 1/3 (um terço) dos estados.

**Parágrafo 9º** – Reuniões setoriais, por regiões, ativos, encontros, reuniões de presidentes e seminários podem ser convocados nos diver-

dos níveis, sendo que suas propostas só serão válidas se aprovadas pelo respectivo Comitê.

**Artigo 21** – Todos os organismos do Partido são autônomos no que se refere à decisão das questões locais, desde que estas decisões não contrariem a orientação do Partido.

### ***CAPÍTULO III***

#### ***DOS ORGANISMOS NACIONAIS DO PARTIDO***

**Artigo 22** – O organismo supremo do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – é o Congresso do Partido. Este deve reunir-se ordinariamente a cada 4 (quatro) anos.

**Parágrafo Único** – Em casos excepcionais, o Comitê Central pode prorrogar o mandato dos organismos dirigentes do Partido por até 18 (dezoito) meses.

**Artigo 23** – Compete ao Congresso:

- a) Discutir e votar os informes do Comitê Central do Partido e orientações sobre questões essenciais surgidas no curso da luta;
- b) rever e modificar o Programa e o Estatuto do Partido;
- c) determinar a linha tática do Partido sobre as questões fundamentais de atualidade política;
- d) estabelecer o número de membros e eleger o Comitê Central do Partido;
- e) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Central.

**Artigo 24** – Podem realizar-se Congressos extraordinários do Partido, por iniciativa do Comitê Central.

**Artigo 25** – O Congresso do Partido é constituído pelos delegados eleitos nas Conferências Estaduais – o número de delegados de cada Estado depende do número de membros reunidos em Assembleias de Base. O Comitê Central fixa as normas dessa representação. O Congresso decide a respeito da ordem do dia, do seu regimento e elege seus organismos dirigentes. A direção do Congresso, na duração deste, exerce as funções de Comitê Central.

**Parágrafo Único** – Os membros do Comitê Central, não eleitos delegados, participam do Congresso sem direito a voto.

**Artigo 26** – O Congresso do Partido é considerado convocado com



a publicação, pelo Comitê Central, nos órgãos de imprensa partidária, dos documentos e temas básicos que deverão ser discutidos em todos os organismos partidários.

**Artigo 27** – As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso. Todos os membros e organismos do Partido são obrigados a reconhecer a autoridade das decisões do Congresso e a direção do Partido eleita pelo mesmo.

**Artigo 28** – O Comitê Central é o organismo dirigente máximo do Partido entre dois Congressos, sendo este o período de duração do seu mandato. É eleito pelo Congresso e constituído de militantes que tenham pelo menos 5 (cinco) anos consecutivos de atividade partidária.

**Parágrafo 1º** – As vagas abertas no Comitê Central serão preenchidas pelos suplentes do Comitê Central, eleitos pelo Congresso obedecendo-se à ordem estabelecida pela eleição.

**Parágrafo 2º** – O Comitê Central reúne-se ordinariamente a cada 4 (quatro) meses, convocado pela Comissão Política Nacional, ou extraordinariamente quando convocado pela Comissão Política Nacional ou pela maioria dos membros efetivos do Comitê Central.

**Artigo 29** – Compete ao Comitê Central:

- a) Eleger, dentre os seus membros, a Comissão Política Nacional, o Secretariado Nacional e a Comissão de Controle;
- b) convocar o Congresso do Partido e fixar as normas para seu funcionamento;
- c) traçar a orientação partidária de âmbito nacional a ser seguida pelos demais organismos partidários e seus representantes;
- d) promover, junto aos órgãos competentes, o registro do Estatuto e do Programa, bem como das alterações aprovadas no Congresso do Partido;
- e) estabelecer as normas e os procedimentos referentes à escolha dos candidatos aos cargos públicos, eletivos ou não, em todos os níveis;
- f) decidir sobre todas as medidas concernentes às eleições em âmbito nacional, promover coligações, alianças e o registro dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República. Aprovar os nomes dos candidatos em eleições de âmbito estadual indicados pelos respectivos Comitês Estaduais;
- g) dirigir a bancada federal do Partido e decidir sobre suas lideranças;

h) fazer o controle dos Comitês Estaduais e exercer ação disciplinar sobre os mesmos e, na omissão destes, dos Municipais e Distritais, decidindo sobre as medidas disciplinares necessárias para manter a integridade partidária;

i) julgar os recursos interpostos contra decisões da Comissão Política Nacional ou de Comitês Estaduais;

j) orientar e controlar a imprensa nacional do Partido. Nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa nacional do Partido;

l) estipular, anualmente, por proposta da Comissão Política Nacional, as quotas de contribuição dos Comitês Estaduais ao Comitê Central;

m) aprovar anualmente resolução sobre a utilização dos recursos do Fundo Partidário;

n) aprovar Regimento dispondo sobre composição e funcionamento das Comissões Políticas e dos Secretariados nos diversos níveis.

**Artigo 30** – A Comissão de Controle tem como atribuições acompanhar a legalidade estatutária das atividades partidárias, receber e relatar recursos das várias instâncias e fiscalizar as contas do Partido.

**Artigo 31** – A Conferência Nacional do Partido é convocada sempre que o Comitê Central julgue necessário.

**Artigo 32** – A Conferência é constituída pelos membros do Comitê Central e por delegados eleitos pelos Comitês Estaduais, segundo as normas que o Comitê Central estabelecer.

**Artigo 33** – As resoluções da Conferência Nacional, para que sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido, devem ser ratificadas pelo Comitê Central.

## ***CAPÍTULO IV***

### ***DOS ORGANISMOS ESTADUAIS DO PARTIDO***

**Artigo 34** – O organismo superior da organização do Partido nos estados e no Distrito Federal é a Conferência Estadual.

**Artigo 35** – A Conferência Estadual é constituída de acordo com as normas gerais aprovadas pelo Comitê Central e as complementares aprovadas pelo Comitê Estadual, por delegados eleitos nas Conferências Municipais ou Distritais onde não houver Comitê Municipal.



**Parágrafo Único** – Os membros do Comitê Estadual, não eleitos delegados, participam da Conferência sem direito a voto.

**Artigo 36** – A Conferência Estadual é convocada ordinariamente pelo Comitê Estadual a cada 2 (dois) anos, para eleger o Comitê Estadual e discutir os assuntos constantes da ordem do dia.

**Artigo 37** – A Conferência Estadual pode ser convocada extraordinariamente pelo Comitê Estadual ou pelo Comitê Central.

**Artigo 38** – À Conferência Estadual compete:

a) Analisar a situação política no âmbito do Estado, estabelecer as diretrizes da ação partidária de acordo com a orientação do Congresso e do Comitê Central do Partido;

b) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Estadual;

c) estabelecer o número de membros do Comitê Estadual e elegê-los;

d) eleger os delegados ao Congresso do Partido e os respectivos suplentes obedecendo à proporcionalidade estabelecida pelo Comitê Central;

e) decidir sobre alianças e coligação com outros Partidos para as eleições estaduais e sobre candidatos aos postos eletivos executivos e legislativos no Estado e para o Congresso Nacional, *ad referendum* do Comitê Central.

**Artigo 39** – O Comitê Estadual, eleito pela Conferência Estadual, para um mandato de até 2 (dois) anos, dirige a atividade de todas as organizações do Partido existentes no território sob sua jurisdição.

**Artigo 40** – Ao Comitê Estadual compete:

a) Convocar a Conferência Estadual;

b) aplicar as decisões dos organismos superiores do Partido e da Conferência Estadual, orientando nesse sentido a ação dos membros e dos demais Comitês do Partido na região;

c) traçar a orientação política de âmbito estadual a ser seguida pelos demais órgãos partidários;

d) promover o registro dos candidatos aos postos eletivos no Estado e ao Congresso Nacional;

e) fiscalizar as eleições que se realizarem no Estado;

f) dirigir a bancada parlamentar estadual bem como decidir sobre suas lideranças;

g) aprovar o nome dos candidatos indicados pelas instâncias sob sua jurisdição;

h) julgar os recursos interpostos contra decisões da Comissão Política Estadual;

i) fazer o controle da atividade dos Comitês Municipais e exercer ação disciplinar sobre os mesmos e, na omissão destes, dos Comitês Distritais, sobre as medidas disciplinares necessárias para manter a integridade partidária;

j) enviar regularmente contribuições ao Comitê Central.

## ***CAPÍTULO V***

### ***DOS ORGANISMOS MUNICIPAIS DO PARTIDO***

**Artigo 41** – O organismo superior da organização do Partido no município é a Conferência Municipal.

**Artigo 42** – A Conferência Municipal é constituída de acordo com as normas gerais aprovadas pelo Comitê Estadual e as complementares aprovadas pelo Comitê Municipal, por delegados eleitos nas Organizações de Base e, quando houver, pelas Conferências Distritais.

**Artigo 43** – A Conferência Municipal é convocada ordinariamente pelo Comitê Municipal a cada 2 (dois) anos para eleger o Comitê Municipal e discutir os assuntos constantes da ordem do dia.

**Artigo 44** – A Conferência Municipal pode ser convocada extraordinariamente pelo Comitê Municipal, ou pelo Comitê Estadual, ou pelo Comitê Central.

**Artigo 45** – À Conferência Municipal compete:

a) Estabelecer as diretrizes de ação partidária de acordo com a orientação dos organismos superiores do Partido e das resoluções do Congresso do Partido;

b) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Municipal;

c) estabelecer o número de membros do Comitê Municipal e elegê-los;

d) eleger os delegados à Conferência Estadual do Partido e os respectivos suplentes, obedecendo à proporcionalidade estabelecida pelo Comitê Estadual;

e) decidir sobre alianças e coligação com outros partidos para as



eleições municipais e sobre candidatos aos postos eletivos executivos e legislativos no município, *ad referendum* do Comitê Estadual.

**Artigo 46** – O Comitê Municipal, eleito pela Conferência Municipal para um mandato de até 2 (dois) anos, dirige a atividade de todas as organizações do Partido existentes no âmbito de sua jurisdição.

**Artigo 47** – Ao Comitê Municipal compete:

- a) Convocar a Conferência Municipal;
- b) aplicar as decisões da Conferência Municipal e dos organismos superiores do Partido na área de sua jurisdição;
- c) traçar a orientação política de âmbito municipal a ser seguida pelos demais organismos partidários;
- d) promover o registro, perante o Juiz Eleitoral da respectiva Zona, dos candidatos aos postos eletivos municipais;
- e) fiscalizar as eleições que se realizarem no município;
- f) dirigir a bancada de vereadores e decidir sobre suas lideranças;
- g) fazer o controle da atividade dos Comitês Distritais e exercer ação disciplinar sobre os mesmos e, na ausência ou omissão destes, das Organizações de Base, decidindo sobre as medidas disciplinares necessárias para manter a integridade partidária;
- h) julgar os recursos interpostos contra decisões da Comissão Política Municipal;
- i) enviar regularmente contribuições ao Comitê Estadual.

**Parágrafo Único** – Nos municípios onde existirem várias Zonas Eleitorais, a representação partidária perante cada uma delas, para todos os fins, compete ao Comitê Municipal.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS ORGANISMOS DISTRITAIS DO PARTIDO**

**Artigo 48** – O organismo superior da organização do Partido no Distrito é a Conferência Distrital.

**Parágrafo 1º** – Os Comitês Distritais são organismos intermediários entre os Comitês Municipais e as Organizações de Base.

**Parágrafo 2º** – Pode-se criar excepcionalmente Comitês em empresas ou por setor de atividade, com a função de Comitê Distrital.

**Artigo 49** – A Conferência Distrital é constituída de acordo com as

normas gerais aprovadas pelo Comitê Municipal e as complementares aprovadas pelo Comitê Distrital, por delegados eleitos pelas Organizações de Base de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê Municipal.

**Artigo 50** – A Conferência Distrital é convocada ordinariamente ou extraordinariamente pelo Comitê Distrital, ou pelo Comitê Municipal, ou pelo Comitê Estadual a cada 2 (dois) anos para eleger o Comitê Distrital e discutir os assuntos da ordem do dia.

**Artigo 51** – À Conferência Distrital compete:

a) Estabelecer as diretrizes de ação partidária de acordo com a orientação dos organismos superiores do Partido e das resoluções do Congresso do Partido;

b) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Distrital ou da Organização de Base;

c) estabelecer o número de membros do Comitê Distrital e elegê-los para um mandato de até 2 (dois) anos. Eleger os delegados e os respectivos suplentes à Conferência Municipal ou Estadual conforme o caso. O número de delegados obedecerá à proporcionalidade estabelecida pelo Comitê Municipal ou Estadual.

**Artigo 52** – A criação, fusão, ou dissolução do Comitê Distrital é de competência do Comitê Municipal ou do Comitê Estadual, de acordo com sua política organizativa e as necessidades de ampliação da ação política.

**Artigo 53** – O Comitê Distrital dirige as Organizações de Base em sua área de atuação, orientando-as para a aplicação das decisões dos organismos superiores, a formação ideológica dos militantes, a ação junto às entidades de massas e a filiação permanente de novos membros.

**Artigo 54** – O Comitê Distrital recebe contribuições das Organizações de Base sob sua responsabilidade e envia regularmente uma quota ao Comitê Municipal.

## ***CAPÍTULO VII***

### ***DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE***

**Artigo 55** – As Organizações de Base, os alicerces do Partido, são constituídas onde houver 3 (três) ou mais membros do Partido.

**Artigo 56** – Às Organizações de Base compete:



- a) Organizar os membros do Partido em sua área de atuação;
- b) fixar e receber as contribuições mensais de seus membros, de acordo com as normas estipuladas;
- c) enviar regularmente contribuições ao organismo superior;
- d) desenvolver a propaganda das ideias, dos documentos, materiais e propostas do Partido;
- e) contribuir para a elevação do nível político e cultural da população através de atividades afins;
- f) divulgar e aplicar a política do Partido, assim como recolher junto à população subsídios para a formulação dos programas de ação e da linha política;
- g) manter estreita ligação com o povo e defender seus interesses;
- h) apoiar a atividade das entidades populares não partidárias orientando seus membros nesse sentido;
- i) desenvolver permanente campanha de filiação de novos integrantes para o Partido;
- j) difundir entre seus membros a prática do estudo sistemático da realidade brasileira e do socialismo científico;
- l) zelar pela unidade do Partido, não permitindo em seu seio atividade desagregadora.

**Artigo 57** – Para coordenar sua atividade, a Organização de Base deverá eleger entre seus integrantes um Secretariado.

**Parágrafo 1º** – A eleição do Secretariado da Organização de Base se fará em Assembleia de Base de seus membros.

**Parágrafo 2º** – O número de membros do Secretariado e suas funções serão fixados pela Assembleia de Base.

**Artigo 58** – Nas Organizações de Base, sempre que for necessário, podem ser criadas seções de Organização de Base a critério do organismo imediatamente superior.

## ***CAPÍTULO VIII***

### ***DAS COMISSÕES AUXILIARES E DAS FRAÇÕES DO PARTIDO NAS ENTIDADES DE MASSAS***

**Artigo 59** – Os Comitês poderão, para facilitar e agilizar sua ativi-

dade, criar Comissões Auxiliares que terão sua ação restrita à área do respectivo Comitê.

**Parágrafo Único** – O filiado indicado para comissões auxiliares deve manter-se vinculado ao seu Comitê e Organização de Base.

**Artigo 60** – Para conduzir o trabalho nas entidades de massas funcionarão as Frações integradas pelos comunistas que ali atuam.

**Artigo 61** – As Frações do Partido, conforme o âmbito das entidades de massas em que atuem, ficarão sob a direção e o controle dos Comitês correspondentes do Partido e, em todos os assuntos, aplicarão as decisões por estes adotadas.

**Artigo 62** – Cada Fração terá uma Coordenação designada pelo Comitê do Partido que a dirige.

**Parágrafo Único** – A Fração não equivale a uma Organização de Base do Partido. Seus membros participarão e atuarão, obrigatoriamente, nas Organizações de Base de sua empresa, escola ou local de moradia.

## ***CAPÍTULO IX***

### ***DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS***

**Artigo 63** – É criado o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Maurício Grabois, órgão de cooperação do Partido Comunista do Brasil, com o objetivo de:

- a) Realizar estudos e pesquisas sobre os problemas econômicos, sociais, políticos e culturais da realidade brasileira;
- b) contribuir para a elaboração dos cursos de formação e atualização política;
- c) organizar temas para ciclos de estudo, conferências, seminários e simpósios;
- d) assessorar, quando solicitado, a direção do Partido, e as bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições.

**Artigo 64** – O Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Maurício Grabois, a fim de realizar seus objetivos, poderá celebrar convênios ou contratos com terceiros, nos termos fixados em lei.

**Parágrafo 1º** – Os membros da direção e administração do Instituto serão designados pela Comissão Política Nacional, no âmbito nacional e,



nos estados e municípios, pelas respectivas Comissões Políticas, por tempo coincidente com o mandato da Comissão Política que os designou.

### TÍTULO III DO ACERVO PATRIMONIAL, DAS FINANÇAS E DA CONTABILIDADE DO PARTIDO

#### *CAPÍTULO I*

##### *DAS FINANÇAS E DO PATRIMÔNIO DO PARTIDO*

**Artigo 65** – Os recursos financeiros do Partido são constituídos por:

- a) Contribuições dos membros;
- b) contribuições especiais dos filiados que estiverem no exercício de cargos públicos, eletivos ou não, indicados pelo Partido;
- c) campanhas financeiras realizadas pelo Partido;
- d) recursos do Fundo Partidário;
- e) outras contribuições não vedadas em lei.

**Parágrafo 1º** – As contribuições a que se referem as alíneas “a” e “b” serão fixadas pelo Comitê Central.

**Parágrafo 2º** – Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão distribuídos na seguinte proporção: 50% (cinquenta por cento) para o Comitê Central e 50% (cinquenta por cento) para os Comitês Estaduais.

**Artigo 66** – O Patrimônio do Partido é constituído por:

- a) Renda patrimonial;
- b) doações e legados;
- c) bens móveis e imóveis de sua propriedade.

**Parágrafo Único** – Cabe aos Comitês em cada nível decidir sobre a administração do patrimônio social, adquirir, alienar, arrendar, ou hipotecar bens, bem como receber doações.

**Artigo 67** – Os membros do Partido não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido.

#### *CAPÍTULO II*

##### *DA CONTABILIDADE*

**Artigo 68** – As Comissões Políticas em cada nível prestarão contas

de sua receita e despesa aos seus respectivos Comitês.

**Artigo 69** – O Partido, através de seus organismos dirigentes Nacional, Estaduais e Municipais, prestará contas anualmente à Justiça Eleitoral das receitas e despesas realizadas, nos termos da lei.

**Artigo 70** – No período eleitoral os candidatos poderão receber, sob controle dos Comitês de cada nível, doações para a campanha eleitoral em dinheiro, bens ou serviços, nos termos da lei.

**Artigo 71** – Cada candidato, sob controle dos Comitês em cada nível, poderá despender recursos próprios na campanha eleitoral, observadas as disposições legais, as diretrizes e resoluções dos organismos de direção partidária.

**Artigo 72** – Os Comitês, em cada nível, movimentarão os recursos da campanha eleitoral em conta bancária, promovendo escrituração contábil das finanças da campanha, bem como sua prestação de contas nos termos da lei.

## TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Artigo 73** – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Comitê Central do Partido.

**Artigo 74** – Este Estatuto entrará em vigor após sua publicação no *Diário Oficial da União* e na imprensa partidária.

**Parágrafo Único** – Qualquer diligência, retificação ou modificação que porventura venha a ser determinada pela Justiça Eleitoral será decidida e encaminhada pelo Comitê Central.

**Artigo 75** – Revogam-se as disposições em contrário.





# Intervenções especiais ao 10º Congresso

---

| A vida partidária |



## **Traços da situação internacional**

---

JOSÉ REINALDO CARVALHO

O desenrolar dos acontecimentos mundiais nos últimos anos tem merecido a atenção concentrada do nosso Partido. A crise profunda do sistema capitalista, os impasses da globalização, os conflitos políticos e sociais, a ofensiva do imperialismo visando à dominação planetária, as restrições de direitos dos trabalhadores, os ataques à soberania nacional dos países e povos dependentes, o estalar de lancinantes contradições com suas dramáticas consequências sociais, tudo isso tem passado pelo crivo da aguda crítica dos comunistas brasileiros e suscitado não poucas ações políticas e de massas, nas quais o PCdoB se posiciona como abandeirado das grandes causas da nossa época.

A última década do século passado foi marcada por uma ilusão fabricada pela usina de engodos em que se converteram os meios de comunicação e propaganda monopolizados pela burguesia. Venderam a ideia de um mundo de paz, harmonioso, unificado econômica e politicamente, com desenvolvimento e progresso material e espiritual. Mas, a que assistimos, senão ao retrocesso em toda a linha!

Ao dantesco espetáculo da pobreza infelicitando a vida de quase metade da população mundial, à devastação ambiental, à morte em massa dos africanos pela AIDS, à fome assolando a vida de milhões de pessoas inclusive em países medianamente desenvolvidos, ao agravamento da espoliação imperialista, de que é exemplo o endividamento dos países dependentes. Isto, quando a revolução tecnológica e científica torna a humanidade capaz de produzir em abundância revelando a irracionalidade do sistema imperante. O ordenamento político e econômico da chamada globalização capitalista, por ser incapaz de garantir a sobrevivência da humanidade e condições dignas de existência e, pior que isto, por agravar os problemas econômicos e sociais, torna a vida neste limiar de século insuportável e, sob certos aspectos, impossível. A este impasse a globalização capitalista neoliberal conduziu a humanidade – à barbárie com aparência de fenômeno inexorável e ares de modernidade.

O nosso 10º Congresso realiza-se num momento de extremo agravamento da situação internacional. Se o horror econômico e social é o traço marcante dos tempos atuais, no terreno político, estamos diante de ameaças que podem levar o mundo a uma catástrofe de dimensões inimagináveis. Estamos ingressando numa época obscura, marcada pela guerra e pela configuração de uma nova modalidade de fascismo. Guerra que não é, como no passado, o confronto entre forças equivalentes, mas uma guerra de fato suja, porque empreendida por uma superpotência contra países cuja capacidade de defesa é diminuta ou nula. É esta a grande mudança no quadro mundial, que se gestou durante a última década do século XX e agora se materializa após os trágicos acontecimentos de 11 de setembro último, tão bem caracterizados no Projeto de Resolução Política do Comitê Central e no Informe Político do camarada Renato Rabelo. A justa condenação aos atentados não concede ao imperialismo estadunidense autorização



para promover retaliações nem impor a falsa agenda da “luta antiterrorista” como tema prioritário da vida política internacional, luta na qual o uso da força bruta se tornaria supostamente legítimo.

Desde a proclamação da “nova ordem”, há 10 anos, pelo ex-presidente George Bush, o mundo passou a viver em grande desordem. Agora, os traços de instabilidade e incerteza se acentuam. Uma inquietação generalizada se apossa das pessoas. Todos pressentem que a liberdade, a segurança, a paz e a independência encontram-se por um fio.

O atual governo dos Estados Unidos proclamou a “guerra longa, dura e suja”, onde tudo seria permitido em nome do “combate ao terrorismo”. Uma espécie de vertigem do superpoder, da hegemonia incontestada, da força imperial inexpugnável toma conta dos falcões ultraconservadores que ocupam a Casa Branca, para os quais tudo agora se tornou possível – o ataque a outros países, o uso de armas nucleares, o retorno ao estado de segurança nacional, o julgamento em tribunais secretos e o assassinato dos acusados de terrorismo, a militarização da vida internacional, a “guerra nas estrelas”, a restrição generalizada às liberdades, o esmagamento do movimento democrático e progressista no mundo.

O imperialismo norte-americano, ao atacar de maneira devastadora o Afeganistão e através da retórica belicosa do presidente George W. Bush e do secretário da Defesa Donald Rumsfeld, emitiu todos os sinais de que levará adiante uma política unilateral, que torna letra morta o direito internacional diante da prevalência dos seus “interesses estratégicos”. E em face disso os comunistas e as demais forças progressistas não nos devemos enganar. O mundo encontra-se diante da mais grave tentativa, jamais encetada, de uma superpotência para impor sua hegemonia a povos e países, onde estão em jogo interesses estratégicos. Nesse afã, os EUA têm deixado claro que não permitirão seja na área dos países de sistema antagônico, seja na dos países em desenvolvimento e mesmo entre países capitalistas desenvolvidos que alternadamente são aliados e rivais, que surjam forças nacionais – Estados ou alianças entre Estados, capazes de contestar sua hegemonia, a qual será exercida principalmente através de meios militares.

A singularidade deste momento, que o distingue de outros da história moderna, é que desde 1991, os Estados Unidos não têm conten-

dor à altura. Desde então, o mundo tem sido teatro de guerras sujas reveladoras de uma inominável covardia – a guerra do Golfo (1991), a ação militar na Somália (1993), a guerra de Kossovo (1999), em que a superpotência norte-americana, sob falsos pretextos, deu passos em sua marcha para a dominação. Hoje, está mais presente do que nunca a estratégia norte-americana de estabelecer bases e situar em toda parte os seus “interesses estratégicos”.

Na empreitada para impor sua hegemonia, o imperialismo norte-americano não se detém diante de qualquer obstáculo mesmo que as suas ações se confundam com crimes, levem povos e nações ao desespero, provoquem genocídios e tragédias humanitárias. Definitivamente, os Estados Unidos resolveram mostrar ao mundo a sua face medonha de “Estado bandido”. Em semelhante ambiente de violência e tirania, de concentração de poder e riqueza, de crise dos padrões civilizatórios, de derrogação de direitos, de abissais desigualdades, não é de se admirar o surgimento de fundamentalismos e extremismos de variada natureza, porquanto são derivados do desespero que se espalha entre os pobres e desvalidos da terra. Se os imperialistas acham que tudo podem, decerto terão consciência de que tudo também pode acontecer como expressão desse desespero.

O povo brasileiro e todos os nossos irmãos latino-americanos não vemos os fatos em curso além-fronteiras com a lente do distanciamento. A mesma crise que eclode em plagas distantes e desconhecidas está latente aqui, o agressor que arrasou Cabul, Mazar-el Sharif, Cunduz e Candahar é o mesmo que concebeu e está aplicando, com a cumplicidade de oligarquias antinacionais e antipopulares, o Plano Colômbia, o Cabañas, o Puebla Panamá, bloqueia a heroica Cuba e cobiça a Amazônia brasileira. O ventre que gera o monstro são os mesmos monopólios sedentos de superlucros, hoje empenhados na implantação da Alca, meio para a anexação das economias do subcontinente e de subjugação total da soberania nacional.

É nos marcos dessa realidade tão adversa – em que o recurso à guerra, os ataques à soberania dos povos e as restrições às liberdades se tornam uma necessidade vital para os Estados Unidos concretizarem os seus planos hegemônicos – que se movem as forças revolucionárias. Esta ofensiva para estabelecer o primado exclusivo do domínio esta-



dunidense numa época histórica ainda marcada pela derrota do socialismo, define uma correlação de forças desfavorável para o movimento progressista e revolucionário. Claro está que de 1989-1990 para cá algo mudou, registram-se avanços de consciência, organização e mobilização dos trabalhadores e dos povos, surgiu o movimento antiglobalização, fato novo e auspicioso, com explosões espontâneas de massas e uma ação variegada de um sem-número de sujeitos sociais. Mas o ascenso e a ofensiva das forças revolucionárias ainda não são visíveis no horizonte de curto prazo. A conjuntura com que nos defrontamos exige uma acumulação prolongada de forças, uma estratégia de resistência. Quando o inimigo é desmesuradamente mais forte, e muitos se adaptam ou capitulam, resistir é uma gigantesca tarefa.

Tinham razão os clássicos fundadores de nossa teoria quando se referiram à disjuntiva entre o socialismo e a barbárie; nas condições de hoje mais atual do que nunca. Por convicção filosófica e domínio da história, sabemos que o socialismo triunfará, mas o mundo contemporâneo está mais próximo da barbárie. Pôr em movimento uma estratégia de resistência corresponde a impedi-la, a frear as tendências destrutivas manifestas na política do imperialismo. É necessário, pois, adaptar a nossa plataforma, as nossas ações, as nossas alianças.

Passa para o primeiro plano, da nossa ação política, a luta pela paz, paz para os povos e nações, contra a guerra imperialista. Emerge como tarefa da maior importância, a luta em defesa da soberania nacional, em todos os continentes aviltada pelas transnacionais e potências capitalistas, únicas beneficiárias da globalização. Nesse marco, é necessário lutar contra a pobreza, pelo desenvolvimento que assegure bem-estar social, progresso material e espiritual para os trabalhadores e povos, o que somente se alcançará promovendo-se o crescimento econômico, hoje impedido pelas políticas dos países ricos e dos organismos financeiros internacionais, crescendo, assim, a importância do combate por uma nova ordem econômica e política internacional, pelo multilateralismo, por uma nova configuração e um novo papel das Nações Unidas na vida política internacional.

Os povos se perguntam angustiados: quanto tempo durará o atual transe? O desenvolvimento da História não obedece a prognósticos, mas a realidade indica que não será duradoura – malgrado dolorosa – a

fase atual. A união do mundo em torno da política guerreira de George W. Bush é um mito. Logo, logo os conflitos determinados pelas competições e rivalidades globais entre as grandes forças econômicas internacionais se imporão. A sordidez da política dos países ricos contra os pobres logo, logo despertará a ira e provocará o levantamento dos povos. Para além de tudo isso, é necessário considerar que o coração do império é fraco, sendo visíveis os sinais de cansaço de sua hegemonia. Historicamente, o hegemonismo norte-americano repousa sobre bases frágeis. Não só devido à atual recessão, mas a evolução da vida econômica dos EUA mostra uma tendência observada, há muito tempo, de queda das taxas de crescimento econômico, de redução da produtividade do trabalho, de diminuição dos investimentos fixos na formação do PIB, de terceirização excessiva da economia, de desaparecimento da poupança das famílias, de acumulação de gigantescos déficits nas balanças comercial e de pagamentos. O modo de vida norte-americano não é mais um sinal de bem-estar geral, mas cada vez mais identificado com fenômenos negativos como a precarização do trabalho, a proliferação da pobreza, a concentração de renda, a marginalidade...

Por fim, queremos reafirmar o internacionalismo dos comunistas brasileiros, em fusão com a nossa luta patriótica e democrática junto ao nosso povo. Sempre teremos em conta o papel estratégico das vertentes progressistas e revolucionárias da época – os países socialistas, os partidos comunistas e revolucionários, os movimentos de resistência, a luta da classe operária, o movimento antiglobalização e todas as lutas progressistas de nosso tempo, dos camponeses, intelectuais, mulheres, jovens e estudantes. Sempre atuaremos pela formação de amplos movimentos frentistas. Somos integrantes destes movimentos. Amigos dos povos e das forças revolucionárias. Aí reside a nossa força e a nossa esperança.

**VIVA A LUTA ANTI-IMPERIALISTA DOS POVOS!**  
**VIVA O DÉCIMO CONGRESSO!**  
**VIVA O PCdoB!**



## **A atuação do Partido junto ao proletariado**

---

JOÃO BATISTA LEMOS

**D**urante a preparação do 10º Congresso, a militância comunista realizou intensa e rica reflexão sobre a realidade, suas mutações e o papel do proletariado brasileiro, cabendo destacar a Conferência Sindical Nacional, realizada em julho, que representou um marco na trajetória revolucionária do Partido. Experiência inédita na nossa história, esse processo, iniciado em fevereiro, reuniu mais de 1.400 camaradas no esforço conjunto para “fortalecer a ação do PCdoB entre os trabalhadores” (1).

O Comitê Central também tomou a iniciativa de organizar um Seminário sobre o Proletariado (Sempro). Tarefa de longo fôlego, apenas iniciada, essa atividade mobilizou dezenas de comunistas no país, estimulou a leitura individual de textos clássicos e resultou em inúmeras reuniões.

Abordo aqui, de maneira sintética, três questões-chave que despon-taram nesse debate coletivo. A primeira diz respeito à conceituação e à definição do papel do proletariado; a segunda avalia os avanços e debilidades do Partido nessa frente; e a terceira aponta os novos desa-fios da nossa ação sindical, que permanece como “o leito natural para fortalecer o Partido entre os trabalhadores” (2).

Diante da regressão neoliberal e da reestruturação produtiva, mui-tos abandonaram o barco do proletariado. Alguns negam teoricamen-te o seu papel. Outros o reafirmam na retórica, mas na prática dele se distanciam. Alguns apostam suas fichas em outros movimentos e “atores” sociais. O nosso Partido nunca enveredou por esse caminho que, na prática, nega a necessidade e a possibilidade da superação do capitalismo. Mesmo no período de maior confusão teórica, sempre reafirmou a missão histórico-universal do proletariado (3).

Hoje, entretanto, não bastam afirmações peremptórias. É urgente estudar as mudanças efetuadas no modo de produção capitalista, que geram constantes alterações na composição e no perfil de classe dos trabalhadores, afetando sua própria materialidade e subjetividade.

Algumas questões ainda exigem maior aprofundamento. Uma delas diz respeito à própria concepção de proletariado. Durante muito tempo predominou entre nós uma visão restrita de proletariado, en-tendido como a classe dos operários fabris. Houve uma simplificação da própria conceituação marxista que dificultou a definição de estraté-gias precisas de intervenção no conjunto da classe.

Hoje se faz necessário reavaliar tal visão, evitando dois extremos. O primeiro é o que reduz o proletariado a operários fabris. Esta defini-ção, própria da origem do capitalismo, não acompanha as mudanças vividas pelo sistema.

Se for verdade que existe uma tendência à diminuição do operaria-do fabril – o que só confirma o prognóstico de Marx da substituição do trabalho vivo pelo morto – não é menos verdade que existe um brutal processo de assalariamento no mundo. Num conceito ampliado de classe, como o utilizado por Engels no *Manifesto Comunista*, pode-se afirmar existir aumento e diversificação do proletariado na atuali-dade. Segundo o Banco Mundial, o número de assalariados nos “países desenvolvidos” passou de 261 milhões para 321 milhões entre 1970 e



1993. No mesmo período, nos sete principais países “em desenvolvimento”, pulou de 716 milhões para 1.321 bilhão.

O outro extremo subestima a importância estratégica do operariado fabril na tentativa de diluir o proletariado numa “classe trabalhadora” que inclui desde trabalhadores explorados pelo capital até autônomos e pequenos patrões que vivem parcialmente do trabalho próprio. Partindo-se da ideia de ter havido uma ampliação da massa de assalariados, é preciso reafirmar que o proletariado tem um núcleo principal, composto pelos operários fabris. Este núcleo deve ser encarado como prioridade pelo Partido, como vanguarda na luta pela superação do capitalismo.

Com base nessa aproximação conceitual, mantém plena vitalidade a prédica marxista do proletariado como “o coveiro do capitalismo”. Isto não ocorre por razões éticas ou estatísticas, mas sim pela sua inserção no modo de produção capitalista, que gera uma oposição irreconciliável entre capital e trabalho. Como ensina Marx, “não se trata daquilo que este ou aquele proletário ou mesmo a classe em conjunto assume num dado momento objetivo. É aquilo que é o proletariado e aquilo que, em conformidade com o seu ser, será historicamente obrigado a fazer.”

A exemplo da burguesia no passado, hoje, o proletariado é o sujeito histórico; pois, é o único com condições de apresentar alternativas societárias a partir de seus interesses particulares. A atual reestruturação não alterou o fato de o capital surgir da produção de valor e de mais valor e de ser o proletariado quem fornece essa condição essencial ao metabolismo do capital. Daí manter-se a centralidade do trabalho e o caráter potencialmente revolucionário dessa classe (4).

Apesar das adversidades da fase recente, o PCdoB aumentou sua presença e força entre os trabalhadores. Após sofrer duros reveses na sua história (5), o Partido elevou a sua influência de massas e avançou na sua inserção social.

Estes avanços não devem ofuscar nossas fragilidades (6). É visível que hoje o Partido esbarra em entraves na sua ação junto aos trabalhadores. No estudo das causas, o documento da Conferência Sindical Nacional ousou pôr o dedo na ferida: “Predomina, em âmbito nacional e nas diversas instâncias partidárias, uma conduta que subestima a

necessidade de priorizar o trabalho no movimento operário e sindical. Isso decorre de uma concepção não explícita de que o proletariado não tem papel primordial no projeto político atual de enfrentamento ao governo neoliberal de FHC”.

É evidente que o contexto de defensiva estratégica do proletariado é um forte obstáculo ao fortalecimento do Partido. Também não se pode subestimar o peso das alterações no “mundo do trabalho”. Mas, mesmo tendo em conta tais condicionantes – que afetam as forças revolucionárias no mundo todo –, é preciso apontar com rigor as nossas lacunas.

Durante os seus últimos 15 anos de vida legal, o PCdoB concentrou energia para obter êxitos na frente institucional – terreno indispensável à disputa pela hegemonia numa sociedade tão complexa como a brasileira. Todavia, contraditoriamente, houve um rebaixamento do trabalho junto ao proletariado e de inserção no movimento operário.

O PCdoB deve tratar como prioridade a luta política de massa e sua organização no proletariado. Isto nem sempre ocorre. Na prática, há certo distanciamento no trato das questões referentes à luta e à organização do proletariado. Poucas direções partidárias pautam essa discussão estratégica, planejam a sua ação organizada nessa frente, participam ativamente das lutas em curso, investem na incorporação e na formação de novas lideranças proletárias. Algumas gastam suas energias e quase o tempo todo exclusivamente discutindo táticas eleitorais ou problemas relacionados com os governos e parlamentos, num visível desequilíbrio de prioridades. Cabe reafirmar que não existe oposição entre estas duas frentes, uma reforça a outra.

Já na outra esfera, os militantes que atuam nas frentes de massas, em especial nos sindicatos, acabam sendo tragados pela lógica economicista e corporativista das suas entidades. Diante dos ataques constantes do capital, consomem quase todas as suas energias nas escaramuças do cotidiano. Com isso, desprezam uma máxima marxista: nesta inesgotável guerra de guerrilhas atacam os efeitos e não as causas da exploração.

Para superar tais lacunas duas tarefas ganham primazia. A primeira visa a ganhar o Partido, a começar das direções, para a compreensão do papel estratégico do proletariado (7). A incorporação dos proletários



mais avançados à estrutura partidária é fator decisivo para o reforço de seu caráter classista e de sua identidade ideológica... Merece um cuidadoso e controlado planejamento. Esse planejamento só avançará na medida em que for compreendido como tarefa política e ideológica prioritária de toda a estrutura partidária.

A segunda visa a ganhar os militantes que atuam nas frentes de massas para a compreensão do caráter estratégico do Partido. Aqui não cabe retórica vazia. O termômetro dessa justa compreensão está no esforço permanente de construção de um PCdoB forte e atuante no interior das grandes empresas.

Atualmente, há consenso sobre a grave crise que afeta o sindicalismo brasileiro. Ela decorre de causas objetivas – como a crise estrutural do capitalismo, a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva –, mas também de problemas subjetivos, de direção. Em certo sentido, o contexto adverso resultou num acelerado processo de burocratização e institucionalização do movimento sindical.

Essa crise não anula a importância estratégica do sindicalismo, que continua sendo a principal forma de organização social dos trabalhadores. Os sindicatos ressurgem no cenário nacional nos momentos de agravamento das contradições de classe – como na longa greve dos servidores federais e na resistência unitária contra a flexibilização da CLT. Essas ações, entretanto, não superam a atual crise do sindicalismo, que é expressão do próprio limite estrutural da natureza dos sindicatos; não é um mero problema conjuntural.

O próprio Partido necessita aprofundar a sua prática sindical. Apesar da sua maior capacidade de defesa, os comunistas não estão imunes a uma crise sindical. Os desafios estão postos. É preciso transformar os sindicatos em efetivos instrumentos de luta de massas, superando a burocratização e a institucionalização em curso. É urgente politizar a ação sindical. É necessário tornar os sindicatos em escolas do socialismo, forjando uma nova liderança desprovida dos vícios do burocratismo sindical. Tarefa inadiável é a de fazer com que os sindicatos representem de fato o “novo proletariado” – tanto a parcela especializada, filha da reestruturação, como a massa desempregada e precarizada.

A justa aplicação da relação dialética entre unidade e luta é o que baliza a ação do Partido na disputa pela hegemonia do sindicalismo.

Conhecido por sua trajetória unitária, o PCdoB necessita reforçar sua identidade, demarcando terreno na intensa batalha de ideias travada nessa frente. Nesse sentido, é necessário aperfeiçoar nossos instrumentos de comunicação e também é possível tomar iniciativas próprias do Partido – encabeçando campanhas em defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Ainda nesse campo, é indispensável traçar estratégias de desmascaramento da Força Sindical e de inserção do Partido e do sindicalismo classista nas categorias sob controle da direita. No interior da CUT, a política de alianças deve buscar a ampliação da democracia interna e a transformação da Central num instrumento efetivo de unificação das lutas sindicais.

Neste esforço, ganha destaque o relançamento da Corrente Sindical Classista. A CSC precisa ser encarada como instrumento principal do PCdoB na abordagem política dos trabalhadores. Ela não pode ser vista como instituição autárquica, distante do Partido. Cabe aos sindicalistas comunistas e às direções partidárias a responsabilidade de fortalecer essa corrente política no movimento sindical. A recente experiência da luta pela unicidade sindical indica que a CSC pode se tornar um importante instrumento de intervenção política, ganhando autoridade no interior da CUT e inclusive ampliando a sua influência no conjunto do movimento sindical. A prioridade na construção do Partido junto ao proletariado passa hoje pelo fortalecimento da CSC.

Estas e outras medidas aqui apontadas têm o objetivo de fortalecer a ação política dos trabalhadores e reforçar sua vanguarda revolucionária. No combate ao neoliberalismo e na defesa da soberania, da democracia, da terra e do trabalho e por um novo governo de reconstrução nacional, o PCdoB deve priorizar bandeiras e ações que unifiquem e mobilizem o proletariado. Contra o desemprego, precisa tratar com centralidade a luta estratégica pela redução da jornada de trabalho – sem redução de salário ou flexibilização. Também está na ordem do dia a defesa intransigente dos direitos trabalhistas, ameaçados pela sanha regressiva da desregulamentação – vide ataque ao artigo 7º. Somadas a outras bandeiras, estas compõem o eixo de ação dos comunistas, visando a intensificar as lutas e reforçar a consciência e organização da nossa classe.



## Notas

(1) Entre outros méritos, a conferência nacional possibilitou ativar o conjunto do Partido, em especial as suas instâncias de direção, para a discussão sobre esse tema estratégico. Dessa forma, ajudou a enfrentar a visão distorcida de que essa frente é de responsabilidade exclusiva dos comunistas sindicais e de algumas comissões auxiliares da direção. A construção do partido revolucionário junto aos trabalhadores é a razão de existência do próprio Partido; é tarefa de todo o coletivo, a começar das direções eleitas. Ela também permitiu realizar um diagnóstico mais rigoroso com espírito crítico e autocrítico sobre a ação dos comunistas. Além de reafirmar os limites da nossa atuação sindical, em que muitas vezes predomina a ideia de “mais sindicato, menos partido”, ousou ir adiante, constatando certo distanciamento do Partido na abordagem do proletariado. Por último, elaborou uma plataforma de trabalho, visando a reforçar a ação política dos trabalhadores, fortalecer o Partido e perfeição a nossa linha sindical.

(2) *A classe operária e o movimento sindical*. Informe ao 9º Congresso do Partido (outubro de 1997).

(3) Uma rápida leitura dos documentos dos últimos congressos confirma que esse tema sempre esteve na ordem do dia: “O proletariado no Brasil precisa elevar seu papel de força motriz e dirigente da revolução (...). Nesse sentido, Lênin acentuava: ‘só o proletariado é capaz de marchar seguro até o fim, pois vai muito adiante da revolução democrática’” (RABELO, Renato. *Informe sobre o programa apresentado no 7º Congresso*, maio de 1988); “Adotar como prioridade máxima no trabalho de organização a concentração de esforços junto à classe operária fabril, enquanto espaço próprio estratégico a ser disputado pelo PCdoB na atualidade da luta de classes no Brasil, promovendo uma virada na composição social de nossas fileiras” (Resolução acerca das questões de organização aprovada no 8º Congresso, fevereiro de 1992); “Examinar com afinco a problemática do mundo do trabalho, extraindo consequências que possibilitem reforçar vínculos mais sólidos do Partido com os trabalhadores e reforçar sua composição operária, inclusive nas instâncias de direção” (Resolução aprovada no 9º congresso, outubro de 1997).

(4) A reafirmação desse papel estratégico, entretanto, não reduz o impacto das profundas alterações ocorridas no perfil da classe – e que exigem maior estudo por parte do Partido. Como sintetiza um documento do Partido Comunista de Portugal: “ao mesmo tempo em que se amplia extraordinariamente o número de assalariados, estes se tornam mais heterogêneos, pelo seu papel na produção, pelo estatuto laboral, pela composição etária e de sexo. O assalariamento de camadas intermediárias cria um tipo de trabalhador em que a situação objetiva no processo de exploração e a compreensão subjetiva da sua condição não são coincidentes” (jornal *O Militante*, outubro de 2001).

(5) Conforme analisa o documento *Sinal de alerta na frente sindical do PCdoB/SP* (maio de 2001), esses duros reveses foram, na prática, cortes cirúrgicos na sua inserção junto ao proletariado. “O primeiro se deu com a cisão do movimento comunista nas décadas de 1960-1970”. Na frente sindical, por exemplo, a maioria das lideranças operárias aderiu às teses reformistas do antigo PCB. Já o “segundo corte brusco ocorreu a partir do golpe militar de 1964”. O Partido foi uma das maiores vítimas da ditadura, “sendo obrigado a investir em outros caminhos e formas de luta”, já que a ação entre o proletariado estava inviabilizada pela feroz repressão. Mesmo quando ocorreu a retomada do movimento operário e sindical, no final da década de 1970, o PCdoB ainda atuava na clandestinidade, o que gerou “uma situação de desvantagem do Partido na legítima disputa de hegemonia” entre os trabalhadores. É nessa fase que o PT passa a ocupar importantes espaços no movimento operário e sindical brasileiro.

(6) Como indicava Lênin, “reconhecer abertamente os erros, pôr a nu as suas causas, analisar a situação que os originou e discutir atentamente os meios de corrigi-los; isto é o que caracteriza um partido sério; isso é educar e instruir a classe e, depois, as massas”.

(7) Já no 9º Congresso essa preocupação estava presente: “O fato da classe operária ocupar papel central na produção de valor não a transforma de maneira automática em classe dirigente. Ela só se coloca como tal adquirindo consciência revolucionária. Para essa tarefa o papel do Partido é insubstituível, e a maior participação de operários e de trabalhadores nas fileiras e nas direções é fator que garante a natureza, a existência e a identidade do Partido como organização para a transformação social” (LEMOS, João Batista. *Informe sobre a classe operária*, outubro de 1997).

## Informe especial sobre a desnacionalização

---

HAROLDO LIMA

**A** Nação brasileira forjou-se em período relativamente recente, na luta contra a dominação colonial portuguesa. Seus ideais de autonomia e liberdade firmaram-se em três movimentos marcantes de nossa história: a independência nacional, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Anseios nacionais e democráticos, até radicalizados, estiveram presentes em todos esses movimentos, mas não predominaram. Em decorrência disso, a subordinação do país aos interesses externos nunca deixou de existir, mudou de formas, não de essência.

Foi a Revolução de 1930, a despeito de limitações e de posições antidemocráticas que assumiu, que lançou as bases de um Projeto Nacional no Brasil.



No período de 1930 a 1954, marcado pela figura do presidente Vargas, implantaram-se os primeiros órgãos e empresas de um Estado nacional brasileiro, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938; o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 1939; a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1940; a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942; a Companhia Nacional de Álcalis, em 1943; a Fábrica Nacional de Motores, em 1943; a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 1945; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952; a Petrobras, em 1953; a Eletrobrás, em 1954.

A formação da inteligência brasileira também deu seus primeiros significativos passos nesse período com a criação, com muito atraso, das duas universidades basilares de nossa história: a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935, no Rio de Janeiro. Fundam-se ainda, aí, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, o Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, o Centro Técnico da Aeronáutica, CTA, tudo em 1947, e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA, em 1950.

Foi com base nesse lastro orgânico, econômico e educacional que se pôs em prática no país uma política de substituição de importações, com o que se iniciou o longo período em que o desenvolvimento brasileiro foi dos maiores do mundo.

Os dez anos seguintes, até o golpe militar de 1964, a despeito de diferenciações, foram marcados pela colocação da indústria automobilística estrangeira como setor nuclear de nossa economia. A construção da base econômica nacional sofreu uma inflexão, o projeto nacional em andamento deu lugar a um desenvolvimento dependente. Apesar de tudo, a preocupação com o nacional não foi abandonada. Garantiu-se, por exemplo, o controle brasileiro no setor de autopeças e criou-se, em 1961, o grupo que organizaria o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, de São José dos Campos.

A ditadura militar, implantada em 1964, estabeleceu-se com o apoio norte-americano, no quadro da Guerra Fria, para conter suposto avanço comunista no país. Pôs, de início, no comando do planejamento econômico um serviçal dos norte-americanos, Roberto Campos, que facilitou o desembarque de diversos grupos transnacionais no Brasil (1).

Entretanto, no período do regime militar houve significativa retomada da construção da base econômica nacional e da política de substituição das importações. A Petrobras foi fortalecida e ampliou suas atividades para as estratégicas áreas, petroquímica e de fertilizantes, mesmo que, contraditoriamente, o monopólio estatal tenha sido desrespeitado com os contratos de risco. O setor energético deu um salto com diversas obras, entre as quais as gigantes Itaipu e Tucuruí. Criou-se a Telebrás, importante marco em nosso desenvolvimento. O Pró-álcool enfrentou a crise do petróleo produzindo combustível renovável alternativo à gasolina, e mostrando quanto o Brasil pode se beneficiar da enorme reserva de biomassa que tem. O Acordo Militar Brasil-EUA, que tanto prejuízo nos trouxe, foi denunciado, o que expressou vontade de independência brasileira, apesar de ter sido substituído por outro acordo, com a Alemanha, que nos induziu a equívocos tecnológicos. Em Aramar, programa autônomo da Marinha conseguiu, com tecnologia nacional, o domínio do ciclo do urânio. Passamos a fabricar aviões, minicomputadores, insumos básicos e bens de capital. Quando começou o ciclo militar, o Estado brasileiro tinha 110 empresas estatais. Quando terminou, tinha 582 (2).

O rumo geral da construção econômica do país sofreu uma drástica mudança a partir de Fernando Collor e especialmente de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, quando o neoliberalismo foi alçado à condição de política de Estado.

Característico desse período foi o desmonte dos órgãos do Estado nacional e a transferência da propriedade de inúmeras e fundamentais empresas brasileiras, públicas e privadas, para grupos estrangeiros.

O desmonte do Estado nacional já começara há mais tempo, mas cresceu espantosamente. Extintos ou esvaziados foram o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a Central de Medicamentos (CEME), a Interbrás, a Portobrás, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o Conselho Nacional de Meteorologia, Normalização, Normatização e Qualidade Industrial (Conmetro) e os Ministérios de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Transporte (3).



A transferência da propriedade de estatais e empresas privadas nacionais para mãos estrangeiras foi preparada meticulosamente. A própria Constituição foi mudada para que empresas nacionais não tivessem, no Brasil, qualquer regalia frente às estrangeiras. Limitações ao capital estrangeiro que existiam na área de informática, na navegação de cabotagem, na propriedade do subsolo, na prestação de serviços, no setor financeiro, na área de petróleo, na própria compra de estatais, tudo foi abolido.

Nessa linha de entreguismo deslavado, o governo brasileiro forçou a aprovação pelo Congresso Nacional de uma Lei de Patentes, com efeito retroativo, dando privilégios inadmissíveis ao capital estrangeiro por produtos fabricados ou não no Brasil, frutos de descoberta nova ou não, em áreas como química, farmacêutica, alimentar, agrícola, metalúrgica. Através da engenharia genética, a malfadada lei também abria as portas da imensa biodiversidade brasileira ao controle estrangeiro. E o país terminou se comprometendo com um sem-número de patentes, que lhe custam caro, já que, das registradas, em 1995, 98% eram de origem estrangeira (4).

Com as defesas nacionais derrubadas, as forças de ocupação do capital estrangeiro deram o toque de avançar sobre o Brasil. E nossas estatais foram sendo assaltadas, o mesmo ocorrendo com empresas privadas.

Para essa ofensiva o capital estrangeiro alterou sua estratégia. Enquanto em 1994, para a compra de empresas que já existiam, empregara apenas 0,38% dos seus investimentos, na nova situação do país que se entregava, só entre 1998 e 1999, destinou 74,1%. Também, entre 1994 e 1998, aumentou seu IED, Investimento Direto Estrangeiro, para US\$ 60 bilhões.

O número de firmas estrangeiras no Brasil foi crescendo em ritmo vertiginoso. Em 1992, na lista das 500 maiores empresas privadas que operavam no Brasil, havia 142 estrangeiras – número que passou a 170 em 1997 e que, um ano depois, saltou para 209 (5).

O método praticado pelo capital estrangeiro foi o de comprar, na negociata brasileira chamada “privatização”, empresas que já existiam, sem criar nada, sem nada construir. Foram adquirindo também firmas prestadoras de serviço, que não produzem nada que possa ser exporta-

do para auferir divisas. E, dessa forma, o capital estrangeiro foi tomando posições ou assumindo o controle nos setores de telecomunicações, energia elétrica, bancos, siderurgia, petroquímica, fertilizantes, transportes, mineração, informática, autopeças e supermercados.

E chegamos assim ao ano 2000, véspera do século XXI, com o capital estrangeiro controlando no Brasil 90% do setor eletro-eletrônico; 89% do setor automotivo; 86% do setor de higiene, limpeza e cosméticos; 77% da tecnologia da computação; 74% das telecomunicações; 74% do farmacêutico; 68% da indústria mecânica; 58% do setor de alimentos; e 54% do setor de plásticos e borracha.

Os estrangeiros entraram em diversas áreas em que não tinham presença alguma, ou a tinham muito pequena. Na siderurgia e metalurgia, entre os anos de 1994 e 1999, sua participação subiu de 0% para 34% (6). No comércio varejista, em 1994, controlavam apenas 7,1% dos negócios, e os grandes eram brasileiros. Hoje os estrangeiros controlam cerca de 60%, e os grandes brasileiros praticamente desapareceram. O Carrefour, segundo maior varejista do mundo, já é também o segundo maior no Brasil. Nesse momento articula-se para adquirir a rede Modelo Continente, de outro grupo estrangeiro, o Sonae, português, após o que ficará como o maior grupo varejista do Brasil, com 275 supermercados e 104 hipermercados. O setor de divulgação de informações, que até esta semana ainda é privativo de brasileiros, deixará de o ser semana que vem, quando se pretende fazer uma mudança constitucional para albergar também aí o capital estrangeiro, considerando-se relativa vitória brasileira se puder limitar em 30% mais essa entrada do capital forâneo.

A revista *Exame* mostrou que na relação das 500 maiores empresas privadas que operam no Brasil e das 50 maiores estatais as vendas das empresas estrangeiras passaram de 31% em 1990 para 45,6% no ano 2000 e, no mesmo período e no mesmo universo, as empresas privadas brasileiras viram suas vendas cair de 42,8% para 35,7% e as estatais regrediram de 26,2% para 18,7% (7).

A desnacionalização no setor elétrico levou-nos de volta à situação de antes da Revolução de 1930, quando aí dominava o capital estrangeiro. Hoje, a Escelsa (ES) é portuguesa; a Eletrosul (RS) virou belga; a Cerj (RJ), chilena; a Coelce (CE), espanhola; a Coelba (BA),



espanhola; a Celpe (PE), espanhola; a Cesp-Bandeirante (SP), portuguesa; a CEE-NNE (Norte e Nordeste), norte-americana; a CEE-CO (Centro-Oeste), norte-americana; a Eletropaulo, norte-americana; a Elektro, norte-americana; e a Cesp-Paranapanema (SP), norte-americana. E tudo vendido com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Espantosa foi a rapidez desnacionalizante do setor bancário. Em 1994, quando FHC tornou-se presidente, a parcela dos estrangeiros nesse setor estava em torno dos 10%. Hoje essa participação vai além dos 50%. Nos últimos cinco anos, o número de bancos estrangeiros saltou de 2% para 17% do total das agências existentes. Enquanto em 1994 a especulação com títulos públicos correspondia a 4% das receitas dos bancos, no final de 1998 a renda proveniente da especulação chegava a 43%.

Levantamento feito pela Federaminas (Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços de Minas Gerais) revelou que nos últimos cinco anos 835 empresas brasileiras passaram às mãos de estrangeiros. E um estudo de Fábio Comparato mostrou que o avanço do sistema financeiro foi tal que a indústria no Brasil, “pela primeira vez desde 1930, no período de 1989 a 1998 (nove anos), perdeu 5,3% de sua importância na formação do PIB brasileiro” (8).

Chegamos, assim, a uma situação em que os setores hegemônicos da economia brasileira, o financeiro e o industrial, já não são majoritariamente brasileiros. As consequências econômicas e políticas para o país são sérias. Primeiro porque as remessas de lucros e dividendos para o exterior aumentam assustadoramente, ameaçando seriamente nossas contas externas. Segundo porque a capacidade de a Nação tomar decisões soberanas sobre seus problemas fundamentais deixou de existir.

A responsabilidade das classes dominantes brasileiras pela situação que se criou é grande. Elas sempre foram avessas a qualquer distribuição de renda e sempre viram nosso povo com desprezo. Mas, até para aumentar seus lucros, no passado, tratavam, em certa medida, dos interesses do Brasil. Agora, isto mudou. As classes dominantes brasileiras não demonstram qualquer confiança no futuro independente da Nação e, salvo exceções, abriram mão de um Projeto nacional para o país.

Os componentes dessas classes, que têm o poder de tomar decisões sobre o Brasil, em geral, não são brasileiros, moram, alguns, transitoriamente no Brasil. O governo federal se adaptou a essa situação e assumiu um novo papel, o de títere do capital estrangeiro nas terras brasileiras. O neoliberalismo nos conduziu a um neocolonialismo. Os comunistas, contudo, não perderam sua confiança no Brasil, nem no futuro luminoso a que chegará, apesar de tudo, a Nação brasileira. Por isto, a mudança de rumo que propõem para o Brasil neste 10º Congresso, é uma enérgica convocação a todos os que acreditam neste país e em seu povo, para que juntos restauremos a dignidade perdida e levantemos bem alto o ideal da Nação brasileira.

### Notas

(1) Cnf, a propósito, a Introdução a *O esfacelamento da Nação*, de BAUTISTA VIDAL, J. W., p. 33.

(2) Cnf. *Desestatização*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 1994.

(3) Idem. *Ibidem*, p. 63.

(4) Idem. *Ibidem*, p. 191.

(5) *Exame, Maiores e melhores*. 2001. Ver também Paulo Nogueira Batista Jr., 15.07.1999.

(6) Cnf. BATISTA JR., Paulo Nogueira, 15.07.99.

(7) *A burguesia joga a toalha*, Edmilson Costa, Doutor em Economia pela Unicamp, 2001. *Exame, Maiores e melhores*. 2001.

(8) COMPARATO, Fábio Konder, *A desnacionalização da economia brasileira e suas consequências políticas*. Sítio do Instituto dos Advogados do Brasil.



## Nova etapa da construção partidária

---

J Ô M O R A E S

**A** desafiadora tarefa de construção do partido da classe operária, nas complexas condições da luta anticapitalista sob predomínio neoliberal, tem exigido um grande esforço teórico e prático em torno da atualização do pensamento de Partido.

No período que transcorreu desde o 9º Congresso, os povos do Brasil e do mundo viveram em estado permanente de inquietação decorrente da exacerbação dos antagonismos próprios do sistema e do impasse para o qual caminha a nação brasileira.

Diante da barbárie capitalista que atinge cada homem e cada mulher do planeta, nas condições mais elementares da vida humana, nunca foi tão urgente que a humanidade retome a compreensão de que a única alternativa possível é a construção da sociedade socialista.

Grandes desafios se colocaram no sentido de situar o Partido nesse cenário de múltiplas perspectivas. Foi um rico período em que o Partido se lançou no enorme esforço de contribuir na construção da frente antineoliberal, buscando impulsionar o movimento político de massas. Participa, contribuindo decisivamente na sua organização, de todos os atos políticos de protesto contra o modelo hegemônico no país. Desenvolve uma luta permanente em torno da ideia de unidade das forças oposicionistas, ao mesmo tempo em que tenta ampliar sua inserção nos novos espaços da luta do povo, pela melhoria das suas condições de vida.

Nesse processo, apreende, com maior profundidade, as mudanças da realidade do Brasil e de seu povo. Percebe esse Brasil eminentemente urbano, de dramáticas desigualdades regionais, com um tecido social corroído, desenvolvendo a consciência dos novos desafios e a necessidade de superação das defasagens acumuladas nesse difícil quadro de luta revolucionária. Atenta para a imperiosa necessidade de situar o proletariado como elemento fundamental de sua atuação, adquire a compreensão de que a questão operária não é simplesmente uma frente de atuação, mas faz parte da natureza de classe do Partido e deve ser assumida pelo conjunto de sua estrutura.

Buscando afirmar-se como portador de um pensamento político avançado e apoiando-se na generosa ideia da militância, o Partido desenvolve, nesse período, uma nova concepção organizativa. Inicia a elaboração de uma política de estruturação que reforce a sua ação política de massa, sobretudo junto ao proletariado, e através da intensificação do trabalho ideológico, e que aprofunde a convicção e a confiança do coletivo no projeto transformador.

É um momento em que se fortalece, nas fileiras partidárias, a convicção de o Partido ser indispensável para a luta revolucionária e de que este Partido tem como referência na sua construção a concepção leninista.

Esse processo, ainda em desenvolvimento, toma corpo especialmente a partir do 8º Congresso, realizado em 1992. Sob o vendaval da crise do socialismo, em meio a um cerco ideológico sem precedentes, aquela instância partidária reafirma a opção por um partido de classe. Ao contrário de outras correntes de esquerda que enveredaram



pelo caminho da negação da organização de classe, o Congresso aprova uma resolução apontando “para a necessidade de desenvolver ainda mais o rico debate travado em torno do tema, na perspectiva de defesa teórica e prática da concepção revolucionária de partido”.

O 9º Congresso dá continuidade a essa busca de atualização do pensamento de partido, concentrando as atenções, com o tema, de cerca de 70% dos artigos publicados na *Tribuna de Debates*. A Resolução Política apresentada, na parte que trata do partido, demonstrando o esforço de deter-se no exame dos problemas, resgata em linhas gerais a história do Partido para situar a nova fase iniciada com a legalidade, já formulando preocupações quanto ao impacto da nova situação na estrutura partidária. Ao final, propõe o desafio de continuar o esforço da construção de um partido de princípios, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país.

#### Direção consciente na política de organização

Refletindo a experiência de sua luta política e ideológica e do esforço cotidiano dos comunistas para desenvolver e crescer o partido revolucionário necessário às condições do país, compreende-se que não basta a reafirmação de princípios, é necessário abordar concretamente o processo de construção, iniciando uma nova dinâmica da vida partidária.

Já em março de 1998, a Comissão Nacional de Organização divulga o importante documento *Fortalecer e Alargar a Base Militante*, onde essa concepção se apresenta de forma mais estruturada. Diz o texto, em sua introdução: “A categoria construção partidária se constitui de um todo, formado de três partes inseparáveis: a política como fator orientador, a ideologia como fator aglutinador, a orgânica como fator realizador. O trabalho de edificação partidária é, ao fim e ao cabo, a luta pelo desenvolvimento da teoria e da prática nas diversas frentes”.

A concepção de construção integrada teve como pressuposto de sua realização a elevação da direção consciente que passou a se orientar por três aspectos básicos: a) a busca permanente do conhecimento da realidade partidária e do perfil de seus quadros e militantes; b) a

compreensão das particularidades do país, sua dimensão geográfica, sua diversidade populacional, o peso do proletariado na sociedade brasileira, a gravidade de sua situação social, definindo as prioridades da construção; e c) elementos da conjuntura que impactavam diretamente nas propostas particulares de cada plano de estruturação, em cada momento dado.

Cada vez mais foi se tornando evidente que os avanços no plano organizativo dependiam dos avanços na construção política e ideológica. Quando o projeto político fica claro para um determinado coletivo, o Partido cresce e amplia sua influência. Quando se eleva o nível teórico e ideológico de sua militância, na compreensão do projeto político, reforçam-se sua atividade, sua unidade e as possibilidades de sua vida orgânica.

Como consequência dessa compreensão, a concepção de construção partidária integrada encontra uma pedagógica formulação na síntese dos quatro verbos: militar, estudar, contribuir, divulgar. Pouco a pouco vai se desenvolvendo uma inovadora política de estruturação partidária que se molda à nova concepção. O Partido passa a entender a estruturação a partir da articulação das frentes de organização, de formação, de finanças e de propaganda. Apresenta planos integrados periódicos para dar melhor suporte à atividade política, procurando superar o espontaneísmo na construção partidária. Acelera-se a formulação da política de construção marcada pelo fator de direção consciente e por uma visão de integração entre as diversas áreas.

### *Os Planos de Estruturação e a luta contra o espontaneísmo*

A luta por romper com o espontaneísmo e implementar um planejamento adequado à nova situação se materializa na proposta de Planos de Estruturação Partidária.

Viveu-se, nesse período, três grandes planos. A sua formulação e o controle de sua execução impuseram uma dinâmica nova na relação entre as diferentes áreas de trabalho partidário. Passou-se a reunir, com maior regularidade, buscando o trabalho integrado, as comissões auxiliares de propaganda, de formação, de finanças e de organização.



Como informa o Balanço Quadrienal da Comissão Nacional de Organização, “Esta planificação nacional envolvia a fixação de metas em diversas frentes partidárias, mencionava possíveis recursos humanos e materiais disponíveis e estabelecia cronogramas e etapas para o mesmo”.

Esse movimento foi, no fundamental, vitorioso atestado pelo crescimento do número dos comitês mais importantes e pelo número crescente de bases. Esse esforço não ficou restrito ao nível nacional da estrutura partidária. Procurou-se realizar o mesmo movimento nos níveis estadual e municipal, adequando-se às condições locais.

### O Partido real e as prioridades da construção

A introdução de estudos e análises da realidade partidária, através do registro regular da militância, possibilitou compreender, com mais clareza, todas as dimensões do coletivo partidário. Esse processo vem permitindo um conhecimento das potencialidades e das fragilidades desse coletivo, contribuindo na formulação de políticas de estruturação que respondam a essa realidade.

Na medida em que se aprofunda o conhecimento da militância, mais saltam aos olhos características próprias de seu perfil. Do ponto de vista organizativo, o Partido se apresenta como um enorme mosaico, com uma estrutura diversificada, registrando o desenvolvimento desigual entre os diferentes níveis. Há um novo perfil da militância a ser considerado. Ele se caracteriza por um certo grau de flutuação, num movimento de “entra e sai”, que provoca um número grande e permanente de novos filiados; diversidade de atuação nas novas dimensões que surgiram em período recente; graus variados de formação política e ideológica, de experiência e de inserção na luta de classes do país.

O já citado texto *Fortalecer e Alargar a Base Militante* aponta, em 1998, quando foi publicado: “Em síntese, pode-se afirmar, que o ponto nodal da realidade partidária vigente está no acentuado contraste entre uma ampla estrutura de quadros, com bom domínio da linha política do Partido, gozando de certa estabilidade organizativa, convivendo, ao mesmo tempo, com limitado e instável contingente de militantes, pouco preparados para a atividade partidária, sem organismos

regulares de base”. Há ainda uma camada intermediária, flutuante, menos comprometida e com menos disponibilidade.

A percepção desse contraste levou à política de organização, nesse momento a definir o centro de sua atividade, tomando como base a necessidade de investir naqueles pontos que seriam os elos fundamentais da construção partidária.

Para enfrentar a defasagem referida, os planos de estruturação formulados, nesse período, tiveram como objetivos prioritários: a) fortalecer os organismos intermediários do Partido, particularmente os comitês estaduais e municipais, concentrando as atividades nos municípios maiores e mais importantes, e b) consolidar e ampliar a base militante, através da organização dos filiados nas organizações de base do Partido, dando a elas um caráter de estabilidade e de centros de convivência.

### *Os desafios que ainda permanecem*

A luta por fazer com que todo o coletivo incorpore a nova dimensão da construção partidária e a necessidade de superação das defasagens existentes ainda estão em curso. O ato de organizar-se é a dimensão mais avançada do compromisso militante, é o compromisso completo. Por isso, as dificuldades na estruturação têm de ser compreendidas dentro do esforço pela conquista da hegemonia do partido revolucionário em nosso país.

Os avanços alcançados devem ser acompanhados de uma avaliação crítica da estruturação em curso. Muitas vezes as metas estabelecidas têm uma razoável carga de voluntarismo. É só ver o resultado alcançado pelos três planos realizados, em alguns estados. Muitos controles são feitos sob uma abordagem mais estatística do que política, sem que se busque compreender a causa das dificuldades para implementar uma ação planejada ou a viabilização das metas estabelecidas.

Dura luta teve de ser desenvolvida para combater a ideia de que as organizações de base não estavam superadas como forma de articular a ação do Partido junto às massas. Este movimento tinha como objetivo reforçar a compreensão de ser através do desenvolvimento da luta



de classes em todos os terrenos que se enfrenta as ilusões reformistas e que se avança rumo aos objetivos estratégicos perseguidos. Importante papel, nesse sentido, teve o documento *Nenhum Militante sem Organização de Base*, divulgado em 1999 pela Comissão Nacional de Organização.

Refletindo os problemas na esfera política e ideológica, os planos não conseguiram incluir metas de planejamento de nossa inserção nas organizações de massas e de construção junto aos polos vitais da luta teórica, da luta política e da luta social, particularmente junto ao proletariado.

No quadro presente, pode-se dizer que se mantêm como desafios a serem perseguidos por todo o coletivo partidário: a) consolidar um sistema de direção integrado pelo Comitê Central, Comitês Estaduais e pelos Comitês Municipais das principais cidades do país. Entende-se que essa consolidação passa por tornar a ação do Comitê Central mais contínua, a partir do fortalecimento de suas comissões auxiliares e da presença ativa de seus membros em todo o país; elevar o nível teórico, ideológico e de unidade dos Comitês Estaduais, superando certa visão federativa de sua intervenção; assegurar que os Comitês Municipais dirijam efetivamente seus municípios, investindo, de forma agressiva na sua formação teórica e ideológica; b) fortalecer os laços do Partido com o proletariado e os trabalhadores em geral, estruturando os planos de construção nas principais empresas e tomando medidas para garantir recursos humanos e materiais para essa tarefa. Essa prioridade pressupõe uma articulação permanente com o trabalho sindical do Partido; c) enfrentar o problema da flutuação, com medidas que resultem em maior estabilidade, assegurando a incorporação dos filiados nos organismos de base, com seu funcionamento regular e procurando organizar a filiação partidária vinculada às lutas desenvolvidas pelo povo, integrando a esse processo de crescimento dirigido às lideranças sindicais e parlamentares.

Cabe ao coletivo partidário, compreendendo a nova dimensão da política de construção partidária, de seus aspectos inovadores e eficazes, transformá-la em ferramenta fundamental para levar o Partido a assumir o papel que lhe cabe na luta pelo socialismo, em nosso país.

## Forjar a corrente socialista através da participação do PCdoB nos governos municipais e estaduais

---

LUCIANO SIQUEIRA

**C**amaradas e amigos, o 10º Congresso prepara o coletivo partidário para a elevação da luta antineoliberal, na busca de um novo rumo para o Brasil, e reforça a construção de um Partido Comunista do Brasil forte, partícipe destacado da vida política e social do país, inspirado nas ideias do socialismo renovado.

Dentre os problemas relevantes da atuação política do PCdoB situa-se a experiência dos comunistas nos governos municipais e estaduais – que cresce gradativamente, desde 1988, quando o Partido jogou papel saliente em importantes vitórias das forças populares e democráticas, como a conquista da Prefeitura de São Paulo e a partir dos êxitos eleitorais obtidos em pleitos municipais e estaduais que se seguiram. Hoje, o PCdoB governa a cidade de Olinda (a segunda em importância polí-



tica em Pernambuco, patrimônio histórico e cultural da Humanidade, que tem na camarada Luciana Santos a primeira prefeita comunista do país) e Mirandiba, no Sertão Central pernambucano. São comunistas: o ex-vice-governador do Piauí; os vice-prefeitos do Recife e de Aracaju e de mais quatro cidades; cerca de 600 ocupantes de postos de relevo em administrações municipais e estaduais, dentre secretários, dirigentes de empresas estatais, fundações e autarquias; e detentores de funções importantes em escalões intermediários. Essa experiência em geral vem servindo para a ampliação da atividade política do Partido, dando-lhe maior visibilidade e prestígio social, atraindo para suas fileiras, e para sua esfera de influência, parlamentares, lideranças políticas, técnicos e intelectuais qualificados, ativistas das lutas sociais. Implica, por outra parte, situações novas na vida partidária – com reflexos políticos, ideológicos e organizativos – que demandam exame acurado por parte dos organismos dirigentes.

Trata-se de uma experiência muito diversificada, refletindo as especificidades regionais, o perfil e a extensão das ligações partidárias e o grau de inserção dos militantes na administração. Há, entretanto, traços comuns em relação às diversas situações, relacionados com a orientação adotada e com a própria natureza política una e revolucionária do PCdoB. A participação nos governos é parte integrante da ação política geral do Partido, associada às demais frentes de luta, tendo como foco a busca de um novo rumo para o país através da constituição de uma maioria social e política capaz de promover um pacto social progressista e abrir caminho para transformações de conteúdo mais avançado. Essa rica e importante atividade institucional ainda carece de um balanço abrangente, crítico e autocrítico. Cumpre, nesse instante, registrar aspectos reveladores do valor do trabalho dos comunistas nessa frente, reafirmar princípios, intenções programáticas e indicações em favor do aprimoramento do trabalho militante tendo em vista nossos objetivos estratégicos.

### *Importância atual*

Cabe assinalar que a intensificação do trabalho dos comunistas nas frentes parlamentar e institucional decorre de uma gama de circuns-

tâncias, que conformam objetivamente as possibilidades e os limites momentâneos da luta política e social no Brasil – em conexão com a correlação de forças ainda adversa, em plano mundial. Numa conjuntura de refluxo do movimento revolucionário, com reflexos sobre as lutas sociais sob as condições da ofensiva neoliberal, a atividade institucional ganha importância e corresponde ao atual período de prolongada acumulação de forças. Mas isto não significa que a participação em governos tenha se convertido no centro de nossa tática. Antes é preciso combinar permanentemente a ação institucional e parlamentar com as lutas sociais, conjugando-as no intuito de elevar o patamar do conflito entre o povo e as elites dominantes.

Expressando esse entendimento, a Resolução Política do 9º Congresso, ao formular o conceito de “partido revolucionário, marxista-leninista, de feição moderna”, agregou como um dos seus atributos a predisposição de “assumir responsabilidade em níveis de poder local e mesmo nacional, se existirem as condições necessárias para isso”. Uma diretriz importante que denota correta apreciação da correlação de forças e procura, no cenário atual, estender nossa ação política a áreas antes consideradas secundárias. Posteriormente, após os resultados obtidos no pleito de 2000, quando o Partido participou de coligações vitoriosas em 160 municípios, o Comitê Central definiu com clareza essas “condições necessárias”: “I – Adoção de políticas, programas e projetos de aprofundamento da democracia e desenvolvimento econômico e social, sintonizados com as aspirações dos trabalhadores, com o objetivo de elevar o nível de consciência política e de organização do povo e baseados em participação popular; II – Fortalecimento da unidade das forças políticas progressistas, democráticas e populares; III – Fortalecimento da identidade partidária, preservando a sua independência e contribuindo com a sua construção; IV – Transparência na ação e na política administrativa adotada, em especial na prestação de contas, junto à população e ao Partido, da ação de seus representantes”.

Ressaltam, nessa orientação, a um só tempo, a flexibilidade tática indispensável à condução da luta política em função do objetivo estratégico; e o zelo em relação à independência de classe do Partido.

O reconhecimento da necessidade de travar o embate político nas



mais diferentes esferas da sociedade, inclusive *a partir* dos governos municipais e estaduais – até do governo central, na ocorrência de condições favoráveis –, se coaduna inteiramente com o conteúdo do *Programa Socialista*, que assinala: “o caminho para o socialismo passa pela realização de inúmeras batalhas em diferentes níveis com a ampla participação do povo. Não pode ficar restrito à esfera da propaganda revolucionária. É indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos”.

A participação do PCdoB nos governos é, portanto, parte essencial da orientação tática adotada para o evoluir da luta de classes em nosso país – que tem como objetivo central deter a ofensiva neoliberal e, mediante ampla frente política e social, de cunho nacional, democrático e popular, conquistar um novo direcionamento para o desenvolvimento do Brasil.

### Forjar a corrente socialista

O *Programa Socialista*, em seu capítulo VI, “O caminho para alcançar o socialismo”, indica que “todo o procedimento político e organizativo relacionado com o caminho para o socialismo objetiva acumular forças, ganhar prestígio e influência no meio do povo. (...) Tarefa de primeiro plano para alcançar o socialismo é a construção de um forte Partido Comunista.”. A *questão central*, portanto, no exame da participação do PCdoB nos governos é exatamente esta: *como e em que medida essa participação contribui para o acúmulo de forças em função do objetivo estratégico* (“a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, o campesinato, as massas populares urbanas, as camadas médias e a intelectualidade progressista”), sendo a essência do acúmulo de forças, do ponto de vista revolucionário, a “construção de um forte Partido Comunista”?

A missão histórica do Partido Comunista é exercer a vanguarda do movimento transformador. E a exerce através da fusão da consciência socialista com o movimento “espontâneo” que, por si mesmo, limita-se a objetivos imediatos, parciais, ou às ilusórias soluções social-democratas, reformistas. Daí decorre que o PCdoB, no interior dos governos

de que participa, deve se constituir como uma corrente de pensamento independente, socialista, em torno da qual se aglutinem não apenas os comunistas, mas numerosos técnicos e ativistas sem partido.

Os comunistas não podem, sob nenhuma hipótese, deixarem-se diluir na pluralidade de forças que compõem os governos. É preciso que se diferenciem, não apenas pela eficiência técnica e administrativa, pelo respeito e dedicação ao povo, pelo comportamento transparente e ético; mas sobretudo através das ideias avançadas.

### *Travar a luta ideológica*

Sempre há a possibilidade de influência social-democratizante, e também neoliberal, nos governos de esquerda. Governantes ávidos por realizações imediatas – influenciados por técnicos e intelectuais desarmados, política e ideologicamente; permeáveis a teses destinadas a acomodar a administração aos limites impostos pelo grande capital e pelos constrangimentos políticos, institucionais e financeiros decorrentes do modelo de desenvolvimento capitalista-dependente, de natureza neoliberal, ora vigente no país – tendem a reduzir seu horizonte a políticas públicas compensatórias. Adequam-se à gestão da máquina estatal burguesa, não exploram todas as possibilidades que o poder público local oferece de resistência às políticas emanadas do governo central e de mobilização do conjunto da sociedade em busca de soluções inovadoras para os problemas que afligem a população. Demais, tendem muitas vezes a restringir a participação popular a parâmetros quase que meramente formais, através de mecanismos de gestão pública do orçamento e de tomada de decisões setoriais carentes de efetiva influência do povo organizado. Na gestão econômica e financeira, no disciplinamento do uso e ocupação do território urbano e na abordagem de problemas estruturais – como transporte, segurança alimentar, saneamento, dentre outros –, e de políticas públicas fundamentais, como a da educação e a da saúde, a da cultura e a dos esportes, não são poucos os que se inclinam por simplesmente reproduzirem conteúdos e procedimentos conservadores, ainda que com roupagem aparentemente progressista.



Demais, nas condições do chamado mundo globalizado, as articulações possíveis do poder local com governos e agências financiadoras internacionais – aos quais recorre em busca dos recursos financeiros e aporte técnico – implicam, em muitos casos, agravos à identidade nacional e cultural das cidades. Ao que se associam exóticas teses que sugerem um retorno às cidades-Estado, subestimando o poder central como promotor das transformações de fundo na sociedade. Diz-se que a globalização da economia e das comunicações leva a que culturas, línguas e religiões sejam compartilhadas por todos os povos e que a diplomacia internacional não estaria mais circunscrita às relações entre os governos centrais, mas envolve o conjunto dos poderes nacionais e locais. E que nos fóruns internacionais de cidades, que se multiplicam, problemas do desenvolvimento local e regional seriam compartilhados de tal modo que as diferenças de abordagem ideológica que persistem sobre eles são meramente formais. Assim, uma grande rede unitária de cidades, em formação, configuraria uma espécie de “nova ONU”, voltada para o desenvolvimento de ações de cooperação descentralizada em redes internacionais orientadas para o fortalecimento institucional das administrações locais; apoiada em “uma diplomacia própria, de baixo para cima”, sustentada por acordos internacionais firmados entre os representantes locais de administrações descentralizadas – como defende a prefeita da cidade italiana de Turim, Mercedes Bresso, presidente da FMCU (Federação Mundial das Cidades Unidas), cujas ideias têm certa acolhida entre gestores brasileiros.

Também tem significação a tese, defendida por alguns, de que o denominado orçamento participativo teria um papel transformador do próprio caráter do Estado, reformulando-o em “bases democráticas e inclusivas, diferenciado tanto do Estado de bem-estar social-democrata, como do modelo neoliberal e do “autoritarismo” socialista. O que seria parte de uma “nova concepção de socialismo” – espontaneísta, desprovida de qualquer base científica! – a ser construído “por iniciativa de comunidades e movimentos sociais, no seio da sociedade civil, e não a partir de um Estado governado por socialistas”.

Isto impõe aos comunistas a necessidade de manifestar com nitidez a sua compreensão a propósito da natureza de classe burguesa do Estado brasileiro; das causas da sua crise fiscal e financeira; e da sua

dissociação profunda e crescente dos interesses dos trabalhadores e do povo. Requer a denúncia do desmonte do Estado nacional, a defesa da sua reconstrução como parte da conquista de objetivos intermediários, relacionados com a mudança de enfoque no desenvolvimento do país, a caminho de futuras transformações de maior envergadura. Implica a demonstração, com argumentos vivos e consistentes, da exaustão da capacidade da elite dominante de se colocar à frente de um projeto nacional e soberano de desenvolvimento do país e a indicação da necessidade da constituição de um novo poder político, sob a hegemonia dos trabalhadores e das camadas populares urbanas e rurais, a partir do qual se proceda a superação do capitalismo pelo socialismo.

Inúmeras são as questões que emergem no cotidiano das administrações municipais e estaduais, envolvendo interesses reais da população, em torno das quais flui o confronto de ideias. Limites e possibilidade de resistência às políticas neoliberais; alcance dos mecanismos e fóruns de participação como espaços públicos do conflito social; política fiscal como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico; compatibilização da ocupação e uso do solo urbano em bases equânimes e democráticas com a expansão dos empreendimentos imobiliários, adequação de políticas habitacionais à carência de linhas de financiamento e à ampliação das demandas e do acirramento da luta pela moradia; política salarial e plano de cargos do funcionalismo público face às prioridades estratégicas da administração; políticas públicas relativas à atenção à saúde, à educação, à cultura e à preservação ambiental; prioridades na destinação dos recursos orçamentários – são, dentre tantos, temas que reclamam opinião fundamentada dos comunistas. Assim como problemas estruturais que exigem abordagem metropolitana, no caso de cidades integrantes de aglomerados urbanos, como o transporte e o trânsito, a segurança, o saneamento e a destinação dos resíduos sólidos. Ou ainda questões carregadas de conteúdo ideológico, como os conceitos de Cidadania, Direitos Humanos e Ética – via de regra marcados por concepções liberais, que procuram obscurecer seu conteúdo de classe.

Pesa a ausência de um acúmulo maior dos comunistas no trato de tais questões – e, por consequência, a dificuldade de uma diferenciação em relação às demais correntes políticas em presença. Ao se inserir



mais amplamente nas experiências administrativas, o Partido convive com outras correntes possuidoras de um conhecimento empírico e teórico muitas vezes avançado, relativo a padrões democráticos de relação entre a instituição estatal e a sociedade, com as quais é necessário interagir. Daí a conveniência de realizar, concomitantemente com o desenrolar da experiência concreta, pesquisas, estudos e debates destinados a formar juízo de valor próprio sobre tais questões. O esforço da bancada federal de vincar marca partidária, própria, na abordagem da Lei de Responsabilidade Fiscal constitui exemplo a ser seguido.

É papel irrecusável dos comunistas defender os interesses fundamentais do povo, como prioridade nos investimentos e na implementação das políticas públicas, em contraposição à lógica neoliberal que reforça privilégios e amplia a exclusão social. Lutar pela democratização da gestão pública em suas variadas dimensões: na operação de governo, no relacionamento com o funcionalismo e na interação com a sociedade – atentando sempre para evitar que se disseminem expectativas ilusórias entre militantes, ativistas, técnicos e parcelas das massas envolvidas com a ação governamental.

### *Ação política diversificada*

A participação dos comunistas nos governos, a par de permitir sua inserção no debate de ideias, no interior da administração, em geral também propicia a participação em fóruns que se desenvolvem em outras instâncias da sociedade. Muitos são os quadros que, mercê do prestígio que vão angariando, passam a ter acesso a diferentes públicos, seja na academia, seja em instituições diversas da sociedade civil, seja junto a distintos segmentos sociais – onde explicitam os pontos de vista do Partido sobre problemas locais e setoriais, articulando-os com as questões nacionais. Aos poucos se firmam como referência na luta de ideias, atraindo adeptos e seguidores; logrando, inclusive, atenuar a desinformação e o preconceito em relação ao PCdoB.

Os governos, em geral constituídos à base de frentes amplas – em que predominam a pluralidade política e ideológica –, apresentam-se como ambiente pleno de possibilidades para a implementação da po-

lítica de alianças do PCdoB. A administração é palco de discrepâncias, da formação de consensos e da celebração de acordos visando à ação comum. A conduta hábil, combinando a polêmica com a busca da unidade, favorece o fortalecimento e a ampliação das alianças políticas com partidos, grupos, lideranças, setores técnicos e intelectuais – tanto nas cúpulas governamentais como nos escalões intermediários.

Quadros comunistas, exercendo funções de responsabilidade na administração, têm a oportunidade de vivenciar os problemas concretos da vida da população, conhecendo os mecanismos como são tratados pelo poder público. Passam a dominar políticas públicas, adquirem capacidade gerencial, estabelecem diálogo com diferentes segmentos sociais, administram conflitos. Operam, em muitos casos, a difícil relação entre os poderes Executivo e Legislativo, que condiciona a governabilidade. Projetam-se como gestores conceituados. E, desde que efetuem uma prática consciente, não espontaneísta, examinem os problemas à luz da linha partidária, conseguem alcançar uma percepção mais nítida e concreta do caráter de classe da instituição estatal e da necessidade da sua superação mediante a ruptura revolucionária.

A participação nos governos também se revela importante instrumento de ligação com o povo. Programas sociais, orientados para a geração de emprego e renda e para amainar as consequências da exclusão social; intervenções urbanísticas que mobilizam a população; fóruns de gestão pública e democrática do orçamento, Conselhos e Conferências setoriais; mediação do conflito com o movimento popular – dão oportunidade a que os comunistas estabeleçam laços de solidariedade e de aproximação com ativistas e grupos organizados da população, sensíveis à discussão política e permeáveis às nossas proposições. Há situações em que amplas parcelas da população se envolvem no debate em torno da ação governamental, travando contato com a experiência do poder local. Configurando, assim, ambiente favorável à ampliação da base militante do Partido e do lastro social de sustentação da sua linha política.

Reforça-se, mutuamente, o trabalho realizado nos governos, nas casas legislativas e no seio dos movimentos sociais, se devidamente integrado através da orientação política partidária e de planos que explorem as suas interfaces. São frentes onde o Partido intervém de acordo



com a sua tática geral e sempre no intuito de elevar a combatividade, o nível de consciência política e de organização do povo. Convergem para a busca permanente de estreitamento dos laços orgânicos do Partido com as massas.

### Manter elevado o espírito de partido

Tais objetivos e possibilidades não se concretizam, contudo, se os militantes atuarem no interior dos governos de maneira dispersa. É imprescindível que trabalhem organizados numa rede partidária própria, composta por células e frações. Nenhum militante deve atuar isoladamente, sem vínculo organizativo, sem ter onde e com quem debater o trabalho que realiza, avaliando-o, crítica e autocriticamente; e planejar, dentro da sua área de atuação, a implementação das alianças, a ampliação das ligações com o povo, o recrutamento de novos militantes e o fortalecimento da base material de sustentação do Partido. A dispersão orgânica leva inevitavelmente à diluição política e ideológica, põe em risco a unidade de pensamento e de ação.

É na estrutura partidária que deve fluir o debate esclarecedor em torno de questões que inquietam a militância – prevalecendo, sempre, a orientação do Partido.

No relacionamento do governo com a sua bancada de sustentação no Poder Legislativo, vem à baila o modo como o parlamentar comunista exercita o seu apoio e ao mesmo tempo preserva a sua independência política – da qual o Partido não abre mão –, sem se deixar levar pelo corporativismo, pelo eleitoralismo vulgar ou pelo localismo inconsequente.

Na relação do governo com os movimentos sociais (dos funcionários públicos inclusive), a eventual convergência de interesses não implica, sob nenhuma hipótese, renúncia à mobilização do povo e à autonomia das organizações de massas; assim como o conflito momentâneo não justifica a tomada de atitude precipitada ou desconectada do contexto da luta de classes e da concepção estratégica do Partido.

Também é condição *sine qua non* da manutenção da independência de classe do Partido no interior dos governos, da elevação continuada

da qualidade da ação empreendida, prevenir a formação de grupos “independentes” e distanciados da orientação partidária. Para tanto, imprescindível é a adoção, por parte da direção local, de mecanismos de acompanhamento e controle dos quadros e militantes que ocupam funções na administração. Uma vez traçada a orientação geral, consideradas as circunstâncias, o plano e as peculiaridades do governo, e a dimensão da tarefa dos militantes, estes têm liberdade inventiva e autonomia de ação compatíveis com a natureza e o ritmo do trabalho administrativo. Porém, não estão dispensados da prestação de contas regular e da avaliação crítica e autocrítica do seu desempenho, perante o Partido e o povo.

Na destinação de militantes à administração, importa, por parte das direções partidárias, atenção para que a escolha de quadros mais avançados não enfraqueça a estrutura partidária nem fragilize a sua capacidade de iniciativa nas diversas frentes de luta. A ocupação de cargos pelo militante é uma missão que lhe é conferida pela classe, através do seu Partido. Jamais benesse ou honraria, muito menos espaço próprio para a alimentação de projeto individual. O comunista no governo é antes de tudo um cumpridor consciente e disciplinado da orientação política e das normas estatutárias; empenhado em servir ao povo com base nos princípios e nos valores revolucionários. Se deixarem de existir as condições para a participação do PCdoB e a aliança política é desfeita, o militante deve abandonar o cargo com a mesma determinação que o assumiu, mantendo elevado o espírito de partido.

O cargo público é transitório. Permanente deve ser o desejo do militante de ostentar por toda a vida o honroso título de membro do Partido Comunista do Brasil!



## Juventude e militância política socialista

---

RICARDO ABREU (ALEMÃO)

**M**ais de uma década de política neoliberal agravou a situação da juventude brasileira. Atualmente, as principais preocupações dos jovens brasileiros das regiões metropolitanas são o desemprego, a violência e as drogas, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo. Os temas que mais interessam são o emprego, a educação, a cultura, o esporte, o lazer e a família. Sair com os amigos e assistir TV são as atividades mais comuns.

Se, por um lado, 81% dos jovens não confiam nos partidos políticos, por outro, 41% consideram-nos muito importantes e 8% participam de suas reuniões.

A juventude brasileira quer liberdade, independência nacional e democracia e, mesmo com todo o bombardeio ideológico dos neolibe-

rais, para 38% o socialismo é a alternativa para resolver os problemas do Brasil.

Recente reportagem da *Folha de S.Paulo* sobre a juventude hoje atestava, segundo o jornal, o “desinteresse pelas vias institucionais da política, pelos partidos e pelas entidades estudantis e a descoberta de formas sociais e comunitárias como forma de ação civilizatória” (14-05-2001). Na revista *Veja*, edição especial “Jovem”, o título de uma matéria é *A militância é social – a geração atual prefere realizar trabalho voluntário a fazer política*.

Essas matérias são uma pequena amostra da gigantesca e insidiosa campanha neoliberal que tem por objetivo domesticar e desorientar a juventude progressista. As classes dominantes estimulam a fragmentação e a despolitização dos movimentos juvenis e procuram limitar a ação juvenil à luta pela “cidadania” em seu sentido liberal. Atacam com virulência o movimento estudantil. Fazem uma falsa contraposição entre movimentos juvenis “tradicionais”, excessivamente politizados para eles, e os “novos” movimentos, como ONGs, grupos de voluntariado juvenil e de jovens protagonistas, que fariam uma ação social e não política. Na prática, procuram uma face “humanitária” para o neoliberalismo.

Segundo o Datafolha, 23% dos jovens participaram ou participam de algum trabalho voluntário. Pesquisa da Abong diz que 36% dos jovens de 16 a 24 anos desejam integrar uma ONG. São jovens abertos, progressistas, sensíveis aos problemas do povo, com vontade de participar. Temos que nos aproximar deles e incorporá-los à luta política por um novo rumo para o Brasil e pelo socialismo.

A participação dos jovens em trabalho voluntário e em ações solidárias não é exatamente uma novidade. Muito antes de Milú Vilela, socialite e coordenadora do Ano do Voluntariado da ONU no Brasil, incentivar os jovens ao trabalho voluntário, Lênin, Dimitrov e Che Guevara o fizeram com o movimento dos sábados comunistas na União Soviética dos anos 1920, e as brigadas de jovens, na Bulgária do pós-guerra e em Cuba após a vitória da revolução. A diferença fundamental é que nesses casos os jovens voluntários eram chamados a participar politicamente da construção de países independentes e socialistas.



Nas brigadas era comum a participação de jovens de vários países que viajavam para trabalhar numa atitude concreta de internacionalismo e de espírito coletivo e solidário. Como podemos ver, o internacionalismo da juventude não nasceu em Seattle em 1999, embora seja muito importante o seu re florescimento na atualidade.

Nos últimos anos aconteceram grandes e importantes mobilizações internacionais contra a globalização neoliberal na Europa e na América do Norte, e na América Latina em menor dimensão; todas com marcante presença de jovens. Nesta luta a mídia dá destaque desproporcional a correntes políticas “autonomistas” e neoanarquistas. Essas correntes defendem ideias socialistas utópicas, aparentemente novas, mas que já foram superadas por Marx e Engels há mais de 150 anos.

Além de solidária e internacionalista, apoiadora da paz mundial e adversária da guerra imperialista, a maioria dos jovens brasileiros é patriota. Durante este ano, quando grupos musicais dos EUA tocaram o hino e tremularam a bandeira de seu país em shows realizados no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, os jovens vaiaram e gritaram “Brasil”.

É necessário dizer aos jovens que é preciso, sim, ser internacionalista, mas negar a política e a luta pela conquista do poder em cada Estado nacional significa renunciar a qualquer mudança profunda e contribuir, conscientemente ou não, para eternizar a dominação imperialista e o próprio capitalismo.

O caminho da luta pelo socialismo científico no Brasil é a união e a mobilização política dos trabalhadores e da juventude na luta pela independência nacional, pela democracia e por uma vida melhor.

Somente no socialismo é possível a realização da plena cidadania, e o socialismo só é possível com a participação política de amplas massas visando à conquista do poder pelo proletariado. Por sua vez, esta conquista só é possível com um forte e influente Partido Comunista do Brasil.

### *Ampliar a influência do Partido entre os jovens*

A União da Juventude Socialista (UJS), fundada em 1984, é a expressão concreta da estratégia e da política do Partido para a juventude.

de. Compreendendo o significado da juventude para o movimento revolucionário e para a construção partidária, e perseguindo o objetivo de ampliar a influência do Partido entre os jovens, o Comitê Central decidiu, em 1996, relançar a UJS como ampla organização juvenil, sob a direção política e ideológica do Partido e com plena autonomia organizativa.

A partir daí foi realizado amplo e rico debate no Partido, e em agosto de 1999 foi aprovada a importante resolução *Sobre o relançamento da UJS e a organização dos jovens comunistas*. Decidiu-se que os jovens comunistas que realizam atividade juvenil organizam-se no Partido de acordo com nosso Estatuto, nas Organizações de Base (Obs), e têm a tarefa partidária de militar na UJS.

Nossa atividade desde o 9º Congresso do PCdoB, em 1997, e os êxitos alcançados confirmam novamente a justeza e a atualidade de nossa política para a juventude. A UJS é reconhecida nacional e internacionalmente como uma das mais importantes organizações juvenis da América Latina.

Necessita-se, no entanto, da busca do contínuo fortalecimento do Partido e da UJS junto à juventude. Toda essa experiência de cinco anos desde o relançamento da UJS precisa ser melhor sistematizada para identificarmos as debilidades e insuficiências a fim de superá-las e avançar mais.

A UJS é um projeto em construção. Começa a desenvolver mais ações e atividades próprias como iniciativas da campanha por emprego para a juventude, “Sem emprego não dá”, e atualmente a campanha contra a redução da maioridade penal e em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda assim é preciso reforçar esse trabalho próprio da UJS, criando novas bandeiras e formas de participação dos jovens para tornar a UJS um movimento juvenil e socialista cada vez mais amplo e massivo.

Mobilizando a juventude brasileira contra o neoliberalismo e o governo FHC, por um novo governo patriótico, democrático e popular, a UJS teve papel destacado nos últimos anos. O movimento estudantil tem tido ação importante na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e na oposição à política neoliberal do governo FHC.



Entretanto, essa combativa militância precisa ser forjada com firmes convicções revolucionárias, com capacidade para desmascarar as ideias burguesas, assimilar e difundir o marxismo, fazer a propaganda do socialismo e cultivar os valores e as atitudes socialistas, inclusive com o próprio exemplo.

Dadas as debilidades organizativas da UJS, é necessário planejar a consolidação das direções estaduais e o fortalecimento e construção de direções municipais e núcleos, com prioridade para as principais escolas, universidades, bairros e empresas. Outro desafio a enfrentar é a dificuldade para arrecadar recursos.

A ação política nos vários movimentos juvenis sempre foi um objetivo fundamental da UJS. Mesmo priorizando o movimento estudantil, a UJS avançou na intervenção em outros movimentos. Nos bairros de periferia filiou vários grupos de hip-hop nacional, lançou um CD e realiza um circuito nacional chamado “Grito da Periferia”. Entre a jovem intelectualidade, os jovens socialistas são os principais organizadores dos Encontros de Jovens Cientistas, que ocorrem anualmente nas reuniões da SBPC, e dos Centros Universitários de Cultura e Arte, os CUCAs da UNE.

Permanece o objetivo de ampliar a atuação da UJS nos diversos movimentos juvenis, principalmente entre os jovens trabalhadores, onde a construção da UJS possui caráter estratégico.

A UJS tem ampla influência e atuação no movimento secundarista, universitário e de pós-graduandos; uma enorme conquista. Dessa influência nacional resultam as vitórias nos congressos da UNE e da UBES em 1999 e 2001, e nos dois últimos congressos da Associação Nacional dos Pós-graduandos, ANPG. A UJS e aliados independentes têm sido maioria nas instâncias dessas entidades, onde participam todas as correntes políticas. As demais forças políticas investem crescentemente no movimento estudantil e a tendência é a disputa por influência no movimento ser mais acirrada no próximo período.

A ação da UJS, no entanto, não pode limitar-se às manifestações, eleições e aos congressos. É preciso avançar, renovar nossos desafios e objetivos para fortalecer ainda mais o movimento estudantil, ampliando a participação dos estudantes na base, a representatividade e o enraizamento das entidades estudantis.

### As tarefas do Partido

O Partido precisa dominar em profundidade nossa política para a juventude para poder orientar mais e melhor a atividade política e ideológica da UJS, dar maior apoio e acompanhamento. A UJS é força auxiliar do Partido e os frutos de seu trabalho estarão em razão direta do investimento feito pelos comunistas na organização juvenil. Os comitês do Partido precisam pautar regularmente o trabalho entre os jovens, exercendo assim uma direção coletiva. Os secretários ou responsáveis pela Juventude dos comitês devem ser quadros maduros, com mais de 30 anos, e capacitados para dirigir nosso trabalho juvenil. Estudar mais a realidade da juventude brasileira é outro desafio para os comunistas no próximo período. Para isso, faz-se necessário um centro de estudos sobre juventude e o lançamento de uma revista teórica e política sobre o tema. A formação política, ideológica, teórica e moral dos jovens comunistas é uma evidente necessidade. É imprescindível estimular o estudo individual e a participação dos jovens comunistas que atuam na UJS nas atividades regulares de formação do Partido e em atividades específicas para esses jovens, além das atividades de formação da própria UJS. Nenhum jovem comunista sem Organização de Base. Com esse lema devemos continuar a incorporação dos jovens nas OBs do Partido, com a tarefa de militar na UJS. A promoção de quadros jovens deve ser feita sem retirar das direções da UJS os seus melhores e mais experientes dirigentes, imprescindíveis para assegurar a direção partidária no trabalho da organização juvenil. O Partido precisa afirmar a sua identidade perante a juventude. Nesse sentido, é primordial fazer mais propaganda do Partido para os jovens. Que os jovens cantem por todo o Brasil como cantaram os militantes da UJS em novembro de 2001, no Congresso da UBES, parafraseando a canção de Geraldo Vandré: “vem vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, entra no PCdoB”.



## **Avaliação do trabalho parlamentar do PCdoB**

---

INÁCIO ARRUDA

**N**o alvorecer dos 80 anos do Partido Comunista do Brasil, a vida tem demonstrado: sempre que houve a compreensão tática e o espaço político necessário, a atuação dos comunistas no Parlamento escreveu destacadas páginas que nos tornam plenos de orgulho.

É o que demonstra a retrospectiva da nossa presença neste ambiente adverso, posto que palco privilegiado da democracia burguesa no trânsito de seus interesses. Neste cenário, ousando o enfrentamento em menos de vinte anos de vida parlamentar, o PCdoB imprimiu sua força nos anais da História.

Mas, por que este meio de atuação é estratégico para o êxito rumo ao socialismo?

Especialmente em 1946 e em 1988, nas duas constituintes republi-

canas que sucederam ditaduras no País, os comunistas tiveram oportunidade de registrar o vigor do seu desempenho. Na Constituinte de 1946 em particular, uma bancada de 15 deputados federais e um senador mostrou o peso de principal força oposicionista ao sistema conservador, buscando registrar conquistas do nosso povo numa Carta elaborada sob condições restritivas.

No segundo momento da legalidade, após uma ditadura, de curso superior a duas décadas, e o massacre de numerosos quadros, os comunistas retornaram ao panorama parlamentar nas eleições de 1986. Não obstante os obstáculos relativos à liberdade e à soberania, e seu menor peso numérico e expressão partidária na Constituinte de 1988, apenas cinco parlamentares imprimiram qualidade às batalhas travadas, à base da pressão popular e da firmeza dos setores progressistas.

Hoje, vivendo seu mais longo período de vida legal, o Partido – com sua bancada parlamentar na Câmara dos Deputados e nos outros níveis de atuação – desenvolveu, sob essa linha de amplitude e flexibilidade, uma característica fundamental voltada para a resistência ao projeto neoliberal, centrada na busca da unidade oposicionista em defesa da democracia e dos direitos do povo trabalhador, do patrimônio público, das riquezas nacionais, e contra as manifestações de servilismo ao capital financeiro internacional. Esta linha busca isolar os conservadores e estimular a constituição de blocos progressistas e democráticos no Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais; vem se desenhando desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Sua batalha inicial consistiu no desmascaramento do governo Collor, simultâneo ao panorama de defensiva no plano mundial ocasionado pelo fim da bipolaridade.

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1994, o projeto neoliberal alcançou o patamar almejado pelo Consenso de Washington, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo capital financeiro gerido a partir dos Estados Unidos da América, na mais extensa e completa subordinação da nossa História aos objetivos imperiais. Essa maior dependência foi efetivada mediante a conjugação dos cinco verbos máximos do dicionário neoliberal e do atual império (desnacionalizar, privatizar, desarmar, desconstitucionalizar e desregulamentar), que estabelece o caminho para a incorporação do



Brasil e da economia regional à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), desintegrando e liquidando o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O Parlamento brasileiro foi subjugado pela instalação em seu ambiente de uma maioria governista, submetida por um balcão de negócios destinado a subornar deputados e negociar a soberania nacional, mediante mudanças que desfiguram completamente a Constituição.

Essas negociatas serviram à aprovação da emenda constitucional que promoveu a reeleição de Fernando Henrique em 1998, sob o mesmo pacto entre banqueiros e megaempresários que financiou em 1994 o candidato neoliberal. O elenco de temas enumerados pelo pedido da CPI da Corrupção acentuou a participação da base governista nos escândalos que desnudam o projeto em vigor e o achincalhe ao Parlamento. Nele, FHC passou à vontade, comprando e vendendo, além de consciências e do patrimônio público, uma imagem oferecida e trabalhada pela mídia para debilitar a democracia, desmoralizar e substituir o Legislativo, decantando sua ditadura civil. Parte significativa dessa mídia atuou e atua em perfeita sintonia com o Executivo, mantendo-se às expensas do poder, voltada para o objetivo de impedir que informações essenciais cheguem à sociedade.

Ao longo do ano de 1998, o Palácio do Planalto promoveu a maior privatização do mundo, vendendo o Sistema Telebrás ao grande capital, ocasionando a perda do controle até mesmo da segurança da Nação (inclusive sob o aspecto militar, visto que a Embratel passou ao controle da norte-americana MCI). A distribuição – e parte da geração e transmissão – do sistema elétrico teve o mesmo destino, conduzindo à atual crise, na qual os consumidores e o país são duramente penalizados e as empresas concessionárias são compensadas pelo setor público por seus “prejuízos” tarifários.

Nesse ambiente, a maior submissão ao rentismo global tornou o país mais vulnerável às flutuações promovidas pela especulação financeira que atingia em cheio a Ásia, polarizando o debate no Congresso Nacional. FHC tratou de obscurecer uma onda especulativa que, após sua reeleição, afundou o mito da propalada estabilidade na desvalorização cambial de janeiro de 1999. Neste ano, tal mudança custou ao Brasil um acréscimo na dívida externa líquida, em reais e sem os

acréscimos de juros, de 130,3 bilhões. A perda total da União chegou aos R\$ 62,5 bilhões, visto que parte da dívida do setor privado foi assumida pelo Tesouro e o Banco Central, mediante a emissão de títulos vinculados ao dólar. Os devedores privados se protegeram repassando o risco cambial para o governo.

A inserção do superávit primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) passou a determinar a vida no País, sufocando os investimentos, que são consumidos pela política subordinada ao pagamento de juros *ad infinitum*. A Lei de Responsabilidade Fiscal, brandida como um regulamento para os administradores públicos, representou, na verdade, a institucionalização das normas do FMI para o País e para o pacto federativo, comprometendo a capacidade de realização pública das prefeituras e governos estaduais.

Medidas diversas, como a transferência das iniciativas nas matérias de interesse partidário e eleitoral para o Senado ou a redução de direitos trabalhistas, previdenciários e dos servidores públicos, consagram o projeto de ataque à democracia em consonância com a agenda neoliberal.

O governo FHC dedicou-se enfim à consolidação da entrega do patrimônio nacional e à instituição do Estado mínimo, desobrigando-se das políticas sociais e promovendo o desmonte dos direitos, completando a submissão dos interesses nacionais às regras do mercado global.

Hoje, além do recurso ao suborno, as votações no Congresso ocorrem nas circunstâncias de Estado de sítio, requerendo o instrumento do *habeas corpus* para o livre ingresso e permanência de visitantes na Casa. A Polícia da Câmara, sob a inspiração do Palácio do Planalto, passou a tratar deputados com violência física e diversos deles enfrentaram a truculência no exercício da defesa dos interesses populares.

Em consequência de tudo isso, a versão de que o Parlamento é uma instituição corrompida, subserviente e fonte de vícios políticos, continua se generalizando junto à população, simultânea à progressiva desmoralização do modelo neoliberal. Nesse ambiente, os comunistas não se intimidam e, mantendo uma agenda permanente, apoiam e estimulam outras legendas à diferenciação radical; distinguem-se e se colocam em condições de propor alternativas à situação de crise em evolução.



### Ação ampla e flexível

Malgrado as vicissitudes do período da reforma constitucional e eleições de estatais, aos comunistas coube estabelecer a resistência com ênfase nos grandes temas nacionais, mediante uma atuação contundente contra o desmonte do país. A intervenção comunista tem logrado certo êxito na medida em que consegue aglutinar nas ações conjuntas as bancadas do campo popular, com opiniões respeitadas neste espectro. Sua política de alianças conquistou algumas vitórias, impedindo a aprovação das reformas políticas restritivas, de fundo neoliberal, planejadas no bojo do projeto conservador que visa a limitar o quadro partidário e estabelecer toda sorte de dificuldades para o PCdoB e para as legendas do campo popular, capitaneadas por expoentes neoliberais (além de Fernando Henrique, o vice-presidente Marco Maciel, o prócer do PFL Jorge Bornhausen, o senador Sérgio Machado, entre outros).

Entretanto, a pretexto de punir bandidos que se escondem no Congresso Nacional, os mecanismos que garantiam a imunidade popular estão em via de ser limitados (falta a decisão do Senado) com o objetivo de atingir os mandatos populares, tornando-os vulneráveis a variadas situações.

O povo brasileiro conseguiu frustrar ofensivas que, apesar da maioria governista, até o momento não se completaram – em especial a completa privatização dos setores energético, do petróleo e do saneamento; a quebra integral da estabilidade no serviço público; a insistente cobrança de contribuição dos inativos; a nova investida contra os direitos trabalhistas na forma do desmonte da CL T. São, estes, momentos de intensa expressão da luta de classes em curso no país.

O processo e o momento culminante dessas iniciativas estão articulados com a ação mais geral do PCdoB, que influiu decisivamente na constituição de frentes únicas eleitorais em 1989, 1994 e 1998. Após essa última campanha, com o insucesso eleitoral, o esgarçamento da esquerda teve seus reflexos no Parlamento. O bloco de esquerda, que incluía PCdoB, PT e PDT, com o apoio do PSB, não se manteve, mas conquistamos um novo patamar de unidade articulando um novo bloco com o PSB. A bancada, que havia dobrado em 1995 (em

relação a 1988), também apresentou uma redução numérica (de três parlamentares) apenas resgatada em 2002, quando passamos a contar novamente com dez deputados.

Não obstante as dificuldades, o PCdoB persistiu nas iniciativas e opiniões que buscam a reaglutinação do campo popular. Nesse rumo, o seminário *Um Novo Projeto para o Brasil*, realizado no primeiro semestre de 2001, foi exitoso: recolheu as opiniões e propostas de três pré-candidatos (Luiz Inácio Lula da Silva, Anthony Garotinho e Ciro Gomes). Este acervo constitui o escopo central do debate em curso, visando a um programa unitário para as eleições presidenciais de 2002.

### Linha combativa, patriótica e unitária

Ao longo do período 1998-2001, que sucede a realização do 9º Congresso, diversos outros eventos marcaram nossa presença na Câmara dos Deputados.

Pela primeira vez, em 1999, e fruto da persistência na política de unidade, a Presidência de uma Comissão Permanente de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI) foi ocupada pelo PCdoB, inaugurando no Parlamento uma nova qualidade na intervenção política de massas. A CDUI foi convertida num instrumento de mobilização popular, protagonizando a I Conferência de Saneamento e a I Conferência Nacional das Cidades – que produziu a *Carta das Cidades*. A longa tramitação do Estatuto da Cidade (dez anos, apenas na Câmara) foi impulsionada em 1999, culminando em sua recente aprovação.

O PCdoB ocupou a vice-presidência da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional e a presidência da CPI da Nike no ano 2000 e, no ano em curso, exerce a vice-presidência da CDUI.

A iniciativa do projeto voltado para a defesa da Língua Portuguesa é exemplar da repercussão obtida pela ação comunista na defesa da nossa soberania, proporcionando eventos de amplitude nacional e internacional que atraem a atenção e o apoio de literatos, linguistas, acadêmicos, professores e estudantes das escolas e universidades brasileiras.

Na Comissão Mista de Orçamento, a elaboração anual da LDO e do Orçamento Geral da União (OGU) é acompanhada em ritmo de



vigilância permanente, em sintonia com as aspirações e demandas do país e do povo brasileiro. Temas como a denúncia do uso indevido de recursos públicos, a partir do levantamento minucioso da execução orçamentária; do superávit primário, do elevado comprometimento dos recursos orçamentários nos encargos das dívidas, da limitação dos gastos com juros, vêm se destacando nos debates, na mídia e nas publicações partidárias.

Ganhou ênfase também a denúncia das manifestações acentuadas pelo neoliberalismo, no sentido de estimular a apuração das ações conservadoras que revoltam o povo brasileiro, contribuindo para o sumiço dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento. Assim, os comunistas lutaram pela instalação de uma abrangente CPI da Corrupção.

Nas questões internacionais, a presença de parlamentares do PCdoB se destaca em circunstâncias as mais diversas: no Fórum Social Mundial Parlamentar de Porto Alegre; no Fórum de São Paulo; no Parlatino; na Conferência Mundial sobre o Racismo (África do Sul); na Convenção sobre Desertificação (Bonn); na reunião da OIT (Genebra).

A relação cordial – de permanente convivência e troca de opiniões e experiências – com as embaixadas de nações amigas, de regimes populares, contribui para alimentar a luta pela soberania e autodeterminação dos povos nos diversos continentes e a criação de frentes parlamentares de amizade, com a contínua participação do PCdoB. Contempla, entre outros países, a China, a Palestina, a Liga Árabe, Cuba, Timor Leste, Vietnã, Coreia do Norte. Destacamos as gestões que aproximam os partidos comunistas do Brasil e da China, incluindo-se diversas missões de intercâmbio. Iniciativas atuais pela paz são dignas de nota, a exemplo da moção aprovada na Comissão de Relações Exteriores que pede a suspensão dos bombardeios no Afeganistão.

A regulamentação da edição de Medidas Provisórias (MPs) pelo Executivo foi uma destacada meta que o PCdoB apoiou na agenda da oposição, no sentido de estabelecer limites claros para os abusos legislativos de FHC, autor de mais de cinco mil MPs. Essa agenda incluiu também a defesa de uma Reforma Política Democrática com financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais e dos partidos políticos; critérios democráticos para outorga de canais de

rádio e TV; combate à redução do tempo de campanha e do tempo de propaganda eleitoral gratuita; e regulamentação dos instrumentos do plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Ganhou destaque a luta pela aprovação da PEC da redução da jornada de trabalho e de um justo valor para o Salário-Mínimo. Outros temas de amplitude abraçaram a defesa do Projeto de iniciativa popular que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia. Expressiva vitória ocorreu com a aprovação da Emenda Constitucional que definiu um percentual orçamentário mínimo para a Saúde em todos os níveis administrativos da Federação.

A atuação dos comunistas se expressou igualmente em diversificados temas e situações, relevantes para o País e para os trabalhadores. Considerando sua relação com a sociedade e com a História, citamos entre inúmeras atividades, nossa participação na Passeata dos Cem Mil, no Grito dos Excluídos e no lançamento do *Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho*, em Brasília; na Frente Parlamentar em Defesa do Brasil; no resgate da História e valorização de nosso povo, por ocasião dos 500 anos do descobrimento, dos heróis comunistas tombados na Guerrilha do Araguaia, das suas ricas lições e de seu legado; na contribuição ao plebiscito da dívida; na posição firme adotada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de resistência à implementação do Acordo de Alcântara; nos encontros sobre a questão da Saúde; na CPI dos Medicamentos e no combate à biopirataria; no debate da legislação trabalhista, com seminário sobre a CLT; na incorporação ao OGU do reajuste dos servidores e da correção da tabela do Imposto de Renda; na frente parlamentar em defesa do movimento estudantil, no apoio à luta contra a discriminação racial e de gênero; na presença constante nas negociações das greves dos servidores públicos; no aporte de recursos para o Programa Especial de Treinamento (PET); na defesa da indústria petroquímica nacional; nas homenagens a personalidades como Oscar Niemeyer, Barbosa Lima Sobrinho, Milton Santos, Gilberto Freyre, e eventos como o dos 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 e dos 20 anos da Anistia.

Buscamos honrar o grande prestígio alcançado pelo PCdoB, me-



diante a ação de uma bancada federal em luta para superar debilidades comuns a essa frente, destacando na avaliação do DIAP 50% de seus membros entre os 100 mais influentes do Congresso Nacional, contando em seu conjunto com uma presença feminina na ordem de 40%. É significativa a produção legislativa dos comunistas (propostas de emendas constitucionais, projetos de lei, requerimentos, indicações etc.) e de suas iniciativas jurídicas – principalmente na forma de ações diretas de inconstitucionalidade (ADINs), mesmo diante da torrente de medidas casuísticas oriundas do Palácio do Planalto. Apenas em 1998 foram apresentadas 256 proposições pelo conjunto dos nossos deputados, superando a média das demais bancadas.

Agimos também para a integração das equipes de trabalho dos parlamentares que pertencem à bancada federal, visando a alargar o sentido comunista da nossa atuação – sob a regência do interesse coletivo, esforço unitário e combate ao espontaneísmo –, ampliamos as assessorias e as edições do jornal *Abra os Olhos*.

É permanente a articulação em mão dupla entre a direção partidária nacional e a bancada: as reuniões na Câmara, em Brasília, são acompanhadas com frequência pelo Secretariado do Comitê Central e a Comissão Política conta com a participação de quatro deputados entre os seus membros.

A cada dia, cresce a nossa compreensão de que nossos mandatos representam a vitrine do Partido. Por mais que se apresentem as honras do exercício do cargo parlamentar – num ambiente de vaidades e veleidades –, não podemos esquecer em nenhum momento que pertencemos ao coletivo e que nosso labor individual está a seu serviço. Nossa atribuição de comunistas é a de utilizar este ambiente, com todos os seus vícios e armadilhas, enquanto espaço de denúncia das contradições do capitalismo e de articulação da resistência e das lutas do povo por uma vida melhor. E não devemos fazer uma concessão sequer, por menor que seja; mesmo porque não estamos imunes, devemos estar vigilantes e em permanente alerta quanto às tendências ao particularismo, ao regionalismo, ao espontaneísmo, às atitudes que de algum modo possam comprometer a unidade partidária. Nossa fúria deve estar inteiramente voltada para o combate ao inimigo de classe!

### *Dificuldades e perspectivas*

A situação atual do Parlamento o torna vulnerável aos objetivos de fragilização da democracia. A limitação à edição de MPs não evita que o Executivo substitua o Legislativo e, mesmo desgastado, o governo neoliberal persiste na ofensiva contra os direitos do povo e dos trabalhadores, obstruindo a pauta do Congresso. Os comunistas tratam de extrapolar os limites da atuação parlamentar e estabelecer vínculo com o movimento popular numa agenda de lutas que visa à elevação crescente das pressões da sociedade – enquanto principal forma de articulação para respaldar a atuação unida das oposições contra as manobras palacianas.

Torna-se gradualmente necessária a interveniência do Partido e das organizações de massa sob a sua influência rumo à conjugação das demandas e reivindicações populares, evitando que despontem, sobretudo no recurso pontual aos parlamentares. Essa mão dupla entre o Partido e as massas é 1) capaz de oferecer respaldo às propostas que convergem na direção do Parlamento; 2) contribui num sentido amplo para o enfrentamento de problemas que a ação particularizada dos demais partidos de esquerda e correntes democráticas da oposição não responde; e 3) para que o PCdoB ofereça maior consistência a sua plataforma de lutas na vanguarda de inúmeros temas de interesse da sociedade.

Não obstante a existência da comunicação imensamente facilitada pelas páginas instantâneas e correios eletrônicos, carecemos ainda de um ágil fluxo de informações acerca das iniciativas parlamentares dos comunistas em todos os níveis, mediante a maior inserção e difusão da nossa propaganda e da nossa ação política, considerando-se inclusive que o Partido não dispõe de deputados federais em 17 estados e que a rede mundial de computadores não é acessível a todos os militantes no País. Nossos 12 deputados estaduais (10 eleitos em 1998) e 173 vereadores (149 eleitos em 2000), que pugnam genericamente em torno de uma agenda semelhante à da bancada federal, enfrentam as sequelas da política hostil ao Pacto Federativo e as duras repercussões da política de desmonte do País e dos direitos sociais, em condições de vasta diversidade.



Visando a um acompanhamento próximo dessa atuação, o Comitê Central criou uma Comissão Parlamentar que, em dois encontros nacionais realizados em Brasília, avaliou a produtiva e generosa ação nas diversas esferas, reclamando agora novos passos rumo a uma ação mais articulada. Essa ação exige bandeiras de luta que signifiquem a marca central da presença dos comunistas no cenário político – escolhidas entre aquelas que calam fundo nas aspirações populares.

Essa sintonia contribuirá para colocarmos o Partido à altura do cumprimento de suas tarefas de denúncia do neoliberalismo driblando o isolamento, do combate ao paradigma do “mercado” como solução divina e apanágio de todos os problemas, erguendo as bandeiras de luta favoráveis aos direitos do povo e à soberania nacional. Assim, poderemos comemorar em 2002, com vitórias expressivas, seus 80 anos de existência e seus 40 anos de reorganização, registrando, no patamar merecido pelos seus heróis, os 30 anos da gloriosa jornada de luta da Guerrilha do Araguaia, ao elegermos expressivas bancadas em todos os níveis de representação e de atuação.

Eis por que é estratégica nossa atuação parlamentar. O Partido Comunista do Brasil vem cumprindo o seu papel de ampliar continuamente a ressonância das lutas populares no Parlamento. Os recentes embates em torno da preservação das conquistas dos trabalhadores (em especial na defesa da CL T) demonstram quão profícua tem sido essa denúncia na mudança da correlação de forças em curso. Entre erros e acertos, o PCdoB realiza sua avaliação crítica na busca permanente da formação de um coletivo coeso, diferenciado das organizações burguesas e pequeno-burguesas, buscando demarcar o que contribui para os avanços rumo ao socialismo do que implica atraso no curso da revolução.

Nosso exemplo de bancada coesa há de se espelhar nos camaradas da melhor estirpe transformadora, entre os mais destacados filhos do povo brasileiro que nos inspiram nesta longa e proveitosa caminhada. Esta é a bancada de Maurício Grabois! Esta é a bancada de João Amazonas! Esta é a bancada do Partido Comunista do Brasil!

Pleno êxito para o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil! Avancemos, com energia e criatividade, rumo ao socialismo!

## Amazônia: uma região estratégica

ERON BEZERRA

### As visões básicas sobre a Amazônia

**E**m tese, todos estão preocupados com o desenvolvimento da Amazônia e, conseqüentemente, com a proteção de sua extraordinária biodiversidade. Em tese porque na prática as concepções mais difundidas acerca do “desenvolvimento” da região são francamente conflitantes. As principais “visões” sobre a Amazônia são a Teoria Desenvolvimentista, a Teoria do Santuário e a Teoria do Desenvolvimento Sustentado.

### Teoria Desenvolvimentista

Com o fim do ciclo da borracha, a Amazônia experimenta um longo período de recessão econômica. Nesse período, a atividade econômica



se restringe basicamente ao extrativismo de subsistência. Tal situação criou a base objetiva para que na década de 1970 a “tese Desenvolvimentista” ganhasse força e adeptos, esposando a bandeira de substituir “a mata por pata de boi”. A base ideológica dessa teoria é o Plano de Integração Nacional (PIN) e a sua verbalização prática a construção de grandes rodovias, dentre elas a Transamazônica que, segundo o pensamento oficial da época, seria o instrumento para “*assegurar terras sem homens para homens sem terra*”, numa referência ao vazio demográfico da região e o “excedente” populacional do Nordeste. Muito em moda na década de 1970, hoje essa “tese” está completamente isolada e, por isso mesmo, poucos se apresentam publicamente como defensores da mesma, embora se saiba ser essa a visão predominante entre a maioria do empresariado e dos políticos conservadores.

### Teoria do Santuário

Os estragos ambientais provocados pela “Teoria Desenvolvimentista”, sem maiores ganhos socioeconômicos para a população nativa, são a base objetiva sobre a qual se constrói a “teoria do santuário”. Esse pensamento, muito em “moda” na década de 1980, esposado principalmente por ONGs estrangeiras, defende a “tese” de que a Amazônia não suporta pisoteio humano e, portanto, deveria ser integralmente preservada como reserva estratégica para toda a humanidade, pois trata-se de um “*patrimônio da humanidade*” e não apenas do povo brasileiro. Raras são as pessoas que atualmente assumem publicamente essa “tese”, embora muitos sejam os seus adeptos, especialmente entre as ONGs estrangeiras.

### Teoria do Desenvolvimento Sustentado

O entrelaçamento dessas duas concepções faz surgir no final da década de 1980 a “tese” de que é preciso conciliar crescimento econômico com conservação ambiental, para que esse crescimento se torne perene e se converta efetivamente em desenvolvimento. Hoje, praticamente

todo mundo se proclama adepto dessa concepção, embora, efetivamente, poucos, ao verbalizarem o seu ponto de vista sobre a Amazônia, deixem transparecer qualquer vestígio dessa teoria. Mesmo entre os realmente adeptos há muitas divergências práticas e teóricas sobre essa teoria. Também aí se escondem muitos “santuaristas”, e principalmente a maioria dos “desenvolvimentistas”.

### O processo de ocupação da Amazônia

A ausência de um plano estratégico de desenvolvimento socioeconômico para a região amazônica, por parte do governo central, faz com que essa região viva de “surto” de crescimento, ancorados nos chamados “grandes projetos”, intercalados por períodos de longa depressão econômica. A única presença oficial na Amazônia tem sido as Forças Armadas. Sinteticamente poderíamos dizer que essa “ocupação” se deu através de três processos: a *colonização portuguesa*, a “teoria do adensamento” defendida pelos militares através dos chamados “grandes projetos”.

### A colonização portuguesa

A partir de 1669 os Portugueses ocuparam a região. Com a presença portuguesa na Amazônia não houve progresso e nem desenvolvimento para a região. A prática de saque, dilapidação e extermínio, já praticada em outros locais, foi a característica básica desse invasor. Entretanto, diferentemente de outras regiões, onde a mão de obra predominante era escrava, nesta os portugueses utilizaram a indígena – parte escravizada – na atividade basicamente de extrativismo e agricultura de subsistência. A resistência dos índios – um povo habituado à caça, à pesca e à livre migração como modo de vida – a esse novo “modo de ser” dos portugueses foi violenta, caracterizando-se por lutas sangrentas entre as várias etnias locais contra o invasor português. A mais memorável dessas lutas de resistência foi liderada pelo chefe Ajuricaba que, finalmente vencido, preso e acorrentado, se jogou às águas do rio Amazonas, pois “preferia a morte do que a escravidão”.



*A presença militar – “teoria do adensamento”*

A Amazônia, desde o início da sua colonização, recebeu uma forte presença militar, o que corresponde à visão estratégica das Forças Armadas para a região, segundo a qual o adensamento populacional desse imenso território é pressuposto para a sua defesa e integração nacional. Seguindo a lógica desse pensamento estratégico, os portugueses estabeleceram, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, nada menos que 37 fortificações militares. Esse processo posteriormente foi intensificado através de várias unidades, dentre as quais se destacam: Colônia Militar Rio Araguari, Amapá (1840); 26º BC, Belém, Pará (1842); Colônia Militar, São João do Araguaia, Maranhão (1850); Colônia Militar, São Pedro de Alcântara, Maranhão (1853) e Colônia Militar de Óbidos, Pará (1854). No início do século passado surgem os primeiros grandes comandos, denominados “REGIÕES DE INSPEÇÃO PERMANENTE”, com sedes em Manaus, Belém e São Luís. Criam-se, também, o 27º BC em Manaus e pelotões em Tabatinga, Cucui, Ipiranga, Vila Bittencourt (AM), Boa Vista (RR) e Clevelândia (AP); 8ª Região Militar, Belém (PA); Comando de Elementos de Fronteira de Manaus (AM).

De 1950 a 1986 os militares desenvolvem uma nova ofensiva; desta feita com o deslocamento de grandes contingentes e o desenvolvimento de ações que fogem do modo tradicional de operação das Forças Armadas brasileiras. Nesse período, foram implantadas as seguintes unidades militares: Comando Militar da Amazônia, Manaus, Amazonas; 12ª Região Militar, Manaus, Amazonas; Colônia Militar de Tabatinga, Amazonas; Colônia Militar do Oiapoque, Roraima; Companhias Especiais de Fronteira em Tabatinga (AM), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Rio Branco (AC), São Gabriel da Cachoeira (AM) – atuais Batalhões Especiais de Fronteira; Pelotões de Fronteira em Bonfim, Normandia e BV8 (RR); Colégio Militar de Manaus; CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva – Manaus (AM); 1º e 2º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus e Belém); Batalhões de Selva em Marabá, Altamira e Itaituba (PA) e Imperatriz (MA) – fruto da Guerrilha do Araguaia; 23ª Brigada de Selva em Marabá (PA); 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho (RO).

Recentemente ocorreu o deslocamento da Brigada de Santo Ângelo

(RS) para Tefé, no epicentro da Amazônia Ocidental, como reflexo direto do fim da “guerra fria” e a crescente convicção entre os militares de que o “inimigo” vem do Norte – no caso, os norte-americanos.

## **A fase contemporânea**

(O CICLO DA BORRACHA, FASE DESENVOLVIMENTISTA, SURTO ECOLÓGICO, TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, OS GRANDES PROJETOS)

### **O ciclo da borracha (1839-1940)**

Configura um período em que toda a economia da região esteve alicerçada na produção de borracha, destinada no fundamental à exportação de forma “in natura”, sem qualquer agregação de valor. A extração do látex de forma mais ou menos intensa ocorreu por um longo período (1839 a 1940). O período “áureo”, entretanto, que convencionou-se chamar de “Ciclo da borracha”, vai de 1880 a 1911, tendo seu ápice em 1910. Entre 1901 e 1910 (auge do ciclo) a Amazônia exportou aproximadamente 12 bilhões de dólares em borracha, sendo que apenas no ano de 1910 as exportações atingiram algo em torno de 2 bilhões de dólares. A imensa riqueza oriunda da borracha produziu uma casta de abastados numa ponta e, como sempre, uma legião de miseráveis no outro extremo, composta de seringueiros que trabalhavam em regime de semiescravidão e que frequentemente eram assassinados para não receberem o saldo que eventualmente obtinham na venda de seus produtos para o seringalista. Esta casta de abastados, cujos filhos estudavam em Coimbra e Sorbonne, se caracterizava por um comportamento perdulário e extravagante, dentre eles alguns prosaicos, como tomar banho com água mineral francesa importada. É deste período a construção de duas belas obras arquitetônicas: o Teatro da Paz, em Belém e o Teatro Amazonas, em Manaus, considerado um dos mais belos e suntuosos do mundo. Nessa época, também foi criada a Escola Universitária Livre de Manaus (1908), a primeira universidade brasileira. Com o fim do ciclo da borracha, a região entra numa crise prolongada cujos reflexos se estendem até hoje.

### **Fase Desenvolvimentista (1940-1960)**

Caracteriza-se por uma “ofensiva” do governo no sentido de “adensar” a Amazônia. É desse período a rodovia Belém-Brasília, Porto Ve-



lho-Cuiabá, e também órgãos de fomento e pesquisa, como BASA e SUDAM (criados com outro nome), CPRM, INPA, Zona Franca etc. Junto com a visão “Desenvolvimentista” ocorreram as queimadas, a agressão ao meio ambiente, a grilagem, a pistolagem, a substituição da mata pela “pata do boi”, sem que isso contribuísse para melhorar os indicadores sociais da região. A prática de saque das riquezas da região – iniciada com os portugueses –, sem contrapartida efetiva para os amazônidas, prosseguiu nessa fase e até se intensificou.

### **Surto Ecológico**

A agressão sistemática e violenta aos recursos naturais da região deteriorou sobremaneira o meio ambiente, sem que isso representasse pelo menos alguma melhora no padrão de vida da população. Por isso mesmo parte das décadas de 1970 e 1980 se caracterizou pelo surgimento de um intenso movimento ambientalista como uma reação natural a essa prática criminosa e irracional. É desse período, por exemplo, o “Movimento da Defesa da Amazônia” (MDA), que não se limitava à defesa meramente ecológica, colocando a questão da soberania da Amazônia como bandeira central de suas preocupações. Nem todo movimento ambientalista, naturalmente, tinha essa visão estratégica do MDA. Muitas organizações esboçavam a ideia de a Amazônia ser intocável (a “teoria do santuário”) e restringiam suas plataformas à defesa de uma espécie animal e/ou vegetal em particular, permitindo que grosserias como “eles querem salvar as borboletas e matar o caboclo de fome”, cunhadas por “amazonólogos” do porte de Gilberto Mestrinho, fizessem certo sucesso. Outras passaram a questionar até mesmo a “capacidade” de a Amazônia suportar “pisoteio” humano, defendendo não só a ideia do “santuário” como também a “teoria” segundo a qual a Amazônia, pela sua complexidade e importância no equilíbrio ambiental, deveria ser vista como patrimônio da humanidade e não do povo brasileiro. É a tese da soberania limitada, que tanto anima os imperialistas do mundo inteiro e os norte-americanos em particular. Como se pode ver há muito contrabando travestido de defesa ambiental.

### **Teoria do desenvolvimento sustentável**

A contradição radical entre os defensores do “desenvolvimentismo”

e os adeptos da Amazônia como “santuário” levou as correntes mais progressistas a desenvolverem um conjunto de ideias que busca conciliar a necessidade objetiva que os povos dessa região têm por alimentos, desenvolvimento tecnológico e exploração de seus recursos naturais, sem que isso represente a degradação e a destruição do ecossistema. É o reconhecimento óbvio de que a defesa da Amazônia só será efetiva se a população dessa região for finalmente beneficiada pela extraordinária riqueza da região, especialmente os milhares de ribeirinhos, indígenas, castanheiros, seringueiros etc., que até hoje continuam marginalizados em razão dos vários surtos de “desenvolvimento” que a Amazônia experimentou. É uma polêmica em aberto, especialmente no que diz respeito a determinadas atividades, como exploração de madeira – mesmo com manejo e com “certificado verde” dos organismos internacionais.

### **Os grandes projetos – traço dominante na ocupação da Amazônia**

Como nos referimos anteriormente, a falta de um planejamento estratégico por parte do governo central, no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia e à sua conseqüente preservação, tem feito com que a região seja submetida, sistematicamente, a “grandes projetos”, cuja eficiência além de duvidosa tem, como regra geral, caráter transitório, a exemplo da Zona Franca de Manaus com data pre-determinada para acabar. Tais “grandes projetos” têm sido um traço predominante no processo de ocupação da Amazônia. Dentre eles se encontram, evidentemente, alguns dos principais projetos econômicos da região, inclusive aqueles que se notabilizaram pelo fracasso.

Numa ordem mais ou menos cronológica poderíamos destacar os seguintes: construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (RO), em 1903-1913; plantio de seringueiras, 1928-1946, na região de Fordlândia/Belterra (PA); exploração da Serra do Navio (AP), a partir de 1954; construção, em 1958-1960, da rodovia Belém-Brasília; implantação em 1967 da Zona Franca de Manaus; construção, em 1971, da rodovia Transamazônica, com valor superior a 12 bilhões de dólares; em 1971, o projeto Javi, no Pará; o projeto Trombetas, em 1973, com investimentos da ordem de 390 milhões de dólares; construção da hidrelétrica de Tucuruí, em 1977; em 1978, o projeto Albrás-Alunorte,



com investimentos na ordem de 2,5 bilhões de dólares; o Grande Carajás (1980), com investimentos da ordem de 3,5 bilhões de dólares; garimpo de ouro de Serra Pelada (1981); o Polo-noroeste (1981-1987); conclusão, em 1981, da rodovia BR-364 que liga Rio Branco (AC) a Cuiabá (MT); início da exploração comercial da bacia petrolífera de Urucu (AM), pela Petrobras em 1985; o Calha Norte, 1985; início da construção dos 1.570 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, 1988; início do Projeto SIVAM, 1995; o LBA – Experimento Escala da Biosfera e Atmosfera na Amazônia, coordenado pela NASA, 1998; em 1999, dentro da lógica da “teoria do bloqueio”, o governo tem sinalizado com a implantação dos *corredores ecológicos* e admitido publicamente que aceita discutir uma velha proposta norte-americana de converter parte da nossa dívida em favor da preservação de florestas.

### Por que a Amazônia tem caráter estratégico

A Amazônia hoje é, sem dúvida, a “marca” brasileira mais conhecida no exterior. Para grande parte dos brasileiros, todavia, o secular interesse que a Amazônia desperta no exterior decorre meramente de sua exotividade. Não é verdade. O grande interesse que essa região desperta no mundo inteiro – menos na quase totalidade dos governantes brasileiros – está diretamente ligado ao caráter estratégico dessa região, sob todos os aspectos.

A motivação básica desse interesse repousa numa *área da ordem de 5 milhões de km<sup>2</sup>* (60% do território nacional) distribuída em 9 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a maior parte do Maranhão) e que *faz fronteira com 7 países* (Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa). *Possui 20% de toda a água doce do planeta*, mais de 20 mil km de vias navegáveis, 68 mil MW de potencial hidro-energético (53% do total brasileiro), 350 milhões de hectares de florestas virgens, exuberante potencial pesqueiro (mais de três mil espécies) e agrícola (25 milhões de hectares de várzeas), além de uma extraordinária biodiversidade e da maior reserva mineral do planeta (ferro, bauxita, sal-gema, manganês, calcário, cobre, cassiterita, estanho, chumbo, níquel,

ouro, nióbio, petróleo, gás etc.). A Amazônia é, respectivamente, o segundo e o terceiro maior produtor de gás natural e petróleo do país. Só a reserva de Urucu (Coari, Amazonas) é suficiente para abastecer toda a região (GLP e matriz energética) por mais de 30 anos. Tem água e sol em abundância, ou seja, detém os pressupostos para a criação de energia e vida em qualquer parte do planeta.

Nessa região vivem em torno de 20 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 200 mil são índios, o que representa a maior população nativa do país. De maneira geral a maior parte dessa população está concentrada em áreas urbanas, o que significa dizer que a densidade demográfica na área rural é bastante rarefeita – em alguns casos abaixo de 0,5 hab./km<sup>2</sup> –, o que propicia grande facilidade de “movimentação” de “agentes sociais” de qualquer natureza.

Ademais, na Amazônia, ocorreram em diferentes períodos históricos três grandes movimentos armados, de caráter revolucionário (Cabanagem, 1835-1840; “Revolução Acreana”, 1903; e Guerrilha do Araguaia, 1968-1974), que fizeram com que essa região passasse a merecer “tratamento especial” por parte das Forças Armadas, as quais se constituem hoje, sem dúvida, na presença mais ostensiva do governo federal em toda a Amazônia. Eis por que, em resumo, a Amazônia tem caráter estratégico e por que tantos a cobiçam.

### Variadas táticas do imperialismo para ocupar essa região estratégica

Em decorrência de seu extraordinário potencial biológico e mineral, a Amazônia sempre foi vista como reserva estratégica do imperialismo que, ao longo dos séculos, fez várias investidas contra a região, variando a tática e o discurso, mas mantendo o objetivo central: *internacionalizar a Amazônia*. Assim, a tática variou entre a frustrada tentativa de transformar a Cabanagem num movimento separatista até a atual ofensiva militarista do Plano Colômbia, passando pela teoria da gestão compartilhada – a tática da soberania limitada, a conversão de dívidas por floresta e a teoria do bloqueio, dentre os de mais relevo.

Já pela época da Cabanagem (1835-1840), os ingleses tentaram “aliciar” Eduardo Angelim (um dos governadores Cabanos) para sepa-



rar a Amazônia do Brasil, oferecendo-lhe não apenas proteção militar como também financiamentos para o “novo” país. Na mesma linha, os norte-americanos criam, em 1901, o *Bolivian Syndicate* com o objetivo de “arrendar” o que hoje é o Estado do Acre.

Sob pretexto de desenvolver pesquisas científicas, a UNESCO, em 1945, propõe a criação do *Instituto da Hileia Amazônica*, controlado por um conselho supranacional, onde o Brasil só teria um voto.

A teoria da “*conversão de dívidas por floresta*” vem desde os acordos de Washington (1927) – com os quais o *governo norte-americano condicionava empréstimos à troca de latifúndios para assentamento de grandes projetos, como Fordlândia (PA)* – até a versão atual, onde igualmente a redução da dívida está condicionada à permuta por áreas de preservação.

Nesse final/início de século, porém, a “teoria do bloqueio” parece ser a mais sofisticada arma do imperialismo na sua pretensão secular de se apropriar dessa região. Sem que o Congresso Nacional e/ou qualquer Assembleia Legislativa da região tivessem sido oficialmente informados, está em pleno andamento um projeto do Banco Mundial que tem como meta criar um “*corredor ecológico*” de aproximadamente 1,5 milhão de km<sup>2</sup> no epicentro da Amazônia brasileira. Toda e qualquer atividade econômica nessa área só poderia ser executada mediante autorização do “conselho gestor do corredor” onde o Banco Mundial, “coincidentemente”, tem poder de veto.

Recentemente, chego pelo meu correio eletrônico a página 76 de um livro de geografia norte-americana, cujo autor seria David Norman na qual consta um mapa com toda a Amazônia global destacada como área sob o controle das Nações Unidas. A ONG WWF acaba de apresentar suas ideias para a Conferência Internacional de Água Doce (Bonn, Alemanha), destacando que “a biodiversidade de água doce está em condições muito piores do que a de florestas e de ecossistemas costeiros”. Em seguida, sugere a gestão integrada de rios que cortem mais de um país, como o rio Amazonas, por exemplo.

A desenvoltura com que ONGs estrangeiras formulam propostas para “salvar” a Amazônia decorre da convicção das mesmas de a Amazônia ser um patrimônio da humanidade e não do povo brasileiro.

E dentro da crescente concepção militarista dos EUA, o governo norte-americano vai estendendo seus tentáculos sobre a Amazônia

através do Plano Colômbia, sob o pretexto de combater o narcotráfico e – acrescentaram recentemente – a guerrilha liderada pelas Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Os norte-americanos, efetivamente, querem impedir uma eventual vitória das Farc – que representaria um obstáculo à implantação da política norte-americana na Colômbia – e, ao mesmo tempo, arrumar um pretexto para executar algo que tem sido uma pretensão secular dos Estados Unidos: a ocupação da Amazônia brasileira.

Grandes polêmicas sobre a Amazônia –  
aprofundar e uniformizar nossa opinião

Como se pôde ver no capítulo anterior, não há unidade entre as diversas correntes no que diz respeito à Amazônia. De nossa parte necessitamos, igualmente, de um mínimo de “uniformização” acerca das questões mais polêmicas e sobre as quais nossa militância é chamada a opinar e se manifestar com certa regularidade. Eis algumas dessas grandes polêmicas:

A Amazônia é patrimônio da humanidade? Não. Essa “tese” aparentemente inofensiva e de caráter altruísta esconde, na verdade, a visão de que o Brasil não deve ter soberania sobre a região.

Devemos defender a demarcação de terras indígenas? Sim. Não são eventuais grandes áreas indígenas que inviabilizam o desenvolvimento da região. Devemos ressaltar, porém, que o Estado brasileiro terá total autonomia e soberania sobre essas áreas, como, aliás, ocorre hoje.

É possível explorar racionalmente a floresta amazônica? Sim. Hoje, experimentos demonstram ser possível um corte seletivo e rotativo, de tal sorte que uma área cortada só volte a ser explorada 20/25 anos depois.

Qual a contribuição real da Amazônia para o equilíbrio do clima mundial? É grande, especialmente considerando que a Amazônia funciona como sorvedouro de gás carbônico.

O desmatamento pode levar à desertificação da região? Não há dados científicos que possam definir com rigor essa questão. Sabe-se, por exemplo, que 50% das chuvas sobre a região decorrem da própria evapo-transpiração da floresta. O nível de desmatamento da Amazônia



não é uniforme. Varia de menos de 2% (Amazonas, Amapá) a mais de 70% (Maranhão).

O que significa a preservação de grandes áreas na Amazônia? Esse mecanismo, conhecido como “teoria do bloqueio”, tem motivações distintas. Do ponto de vista dos ambientalistas coerentes, significa evitar o desmatamento irracional. Do ponto de vista do imperialismo, significa “reservar áreas” estratégicas para o futuro.

### *Um projeto alternativo para a Amazônia*

Desenvolver um projeto econômico e social alternativo para essa região, baseado em suas próprias potencialidades e sem abdicar dos avanços já conquistados deve ser o centro do enfoque de todos os que pensarem a Amazônia sem a eterna dependência dos “grandes projetos”.

As premissas desse projeto passam, necessariamente, pelo aprofundamento do conhecimento científico sobre a região, especialmente quanto à biodiversidade e à sua planície mineral. E, com base nesses, promover a industrialização da matéria-prima regional (peixes, biotecnologia, minérios, manejo florestal sustentado etc.). As informações científicas disponíveis evidenciam que a Amazônia pode ser um grande centro industrial de “química fina”, de biotecnologia, de siderurgia, de petroquímica etc., uma vez que dispõe de toda matéria-prima necessária.

Tirar proveito de sua exotividade e de sua “marca” para explorar o seu potencial turístico e captar recursos internacionais, a fundo perdido, especialmente pelo seu papel de sorvedor de gás carbônico, pode e deve ser outra forma de pensar a Amazônia estrategicamente.

### *O desafio da construção de um partido revolucionário nas condições amazônicas*

A construção de um partido revolucionário nas condições amazônicas encerra desafios e condicionantes próprios de uma região complexa. As grandes distâncias, dificuldades de transporte e comu-

nicação, baixo nível de organização social, fragilidade do movimento popular, comunidades (seringueiro, castanheiro, índios) que vivem num estágio «pré-capitalista» e sob uma grande influência de ONGs estrangeiras “santuaristas” sobre essas comunidades, são alguns desses condicionantes. Por outro lado, a região, até por conta de seu isolamento, tem um histórico recorrente de movimentos insurgentes. Tal aspecto, associado a uma extensa área fronteiriça – precisamente onde se concentram as menores taxas de densidade demográfica do país –, confere caráter estratégico a essa região também do ponto de vista geopolítico. Daí por que a presença de ONGs estrangeiras das mais distintas colorações e objetivos tem sido uma constante na Amazônia. Assumem, em muitos casos, o papel do Estado e, por decorrência, exercem forte influência sobre as populações “assistidas”, procurando ganhá-las politicamente para a concepção de a Amazônia ser um patrimônio da humanidade.

Assim, está colocado na ordem do dia, para todos nós, o desafio de construir um partido revolucionário que seja capaz não apenas de disputar com os “santuaristas” a influência sobre os povos da região, mas de igualmente se credenciar como interlocutor preferencial do movimento popular e assumir o desafio, a tarefa, de formular um projeto econômico e social alternativo para a Amazônia, baseado em suas próprias potencialidades – sem abdicar dos avanços já conquistados – enfatizando a premissa de uma “Amazônia brasileira para os brasileiros” .



## A política de finanças

---

RONALD FREITAS

Quando da realização do 9º Congresso do Partido, foi apresentada uma Intervenção Especial sobre o Trabalho de Finanças, cujo conteúdo tem sido a linha orientadora do nosso trabalho nessa frente.

Quatro anos se passaram desde o início dessa empreitada. Compete-nos vir em presença da Plenária do 10º Congresso para apresentar um balanço dos resultados de implementação das ideias e propostas que compuseram a referida intervenção e apontar os novos desafios que a luta nos coloca nessa frente.

- Iniciamos a implantação do Sistema Nacional de Contribuição Militante (SINCOM) que conta com cerca de 1.830 contribuintes e cujas receitas correspondem a 8% do orçamento do Comitê Central.

- Constituímos um serviço de controle e acompanhamento contábil, que, de acordo com as normas legais emanadas da Justiça Eleitoral, padroniza as Prestações de Contas das Finanças partidárias, tanto no que respeita aos exercícios financeiros anuais como às prestações de conta das campanhas eleitorais.

- Buscou-se a consolidação e diversificação das fontes de finanças, ajustando e padronizando os sistemas já em curso, e intensificando a busca de novas fontes, com destaque para as Campanhas de Massas, Eventos Partidários e Ajuda de Amigos e Simpatizantes.

Assim, diversificaram-se as fontes e, embora sendo as finanças de origem do trabalho parlamentar as que mais contribuem para o nosso orçamento global, outras fontes vão aumentando sua participação.

- Foram instaladas em nível nacional em vários estados e em alguns municípios Comissões de Finanças. Como se desenvolveu esse processo? Quais as dificuldades encontradas? Quais os êxitos obtidos? Qual o novo passo a ser desencadeado?

Inicialmente buscamos estabelecer os fundamentos político-ideológico-organizativos do trabalho e partimos para uma intensa atividade de propaganda em torno do tema onde procurávamos dar os elementos que deveriam fundamentar a nossa ação nessa frente. Foram distribuídos a todos os militantes que participaram dos debates e discussões do Congresso um carnê personalizado, que lhes possibilita contribuir sistematicamente com o Partido. Essa ação coordenada de discutir as bases e os fundamentos da tarefa, ao mesmo tempo em que desencadeou uma ampla campanha de Contribuição Militante, teve uma expressiva repercussão no meio partidário.

A situação mais geral dessa frente era de que no Partido não havia a prática e muito menos se discutia para tratar da “questão de finanças” como um problema político. Na realidade, as questões relativas à manutenção material do Partido – de como pagava suas contas – não eram assunto que entrava na pauta de discussão da absoluta maioria das direções, em todos os níveis.

As bases dessa situação eram e, em larga medida, continuam sendo, que manifestávamos nessa tarefa uma atitude voluntarista e espontânea. Voluntarista na medida em que se adotava e ainda se adota uma postura na qual a realidade importava menos do que a nossa vontade



de realizar algo, ou que essa vontade fosse realizável porque as bases do pensamento que a gerou são corretas, científicas. Daí decorre que raramente nos preocupássemos, e ainda não nos preocupamos suficientemente, em criar as condições materiais que nos permitiriam realizar nossos sonhos, materializar a nossa vontade.

Espontaneísta à medida que se planejam pouco as ações, e quando o faz não se considera em profundidade o aspecto financeiro, não se estabelece o orçamento da tarefa, não a relaciona com as demais, estabelecendo prioridades, não se prevê as fontes de recurso necessárias à sua consecução. O espontaneísmo dá base operacional ao voluntarismo.

Em função desse quadro, envidamos esforços no sentido de politizar a tarefa de finanças, introduzindo-a na pauta de discussão das Direções Partidárias em todos os níveis.

Buscamos explicitar o fundamento político-ideológico da tarefa, ao mesmo tempo em que colocamos ao alcance de cada militante um sistema seguro e eficiente de contribuição.

Realizamos quatro Encontros Nacionais de Finanças, vários Encontros Regionais, trouxemos a discussão do problema para o Comitê Central, e estabelecemos normas que vinculam a participação plena do membro do Comitê Central em suas reuniões, a estar em dia com a sua contribuição partidária. Tudo isso fez parte do processo de mobilizar o Partido e engajá-lo na construção de um Sistema de Finanças capaz de garantir suas condições de existência de forma autossustentada. Essas atividades tiveram ampla repercussão na vida partidária e o assunto Finanças vem sendo progressivamente assimilado como tema político relevante pela maioria dos membros das direções.

Durante esse período, iniciou-se a realização da elaboração de Planos Integrados de Construção Partidária, onde a elaboração dos mesmos decorria da ação conjunta das Comissões Nacionais de: Organização; Propaganda; Formação e Finanças. Isso permitiu um amplo e seminal trabalho de discussão com o Partido, onde as tarefas de construção orgânica passaram a ser tratadas como atividades conjuntas das quatro comissões nacionais.

Na elaboração e execução dos planos avançou-se bastante e a tarefa de Finanças foi assumida no mesmo patamar que as demais, contribuindo, assim, para realçar a sua importância política.

Destacamos também, no 9º Congresso, o combate ao amadorismo e a necessidade de profissionalizarmos a tarefa de finanças. Neste terreno, construímos e mantemos um eficiente serviço de controle e recepção das contribuições, que nos permite informar a cada estado o membro que contribui e com quanto e de que maneira o faz.

Finalmente assinalamos que a luta pela construção de uma base material à altura do nosso Partido exige por parte das Direções a montagem de um Sistema de Finanças, que, tendo por base a Contribuição do Militante, desenvolva amplas finanças de massas; realize atividades de captação entre amigos e simpatizantes de nossa luta; conte com a contribuição de Parlamentares e demais detentores de cargos por indicação partidária; e realize finanças no curso da luta política.

Hoje, após esses quatro anos já referidos, a realidade se apresenta assim:

- A questão de finanças está fundamentalmente incorporada à agenda das Direções Partidárias, e tem havido um movimento no sentido de ampliar essa discussão com a militância. No terreno organizativo, já foram constituídos vários Comitês Estaduais de Finanças e alguns Municipais.

- Iniciou-se um processo de planejamento integrado de construção partidária, onde, através do estabelecimento de metas de novas filiações, da realização de cursos, da divulgação de materiais e metas financeiras, se procura racionalizar o trabalho do Partido.

- A existência do SINCOM é um fato político constante da vida partidária, e a luta tenaz pela sua implementação o consolida como elemento aglutinador da discussão e prática da construção de uma política de finanças no Partido.

Mas muito está por ser feito, e os números que apresento falam mais que longas dissertações.

Nesse período, dos cerca de 30 mil membros do Partido aproximadamente 700 integraram-se ao SINCON. Mas recentemente esse número evoluiu e temos atualmente cerca de 1.830 contribuintes. Chama a atenção o fato de haver no Partido cerca de 3 mil quadros dirigentes, em vários níveis, ficando evidente que boa parte deles não contribui por meio do Sistema, se é que contribuem. E apesar de resoluções de Comitês Estaduais com a orientação de que, para participar plenamente das



suas reuniões, os dirigentes deveriam estar em dia com os pagamentos, grande número delas não é cumprido, banalizando a decisão e denotando pouco empenho de dirigentes na implementação do sistema.

No que se refere à realização de Campanhas Nacionais Centralizadas, as mesmas não foram possíveis de ser efetuadas, sendo apenas algumas realizadas no âmbito dos Estados.

Continuamos tendo dificuldades e resistência em realizar finanças no Curso de Atividade Política.

Embora tenhamos diversificado as Fontes de Finanças, ainda predominam largamente as contribuições provenientes das atividades parlamentares.

Se a constituição da Comissão Nacional de Finanças foi um significativo avanço, também ainda há muito a ser feito. A Comissão, pela sua própria estruturação, com membros espalhados em vários Estados, tem enfrentado problemas de funcionamento e necessita ser reformulada, para atender a novas exigências.

Persistem resistências e é necessário haver uma participação mais ativa por parte das Direções no engajamento de todo o Partido no SINCOM.

Avançamos no sentido de uma politização e profissionalização da Frente de Finanças, mas esses avanços ainda são limitados e encontra, na permanência de uma visão idealista em relação à questão das bases materiais do Partido, um freio expressivo que necessita ser compreendido e superado.

Fazer política hoje no Brasil é caro, muito caro: são os programas de TV; a edição de jornais e revistas; as viagens de assistência e acompanhamento; as viagens de representação internacional; os Encontros Nacionais por áreas de atuação; as reuniões do Comitê Central e a realização de Congressos. Cada uma dessas atividades exige recursos, muitos recursos, e limitarmos a realização plena dos mesmos por insuficiência de fundos denota uma debilidade que exige empenho, interesse e participação do conjunto partidário, mas com destaque para a Direção e, mais ainda, para os dirigentes mais destacados.

Diante do balanço apresentado, cumpre-nos destacar os novos passos a serem dados no rumo de consolidar êxitos, corrigir erros e vencer novos desafios.

É necessário persistir no caminho de politizar a tarefa de finanças, levar a compreensão de que lutar pela construção de uma base material partidária, capaz de dar suporte às nossas atividades políticas, é uma tarefa essencial. Nesse sentido, o novo passo a ser dado é levar essa discussão a toda a militância.

Até agora colocamos o foco do trabalho da direção nacional até as direções municipais. Devemos continuar a discussão em todos esses níveis, mas já temos experiência acumulada e é necessário levar essa discussão até o militante, ganhá-lo para a compreensão de que é a partir dele, de sua atitude como um agente ativo, que se obterá finanças para o Partido; neles está a chave do problema.

Devemos continuar a construir o SINCOM nos termos atuais, de forma centralizada, e, dessa maneira, efetivar uma integração orgânico-financeira entre as várias instâncias partidárias, que estreitará os laços político-ideológicos do conjunto do Partido.

Aos vários níveis partidários deve ser colocado o objetivo de conseguir – por meio da contribuição militante – levantar os recursos básicos do seu funcionamento tais como: aluguel de sede, contratação de funcionário etc. e, dessa maneira, buscar nas fontes externas de finanças os recursos para a ação política de massas.

Múltiplas são as tarefas que a Frente de Finanças impõe, mas no novo quadriênio iniciado, além das tarefas já indicadas, devemos concentrar esforços em colocar o militante no centro de nossa atividade nessa área. Desenvolver no comunista a consciência do dever de ser um agente fundamental na construção da base material do Partido. Contribuir, e além de contribuir, participar de atividades que objetivem arrecadar fundos financeiros é uma tarefa nobre, tanto quanto um piquete de greve; uma passeata; a participação em um curso ou palestra, uma disputa eleitoral etc. Despertar no militante essa consciência é uma enorme tarefa político-ideológica que temos pela frente; é sumamente necessário diante da complexidade da luta política que travamos na atual conjuntura.



## Perspectivas da propaganda comunista

---

PEDRO DE OLIVEIRA

O Partido Comunista do Brasil está para completar 80 anos, período que se confunde com as lutas do nosso povo por soberania, democracia, direitos dos trabalhadores e pelo socialismo. No contexto do 10º Congresso, propugna a formação de um amplo movimento cívico para pôr fim ao atual domínio do neoliberalismo e descortinar um novo rumo para o país.

Na luta por uma sociedade que substitua o sistema capitalista, contemple as aspirações dos trabalhadores, e contribua na construção de um amplo movimento nacional – é determinante haver um Partido forte, o desenvolvimento da teoria revolucionária e a ampla disseminação das ideias avançadas. Para que o povo brasileiro possa almejar uma saída progressista é imprescindível um partido comunista que seja capaz de intervir na grande política com eficácia consequente e de lutar

pela unidade das forças antineoliberais. Ao mesmo tempo, são fundamentais o desenvolvimento e a difusão das ideias avançadas para que o Partido consiga implementar sua tática e acender no povo brasileiro a chama da luta pela construção de um país justo, socialista – o mesmo povo que revelou, em pesquisa do Ibope, ser simpático ao socialismo.

Assim, a produção e a propaganda das ideias que expressam o projeto político do Partido e fundamentam a construção de um Brasil conforme nosso *Programa Socialista* são tarefas de todo o Partido. Os militantes, as bases, as diversas instâncias organizativas, os parlamentares, os comunistas que atuam em entidades de massa e outras instituições – toda a vida partidária necessita entender e divulgar ao máximo as ideias sobre o que o Partido propõe para mudar o país e abrir a perspectiva de construção do socialismo. Tais ideias estão contidas no presente projeto de resolução política. Esse documento, resultado maior do 10º Congresso, deverá ser estudado pelo coletivo e amplamente difundido na sociedade, bem como os outros materiais aprovados nesta reunião.

Portanto, nesse momento de intensa luta política e ideológica, nos cenários internacional e nacional, a tarefa de propaganda e luta de ideias precisa ser elevada a um novo patamar – em sintonia com todas as frentes da estruturação partidária.

### Passos e desafios

O contexto da propaganda no 9º Congresso, em 1997, exigia o devido equacionamento da tarefa como um sistema integrado de instrumentos.

Em 1998, teve destaque o trabalho da propaganda eleitoral, com o Partido na disputa para as assembleias estaduais e a Câmara Federal. Em 1999, vivemos um momento especial com o entrosamento da execução do plano de mídia e o movimento de rua em torno do abaixo-assinado e da mobilização para a Marcha dos Cem Mil – a campanha foi desenvolvida de forma concentrada e em sintonia com as mobilizações de rua. Naquele ano passamos a trabalhar com as inserções nacionais no rádio e na TV. Em 2000, o Partido se empenhou nas eleições mu-



nicipais, teve avanços importantes e a propaganda evidenciou maior domínio de conteúdo e de técnica. Em 2001, estamos desenvolvendo o plano aprovado no último Ativo, centrado na continuação da montagem de nosso sistema de mídias, procurando potencializar seu uso cumulativo.

De forma geral, podemos afirmar que o Partido – no seu conjunto – está fazendo mais propaganda e com melhor domínio dos elementos que a tarefa exige. Com a recente ação consciente para gerar uma cultura partidária que envolva o planejamento adequado – com a implementação dos planos de estruturação – a propaganda também colheu frutos. Porém, muito há o que superar para chegarmos aos milhões de brasileiros neste país continental.

O plano de mídia tem se tornado o centro de nossa tarefa nacional, pois nos permite falar para a maioria do povo através da TV e do rádio. Temos trabalhado com o programa semestral de 10 minutos mais as inserções nacionais – em 2001 ocupamos a grade de inserções em vários estados. Nesse processo, vimos apresentando melhor domínio da linguagem apropriada à televisão. Ao mesmo tempo em que procuramos manter a identidade própria do Partido e a mensagem direta de suas lideranças, temos internalizado fundamentos da linguagem exigida pelo veículo – trabalhando também com elementos de ficção e plasticidade para atingir a emoção dos telespectadores. Esse trabalho se torna, a cada dia, mais competitivo e mais caro; exigindo maior reforço de nossa equipe.

A imprensa partidária é fator decisivo de nosso trabalho. O jornal *A Classe Operária* saiu de uma situação difícil em 1997 para um momento de recomposição mínima de tiragem, distribuição, periodicidade e credibilidade. Foi sendo definido como o órgão central e oficial do Partido, interno, de veiculação dos documentos e orientações da direção para as bases partidárias. Adotou, a certa altura, o sistema de envio direto aos estados (assumidos pelos respectivos comitês estaduais) e, agora, está em fase de expansão de assinaturas. Necessita de ampliação em sua equipe de redação e valorização de seu insubstituível papel como unificador e formador da vanguarda revolucionária em nosso país, retratando a vida e a luta da classe operária.

A revista *Princípios* tem se mostrado uma iniciativa vitoriosa do

Partido. Reforçou seu rol de colaboradores dirigentes políticos, cientistas, artistas, e escritores de peso têm comparecido em suas páginas. Podemos dizer que a revista estimula e aglutina um coletivo dedicado à elaboração marxista e avançada. Na fase recente, ajudou a conceituar o neoliberalismo e a desvendar a sua implementação em nosso país, ao mesmo tempo em que deu passos no enfoque da realidade brasileira ao acompanhar sua evolução política, econômica e cultural. Outros instrumentos importantes na propaganda são as revistas *Debate Sindical* e *Presença da Mulher* – alvos de intervenções específicas neste Congresso.

O Partido tem estado em incontáveis lutas em todo o país. Produz e distribui milhares de materiais enfocando os mais diversos problemas vividos pelo povo. Parte dos comitês estaduais e alguns municipais dispõe de jornais e boletins. Há experiências vitoriosas em curso com jornais de massa, como é o caso de São Paulo. Os mandatos também têm se destacado na agitação.

A página do Partido na Internet tem servido como instrumento de contato com certas parcelas da população e tem agilizado o trabalho da propaganda. Em nosso meio, prolifera a criação de páginas de comitês e parlamentares comunistas. A Comissão Política Nacional deu início aos preparativos para lançar, dia 25 de março de 2002, o Portal único do PCdoB na Internet. A iniciativa colocará à disposição do Partido um instrumento estruturador de enorme potencial, de caráter polivalente, introduzindo mudanças em diferentes aspectos da nossa luta – a começar pela comunicação, mas estendendo-se a toda a vida partidária. Com o Portal estarão disponíveis matrizes de materiais de propaganda que poderão ser reproduzidos nos estados e municípios.

A propaganda eleitoral tem exigido muito do Partido, o que não poderia ser diferente. No atual período de legalidade temos disputado eleição a cada dois anos e isso tem ocupado boa parte das preocupações nos Ativos nacionais. Do amadorismo, temos avançado para um domínio de elementos básicos para nos situarmos na grande disputa. Já dominamos, mesmo com heterogeneidade entre os diversos estados, fundamentos básicos, mas ainda falta a disseminação do trabalho com pesquisas eleitorais, e maior profissionalização na concepção e execução das peças publicitárias. No atual período destaca-se a divulgação



massiva do conteúdo programático elaborado pelos comunistas para o programa oposicionista que disputará a Presidência da República – a seguir, o próprio programa da frente para 2002.

A comissão nacional de propaganda ainda se encontra em fase de composição de uma equipe mínima, que seja capaz de elaborar a montagem do sistema das diversas atividades envolvidas e executar as tarefas fundamentais. Tem realizado Ativos anuais com a presença da maioria dos estados (no último havia 19); definido planos e – recentemente – tem conseguido controlar sua aplicação. As comissões estaduais de propaganda, aos poucos, estão sendo estruturadas e algumas já conseguem elaborar seus próprios planos, perseguindo a estruturação de sua rede estadual de propagandistas. Na batalha da recente eleição municipal conseguimos montar comissões de propaganda em importantes capitais.

Entretanto, precisamos investir mais em recursos humanos e materiais para podermos contar com uma rede nacional mínima – capaz de efetuar a tarefa da propaganda em seus aspectos ideológicos, políticos e de agitação – e podermos traduzir para as amplas massas o projeto político do Partido e a teoria revolucionária.

### Tarefas para o próximo período

- Como tarefa permanente deveremos persistir na construção do sistema integrado de instrumentos ideológicos e de propaganda (o Instituto Maurício Grabois, a revista *Princípios*, o jornal *A Classe Operária*, o Rádio, a TV, a Internet), procurando a interação entre os diversos meios.

- Colocar em prática o projeto de construção do Portal do PCdoB na internet, que funcione como elemento estruturador da nossa atividade de propaganda nacional.

- Criar as condições para que a revista *Princípios* aumente sua tiragem, amplie seu número de assinantes e fortaleça a redação, para poder jogar maior papel na luta de ideias, atingir as universidades e centros de luta ideológica.

- *A Classe Operária*, como órgão central do Partido, cumpre sua

insubstituível tarefa de unificação política e de formação da vanguarda revolucionária no Brasil – um país continental e com muitas especificidades. É um jornal da direção nacional para todo o Partido, que publica os documentos e orientações do Comitê Central, sendo a referência para toda sua área de influência e demais forças políticas. É instrumento de divulgação fundamental, pois a maioria dos filiados ainda não tem acesso à internet. Devemos lutar contra o rebaixamento de seu papel entre nós. Precisamos investir mais em recursos materiais e humanos na sua elaboração para que reflita a dinâmica da vida do Partido. Atingimos o pico de 50 mil jornais na divulgação das teses do 10º Congresso e a tiragem se estabilizou na média ainda insuficiente de 20 mil exemplares mensais. É nossa tarefa ampliar a circulação e equacionar melhor sua periodicidade. No plano de construção junto ao proletariado, a *Classe* deverá pautar-se para servir de instrumento do Partido nas fábricas e nas grandes concentrações operárias.

- Deveremos lançar mão de inúmeros outros instrumentos para atingir os milhões de brasileiros em todo o território nacional. Para isso, a TV e o rádio são fundamentais. Em nossos programas institucionais, procuramos falar de forma simples e direta, com a linguagem própria desses meios de propaganda. Na TV, utilizando as imagens, a emoção e a esperança em um novo Brasil como elementos importantes para ganhar os corações e mentes para a perspectiva socialista. No rádio, as possibilidades são diversas e exigem preparação técnica e ocupação dos espaços disponíveis. Jornais regionais e municipais, integrados com o jornal nacional, podem e têm contribuído também no sentido da massificação de nossas ideias.

- Trabalhar num conjunto de atividades para as comemorações dos 80 anos do Partido, em 25 de março de 2002. Dentre elas, lançar, como instrumento poderoso de construção partidária, o livro da História do Partido (em elaboração), resgatando sua memória e extraindo lições das lutas travadas, além de comemorar os 40 anos da reorganização (18 de fevereiro) e os 30 anos da Guerrilha do Araguaia, em abril.

- Atualizar, do ponto de vista gráfico, a logomarca do PCdoB, padronizando nacionalmente a identidade visual do Partido, contribuindo para a massificação da referência comunista.



- Equacionar os novos problemas decorrentes da fusão do trabalho de propaganda com o de formação.

Ao efetivarmos a integração das tarefas desenvolvidas pelas comissões de propaganda e formação, novos desafios se apresentam – como a organicidade e a problematização do conteúdo científico orientador do trabalho. O Partido se prepara para enfrentar grandes batalhas e continuará se capacitando para cumprir seus objetivos históricos.

## Acerca da questão nacional na perspectiva do socialismo

ALDO REBELO

**É** possível transformar o Brasil em um país verdadeiramente independente, em uma sociedade democrática, avançada e socialmente progressista para abrir caminho ao futuro socialista? Pensamos que sim. Mas a resposta implica desafios. Alguns já velhos conhecidos das jornadas democráticas e patrióticas de nossa história; outros, novos, surgidos de mudanças recentes e profundas no cenário mundial.

As transformações ocorridas no mundo – das quais a queda do muro de Berlim e a desarticulação da ex-União Soviética ficaram como símbolos – ampliaram a intensidade e a velocidade da chamada globalização neoliberal, outro nome para a atual fase, agressiva e voraz, do desenvolvimento do capitalismo em sua etapa imperialista.



O fim do Estado-nação e de tudo o que ele possa representar – soberania nacional, mercado nacional, cultura nacional, identidade nacional, projeto nacional – apresenta-se como a ideia-chave da ideologia neoliberal globalizante. Essa ideologia vem acompanhada de um programa completo voltado para a abertura dos mercados nacionais, a privatização dos ativos estatais, a desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais, a desarticulação das forças armadas, a fragilização da identidade nacional, o fim da soberania jurídica dos Estados nacionais.

Os Estados Unidos lideram a ofensiva imperialista e dela colhem os benefícios. Controlam a maior economia e o maior fluxo de comércio e capitais; detêm o monopólio da força militar em escala mundial; concentram as mais avançadas pesquisas científicas e ganhos tecnológicos. Com o domínio sobre os satélites estabelecem um controle virtual sobre as comunicações do planeta. A indústria cultural norte-americana e suas poderosas empresas de entretenimento exercem uma padronização empobrecedora e unilateral sobre a diversidade cultural dos povos e nações.

A representação ideal desse mundo é uma espécie de governo único conduzido por organismos como o Banco Mundial, FMI, OMC (Organização Mundial do Comércio), coordenados pelos Estados Unidos. Este governo teria sustentação de uma força armada internacional cujo núcleo seria norte-americano. O mercado, naturalmente, proveria o sistema de crenças, valores e opiniões.

Os fatídicos acontecimentos que atingiram as torres gêmeas de Nova Iorque e o Pentágono, em setembro de 2001, desencadearam a fúria e a agressão dos Estados Unidos com vistas à manutenção de seu domínio sobre o mundo. A vingança contra os supostos autores dos atentados semeia rastros de ódio por onde passa. Ampliou-se a militarização dos mares e continentes. A insegurança, a intimidação e o terror infestam o ambiente internacional.

A agressão contra o Afeganistão e a escalada repressiva de Israel contra os palestinos anunciam tempos sombrios para os povos. O bombardeio inclemente do Afeganistão é o paradigma do atual conflito mundial: um dos países mais pobres do mundo, tecnicamente desarmado, face a face com a maior potência econômica e militar do universo. E a isso os propagandistas do império têm a desfaçatez de chamar de guerra.

Se a guerra for a continuação da política por outros meios, a guerra proclamada pelos Estados Unidos tem por finalidade impedir o declínio de sua influência e bloquear o aparecimento de forças regionais, econômicas e militares, capazes de rivalizar com a presença norte-americana. Os EUA temem e querem evitar a multipolaridade. Desconfiam da Europa e do Japão, mantêm Rússia, Índia e Brasil sob permanente vigilância e preparam-se para uma longa disputa com a China.

A América Latina é arrastada para a dança sinistra sem a chance de escolher o par e a música. O Consenso de Washington formulou o programa de todos, entre todos os países da região, à exceção de Cuba e, agora, da Venezuela. A dolarização das moedas, as privatizações selvagens, a desindustrialização, o empobrecimento, a violência e o tráfico de drogas descrevem a tragédia das experiências neoliberais entre nós.

A substituição da moeda equatoriana, o Sucre, pelo Dólar norte-americano ilumina com seu exemplo a desventura. Antônio José de Sucre, artífice da independência da Bolívia e libertador do Equador, morreu emboscado em 1830, no desfiladeiro de Berruecos, a caminho de Quito. Em sua homenagem, a capital constitucional da Bolívia, em 1840, e a moeda nacional do Equador, em 1884, foram batizadas de Sucre. No dia 10 de setembro de 2000, o Sucre, a moeda equatoriana, durante 116 anos foi substituída pelo Dólar e enterrada simbolicamente em um cemitério de Quito, no túmulo do prócer José María Velasco Ibarra. A primeira morte de Sucre foi obra de José María Obando, opositor de Simón Bolívar e partidário dos colonizadores espanhóis. A segunda foi obra do ex-presidente Jamil Mahuad Witt e seus seguidores, partidários do FMI e dos neocolonialistas de Washington.

O projeto de integração denominado Área de Livre Comércio das Américas (Alca) propõe reunir sob as regras do império os países do hemisfério, à exceção de Cuba, o que constituiria uma verdadeira aneção dos mercados e das economias do continente ao poderoso mercado dos Estados Unidos. A resistência contra a Alca é o divisor de águas do destino do Brasil e da América Latina.

O Brasil está situado na América do Sul, considerada pelos Estados Unidos região de sua ascendência geoeconômica e geoestratégica. Os estrategistas do Norte usam sua esfera de influência sul-americana para



se credenciarem nas demais áreas do Globo. É como se aqui fosse seu quintal, na antiga expressão de um dignitário dos Estados Unidos ao caracterizar as relações de seu país com o sul do hemisfério.

A América do Sul era a única área do mundo livre da presença militar estrangeira. Não é mais. Os Estados Unidos construíram uma base militar no Equador e circulam rumores de que pretendem erguer outra na Argentina. Já se fazem presentes na Guiana e no Peru. O Plano Colômbia é a declaração aberta da militarização da Amazônia, configurando graves constrangimentos para a segurança do Brasil. Atualmente, especialistas norte-americanos espalham a notícia da suposta presença de bases de apoio ao terror nas três fronteiras (Brasil, Paraguai, Argentina), com o objetivo insidioso de gerar desconfiança entre os vizinhos e quem sabe envolvê-los na vergonhosa campanha contra os povos árabes e palestino.

O Brasil é o maior país da América do Sul em território, população e economia. Temos 15.719 quilômetros de fronteiras com dez países e 7.367 quilômetros de litoral. Não registramos reivindicação ou disputa territorial com qualquer país. As imensas bacias do Pantanal e da Amazônia oferecem infindáveis recursos para navegação e biodiversidade. A grande reserva de solo e subsolo completa um quadro de disponibilidades materiais alvissareiras para o país. A unidade linguística e a ausência de conflitos antagônicos de natureza étnica, racial e religiosa formam a base espiritual para mudanças profundas e duradouras nas estruturas econômica e social. Eis por que os Estados Unidos receiam um desenlace favorável ao Brasil e aos brasileiros na encruzilhada que atravessamos.

A aspiração da nação e do povo ao desenvolvimento independente, politicamente avançado e socialmente equilibrado tem sido historicamente sabotada e negligenciada pelas elites, agentes contemporâneos do bloqueio neocolonial a que o país vem sendo submetido na última década. A centralidade da questão nacional no processo social brasileiro nasce da exigência de se deter a regressão material e espiritual da nação.

Não se trata mais, nem apenas, de focalizar a questão nacional como uma das chaves da tática e da estratégia num país de desenvolvimento capitalista dependente e desigual, subordinado à cadeia imperialista mundial. A defesa da nação passa para o primeiro plano

na condição de reivindicação democrática central no processo em curso no país.

A elevação da consciência nacional do povo brasileiro é passagem obrigatória para a formação de uma consciência democrática e socialista. A defesa da causa nacional nos marcos da ofensiva neocolonial empurra os patriotas para as trincheiras da democracia avançada e do socialismo.

Se a queda do muro de Berlim e a *débâcle* da União Soviética produziram em círculos concêntricos o afastamento de setores da esquerda para o centro-esquerda, da centro-esquerda para o centro e assim por diante, o enfrentamento da ofensiva neocolonial e a defesa da nação produzem o efeito inverso, atraindo para as forças avançadas amplos setores patrióticos e democráticos engajados na tarefa comum.

A luta em defesa da nação desmascara a demagogia imperialista e neoliberal de defesa da democracia e dos direitos humanos. Isola os protagonistas internos, janízaros do capital financeiro. Ao assumirem a defesa da nação com amplitude e destemor, os comunistas compõem uma ampla força social que desperta os trabalhadores, a juventude, a intelectualidade, religiosos, militares e empresários da cidade e do campo. Devemos defender com vigor os direitos materiais e espirituais de nosso povo: o emprego, o salário, a saúde, a educação, a moradia; mas também e com semelhante entusiasmo, a cultura, o esporte nacional, as manifestações religiosas, o folclore, as tradições nacionais, a língua nacional, a nossa história, rica em exemplos de perseverança e bravura.

Deve-se, porém, ter em conta o longo e árduo caminho a percorrer. Consideráveis segmentos dos trabalhadores, das camadas médias e da intelectualidade mantêm-se ainda distantes de perceber a importância da questão nacional. Notadamente em São Paulo, o principal estado do país, a tradição exportadora e a presença maciça do capital estrangeiro conformaram, em parcelas do movimento sindical e da atividade acadêmica, certa indiferença aos graves riscos a que está submetida a nação brasileira.

Nas forças armadas, onde historicamente cultivou-se sentimento patriótico, mesmo que em alguns períodos separado de conteúdo democrático e progressista, a pressão imperial preconiza transformar esta importante reserva do país em estamento burocratizado, esvaziado de



verdadeiro espírito nacional, apêndice policial dos Estados Unidos para o continente.

Por longos períodos, e até os dias atuais, significativos círculos democráticos e de esquerda, amalgamados com o pensamento liberal e um marxismo europeizado, cavaram um abismo entre as aspirações dos trabalhadores e os interesses nacionais. Houve, inclusive, quem em plena ditadura argumentasse que a questão nacional dividia a frente democrática e enfraquecia o esforço pela redemocratização.

O anti-imperialismo é, hoje, a forma do internacionalismo. A defesa da nação é a forma nacional do anti-imperialismo. O imperialismo é a maior ameaça ao futuro da humanidade e, portanto, ao socialismo. O neocolonialismo e seus sócios locais constituem a maior ameaça ao futuro da nação brasileira, que vislumbramos independente e socialista.

A nação e o povo brasileiro reunirão as forças materiais e espirituais para enfrentar e derrotar as adversidades. Buscarão a inspiração e a confiança no exemplo de nossos ancestrais. Somos orgulhosos de nossa civilização predominantemente mestiça, tolerante e generosa, mesmo quando o infortúnio invade nossos lares e nossos corações. Mas, quando necessário, fizemos escrever em letras de fogo nos montes dos Guararapes, no Quilombo dos Palmares, nos combates de Pirajá e de Jenipapo, nos campos dos Farroupilhas, no sertão de Canudos, nos Dezoito do Forte de Copacabana, nos campos da Itália e nas florestas do Araguaia, as páginas mais sublimes de amor à pátria e à liberdade.

---

## A questão de gênero e o PCdoB

---

LIÈGE ROCHA

O século XX foi palco de imensas transformações na vida das mulheres. Iniciamos um novo século com a face do planeta modificada por diversos fatores, onde a presença da mulher, nos mais variados espaços da sociedade, ofereceu uma multiplicidade de nuances ao enfrentar os desafios da construção de um mundo de igualdade para homens e mulheres.

No Brasil, as mulheres representam 41% da população economicamente ativa e sua renda corresponde a 67% da percebida pelos homens, mesmo tendo um nível de escolaridade superior ao deles. Persistem os guetos profissionais, sendo que 78,16% da mão de obra feminina se encontram no setor de serviços, 11,69% são trabalhadoras rurais, 9,19% estão nas indústrias extrativas e o restante na construção civil.



A luta das mulheres por novas conquistas e garantia de direitos tem percorrido caminhos sinuosos. As mulheres têm presença significativa no mercado de trabalho, realizam 33% do trabalho no mundo, recebem apenas 5% da renda e, de acordo com o PNUD de 1995, na grande maioria do planeta as mulheres trabalham mais horas do que os homens. Não podemos nos esquecer que as mulheres são as mais atingidas pela precarização do trabalho, perdendo direitos e recebendo menores salários. Muitas vezes têm seus lares transformados em braços das empresas, durante o dia, onde trabalham pressionadas para cumprir metas estabelecidas pelos patrões, sem condições adequadas de trabalho, tendo ainda de cuidar das tarefas domésticas. O neoliberalismo descobre a mulher como novo sujeito do capital de exploração ideológica recorrendo ao individualismo, prendendo a trabalhadora pelo lado sentimental, transferindo para a empresa a lealdade que as mulheres têm para com os filhos e com o lar. Continuam sendo vítimas da exigência do teste de gravidez por parte do empregador e, quando desempregadas, demoram mais tempo do que os homens para conseguir um novo emprego. Segundo a Fundação Seade em recente publicação, “os dados são eloquentes ao mostrar que a responsabilidade familiar com os filhos e a casa limita muito mais a sua disponibilidade de busca” para uma nova colocação. Não podemos nos esquecer de que hoje as mulheres chefiam 1/3 das famílias brasileiras e que são alvo de políticas compensatórias do governo federal. As mulheres negras chefiam 60% das famílias que recebem menos de um salário-mínimo.

Quando lançadas fora do mercado de trabalho procuram formas de sobreviver realizando “bicos”, serviços esporádicos, entrando no mercado informal sem nenhum direito previdenciário, tendo de conviver com as consequências negativas que o desemprego provoca em sua saúde e relações familiares. Em recente estudo realizado pela UBM num bairro da região sudeste da capital de São Paulo sobre o “Impacto do desemprego na saúde de homens e mulheres”, 33% dos entrevistados pensaram em suicídio associado à vontade de desaparecer, em decorrência do desemprego.

Embora as reivindicações das mulheres tenham chegado aos fóruns mundiais e tenham sido inscritas em documentos internacionais, fir-

mados pelo governo brasileiro com o compromisso de implementar políticas públicas, o que assistimos na prática é o retrocesso dessas políticas. Vivemos a ameaça constante de perda de uma grande conquista – a licença maternidade de 120 dias.

O governo Fernando Henrique Cardoso vem implementando uma política de desmonte do Estado e de desestruturação da área social, trazendo graves prejuízos à vida das mulheres. A cada 4 minutos uma mulher é agredida em seu lar por uma pessoa com quem se relaciona afetivamente, enquanto as Delegacias de Defesa da Mulher necessitam de um melhor aparelhamento e funcionamento. No trabalho sofrem a violência do assédio sexual e moral; são as principais vítimas da LER e as mais fiscalizadas no ambiente do trabalho. A cada ano, cerca de 7 mil mulheres morrem em decorrência de câncer do colo do útero, doença possível de ser evitada e curada quando o atendimento é satisfatório, mas na realidade é a terceira doença que mais as atinge. O Ministério da Saúde admite estar em curso uma epidemia de AIDS, que tem cara feminina e atinge principalmente as mulheres que mantêm uma relação estável. A Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde de 1996 demonstra que 18% das adolescentes já tiveram um filho, ou estão grávidas. Apesar de compromissos assumidos, o governo não consegue diminuir o índice de mortalidade materna, quando sabemos que com atendimento de qualidade no pré-natal e aumento do número de leitos nas maternidades essas mortes seriam evitadas. Item polêmico, mas sempre presente na pauta das mulheres. é a luta pela descriminalização do aborto e ampliação dos serviços de aborto legal, que atendem mulheres vítimas de estupro ou aquelas que correm risco de vida. No entanto, o aborto continua sendo a terceira causa de morte materna no Brasil, transformando-se numa questão de saúde pública.

As mulheres negras brasileiras representam 23% da população geral do país e 44% da população feminina, segundo o Censo de 2000 do IBGE. Estão na base da pirâmide social; recebem os menores salários; têm índices de alfabetização e escolaridade mais baixos do que as mulheres brancas, apenas 1% delas chegam à universidade e sua expectativa de vida é menor que a das(os) brasileiras(os). São o principal alvo do turismo e do tráfico sexual. Segundo o Dossiê da Articulação de Organizações de Mulheres Negras, sendo o “Brasil uma das principais



rotas do turismo sexual e do tráfico internacional de mulheres, onde meninas, jovens e mulheres não brancas, especialmente das regiões norte e nordeste do país, são alvos fundamentais da indústria internacional do sexo. A manipulação da identidade cultural, étnica e racial dessas mulheres é o elemento constitutivo do *sexy marketing* que suporta o aliciamento e a exploração sexual”.

A partir de 1996 as brasileiras conquistaram, na legislação eleitoral, as cotas de participação nas chapas proporcionais dos partidos que concorrem às eleições. Nos últimos pleitos, tivemos avanços nas eleições para as Assembleias Legislativas, mas retrocessos nas Câmaras Federal e Municipais, carecendo de uma avaliação mais aprofundada dessa política.

Atento à realidade das mulheres e entendendo o papel estratégico da luta emancipacionista, o PCdoB, com mais intensidade a partir da década de 1980, vem discutindo a questão da mulher através de ativos, seminários e cursos nacionais e ainda em discussões pontuais atendendo demandas conjunturais.

Nestas últimas décadas, tivemos uma significativa produção teórica sobre a concepção emancipacionista, cujos princípios foram sistematizados e expressos, pela primeira vez, no Informe apresentado ao 6º Congresso do Partido, que diz: “A classe operária como um todo, ao ser interessada em pôr fim à propriedade privada dos meios de produção, não resolverá definitivamente este problema, se não enfrentar também, enquanto classe, o desafio de pôr fim à opressão de gênero”.

No entanto, os avanços teóricos e práticos da concepção emancipacionista continuam sem visibilidade dentro do Partido. Contraditoriamente, enquanto ganhamos espaço no movimento feminista e de mulheres, o trabalho de nossas companheiras que atuam na UBM não tem repercussão, nem desfruta de prestígio no coletivo partidário, fazendo com que algumas delas emigrem para outras frentes buscando o reconhecimento e a valorização de sua atuação.

Para melhor intervir no movimento feminista e de mulher, o PCdoB orientou a criação da UBM e da revista *Presença da Mulher*, instrumentos fundamentais de difusão dos ideais da corrente emancipacionista, entendendo que “a luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma

sociedade radicalmente nova, sem discriminação de gênero, de raça e de classe” (Loreta). É preciso reafirmar que o caminho em busca da emancipação da mulher passa pela conquista e garantia dos direitos políticos e sociais; mas também, no âmbito da família, pela superação da escravizante dupla jornada de trabalho, pelo reconhecimento da função social da maternidade e, no plano cultural e ideológico, pelo combate aos preconceitos e discriminações de que são vítimas.

Nessa perspectiva, precisamos incorporar que a luta pela emancipação da mulher é tarefa de todos os comunistas, homens e mulheres, e que a tarefa de mobilização das mulheres não é responsabilidade apenas das companheiras que atuam na UBM.

Vivemos várias fases no Partido no que diz respeito à questão da mulher; tivemos comissões nacionais, sob a direção de companheiras e de companheiros do Secretariado Nacional. Num determinado período houve a orientação da criação de organismos de base de mulheres, que a prática demonstrou ser equivocada, pois a questão da mulher não só diz respeito ao sexo feminino, mas está relacionada à dupla opressão – de classe e de gênero – e não devemos, no Partido, guetizar as questões de gênero, quando até mesmo o movimento feminista vem a cada dia rompendo com essa prática, discutindo as relações de gênero e como elas se dão numa sociedade de classes. Em outro momento, orientou-se a indicação de responsáveis pela questão da mulher nas direções intermediárias, o que também não funcionou a contento.

Após o 9º Congresso do Partido foi criada a Comissão Nacional de Movimentos Sociais e Populares, que na sua composição contempla a questão de gênero, possibilitando avanços na discussão teórica, transformando-se em espaço privilegiado de discussão e propositivo de ações a serem implementadas pelas diversas áreas de atuação, buscando romper com a compartimentação e levando à prática o projeto político do PCdoB. Mais recentemente foi constituída a subcomissão de gênero, que ainda funciona muito precariamente, carecendo de reestruturação.

A lição que tiramos desse processo é que as comissões foram e são importantes como organismos auxiliares da direção à medida que o Partido discuta e incorpore a questão de gênero nos seus planos de ação, nos seus documentos, rompendo com o entendimento de a



questão da mulher ser tarefa das entidades emancipacionistas e das companheiras que aí atuam. Essa prática faz com que a articulação política se dê apenas através das coordenações e núcleos da UBM, sem que haja um comprometimento do conjunto do Partido com as ações e iniciativas da entidade e da luta das mulheres. Por outro lado, como já avaliamos em outro momento, “o volume de problemas a serem enfrentados é variado e complexo e, portanto, as entidades não conseguem sozinhas enfrentá-los”. Problemas que vão desde a necessidade de companheiras que assumam a entidade, passando pela incompreensão do caráter e papel da UBM, até a necessidade de fazer com que o coletivo partidário entenda o papel estratégico da luta das mulheres por sua emancipação, na qual a UBM é um instrumento fundamental.

Sem sombra de dúvidas, as mulheres estão presentes nas lutas e nos organismos de base do Partido, em certa medida nas direções intermediárias, e vêm participando da luta social como um todo, mas ainda, na sua maioria, não incorporaram os ideais emancipacionistas.

É inegável a presença das mulheres no Partido, porém não estão nas instâncias de decisão na mesma proporção de sua participação. É significativa a presença das mulheres na bancada do PCdoB na Câmara Federal, temos uma companheira Prefeita e outras ocupando cargos no Executivo. São três as companheiras Presidentas do Partido no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará. Houve um aumento de 11,32% no número de mulheres como delegadas do 7º para o 9º Congresso. Nos dez anos compreendidos entre a realização desses Congressos, o número de delegadas cresceu apenas de 21,9% para 24,39%. O percentual de eleitas para o Comitê Central, do 8º para o 9º Congresso teve um crescimento de 22,22%. As mulheres representavam 17,31% do Comitê Central eleito em 1992, passando para 19,64% da direção eleita no último Congresso. No processo atual houve um pequeno crescimento da participação feminina: evoluindo dos 38,04% no 9º Congresso para 38,22% no 10º.

A situação de opressão em que vive as mulheres muitas vezes as impede de participar mais efetivamente nas lutas sociais e nas organizações populares no Partido em atividades de formação e capacitação. Recai sobre elas a dupla jornada – o cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. Foram educadas para cuidar dos outros, o que muitas vezes

as leva a se sentirem culpadas por deixarem os filhos ou os afazeres de casa para participarem de atividades fora do lar, sendo constantes as cobranças de que são vítimas. Muitas vezes a falta de sensibilidade com a condição feminina e o não entendimento da sua realidade, de sua especificidade, faz com que as mulheres se afastem ou se retraiam das atividades políticas. Horários e locais de reuniões nem sempre são adequados à participação das mulheres.

A realidade atual aponta que a mobilização e a organização do movimento feminista e das mulheres se ressentem do processo de institucionalização e profissionalização, da fragmentação e heterogeneidade do movimento social. A situação de dificuldades das mulheres (desemprego, saúde, violência etc.), o desalento presente na vida da população também são fatores que dificultam sua mobilização. Por outro lado, faz-se necessário desvendá-la porque o nível de indignação não se traduz em mobilização para ação. Muitas vezes as questões são colocadas como se a falta de mobilização das mulheres fosse de responsabilidade exclusiva da direção da entidade. O Partido precisa incorporar a questão da mulher e de sua organização como uma responsabilidade coletiva, que deve ser debatida e incluída nos planos de estruturação partidária, nos cursos etc., tendo como meta também o fortalecimento da corrente emancipacionista, e conseqüentemente da UBM.

Queremos reafirmar a UBM como uma entidade que se constitui numa “corrente de opinião, que aglutina a parcela mais avançada de mulheres com capacidade de ser o veículo difusor das ideias emancipacionistas e sensibilizadora dos demais setores da sociedade, no combate a qualquer tipo de discriminação à mulher”, interagindo com as mulheres onde elas estão atuando.

As mulheres atuam em diversos movimentos – sindical, da juventude, comunitário, ambientalista, direitos humanos, da saúde – portanto, não podemos pensar numa participação exclusiva das mulheres na UBM, mas entendemos que as comunistas onde estiverem devem levar as ideias da corrente emancipacionista e até criar núcleos da UBM em sua área de atuação.

A UBM se organiza através da Coordenação Nacional, coordenações locais e núcleos de mulheres que defendem os princípios que regem a corrente emancipacionista, procurando conscientizar e mobili-



zar as mulheres contra as discriminações, pela garantia de seus direitos e por um mundo de igualdade contra toda opressão. Atualmente temos coordenações da UBM em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Paraíba, Pará, Amazonas, Rio Grande do Sul, Bahia, Distrito Federal, com graus diferenciados de organização e funcionamento. Além disso, temos núcleos e representações em Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Pernambuco.

Ganhamos respeitabilidade e estamos nos principais fóruns de articulação das mulheres no Brasil (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, Articulação de Mulheres Brasileiras), ocupamos espaços em organismos de controle social e de elaboração de políticas públicas como os Conselhos de Defesa da Mulher em estados e municípios, Conselhos Municipais de Saúde e Comitês de Vigilância à Morte Materna. Foram muitas as atividades realizadas em parcerias com parlamentares. Somos a única entidade feminista que integra o Fórum Nacional de Luta. Desenvolvendo atividades conjuntas com sindicatos, por considerar prioritária a nossa atuação junto às trabalhadoras. Atualmente a UBM integra a Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras que será realizada em junho de 2002.

A UBM não pode ser vista como um organismo do PCdoB e nem seu departamento feminino, onde atuam apenas as comunistas. Deve ter um caráter amplo, progressista e receber em suas fileiras mulheres que comunguem com o que está expresso em seu Manifesto-Programa que entre outras coisas diz: “Queremos um Brasil de homens e mulheres iguais nas suas diferenças. Mas não queremos igualdade entre os sexos nos limites das desigualdades sociais”.

## Sobre o trabalho ideológico do Partido

---

WALTER SORRENTINO

O 10º Congresso pôs no centro de nossos debates a crise e o impasse brasileiro e as saídas avançadas defendidas pelo PCdoB. Formulou o Projeto Político do PCdoB, em torno do qual precisamos fortalecer a confiança de nossa militância e das forças sociais avançadas do país.

Ao hierarquizar as principais questões com que se depara a luta por esse projeto, avulta a questão do Partido, de seu fortalecimento, de sua coesão em torno do rumo coletivamente definido, de sua mobilização e entusiasmo militante na luta. O Partido precisa se preparar em novo patamar para disputar a hegemonia que propicia aquelas saídas. Nisso se inclui o trabalho teórico-ideológico do Partido.



### Em que se constitui a questão ideológica

A questão ideológica não é a-histórica. Partindo dos fundamentos teóricos universais do marxismo-leninismo, ela está ligada ao ambiente dado da luta de classes no Brasil e no mundo. Responde centralmente pelas convicções, pelos ideais, disciplina e confiança no projeto transformador, por parte da militância partidária, em ligação com o projeto político concretamente plasmado. E se reflete na confiança com que nos dirigimos aos trabalhadores e povo brasileiros, impulsionando-os a uma ação política transformadora.

Lênin, na brilhante generalização da experiência revolucionária feita em *O Esquerdismo*, pontua dialeticamente a questão. Ideais, disciplina, convicção e confiança dos comunistas demandam em primeiro lugar consciência de classe da vanguarda, sua fidelidade à revolução, sua tenacidade, abnegação e heroísmo. Em segundo lugar, capacidade de se ligar estreitamente às massas e participar ativamente de seu movimento real. Em terceiro, só se desenvolvem com uma orientação política ajustada, comprovada pela vida e pela própria experiência das massas. E nos alerta Lênin: essas condições não surgem de pronto, nascem de esforços prolongados e uma dura experiência, e exigem por base uma teoria revolucionária acertada, não compreendida como um dogma, mas que está em permanente desenvolvimento procurando responder à atividade prática colocada diante do movimento revolucionário. Em outra generalização, Lênin enfatiza que sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário.

A base de nossa formação ideológica está na teoria marxista-leninista, nos fundamentos da ciência social avançada acerca da luta de classes do proletariado. Daí emanam inclusive os indispensáveis atributos de valores éticos e morais classistas que caracterizam nossa corrente de pensamento e que têm valor fundante na construção partidária. Mas a questão ideológica abarca também a dimensão ética, valorativa, e demanda ser tratada como uma dimensão irrecusável do próprio combate político junto à sociedade.

Nessa perspectiva, abordamos o trabalho teórico-ideológico do Partido relacionado ao projeto político que elaboramos, à luta de ideias e polêmica teórica em curso na sociedade e aos desafios concretos da construção partidária na presente situação.

### A questão teórico-ideológica na atualidade

Desde o 8º Congresso manifestamos nossa compreensão de que vivemos tempo histórico de crise ideológica do proletariado, que apresenta exigências de desenvolvimento da teoria avançada, o que vem sendo progressivamente compreendido pelo movimento comunista como tarefa essencial de nosso tempo. O capitalismo-imperialismo se apresenta em fase declinante do ponto de vista histórico, produz uma onda de regressão em todos os campos da vida e consciência social. Coloca-se em evidência a questão de retomar a tendência transformadora, produzir nova onda de luta pelo ideal socialista renovado, reconstruir a confiança subjetiva na alternativa histórica a esse estado de coisas por parte dos trabalhadores. É nesse ambiente que falamos de reforçar as convicções no projeto transformador, em primeiro lugar por parte da vanguarda do movimento que são os militantes comunistas, notadamente quanto à exigência de uma força de vanguarda que é o partido comunista.

Diante das exigências do projeto transformador no Brasil, precisamos valorizar mais nossas próprias reflexão e experiência, a partir de um domínio maior do marxismo. Ou seja, MAIS MARXISMO e MAIS BRASIL em nossa atividade teórica.

Isso aponta para uma abordagem histórico-crítica do marxismo-leninismo, e para enfatizar a investigação empírico-teórica, do particular concreto ao universal abstrato. O marxismo nos dá os fundamentos e o método, mas a realidade está em permanente mudança e precisa ser apreendida nesse movimento. Uma visão de manual ou escolástica do marxismo será de nenhuma serventia, o mesmo valendo se adotarmos uma visão eclética ou irracional. Ao mesmo tempo, isso pressupõe a necessidade de maior ênfase na apreensão da realidade brasileira, de sua formação econômico-social, das particularidades do processo transformador brasileiro. Precisa se fazer mais presente, a indagação de um caminho brasileiro para o socialismo enquanto problema teórico e prático que envolve esforços para responder às exigências do tempo e da gente do presente, nas condições do Brasil. Em suma, fazemos um chamamento à originalidade, generalizando nossa própria experiência, como forma de enriquecer a compreensão marxista contemporânea do Brasil e do mundo. Um aspecto de particular relevância nesse sentido



é o esforço em curso de escrever a História do Partido Comunista do Brasil; história que, como diz Gramsci, é como escrever, de um ponto de vista monográfico, a própria história do desenvolvimento da formação social brasileira nestes 80 anos desde 1922. Reputamos ser esse um instrumento privilegiado de nosso esforço pela elevação da formação ideológica dos militantes comunistas.

Em nossos cursos abordamos o marxismo como um sistema de categorias e conceitos indispensáveis para um conhecimento científico das sociedades humanas para, nessa base, desvendar o sistema de leis básicas que regem as relações essenciais entre os diferentes aspectos e diferentes fases da vida em sociedade. Por isso, concebemos as formações sociais como uma totalidade orgânica sujeita a um movimento contraditório em desenvolvimento dialético. Mas as categorias e leis fundamentais da concepção materialista-dialética da história, comum a todas as formações sociais, exigem avançar no exame de uma formação historicamente determinada, no caso o capitalismo contemporâneo, e se completam com as categorias e leis específicas de uma formação social concreta, no caso a brasileira. De onde uma forma de desenvolver o marxismo, não secundária, é desenvolver o estudo da formação econômico-social brasileira em sua concretude particular.

### Conteúdos da luta ideológica em ligação com o projeto político

Isso está em correlação com a luta de ideias na atualidade. O PRP aponta importantes conteúdos para o trabalho ideológico do Partido no sentido do atual combate político travado pelas forças progressistas. Os valores têm hoje uma dimensão enorme na disputa política, são parte preponderante na propaganda político-eleitoral e todos os meios de comunicação dedicam enormes recursos às questões de comportamento. É, sem dúvida, um dos mecanismos mais poderosos da hegemonia neoliberal, dando origem, aliás, à expressão “*pensamento único*”.

Instalou-se a mercantilização de todas as dimensões da vida social. Vigora a sociedade de mercado, da exclusão programada, onde apenas 1/3 está “incluído”, deixando de haver os direitos do trabalho e de

cidadania para o restante. Altera-se a organização da política, onde se implanta o mercado de representação, a política espetacularizada, midiática, que prescinde de representação organizada e a atomiza segundo grupos de interesse. Proclama-se o fim das ideologias e, nessa base, desenvolve-se uma crise da militância política e das dinâmicas tradicionais da vida e dos movimentos sociais. Por toda parte rebrotam concepções espontaneístas que negam a exigência da ruptura e a necessidade de um novo poder político ligado às amplas massas trabalhadoras, a validade de se bater por um novo projeto de sociedade, a necessidade de um partido e militância política revolucionárias.

Na base desse ideário está o irracionalismo, em diversas variantes e matizes pragmáticas e relativistas, para não falar de suas versões banais, do esoterismo às crenças supersticiosas. Afirma-se, no limite, a crise da razão, a impossibilidade do conhecimento científico de qualquer realidade, a negação da totalidade concreta em desenvolvimento dialético contraditório. A própria ciência é tomada como apenas mais um tipo de discurso. Aspecto saliente é igualmente o do multiculturalismo, cujo transplante para nosso país guarda relação com a crescente norte-americanização da vida social e espiritual de parcelas crescentes da sociedade através de seitas religiosas, costumes e festejos abstrusos para nossa cultura, com influências perniciosas sobre a cultura e a língua. Nessa perspectiva, manipulando anseios humanistas progressistas da *diferença* e do *respeito pelo outro*, o multiculturalismo é mais uma “ideia fora de lugar” na realidade histórica brasileira. Leva a fragmentar a compreensão do processo histórico, atomizar a apreensão da realidade e a representação social. É uma declaração de guerra àquilo que há de mais avançado na cultura própria do povo brasileiro – nosso humanismo desimpedido e mestiço, avesso aos guetos de toda espécie –, e leva à negação da perspectiva transformadora comum a todo o povo brasileiro.

A esses valores o Partido contrapõe outros e precisa considerar isso cada vez mais num aspecto decisivo do combate político pelo projeto transformador, permeando a atividade militante cotidiana.

Conforme se afirma em nosso *Programa*, os comunistas defendem o internacionalismo proletário, apoiam a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. Ao mesmo tempo, põem em rele-



vo, igualmente, a luta em defesa da soberania e da independência do nosso país. Essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável do combate decidido por uma pátria livre, independente e soberana. Em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países. Aí está um conteúdo fundamental de nosso trabalho ideológico. O que pode haver de mais avançado e internacionalista, na presente situação histórica de hegemonia imperial, do que a luta patriótica, de afirmação nacional, para subtrair uma grande nação como o Brasil dos elos da cadeia imperialista mundial?

Por isso, defendemos um ideário oposto ao da elite brasileira, secularmente globalizada e hoje em pleno apogeu de uma recaída neocolonial. Politicamente, conferimos centralidade à questão nacional, como polo articulador do entrelaçamento entre as exigências nacionais, democráticas e sociais na luta contra o neoliberalismo. Os comunistas defendem o ideal patriótico. Cultivam o sentimento nacional, o orgulho de pertencer a este povo, a cultura, a língua e a arte da terra em suas múltiplas manifestações e a admiração pelas lutas históricas que tantos heróis e mártires produziram. Daí que o documento elaborado por ocasião dos 500 anos de Brasil tem uma importância desmedida em nosso programa de trabalho teórico e ideológico. Também por isso, travamos o combate contra a opressão imperialista, pelo ideal de convivência e respeito entre povos e nações, pela paz mundial contra a guerra de agressão movida pelos interesses do capital.

Combatemos pelo ideal patriótico em ligação com o ideal socialista. O socialismo é o projeto de emancipação internacionalista, humanista e civilizatório que corresponde às exigências de nosso tempo. Afirmamos a centralidade do proletariado na formação capitalista, como a força revolucionária de nosso tempo histórico. Defendemos os direitos ligados ao trabalho, contra a exploração e a desumanização da vida. Sobrepomos as coisas públicas e coletivas sobre as coisas privadas, a solidariedade generosa contra o individualismo mesquinho. Afirmamos que não lutamos pelo igualitarismo, mas pela igualdade de direitos para todos, exatamente para que floresçam e sejam respeitadas as diferenças entre os indivíduos, que fazem a riqueza da espécie

humana. Lutamos contra os preconceitos étnicos e de gênero, combatemos o sentimento de indiferença e impotência que se procura inculcar na sociedade para desestimular a participação política e o ímpeto transformador. E defendemos o ideal libertário, da ampla democracia e participação das massas no processo de direção do Estado, dos direitos de cidadania em todos os terrenos.

O socialismo é o projeto de que o Brasil precisa. Corresponderá em nossa trajetória à continuação, em patamar mais elevado, sob direção dos trabalhadores e de sua vanguarda política, das históricas lutas sociais travadas pelos brasileiros desde Zumbi dos Palmares até a luta contra a discriminação de hoje, desde os abolicionistas e republicanos até os que construíram as memoráveis jornadas do *Petróleo é nosso*, desde a luta dos mártires da independência contra a tirania e a opressão colonial até a luta contra a ditadura, a jornada do Araguaia, das Diretas Já e da juventude cara-pintada que levou ao *impeachment* de Fernando I.

### A formação ideológica da militância comunista

Ao lado disso, no plano da construção militante do Partido, igualmente o trabalho ideológico do Partido é imprescindível. O Projeto de Resolução Política aborda em profundidade os eixos desse trabalho pelo fortalecimento da corrente comunista na atualidade.

Vivemos um período de 16 anos de legalidade, que impulsionou fortemente o papel do Partido. Alcançamos êxitos de grande significação. Entretanto, esse foi também o período da crise do socialismo e da formidável ofensiva neoliberal, produzindo uma crise ideológica do movimento revolucionário proletário e pressionando as perspectivas transformadoras dos militantes comunistas. Foram condições bastante adversas, de alcance histórico e objetivo. O Partido as enfrentou em situação de legalidade, em meio ao refluxo do movimento de massas e predomínio de disputas eleitoral-institucionais, que sem dúvida pressionam no sentido do pragmatismo e espontaneísmo.

Nesse ambiente, o Partido cresceu e vai gestando uma nova geração comunista, pouco afeita ainda aos fundamentos da ciência so-



cial avançada, manifestando variados graus de dificuldade quanto aos ideais, disciplina e valores éticos e morais que caracterizam nossa luta. Foi o diagnóstico do 9º Congresso quanto à defasagem ideológica que se manifestava em nossa construção partidária. Que perspectiva terá esse novo militante: a de que *o movimento é tudo e o objetivo final é acumular forças*? Não pode ser: isso conduz a lassidão, acomodação, menor empenho na construção partidária, quando não à deturpação do próprio caráter do Partido. Que perspectivas lhes daremos? Isso nos remete mais uma vez à questão do projeto político do Partido, sem o qual não podemos falar de ideais, disciplina, convicções e confiança. Mas, ligada ao projeto político, a questão da formação teórico-ideológica avulta. Ela está na base do empenho pela construção da força da transformação que é o partido comunista. No Partido e em sua hegemonia reside a questão essencial do êxito do movimento transformador.

Para isso, precisamos formar uma militância classista! Precisamos formar marxistas! Exige-se um maior esforço de formação teórica e prática. Formação que não se dá apenas na escola do Partido, mas também no esforço individual, no trabalho militante, em compromisso com o movimento real das massas trabalhadoras, e através do exemplo que os dirigentes dão à atividade desses novos militantes.

### Balanço de nosso trabalho

Ao dar o balanço de nossa atividade na frente ideológica uma questão nos indaga, então: tendo feito as opções justas que fizemos nesse período de legalidade, e que conduziram o Partido às expressivas vitórias alcançadas, demos de fato a suficiente atenção e investimento ao trabalho ideológico do Partido? Fizemos de fato o melhor que podíamos? Investimos recursos humanos e materiais de forma equilibrada entre as diversas frentes, em consonância com essa exigência? Um insuficiente trabalho ideológico do Partido no interior de suas fileiras não refletiria, em última instância, a subestimação do próprio papel do Partido no processo transformador e na luta pela hegemonia nesse processo?

Afirmamos que se revelaram insuficiências nossas nesse terreno. E dizemos que, na atualidade, elevar o nível do trabalho ideológico do Partido é um elo central que precisa ser desatado para o fortalecimento do PCdoB e de seu papel na luta pela hegemonia. Reside aí um dos principais impulsos que precisamos conferir para uma organização comunista mais extensa, coesa e consciente.

O nosso Partido vem compreendendo de maneira progressiva a exigência do trabalho teórico-ideológico. 1962 foi uma demarcação de campos nesse sentido. No período da legalidade, ponto alto dessa trajetória foi a atitude renovada do Partido para com a teoria marxista-leninista, a partir do 8º Congresso, processo de conteúdo antidogmático que procurou fugir à compreensão da teoria como estudo e adaptação de modelos preestabelecidos. Derivou dessa postura a conquista histórica que foi a re-elaboração programática de 1995 e o esforço empreendido na direção de valorizar sistemática e enfaticamente o estudo sobre o Brasil, nossa história e identidade própria. Já referimos a importância do documento *500 anos*, embora nos pareça que ele ainda não obteve o reconhecimento de sua real importância.

Nos últimos anos, ao lado da regularidade do trabalho da revista *Princípios*, incrementaram-se a elaboração teórica e a participação na luta de ideias por parte de quadros partidários, estabeleceu-se novo patamar de interlocução com áreas do pensamento avançado. Diga-se, a propósito, que a elaboração e o debate do Projeto de Resolução do 10º Congresso são frutos desse esforço, produzindo um documento de alto nível, referência imprescindível para a formação dos comunistas.

Teve importância, também, a retomada do trabalho de formação pelo Comitê Central. Fez-se um balanço crítico da experiência anterior e elaborou-se coletivamente uma nova orientação que, embora ainda nos primeiros passos, produziu muitos e bons frutos. Entretanto, foi sobretudo um esforço intensivo de difusão, ao nível da base e dos estratos médios de direção do Partido. O esforço ligado à esfera superior da formação não foi equacionado, embora tenhamos lançado a promissora ideia dos Seminários Teóricos, dos quais o primeiro está em curso tendo por tema a questão do proletariado brasileiro.

Isso posto, nosso Congresso precisa apontar para novos passos no reforço do trabalho teórico-ideológico do Partido.



### Investir mais no trabalho ideológico

Devemos investir mais no trabalho teórico-ideológico do Partido. Quadros, recursos, novos meios e formas mais amplas e modernas. A base disso está na valorização do esforço teórico. Devemos aprofundar o rumo iniciado no 8º Congresso, de encarar de forma renovada a atitude do Partido para com a teoria. O modo pelo qual o Partido produz, se relaciona, difunde e trata a questão teórica nas suas fileiras pode renovar muito nossa feição e fortalecer o Partido com novas forças, infundir mais firmes convicções acerca de nosso projeto transformador e mais confiança em nossa própria elaboração. Deveremos estimular a relação mais íntima entre a atividade política militante e o desenvolvimento do trabalho teórico e perseguir maior intercâmbio do Partido com correntes avançadas de pensamento da intelectualidade brasileira.

Por fim, produto desse esforço, deve ser mais e mais formação militante. Temos uma concepção avançada, que pode ser ainda mais desenvolvida. Estamos já a meio caminho desse esforço. Novos passos podem ser dados e demandam investimentos conscientes. É hora de voltar a sistematizar os trabalhos próprios de uma Escola do Partido, com atividades sistemáticas e sistêmicas de formação, nos variados níveis exigidos pelo mosaico que é a realidade partidária hoje, com seus graus muito variados de estruturação.

### A direção do trabalho pelo Comitê Central

Do ponto de vista da direção desses esforços, precisamos reformular uma certa visão esquemática de nossa concepção do trabalho teórico-ideológico. Correlacionar o trabalho ideológico realizado pelo Partido junto à sociedade – sejam as camadas avançadas da sociedade, na polêmica teórica, em emulação com o pensamento social avançado, sejam as massas trabalhadoras – com o trabalho realizado no interior das fileiras militantes do Partido relativo ao cultivo de nossa identidade, disciplina militante, ligação com o povo e luta contra as pressões degenerativas. Em todos os casos, carece-se de programas de trabalho

com conteúdos objetivados, meios adequados a cada qual, e instrumentos modernos para sua consecução. Um se alimenta do outro, se enriquecem reciprocamente. Não podem então estar separados mecanicamente no processo de direção.

A direção nacional precisa conceber essa multiformidade, unificando e coesionando o processo de direção na frente teórico-ideológica. Trata-se de articular o trabalho da Secretaria de Propaganda e Formação, da revista *Princípios* e do jornal *A Classe Operária*, mais o Portal da Internet, com o trabalho do Instituto Maurício Grabois, e deste com as atividades próprias da Escola do Partido.

Enfim, a frente teórico-ideológica nos exige maior empenho de forças e esforços mais ou menos prolongados. É parte irrecusável de nossa acumulação de forças, indispensável para alcançar o necessário patamar exigido pelo processo político em curso no Brasil, vale dizer, para a construção do PCdoB apto a disputar a hegemonia necessária ao projeto político por um novo rumo para o Brasil. E será a continuação desse movimento histórico empreendido por nosso Partido no sentido de renovação com permanência, voltado a construir a vanguarda política transformadora exigida pelos tempos presentes.



## “Um partido vitorioso”

---

JOÃO AMAZONAS

**E**ste é um momento decisivo desta plenária final do 10º Congresso do nosso Partido. Estamos concluindo os trabalhos, procurando votar democraticamente o nome dos novos membros de direção.

Camaradas, temos um partido combativo, que não é fechado; um partido – em certo sentido – alegre porque luta por ideais elevados, com a certeza de que eles podem ser conquistados. Por isso me alegra, na realização deste 10º Congresso, sobretudo o entusiasmo e a numerosa participação de delegados de quase todo o Brasil. E todos aqui se reúnem para discutir com seriedade o futuro da nossa organização.

Não tenho dúvidas sobre o nosso futuro, pois nosso Partido está vivendo um momento, como acentuou aqui o companheiro Renato

Rabelo, de expansão – está vivendo um momento de crescimento organizado. O nosso Partido vive uma situação de real importância para os destinos do nosso país.

Saímos, nestes oitenta anos de luta, daqueles períodos duros em que o Partido não passava de uma força – sem dúvida – combativa e cheia de heroísmo, porém fechada e com dificuldades para se relacionar e se impor na sociedade brasileira como uma organização respeitável e digna de ser ouvida e seguida pelos brasileiros.

Por isso, companheiros, devo dizer que este Congresso assinala um ponto de viragem para o nosso Partido. Estou certo de que nas próximas eleições vai ficar definido melhor ainda como o PCdoB vai conquistando posições sólidas na sociedade brasileira – um partido que se impõe pela defesa não somente dos ideais grandiosos, como é a conquista do socialismo, mas sobretudo por saber dar soluções aos problemas cruciais que se colocam a cada momento na vida do nosso país.

E este Congresso registra um partido vitorioso. No momento em que vamos eleger um novo Comitê Central do Partido – a companheira Jô Moraes acabou de fazer aqui uma dissertação bastante elucidativa sobre os novos membros que deverão constituir a nova direção. Quero colocar aqui o que já expressei diante do Comitê Central que terminou o seu mandato diante deste Congresso.

Companheiros, dirijo este Partido – como principal dirigente, digamos assim – desde 1962. Claro que não era somente eu, pois se tratava de uma direção coletiva de companheiros abnegados, de quem não posso falar sem lembrar com saudades e com respeito pela sua combatividade – companheiros como Maurício Grabois, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Luis Guilhardini e outros tantos que estiveram presentes na direção deste Partido e que pagaram alto preço pela coragem de desafiar um regime de traição e brutalidade em nosso país, para defender os interesses do nosso povo. Esses companheiros foram todos assassinados pela repressão e morreram com honra no seu posto de luta. Portanto, camaradas, devo dizer que dirijo este Partido desde 1962, com a sua reorganização, e assumindo maiores responsabilidades ainda com a morte dos principais dirigentes daquela época.



Agora vou fazer – em abril de 2002 – 67 anos de militância no PCdoB; e militância ininterrupta. Jamais interrompi a minha militância em nenhum momento. Fui sempre um combatente esforçado para realizar as tarefas do nosso Partido. Quero colocar diante de vocês uma questão, que é uma questão também de princípios. Devo dizer que dentro de duas semanas completo 90 anos de idade; por isso, peço aos camaradas que me dispensem da função de principal dirigente do Partido – quer dizer, de presidente nacional do Partido Comunista do Brasil. No nosso Partido não há cargos vitalícios, e eu tampouco, com isso, estou pedindo aposentadoria. Quero morrer, companheiros, na minha banca de trabalho, continuando a lutar pelos ideais que procurei defender durante a vida. Mas penso que não tenho mais condições de poder dirigi-lo como principal posição de direção. E, por isso, companheiros, peço dispensa desse cargo e aponto para minha substituição o companheiro Renato Rabelo, um bom camarada que vem se destacando no nosso Partido e procurando seguir as suas tradições de luta. Vou continuar como membro do Comitê Central na minha banca de trabalho, mas já não tenho condições físicas para continuar à frente do principal cargo de direção.

Devo dizer, companheiros, que essa substituição se faz normalmente e se faz como é devido. Por isso, quero aqui agradecer a vocês todos pelo grande apoio que sempre tive nas fileiras do nosso glorioso e heroico Partido Comunista do Brasil.

## O PCdoB está preparado para novos desafios

RENATO RABELO

**C**hegamos ao final do 10º Congresso alcançando pleno êxito – ele vai se constituindo no ponto de virada na história de nosso Partido. Este Congresso tem duas marcas bastante acentuadas: revela um período de crescimento, expansão e florescimento do Partido e demonstra o maior nível de unidade política já alcançado por nós.

Foram eleitos 852 delegados para a plenária final, e 821 compareceram (uma ausência de apenas 3,6%). Vieram delegações do Acre, do Amazonas, do Pará, do Maranhão, do Rio Grande do Sul, de todas as partes do Brasil, enfrentando grandes distâncias. Em nossa plenária, 95 delegados fizeram uso da palavra, além de 20 representantes de delegações estrangeiras e mais 15 dirigentes que proferiram intervenções especiais.



As intervenções na plenária foram inflamadas, alegres, emocionadas, vibrantes: as marcas do PCdoB. Fomos honrados com a presença de 32 partidos e organizações revolucionárias de vários continentes, além de personalidades da vida política nacional e do Rio de Janeiro. Foi o Congresso que alcançou maior repercussão nos meios de comunicação, levando nossos posicionamentos para o Brasil inteiro.

No decorrer do Congresso, foram realizadas centenas de reuniões de organizações de base, publicadas quatro *Tribunas de Debates* e apresentadas mais de 500 emendas às teses do Comitê Central, em boa parte aceitas e incorporadas às resoluções. O Partido realizou uma grande façanha de construção política coletiva. A nominata integral apresentada para a composição do novo Comitê Central teve aprovação de mais de 92% dos delegados. Foi o voto de confiança na formação do coletivo dirigente, que foi ampliado de 56 para 67 membros. Foram eleitos 17 novos quadros de diversos lugares, dando maior representação e atualidade e elevando o nível de renovação do principal órgão dirigente de nosso Partido.

### Projeto mais nítido

O Congresso expressou avanços na compreensão mais profunda da nossa política e num domínio maior das particularidades e diversidades de nosso país. Construimos um projeto mais nítido, estabelecendo objetivos e procurando compreender a natureza da crise que atravessa o capitalismo brasileiro e os rumos para sua solução. O programa de reconstrução nacional é o eixo correto da nossa proposta para a atualidade. Essa compreensão vai ganhando maior alcance: a reconstrução de nosso país é o grande desafio que nos é colocado. Para empreendê-lo é fundamental unificar amplas forças políticas e sociais.

Nosso projeto político une o Partido em todas as frentes de atuação. É defendido no parlamento, no movimento sindical, estudantil, na luta pela moradia, contra as discriminações de cor e de gênero. As lutas variam de forma, segundo as circunstâncias políticas. Neste momento, as batalhas eleitorais ganham dimensão especial. Mas não podemos desligá-las do entendimento de que a força política motriz

das transformações sociais é o proletariado, em aliança com os demais trabalhadores e o povo brasileiro. Nesta fase da luta política devemos abrir caminho para batalhas mais importantes, dando passos significativos no embate pela derrota das elites dominantes.

O quadro sucessório presidencial ainda não está definido. As elites governistas buscam um candidato único para impedir a derrota do modelo neoliberal. Na oposição, várias candidaturas se apresentam, mas nem todas chegarão ao final da disputa. A manutenção de quatro pré-candidaturas pode tornar-se insustentável. Por isso, o esforço pela unificação das oposições, desenvolvido pelo PCdoB, tem um papel decisivo nas articulações políticas atuais. A batalha eleitoral de 2002 pode se tornar fundamental, pois a derrota da política neoliberal no Brasil terá grande repercussão em toda a América Latina.

### *Amazonas é insubstituível*

Fizemos um balanço bastante positivo da atuação do Comitê Central cessante, que estabelece condições para novos avanços com a direção aqui eleita. São significativas as renovações no Secretariado, na Comissão Política e no Comitê Central, as maiores renovações desde a reconquista da legalidade, nos anos 80 do século passado. O camarada João Amazonas, sabiamente e de forma experimentada, vinha provocando a transição da presidência do Partido que agora efetuamos. Não é uma transição abrupta ou uma ruptura, mas um processo de desenvolvimento que tem envolvido o coletivo dirigente. João Amazonas continuará presente na transição e na nova direção, que levará em conta o trabalho coletivo e colegiado. Por isso, estamos aumentando o número de vice-presidentes e indicamos Amazonas para presidente de honra de nosso Partido. Trata-se de uma garantia para cumprirmos melhor nossa tarefa.

Temos a convicção de que João Amazonas é insubstituível. Ele é o nosso grande ideólogo. Trata-se de um dirigente destacado, presente em um longo período histórico, que atravessou momentos decisivos da luta socialista. João Amazonas participou de um processo de discussão fundamental no Movimento Comunista Internacional e jogou um



papel-chave durante o apogeu e declínio nas experiências socialistas do século XX e no processo de redemocratização de nosso país. Teve papel saliente na reconstrução do Partido em 1943, na Constituinte de 1945, no enfrentamento ao revisionismo no final dos anos 1950, na reorganização do Partido Comunista do Brasil em 1962, nas lutas contra a ditadura militar a partir de 1964, na luta guerrilheira do Araguaia, na redemocratização em 1985, na Constituinte de 1988 e nas campanhas democráticas e populares para a presidência a partir da Frente Brasil Popular em 1989. João Amazonas é o maior dirigente comunista brasileiro, por sua trajetória e pelo papel que desempenhou em nossa história. Ele formou o pensamento político do Partido.

Pessoalmente, serei um lutador esforçado e abnegado – é o meu compromisso. Contarei com o trabalho coletivo e a direção colegiada para levar adiante essa nossa missão. Contudo, sei que a responsabilidade principal é do presidente. Tentarei dar desenvolvimento ao pensamento político do nosso Partido na nova situação e reunir as inteligências e os meios necessários para enfrentar novos desafios que se nos apresentam. Manteremos a linha revolucionária e flexível que nos possibilitará conquistas ainda maiores.

### *Campo da revolução*

Quero agradecer pelo empenho da direção e dos militantes do Partido que contribuíram para o êxito deste 10º Congresso. E pelo trabalho abnegado de mais de 200 militantes e quadros do Partido que atuaram na infraestrutura desta plenária final.

Temos grandes tarefas políticas e organizativas pela frente. E a compreensão de que o Partido está mais bem preparado para os novos desafios. Nosso Partido é insubstituível na luta política em curso. Somos o partido da transformação revolucionária. Contrapomo-nos aos que embelezam o capitalismo e buscam a conciliação de classes. Nosso lugar é no campo da revolução: é o que nos diferencia das demais organizações.

**VIVA O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL!**

# Saudações das delegações internacionais

— | 28 países presentes ao 10º Congresso do PCdoB | —



## Saudações das delegações internacionais

---

### Delegações presentes ao 10º Congresso:

**Cuba** – Partido Comunista de Cuba; **China** – Partido Comunista da China; **Vietnã** – Partido Comunista do Vietnã; **Coreia** – Partido do Trabalho da Coreia; **Moçambique** – Partido FRELIMO; **Argentina** – Partido Comunista da Argentina; **Chile** – Partido Comunista do Chile; **Colômbia** – Partido Comunista Colombiano e FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; **Equador** – Partido do Trabalho do Equador; **Paraguai** – Partido Comunista Paraguaio; **Peru** – Partido Comunista do Peru (Pátria Roja); **Venezuela** – Partido Comunista da Venezuela e Partido Bandeira Roja; **Estados Unidos** – Partido Comunista dos EUA; **Canadá** – Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista); **Dinamarca** – Partido Comunista da Dinamarca (Marxista-Leninista); **Eslováquia** – Partido Comunista da Eslováquia; **França** – Coorde-

nação dos Militantes Comunistas – Iniciativa Comunista, Comunistas do Sul da França e Revista Correspondências Internacionais; **Grécia** – Partido Comunista da Grécia; **Portugal** – Partido Comunista Português e União Democrática Popular; **República Tcheca** – Partido Comunista da República Tcheca (Boêmia & Morávia); **Índia** – Partido Comunista da Índia (Marxista); **Israel** – Partido Comunista de Israel; **Líbano** – Partido Comunista do Líbano; **Líbia** – Movimento dos Comitês Revolucionários; **Palestina** – Organização pela Libertação da Palestina (OLP); **Síria** – Embaixada da Síria no Brasil; **Turquia** – Partido do Trabalho da Turquia (EMEP); **Japão** – Jornal Akahata do Partido Comunista Japonês

## Partido Comunista de Cuba

Com sincera e profunda satisfação, em nome do Partido Comunista de Cuba, saudamos a realização do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, histórico acontecimento de importante distinção para o desenvolvimento dessa força política, cujos êxitos são resultado da dedicação e da entrega dos seus militantes e dirigentes à causa do socialismo e do bem-estar do povo.

O vosso congresso se realiza em meio à mais complexa e delicada situação internacional, diante do evidente fracasso de uma concepção econômica e política imposta ao mundo: o neoliberalismo, agravada após os atentados terroristas de 11 de setembro passado e a guerra desencadeada pelos Estados Unidos e seus aliados contra o Afeganistão.

Nenhum dos atuais problemas do mundo pode ser resolvido por meio de uma guerra e nem pelo desconhecimento ou a violação da soberania e independência dos povos. A comunidade internacional deve criar uma consciência mundial contra o terrorismo e as ações belicistas.

O ato terrorista e a guerra apenas aceleraram – e tornaram muito mais grave – a crise econômica e financeira mundial que já existia, precipitando-a de maneira inoportuna e abrupta. A humanidade, agora, tem de enfrentar três problemas extremamente graves, que se fortalecem entre si: o terrorismo, a guerra e a crise econômica.

Nada justifica as ações terroristas; por esse motivo, o nosso governo condenou, desde o início, o brutal atentado que custou a vida de milhares de filhos do povo norte-americano. A nossa resposta foi firme:



“Cuba está contra o terrorismo e a guerra” e, com mais razão ainda, quando esta é desencadeada insensata e injustamente contra todo um povo, com o suposto objetivo de encontrar e punir os autores das ações terroristas. Objetivo esse que provocou a morte de milhares de vítimas inocentes e o êxodo de outras centenas de milhares.

A mais grave crise econômica e social por que passam nossos países em consequência do irreversível fracasso do neoliberalismo, se agravou dramaticamente com essa guerra. Não haverá solução, por essa via, para os problemas de grande evidência, como a pobreza, a fome e as doenças que matam por ano dezenas de milhões de pessoas no mundo; o analfabetismo, a ignorância, o racismo, a prostituição de milhões de crianças; o tráfico e o consumo de drogas; a falta de água potável; a escassez de moradias, de hospitais, de escolas e de comunicação.

As políticas neoliberais implementaram o processo de privatização e estrangeirização do que antes constituiu o patrimônio público da região, trazendo consigo a dependência ao capital financeiro internacional, o crescimento do desemprego e da violência, a falência de importantes empresas nacionais, a recessão e a constante queda nos índices de crescimento de produção e de serviços, bem como o agravamento da situação social.

Nesse sombrio panorama, uma nova ameaça paira sobre os países do continente, com a iniciativa norte-americana de implantar o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca) – instrumento que, por seus objetivos, estratégias e condições, conduz, inevitavelmente, à anexação da América Latina aos Estados Unidos.

À América Latina é adequado seguir desempenhando, então, em condições cada vez mais difíceis e insuportáveis, o doloroso papel de fornecer matéria-prima e mão de obra barata. Será uma triste ilusão imaginar que com a Alca serão criados muitos postos de trabalho e os nossos países se desenvolverão. O TLC, seu antecedente, é um seu exponente; este representou, para o México, uma deterioração da sua base econômica nacional e um evidente atraso social.

Os nossos povos, suas forças progressistas e organizações do movimento popular estamos convocados a impedir que possa ser consumada a anexação que a Alca representa. Diante de tais tentativas anexacionistas, criemos, entre as massas, a consciência do que significa esse jogo ao qual nos querem jungir e exijamos a realização de um

plebiscito popular para que os nossos povos tenham oportunidade de expressar o seu rechaço a essa armação intervencionista.

Em 4 de novembro passado fomos assolados pelo furacão Michele – o mais devastador dos últimos cem anos. Houve muitos danos, mas o nosso povo, resoluto, incorporou-se ao colossal trabalho de reconstrução ao mesmo tempo em que o Estado pôs à disposição os recursos necessários para proteger e apoiar as famílias afetadas.

Por mais de quarenta anos o nosso país vem enfrentando o cruel e desumano bloqueio, imposto pelo governo dos Estados Unidos, com firmeza e decisão. Inclusive, como resultado da crise do socialismo no Leste europeu e o desaparecimento da União Soviética – quando para muitos de nossos adversários a revolução cubana não poderia sobreviver –, o povo cubano preferiu resistir e continuar se desenvolvendo para defender a pátria, a revolução e as conquistas do socialismo.

Hoje, podemos informar-lhes que nos últimos cinco anos a nossa economia cresceu num ritmo anual de 4,7% e o país apresenta os mais altos índices nas áreas de saúde, educação, esportes e previdência social, ao mesmo tempo, estamos mergulhados no desenvolvimento de uma profunda batalha de ideias que tem por objetivo elevar a cultura geral do povo, obter maiores níveis de retidão e justiça social.

O nosso povo está mais unido e forte, como nunca esteve antes. Muito melhor preparado em todos os sentidos para enfrentar os grandes desafios com que se depara com a atual situação internacional. Contamos com um povo cada dia mais culto, mais consciente e mais revolucionário. E, como proclamou o coronel Fidel, alguns sonhos terão de esperar, mas estes se cumprirão.

Recebam, em nome do nosso heroico povo, dos nossos abnegados militantes e do Comitê Central do nosso Partido Comunista, o mais profundo agradecimento pelo constante apoio e solidariedade à pátria de Martí e Che Guevara.

Nunca nos esqueceremos de que o Partido Comunista do Brasil está – e sempre estará – junto do nosso povo em sua luta para destruir o infame bloqueio e avançar em suas conquistas sociais!

Viva a amizade entre os povos do Brasil e de Cuba!

Viva a solidariedade dos povos da América Latina e do Caribe!

Até a vitória sempre!



### **Partido Comunista da China**

Com o motivo da inauguração do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, apresentamos as calorosas congratulações e saudações ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e, por seu intermédio, a todos os militantes de seu Partido. O Partido Comunista da China deseja desenvolver as relações amistosas com o Partido Comunista do Brasil e impulsionar o desenvolvimento contínuo das relações de amizade e cooperação já existentes entre os dois países e os dois povos, sobre a base dos princípios de independência e autodeterminação, igualdade completa, respeito mútuo e não intervenção nos respectivos assuntos internos. Formulamos votos pelo pleno êxito do 10º Congresso!

### **Partido Comunista do Vietnã**

Em razão do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), gostaríamos de fazer chegar ao Congresso, e ao seu Partido, nossas calorosas felicitações. Aproveitando esta oportunidade, desejamos agradecer sinceramente o seu Partido e o povo brasileiro por sua constante solidariedade e apoio à causa de libertação nacional, bem como ao atual projeto de construção e defesa da pátria do povo vietnamita. Fazemos votos de que a solidariedade e a amizade entre o Partido Comunista do Vietnã e o Partido Comunista do Brasil, e entre os seus povos, se consolidem e se desenvolvam a cada dia mais! Bons êxitos ao 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

### **Partido do Trabalho da Coreia**

Em nome do Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia, permita-nos felicitar calorosamente o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil e, através do presente evento, enviar saudações amistosas e revolucionárias a todos os militantes do vosso Partido.

O Partido Comunista do Brasil, como vanguarda da classe operária, vem conduzindo uma constante luta pela soberania do país e pela defesa dos direitos democráticos das massas trabalhadoras do povo,

sustentando alto a bandeira da soberania nacional e do socialismo; e, nesse caminho, obteve muitos êxitos.

O 10º Congresso do seu Partido, convocado numa situação complexa e tão inconstante, será um importante e distinto motivo para fortalecer e desenvolver ainda mais o seu Partido, com raízes nas massas e para cumprir a missão e o papel como vanguarda da classe operária.

O nosso Partido considera, de todo coração, como se fossem nossos, os êxitos obtidos pelo Partido Comunista do Brasil em suas atividades partidárias e se solidariza combativamente com a justa causa do PCdoB, que tende a fortalecer o Partido e a defender a soberania nacional e o desenvolvimento democrático do país.

Convencidos de que através do presente congresso o vosso Partido se fortalecerá organizativa e ideologicamente e se desenvolverá ainda mais como partido revolucionário de massas, com o apoio da grande maioria do povo, fazemos votos sinceros de novos êxitos em vossos futuros trabalhos.

Hoje, o nosso Partido e o povo, apoiando a primordial direção do grande dirigente, o camarada Kim Jong Il estão conduzindo uma enérgica luta para fazer brilhar o primeiro ano do século XXI como o ano de uma nova mudança, de grande prosperidade e para acolher, com zelo político os brilhantes êxitos trabalhistas, o 90º aniversário do querido general e grande líder; o aniversário da fundação do Exército Popular da Coreia, bem como para conseguir alcançar, o quanto antes, a causa da reunificação da pátria.

Permitam-nos aproveitar esta oportunidade para expressar, de todo coração, o nosso agradecimento ao Partido Comunista do Brasil pelo ativo apoio, e respaldo, à luta do nosso partido e povo pela construção socialista e pela reunificação da pátria, sob direção de nosso grande líder e querido presidente.

O Partido do Trabalho da Coreia e o Partido Comunista do Brasil estabeleceram há muito tempo boas relações de amizade com base no princípio revolucionário e na obrigação moral da classe, e vêm se apoiando e ajudando mutuamente.

Estamos convencidos de que as nossas boas relações entre os nossos dois partidos se fortalecerão e se desenvolverão ainda mais na luta comum pela independência em relação ao imperialismo e pelo socialismo.



## **Partido Frelimo (Moçambique)**

Foi com grande honra que acolhemos o convite para participarmos deste importante evento – o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Permitam-nos endereçar a todos os vossos militantes e simpatizantes as mais calorosas e fraternais saudações do Partido Frelimo. Estamos confiantes no sucesso dos trabalhos do 10º Congresso por conhecermos o seu empenho constante e conseqüente para a resolução dos problemas que afetam a sociedade brasileira.

O Partido Frelimo tem seguido com particular interesse os desenvolvimentos políticos de seu país. Os nossos dois partidos e povos têm os mesmos ideais de luta e uma longa tradição de solidariedade e amizade que queremos ver permanentemente consolidadas e reforçadas. Por isso, encorajamos o prosseguimento destes esforços por constituírem a base segura do desenvolvimento harmonioso dos nossos povos.

A agenda do nosso Partido neste novo milênio continua sendo a de promover e consolidar a paz e a estabilidade, fortalecer a democracia e as suas instituições, mobilizar os militantes, o eleitorado e a sociedade em geral para uma participação cada vez mais ativa no desenvolvimento sustentável do país, onde a erradicação da pobreza absoluta constitui prioridade.

Queremos nesta oportunidade saudar vivamente o esforço de solidariedade concedido ao nosso país por toda a comunidade brasileira e internacional em face do apelo de emergência para a ajuda humanitária na sequência das inundações que assolaram nosso país nos princípios de 2001 e fazemos votos para que este continue até a normalização da vida das populações afetadas e a reabilitação da infraestrutura danificada.

O Mundo que nos rodeia está em constante mutação, sobretudo neste momento em que não podemos ignorar que os acontecimentos de 11 de setembro passado nos Estados Unidos irão exigir que concentremos posições face à mudança da correlação de forças que se apresenta desfavorável aos países em desenvolvimento.

Os ataques dos Estados Unidos foram oportunamente condenados pela Frelimo por aquilo que significam em termos de morte de pessoas

inocentes e pela dor e luto semeados. Condenamos quaisquer atos de terrorismo e reafirmamos nosso compromisso com as resoluções das Nações Unidas e outros organismos internacionais.

A amizade, solidariedade e cooperação entre o Partido Frelimo e o Partido Comunista do Brasil, bem como com as demais forças políticas, organizações e personalidades do mundo inteiro, devem ser conduzidas para a solução dos problemas através de ações de solidariedade e cooperação regional e internacional para que possamos encontrar soluções para os vários constrangimentos que afetam a humanidade cujos reflexos se fazem sentir em cada um dos nossos países.

Reiteramos a vontade de ver seu Congresso decorrer com sucesso e que alcance os anseios preconizados pelos desafios que se colocam.

Viva a amizade entre nossos partidos e povos! Por um futuro melhor, a luta continua!

Viva o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

### **Partido Comunista da Argentina**

Transmitimos uma emocionada e combativa saudação da direção de nosso partido a este extraordinário Congresso, marco de uma exitosa etapa de balanços, debates, lutas e avanços da aplicação da linha partidária do Partido Comunista do Brasil para o bem dos trabalhadores, do povo e do processo de profundas e revolucionárias mudanças nesse “país continente” irmão.

Agradecemos profundamente a vocês, camaradas brasileiros, pela oportunidade de nosso partido poder ocupar esta grande tribuna para dirigir esta saudação e, sobretudo, por podermos participar destas históricas deliberações que seguramente serão um marco fundamental no curso das ações pela imposição – num processo – de um rumo socialista, anticapitalista a esse querido país.

O Partido Comunista da Argentina presta solidariedade a todos os povos e suas lutas, que têm em comum a necessidade de enfrentar a globalização neoliberal imposta pela hegemonia capitalista e suas gravíssimas consequências; em primeiro lugar, a fome, a marginalização, a exclusão social, as doenças evitáveis, a humilhação das identidades



nacionais, a entrega de patrimônios e reservas estratégicas, e o ataque criminoso ao ecossistema universal.

Dirigimos nossa emocionada saudação à classe operária, ao povo e ao governo revolucionário de Cuba. Ao povo da Colômbia e seus combates, tanto da chamada “sociedade civil” com os trabalhadores à frente quanto das Farc-EP. Ao povo da Venezuela e seu governo bolivariano. E também o nosso solidário abraço ao povo palestino com relação ao genocídio perpetrado pelo governo de Israel, com o apoio do imperialismo norte-americano. É hora de avançar com mais rapidez na construção da contraofensiva dos povos, que seja capaz de frear a prepotência dos capitais financeiros altamente concentrados e de construir os pilares do humanismo do século XXI: o compromisso solidário e a alternativa socialista. Adquire inusitada atualidade a sábia advertência de Rosa de Luxemburgo: socialismo ou barbárie.

Gostaríamos de informar-lhes, queridos companheiros, que transmitirei a nosso partido a extraordinária acumulação de forças obtida pelo PCdoB; sua capacidade de consolidar sua ação social, sua referência política, sua participação em toda a multifacetada dinâmica da sociedade, e sua flexibilidade na aplicação de uma política de alianças justa, tendo sempre como norte a luta pela “mudança do rumo” – escolhido para o país pelos governos subservientes ao capitalismo neoliberal – e por colocar à frente de qualquer coisa a libertação nacional e social.

A valorosa prática desenvolvida pelas massas, pela esquerda e pelo Partido e o aporte teórico, que significa a linha aprovada por este Congresso, colocam a sua ordem central – “mudança de rumo para o Brasil” – como uma tarefa atual histórica e concreta.

Desejamos êxitos nesse trabalho revolucionário e ao mesmo tempo julgamos as conclusões deste congresso como um aporte teórico prático ao movimento comunista e revolucionário de toda a América Latina.

Comaradas, não é nenhuma novidade que a Argentina passa por um processo de crise profunda. Não gostaríamos de fazer as atenções do congresso se voltarem para um diagnóstico dessa situação, conhecida de todos por intermédio dos meios de comunicação. No entanto, gostaríamos de enfatizar que a crise do nosso país não é apenas eco-

nômica, mas sim fundamentalmente política. E quando a crise de representatividade dos partidos do sistema se torna aguda, quando corre perigo a chamada governabilidade, ou melhor, quando as forças dominantes já não podem garantir a continuidade do modelo através dos mecanismos clássicos de democracia restrita, fica ainda mais evidente a crise de alternativa política. Em outras palavras, está fazendo falta a organização de um bloco político social que englobe e represente o sujeito social povo, com o centro na classe operária, capaz de enfrentar as classes dominantes, propondo um programa de profundas modificações e convertendo-se numa verdadeira alternativa de governo e de poder.

As lutas contra o modelo e o sistema capitalistas estão entrando numa nova rodada de alta combatividade. Novos setores se incorporam às ações e mobilizações, incluindo grossos contingentes dos setores médios, cujo crescente papel cabe destacar. Crescem, também, nos arredores do poder os “gatos pardos” – aqueles que desejam alguma mudança para que nada seja modificado.

Para nós, e toda a esquerda, são responsáveis tanto os radicais quanto os peronistas – Cavallo e todas as propostas centro-esquerdistas, ideologicamente enredadas na artificiosa “terceira via” (como Frepaso) que só serviram para ajudar a direita, o grande capital e o imperialismo. Prestam serviços ao Fundo Monetário Internacional.

Nós, comunistas integrantes da Esquerda Unida, propomos a urgente organização de um Centro Coordenador de todas as lutas e de todas as forças dispostas a enfrentar os reformistas e a erigir um governo a serviço da maioria, da soberania e dignidade nacionais, hoje entregues à voracidade do capitalismo estrangeiro.

Os problemas argentinos são de tal gravidade que não podem ser resolvidos com remendos num sistema caduco. É necessária uma cirurgia radical.

Abre-se um grande espaço para as esquerdas, que cresceram notadamente nas últimas eleições. A sua representação parlamentar e a sua referência nas lutas operárias e em todo o povo foram incrementadas. Contudo, ainda se encontram dispersas, mas devem rapidamente encontrar os caminhos para concretizar sua unidade. Do contrário não estarão à altura das necessidades, das possibilidades e das solicitações



de todo o campo popular. Este é um enorme desafio. E nós, os comunistas argentinos, estamos dispostos a enfrentá-las, armados com nossa linha de estabelecimento de poder popular, de unidade das esquerdas, de polo alternativo de poder, de restabelecimento da ideia de socialismo como estratégia fundamental, e, a partir desses princípios, da mais ampla aliança com todo o espectro popular para tirar nosso país da paralisia produtiva, da exclusão social e do domínio cultural imperialista.

Êxitos, camaradas, para o bem da classe operária e do vosso povo. Muito obrigado.

### **Partido Comunista do Chile**

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista do Chile, da Comissão Política e de todos os seus militantes, saudamos fraternalmente o 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil, desejando-lhes os maiores êxitos em seus trabalhos e conclusões. Enviamos-lhes de modo especial a saudação da secretária-geral do nosso Partido, a companheira Gladys Marin Millie, que também expressa o seu desejo de um frutífero congresso e um especial reconhecimento do trabalho de nossas companheiras militantes do Partido Comunista do Brasil.

Ao Partido Comunista do Brasil nos unem antigos laços de amizade e solidariedade que têm sido intensificados nos últimos anos com permanentes contatos e frutíferos intercâmbios. Depois deste congresso, esses laços continuarão se desenvolvendo em benefício dos nossos povos e nas lutas por democracia participativa, contra o imperialismo, pelos direitos humanos, com a perspectiva do socialismo; objetivos esses, todos, que inspiram a ambos os partidos.

A nossa presença em seu Congresso tem como objetivo principal conhecer as experiências de luta com os mais amplos setores que o Partido Comunista do Brasil desenvolveu nos últimos anos e que, vistas daqui do Chile, representam uma conseqüente fusão com as massas desse país, o mais populoso da América Latina e do Caribe. A rebelião do povo brasileiro se manifesta a cada dia com as conseqüências sociais e econômicas provenientes do modelo neoliberal, da globalização imperialista e dos nefastos projetos de uma guerra expansionista

e colonialista que o imperialismo ianque e seus aliados, seus sócios do Grupo dos 8 e a OTAN, colocam em prática.

A maioria dos países do nosso continente se submeteu – sem condições – às exigências imperialistas e apoiou a guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão. Somente Cuba e a República bolivariana da Venezuela levantaram sua voz para rechaçar essa guerra de vingança contra o “terrorismo”, a qual, contudo, sabemos levar implícita a plataforma hegemônica do “pensamento único” e do “fim da história”, tramada nos laboratórios belicistas do Pentágono e da administração Bush.

Regozija-nos compartilharmos com o Partido Comunista do Brasil responsabilidades no desenvolvimento do Fórum de São Paulo, que se propõe à convergência dos movimentos e partidos revolucionários, democráticos e progressistas da América Latina e do Caribe. Regozija-nos, igualmente, exprimirmos o interesse comum em desenvolver, no campo social e político, novas experiências, como o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Em janeiro nos encontraremos novamente nessa cidade, nas novas condições do contexto internacional, marcado pela provocação imperialista que iniciou a guerra expansionista e colonialista no Afeganistão, tentando fazer com que a Assembleia Geral das Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança se tornem inoperantes na busca de solução aos conflitos internacionais – que faz parte da essência dos seus objetivos fundamentais.

Nós, latino-americanos e caribenhos, temos razões de sobra para enfrentar o imperialismo ianque e seus aliados nesses objetivos colonialistas. Os nossos povos lutam por manter a independência e a soberania dos seus países e para criar condições para se auto-organizarem e se integrarem, tendo como base os princípios legados pelos patriotas revolucionários, que, no século XIX lutaram contra o colonialismo que impedia o desenvolvimento dos nossos países. A nossa inspiração vem do pensamento e da ação de Simon Bolívar e de todos os lutadores que nos deixaram uma rica herança emancipadora.

Por isso, nas atuais condições, a nossa principal bandeira de luta no contexto latino-americano e caribenho, está voltada para impedir o imperialismo de levar a cabo o seu projeto de implantação da Alca. Portanto, apoiamos as conclusões e a plataforma de luta do recente Seminário Internacional, realizado em Havana.



Somos irredutíveis em rechaçar o Plano Colômbia, que está destinado – como o Plano Cabañas para o extremo-sul e o Plano Puebla-Panamá para as Américas Central e do Norte – a servir de suporte militar e estratégico ao imperialismo ianque, para a dominação e anexação dos nossos países, roubando-lhes a sua soberania. Em primeiro lugar, o Plano Colômbia – em pleno desenvolvimento – tenta impedir a paz na Colômbia e frustrar, em sua luta por democracia, um povo que vem sendo obrigado a usar todas as formas de luta como seu legítimo direito para obter êxito em suas patrióticas ações. No Chile nós continuamos lutando para conseguir, depois da ditadura, um regime verdadeiramente democrático que se afirme na soberania popular e que dê um fim aos malogros autoritários que a chamada “transição à democracia” herdou de Pinochet. Os governos de conciliação – por falta de vontade política, por terem aderido à ideologia e à prática do neoliberalismo – têm sido incapazes de modificar os limites institucionais herdados da ditadura. Devido a isso as forças reacionárias e fascistas continuam agindo em pontos-chave do poder, como nos tribunais de justiça, na polícia civil, e continuam violando os direitos humanos, como acontece com os mapuche em sua luta para conquistar suas terras, no desemprego massivo de trabalhadores, com total desconhecimento dos direitos que alcançaram em lutas históricas. O nosso Partido foi despojado de seus bens pela ditadura, os quais, até o momento, não lhe foram restituídos; e nem recebeu a justa indenização. Essa situação faz com que ocorram fatos, como o da semana passada em que fomos desalojados violentamente, reprimidos e presos, numa operação provocativa por parte da polícia. De todos esses embates, o nosso partido sai mais unido e disposto a levantar a alternativa de esquerda, buscando a unidade mais ampla para criar uma aliança capaz de produzir a revolução democrática, anti-imperialista e em defesa dos direitos humanos de que o Chile necessita. Agradecemos ao Partido Comunista do Brasil e a todos os partidos e movimentos que nos enviaram sua solidariedade devido à investida contra o nosso Partido. Atualmente, o Comitê Central do nosso Partido encontra-se em outra sede provisória, a qual esperamos estar terminada no menor tempo possível. Estamos processando judicialmente os que cometeram tais delitos, que não aceitaremos que voltem a se repetir. Sauda-

mos com todo nosso carinho e amizade e enviamos nossos desejos de que o Partido Comunista do Brasil continue em seu caminho de lutas junto com o querido povo brasileiro.

### **Partido Comunista Colombiano**

Gostaríamos de expressar nossa saudação ao camarada João Amazonas pela sua inegável contribuição à luta dos povos da América Latina e do mundo pela justiça, a dignidade e o socialismo e cumprimentar com um forte abraço a todos os delegados deste histórico 10º Congresso em nome do Partido Comunista Colombiano, ratificando assim nosso compromisso de irmandade na luta pela paz democrática, a necessária nova ordem mundial, a solidariedade entre os povos e o socialismo.

O começo do novo século apresenta uma conjuntura complexa. Por um lado, o panorama internacional mostra os sintomas de uma crise global bastante intensa, da qual são amostras significativas o desemprego galopante e a recessão no Japão, no Sul da Ásia, e hoje nos próprios Estados Unidos, o que faz pensar em uma crise de dimensões planetárias no marco da globalização neoliberal.

Nesta ordem de ideias, observa-se, também, a crescente agressividade do imperialismo contemporâneo, que tende a impor sua hegemonia mediante uma aliança internacional com o pretexto do combate ao terrorismo, baseada na força, no desconhecimento da soberania e da autodeterminação dos povos, e que almeja converter a intervenção mais descarada em parte da paisagem, utilizando desculpas como o combate ao narcotráfico, a debilidade dos governos, os perigos para a democracia ou a ausência de respeito pelos Direitos Humanos – ou seja, fazer aparecer sua estratégia político e militar de dominação como a prática de um “dever humanitário”.

Por outro lado, há fatos que chamam a atenção e merecem uma reflexão serena dos comunistas do mundo, na perspectiva de traçar os métodos de luta na atual conjuntura para isolar os inimigos da Humanidade: em primeiro lugar, que a crise global está acompanhada de levantamentos sociais cada vez mais frequentes em várias partes do globo, com crescente participação de um conjunto de setores unifica-



dos em torno da necessidade de mudar o rumo econômico e procurar alternativas perante a gravidade da situação. Em segundo lugar, registrar, evidentemente, o acelerado avanço dos movimentos de massa contra a globalização neoliberal, cujo conteúdo anticapitalista e anti-imperialista se faz cada vez mais notório.

No que respeita à América Latina, queremos trazer alguns comentários com relação à sua situação. Em particular manifestar que é urgente criar as bases de uma unidade de ação contra o modelo de integração promovido por Washington. Na verdade, a Alca requer uma rejeição continental, posto que se trata de um modelo de dominação que implica não só maior subordinação econômica aos Estados Unidos, à Banca e grupos financeiros internacionais, senão que vem acompanhada de propostas políticas, “legais e jurisdicionais” que lesam nossa soberania.

Acreditamos ser da maior importância continuar denunciando e gerando ações cada vez de maior envergadura contra o chamado Plano Colômbia, plano de guerra que junto com a reativação do TIAR e a criação do “Comando das Américas”, se destina à intervenção coletiva contra nossos países.

Por trás da Alca e do Plano Colômbia se esconde o perigo sobre nossos recursos naturais, em especial sobre a Amazônia, patrimônio que compartilhamos com outros povos como o brasileiro; por isso, seja esta a oportunidade de convocar uma cruzada internacional de defesa da soberania na Amazônia, da nossa biodiversidade e recursos hídricos e genéticos na região.

Acreditamos ainda que, sem menosprezar a capacidade de rearticulação do imperialismo, há condições que colocam obstáculos às suas pretensões. É que o projeto de globalização neoliberal na América Latina, assim como no resto do mundo, esgotou-se rapidamente, demonstrando ser o responsável pela crescente desigualdade social. Ao mesmo tempo, os interesses de grupos econômicos e financeiros na área se chocam e despertam novas resistências no campo popular, ao qual se somam setores capitalistas despejados e outros movimentos como os ecológicos e dos lutadores pela paz no mundo. Registre-se também, como pontos positivos, os avanços e esforços pela reconstrução de correntes socialistas e comunistas na América Latina, ao tempo que Cuba

conseguiu superar a dolorosa prova do período especial e o governo de Hugo Chávez na Venezuela adianta uma experiência própria, com reformas democráticas e uma política exterior independente.

Na Colômbia, a ingerência dos Estados Unidos afeta negativamente o processo de diálogo e negociação entre as Farc e o Estado, e nos distancia da solução política negociada ao conflito social e armado. Com o Plano Colômbia e face aos últimos acontecimentos, se passa da ajuda militar, com o pretexto do combate ao narcotráfico, à possibilidade de intervenção militar direta sob o pretexto de luta terrorista contrainsurgente. Por isso, denunciamos que a paz na Colômbia depende da reformulação do projeto de Estado e de Nação proposto pela oligarquia na negociação. O projeto atual da burguesia colombiana é contrário aos interesses do nosso povo.

Assim, camaradas, neste 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, reafirmamos nossos laços de irmandade com os companheiros e companheiras do PCdoB e nosso compromisso de unidade na luta na esfera nacional, continental e mundial pela vida, a paz democrática e pela justiça e dignidade para todos os povos.

Sucesso nas deliberações do vosso histórico Congresso.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a solidariedade entre os povos do Mundo!

### **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo, Farc-EP**

Recebam a saudação comunista e bolivariana das Farc-Exército do Povo, em luta pela construção de uma sociedade digna, sem violência, soberana, desenvolvida e com justiça social, ou seja, uma sociedade socialista.

Honra-nos estarmos presentes neste congresso que acontece em momentos em que o mundo quer luzes para reafirmar que a sua caminhada e o seu futuro não dependam das decisões arbitrárias e prepotentes dos governantes do império norte-americano, de fazer ou não a guerra contra quem, como e quando eles disserem. Não é a força nem o poder do mais forte a norma para a convivência entre as nações e os povos. Mas sim, a convivência pacífica, o respeito à autodetermina-



ção e à soberania, uma ordem econômica internacional que permita a todos os povos o desfrute de seus direitos em igualdade de condições. Cada ser humano, acima de tudo, é um cidadão do mundo e não um consumidor escravo das leis do mercado, da propaganda enganosa, da oferta e da demanda, um consumidor que vale pelo que tem, pelo que consome.

Na década de 1990, auge da hegemonia neoliberal, Francis Fukuyama tentou, sem sucesso, nos convencer sobre o fim da história, manifestando que o fim da União Soviética havia consolidado pelos séculos dos séculos, as sociedades organizadas com base na lógica do mercado, dos lucros e do egoísmo. Tentou nos convencer também, sem sucesso, que a rebeldia contra as injustiças havia ficado confinada nos museus ou nos livros de história.

E agora? Estará o império imaginando ser possível promover o “fim da história” por meios militares, por meio da guerra? Vemos, manhã, tarde e noite, o principal promotor do terrorismo de Estado no mundo, combatendo; mas combatendo o quê? É inacreditável que a maior potência do mundo esteja destruindo um país cuja infraestrutura e condições materiais parecem não ter ultrapassado ainda a idade de pedra. Depois do Afeganistão será Filipinas, Indonésia, Iraque, Colômbia?

O falso dilema imposto ao mundo pelo governo dos Estados Unidos, entre o apoio ao império e ao terrorismo, é imoral e mentiroso. Pressupõe o desprezo pelos direitos dos povos à autodeterminação, à insubordinação diante das condições de miséria e exploração. Jamais foi, e nunca será, terrorismo a luta dos povos pela sua independência, pela construção de sociedades baseadas na justiça social, na dignidade e na soberania.

Na Colômbia essa luta tem sido violentada oficialmente de maneira brutal e sistemática pelos sucessivos governos da classe dominante, contando sempre com o apoio dos Estados Unidos. A violência oficial fechou as possibilidades de fazer a luta política normal, permitida pela Constituição para alcançar as transformações de que precisa o país. Por isso, levamos alto nossas bandeiras e nossas armas. Não fazemos a guerra pela guerra. Mas pelas circunstâncias temos sido obrigados a enfrentar armas com armas, mas esse não deve ser o destino de nosso

país. Daí estarmos mais uma vez demonstrando ao mundo a nossa convicção de que é possível encontrar caminhos, que levem a construir um país melhor e para todos, através do diálogo, da tolerância política e do entendimento e os acordos, que abram as portas a uma nova realidade política, econômica, social e cultural do país. Com certeza muitos dos aqui presentes têm seguido com atenção as conversações entre as Farc e o governo de Bogotá.

Infelizmente, apesar das possibilidades reais de terminar a guerra, o obstáculo fundamental está nos principais dirigentes empresariais, políticos e militares da classe dominante que, incentivados pelos Estados Unidos, negam-se a assumir uma discussão séria sobre todos os pontos que levem à construção da Nova Colômbia com justiça social. Nossa proposta é a paz com justiça social. A deles, a guerra contra o povo para defender seus interesses, através do Plano Colômbia – um plano de guerra contra insurgente, com seu componente à iniciativa andina ou à coalizão regional andina de nações contra o terrorismo. Os desígnios do império são desastrosos. A nossa vontade, a construção de um país com paz, com justiça social, digno, soberano e feliz.

Como militantes revolucionários estamos convencidos de que mais uma vez Simon Bolívar voltou a combater, retornou na alma dos guerrilheiros, pois ele é a nossa inspiração, que corre, em seu cavalo, pelos Andes, pelas planícies, selvas, montanhas, cruza os rios e enfrenta os perigos com audácia; sua voz se ergue pelo vento; como fogo acende nos combatentes e no povo o amor pela pátria, pela independência, pela soberania e pela justiça social. Simon Bolívar retornou, pois como afirma José Martí: “ele tem ainda o que fazer na América”. Alertou-nos, claramente, sobre o perigo que representam os Estados Unidos que, segundo ele, “parecem destinados pela Providência para encher de miséria a América em nome da liberdade”.

E, como ele é o precursor visionário da integração latino-americana, todos nós, comunistas do continente, devemos ter ouvido receptivo e vontade de levar à prática as suas palavras, mais atuais do que nunca: “unamo-nos e seremos invencíveis”. Êxito, camaradas participantes do 10º Congresso do PCdoB.



## **Partido dos Trabalhadores do Equador**

Em primeiro lugar, recebam uma fraternal saudação dos comunistas equatorianos e os nossos mais profundos desejos de que o 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil se desenrole bem e termine com a obtenção do melhor dos êxitos, em benefício da causa do proletariado brasileiro, latino-americano e mundial.

O Partido Comunista do Brasil, em seus 80 anos de existência, aproximadamente, é dono de uma longa e frutífera tradição revolucionária. Apoiando-se na doutrina científica do proletariado, o marxismo-leninismo, empreendeu sérios e renovados esforços para aplicá-lo às condições concretas do seu país e para organizar, unir e educar a classe operária e o povo brasileiros para conduzi-los à luta política pelo poder popular e o socialismo. Impulsionou a grande e histórica aliança do proletariado com o campesinato desse país, como coluna vertebral do processo de mudança revolucionário. Estimulou a formação de uma ampla frente de unidade com todas as forças de esquerda e com todas as forças e organizações sociais brasileiras, dirigida a combater os governos como o de Fernando Henrique Cardoso, fantoche dos Estados Unidos; e a enfrentar a dominação neocolonial do imperialismo norte-americano e seu genocida neoliberalismo. Fator relevante que serviu de estímulo aos comunistas equatorianos e de outras localidades.

Os valiosos encaminhamentos teóricos e práticos que o Partido Comunista do Brasil – sob a direção de seu Comitê Central, liderado pelo camarada João Amazonas – deu ao movimento comunista internacional permitiram-lhe ganhar respeito, admiração e solidariedade dos comunistas e setores patriotas e democráticos de todo o mundo.

Estamos convencidos de que está garantido o êxito do 10º Congresso – com base na responsável e séria preparação desse evento; no amplo e democrático debate produzido nos organismos de direção e de base do Partido; na participação das próprias massas operárias e dos trabalhadores em geral, das cidades e dos campos, brasileiros, bem como de amigos e destacadas personalidades da vida política desse país. E, também, estamos seguros de que as resoluções do 10º Congresso servirão para fortalecer a construção leninista do Partido, a unidade e

a luta das massas, o avanço do processo revolucionário brasileiro e o fortalecimento do movimento comunista internacional, no marco da genocida globalização neoliberal.

Nós, os comunistas equatorianos – agrupados na nascente proposta para construir o Partido dos Trabalhadores do Equador (PTE) como vanguarda leninista do proletariado equatoriano – somos continuadores do longo e profundo companheirismo entre os comunistas equatorianos e brasileiros, forjado pelo melhor comunista equatoriano do século XX, o nosso inesquecível camarada Rafael Echeverría Flores (Pascual) e o grande dirigente comunista brasileiro, o camarada João Amazonas. Por isso, nesta grande oportunidade do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, queremos renovar nossa lealdade e nossa inquebrantável vontade de manter alto a bandeira vermelha do proletariado revolucionário internacional do nosso país.

O Partido dos Trabalhadores do Equador considera-se um dos destacamentos do exército mundial do proletariado. Portanto, faz parte da corrente antineoliberal de todos os povos e nações do mundo. Por isso, o nosso trabalho diário está orientado a estimular a unidade, a organização e a luta política do proletariado e de todo o povo equatoriano pela transformação social, pelo fim da velha e caduca sociedade capitalista; da dominação neocolonial imposta pelo imperialismo norte-americano a nossos povos e países; pela construção da nova sociedade, a sociedade socialista, no nosso país. Portanto, estimamos ainda que as organizações comunistas aqui presentes possamos sustentar um intercâmbio coletivo de experiências e opiniões sobre os graves acontecimentos por que passa a humanidade e o papel dos comunistas em nível mundial.

Renovamos nossos melhores votos pelo êxito do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil para que este histórico acontecimento marxista-leninista seja o palco mais propício para fortalecer os laços de amizade revolucionária entre os nossos dois partidos e para impulsionar o fortalecimento da unidade e da luta do movimento comunista internacional. Viva o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva a amizade entre os comunistas equatorianos e brasileiros!

Viva o marxismo-leninismo!

Viva o internacionalismo proletário!



## **Partido Comunista Paraguaio**

Assistimos a esse excelso 10º Congresso do fraterno Partido Comunista do Brasil, no momento em que a situação internacional está empobrecida pela chamada “guerra contra o terrorismo”, pois a bárbara agressão ao Afeganistão e outras operações bélicas, como o massacre do povo palestino, os ataques aéreos ao Iraque e a implementação do Plano Colômbia põe em evidência, de maneira dramática, tratar-se de um genocídio e de um atentado contra a própria sobrevivência do homem sobre a Terra.

Há no mundo um processo contrarrevolucionário, como demonstram as teses do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Uma contrarrevolução que, historicamente, está condenada a ser derrotada – como também salientam as mesmas teses – pela luta dos povos, incluído certamente o norte-americano.

É evidente, para os setores mais lúcidos da humanidade, que a tarefa-chave para enfrentar a ofensiva reacionária é ter como base uma consequente luta política e ideológica para elevar o nível dos combates reivindicatórios vitais – permanentes e crescentes – no plano das ações conscientes de caráter democrático, patriótico e progressista, com a perspectiva do socialismo.

Diante da desumana política imperialista de guerra contra os povos e de terrorismo de Estado, o movimento pela paz está renascendo com força em toda parte e estão se desenvolvendo a solidariedade e a unidade entre os povos, como resposta indispensável para deter a ofensiva do imperialismo.

Hoje, na ordem do dia a prioridade é – diante dos velhos e novos perigos que pairam sobre o nosso continente – a defesa da Cuba socialista; do processo revolucionário colombiano encabeçado pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o Exército do Povo; e da República bolivariana da Venezuela.

O movimento comunista, social e progressista internacional vem se configurando organizativamente – embora, no entanto, de modo insuficiente para deter os incendiários de guerra – de variadas formas, como o Fórum de São Paulo, cujo X Encontro acaba de se realizar em Havana; o Congresso Bolivariano, cuja IV edição ocorreu no mês

passado em Buenos Aires; e o II Fórum Social Mundial, a realizar-se em Porto Alegre.

O movimento “Paz sem Fronteiras” foi uma demonstração massiva, solidária, que transcorreu recentemente em Foz do Iguaçu, com a presença de mais de 30 mil pessoas (brasileiros, argentinos e paraguaios), reunidas unitariamente para protestar contra o terrorismo desencadeado sobre instâncias do governo de Bush, que afetou particularmente aos árabes radicados nos Estados Unidos.

Terminamos esta saudação fraternal ao 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil com as seguintes palavras que resumem a orientação dos comunistas paraguaios:

“Busquem a solução aos problemas nacionais e internacionais por meio do caminho de uma unidade ampla e popular, fortalecendo a solidariedade entre os povos!”.

### **Partido Comunista da Venezuela**

Nós, comunistas venezuelanos, celebramos com os senhores o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, um marco de grandes alegrias e imensas esperanças. É sempre um momento de júbilo quando se reúnem os(as) comunistas, que, em qualquer país que seja, lutam e sempre levam a bandeira da solidariedade internacional e da luta pelo socialismo, como única alternativa ao fracassado capitalismo com seus diferentes disfarces.

Todos os encontros de comunistas nos fazem recordar que não estamos sós, que a chama da revolução continua acesa em todos os países e em todos os continentes.

A crise do capitalismo se estende pela América Latina pondo a nu a incapacidade e os interesses antinacionais das classes dominantes, que apostaram no modelo neoliberal imposto do exterior, alheio às aspirações e enormes necessidades dos nossos povos.

Os velhos problemas que suportamos desde os inícios da independência – apesar do tempo transcorrido e das mudanças ocorridas no mundo – continuam os mesmos como uma maldição diabólica que não nos deixa em paz.

Contudo, os povos se levantam uma vez mais no nosso continente.



Confiam em suas capacidades para se aproximarem do progresso sustentável e do bem-estar social não apenas material como também espiritual.

O atual processo revolucionário bolivariano na Venezuela passou, neste 7 de dezembro, a uma nova etapa de luta, cheio de esperanças; mas também cheio de perigos.

As forças contrarrevolucionárias, a Federação das Câmaras empresariais, a cúpula episcopal da igreja católica e a embaixada ianque – na primeira fila – produzem uma desesperada tentativa de retrocesso da história. A história que escreveu, e está escrevendo, o povo trabalhador venezuelano. Todavia, contamos não apenas com nossas próprias forças, como também com a solidariedade revolucionária de nossos irmãos e irmãs. Ela nos dará o vigor para cumprir nossa histórica missão, isto é, a libertação do povo trabalhador do nosso país, para assim poder melhor ajudar na libertação de todo o nosso continente.

Saudamos o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil porque necessitamos aprender com os senhores.

Os camaradas do Partido Comunista do Brasil, com vossas deliberações e conclusões, com vossa trajetória revolucionária, com vossas experiências de luta, nos darão um encaminhamento criativo e necessário para enfrentarmos vitoriosamente os grandes desafios que possuímos no processo revolucionário na Venezuela.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva o Socialismo!

Viva o internacionalismo proletário!

## **Partido Comunista dos Estados Unidos**

É com satisfação que trago a vocês as saudações calorosas da Direção Nacional e do Comitê Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos. Da mesma forma, saudamos todos os camaradas de todo o mundo. Estamos muito contentes de poder participar do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil. É com grande interesse que lemos seus documentos para este Congresso. Devemos admitir que concordamos com suas principais teses, especialmente aquelas que caracterizam os objetivos do imperialismo norte-americano antes e após a tragédia de 11 de setembro.

Desde esta data, o cenário político mudou dramaticamente para nós nos Estados Unidos e tem mudado em todo o mundo. Enquanto em meu país mais de 700 mil pessoas perderam seus empregos no período recente e programas sociais incluindo educação pública, habitações para população de baixa renda e assistência de saúde sofrem cortes dramáticos em orçamentos que já eram inadequados, a administração Bush tenta indenizar o grande capital por impostos pagos durante os últimos 15 anos. Somos tachados de antipatrióticos se discordamos destas políticas e da doutrina Bush de guerra eterna.

Nossa voz junta-se à de vocês enquanto dizemos “Não!”. Não seremos forçados a apoiar o ímpeto insano do imperialismo norte-americano enquanto seus ataques são aplicados interna e externamente sob o pretexto de luta contra o terrorismo. Embora nos posicionemos de forma resoluta contra toda forma de terrorismo, não permitiremos que o imperialismo norte-americano consiga nossa adesão como disfarce para implementar seu objetivo de dominação mundial. Não apoiamos o imperialismo norte-americano: apoiamos vocês!

Conforme consta em seu documento, o imperialismo encontra-se em uma missão que visa à hegemonia mundial exclusiva e está usando a luta contra o terrorismo como disfarce. Apoiamos vocês no que tange a manter a ONU como fórum onde os esforços para cessar os ataques terroristas sejam realizados e não os extremistas militares norte-americanos que devastam pessoas inocentes e ameaçam mais de 60 nações soberanas. Apoiamos vocês em seu pedido de paz!

A tarefa que enfrentamos nos Estados Unidos não será fácil. Devemos lutar para convencer nosso povo de que as políticas históricas do imperialismo norte-americano e suas agências levaram esta mesma forma de terrorismo para o primeiro plano na história do mundo. Devemos lutar para convencer nosso povo de que a oposição à doutrina Bush é a única forma de expressão do patriotismo real em nosso país. Devemos convencer nosso povo de que o imperialismo norte-americano se opõe às próprias políticas estrangeiras que ajudarão a livrar o mundo de atos terroristas que ameaçam toda a humanidade. Devemos lutar para convencer nosso povo de que uma política externa baseada em justiça social, igualdade e respeito à soberania nacional é a única forma de construir um mundo que possa ao menos almejar se livrar de tais atos terríveis.



E nós, como comunistas, podemos dizer mais, muito mais. Sabemos que o ímpeto do capital neste estágio de corporações imperialistas multinacionais é o oposto da busca pela democracia interna e internacional. Sabemos que chegou a hora de a propriedade privada encontrar seu lugar entre as relíquias extintas da história da humanidade. Sabemos que um futuro socialista é a única garantia de continuação saudável da humanidade.

É com grande humildade que declaramos sem sombra de dúvida que nosso partido, o Partido Comunista dos Estados Unidos, deve enfrentar com determinação sua responsabilidade histórica em nome de seu próprio povo. Devemos estar cientes de que estamos no olho do furacão e que os povos do mundo dependem de nós, que devemos cumprir com nossa parte na realização de nossa missão histórica. Devemos estar cientes de que nosso sucesso é importante enquanto parte da luta internacional pelo progresso social real. Aceitamos o desafio de viver para lutar por um mundo onde todos homens e mulheres, todas as nacionalidades, nações e raças possam ser verdadeiramente livres e verdadeiramente iguais!

Saudamos a todos e estendemos nossas mãos com um espírito de companheirismo fraterno a todos os presentes!

Longa vida aos laços fraternais entre o PCdoB e o PCUSA!

### **Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista)**

Por ocasião do 10º Congresso do PCdoB, é uma honra estar com vocês e compartilhar de suas deliberações. Suas realizações e vitórias são de grande ajuda para nós em nossa luta comum. Nossa participação no seu Congresso é uma grande oportunidade para fortalecermos a unidade entre nossos partidos e povos.

A liderança do PCC/ML estudou as teses do 10º Congresso e está atenta para a experiência de nosso Partido irmão, o PCdoB. Por ocasião do 10º Congresso de seu Partido e do 80º aniversário do nosso, gostaríamos de lhes oferecer nossas mais sinceras congratulações pelos êxitos alcançados. Estamos confiantes de que as decisões tomadas neste Congresso irão servir como um grande estímulo para seu trabalho.

Hoje vivemos em um momento de decisão. A exploração e a pilha-

gem dos povos oprimidos de todo o mundo alcançaram níveis insustentáveis. Para garantir que o desenlace desta crise não favoreça a classe trabalhadora e povos de todo o mundo, o imperialismo norte-americano iniciou sua “guerra contra o terrorismo” e ameaça o mundo todo a aceitar seus ditames ou enfrentar as consequências.

Em nome da prosperidade e do livre comércio, a agenda neoliberal mergulhou o mundo na incoerência. Nunca os lucros foram tão altos enquanto os povos se tornam miseráveis. Nos centros imperialistas, as elites reacionárias no poder não são capazes de oferecer uma justificativa para seu sistema e seu domínio e estão levando a anarquia ao nível de autoridade, ameaçando mergulhar o mundo no fascismo e na guerra. A competição feroz por mercados, fontes de matéria bruta, força de trabalho barata e zonas para a exportação de capital estão aguçando as contradições entre os exploradores e os explorados, entre os imperialistas e os monopolistas, entre o imperialismo e as nações e povos oprimidos. A contradição fundamental entre o capitalismo e o socialismo, entre a burguesia e o proletariado, ainda permanece. A busca do imperialismo por dominação é tamanha que mesmo um país como o Canadá, cuja economia é totalmente dominada pelo imperialismo norte-americano, causa problemas para o Brasil. No Canadá, sob o disfarce de “luta contra o terrorismo”, a classe dominante está preparando novos arranjos. O país se submete às exigências dos Estados Unidos por polícias comuns de imigração, refugiados e defesa, garantindo às forças policiais e militares norte-americanas pleno acesso ao território do Canadá. As leis antiterrorismo estão criando um estado policial e desacatam o próprio conceito de força da lei.

Nesta situação, é decisivo oferecer uma alternativa e um caminho para o progresso da sociedade. Agora é hora de agir de forma irresistível para transformar a ofensiva da burguesia em uma ofensiva contra a burguesia. E isto deve ser feito de uma forma planejada, resoluta, consciente, destemida e heroica sob a liderança do Partido.

O PCC/ML intervém nesta situação ao realizar um trabalho resolutivo de mobilização e organização que resulta em muito entusiasmo e ímpeto nas atividades do Partido e suas organizações de massas. O Partido tem organizado a classe trabalhadora para que ela possa expor as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e ter voz em todas as



questões principais do dia de forma a desenvolver seu papel independente de liderança. O objetivo da classe trabalhadora é constituir uma nação e garantir soberania ao povo.

É a cada dia mais claro que a classe trabalhadora é capaz de liderar os explorados e oprimidos nas ações revolucionárias para garantir soluções para os principais problemas. Colocando-se o trabalho de organização e mobilização em primeiro lugar, desenvolvendo o papel de liderança do Partido e apoiando as grandes massas populares, especialmente as mulheres e os jovens em ação, a disseminação resoluta e vigorosa da política revolucionária de classes em todos os setores da sociedade se coloca na ordem do dia. Os ingredientes-chave incluem oferecer à classe uma visão e garantir seu próprio projeto de construção nacional, opondo-se a toda política vinculada à noção burguesa da democracia e da soberania. Estas noções são sinônimos de despotismo medieval e traição nacional e resultam em anexação, fascismo e guerra.

Nosso Partido acredita que a guerra pela democracia começou de fato. Sua iniciativa histórica é um plano de ação para construir um partido comunista de massas que ofereça soberania ao povo para que ele tome suas próprias decisões. Enquanto os imperialistas norte-americanos impõem suas noções anacrônicas de paz, ordem e boa administração a todo o mundo, a batalha pela modernização da Constituição e pela renovação do processo eleitoral é a vanguarda de nosso trabalho para abrir um caminho para o progresso da sociedade.

O Partido Comunista do Brasil, sob a liderança de seu Comitê Central, tendo o Camarada João Amazonas como o exemplo mais inabalável e destemido, provou sua habilidade de preparar as condições subjetivas para a revolução incluindo o fortalecimento do Partido, a construção da frente unida de todas as forças de luta, oferecendo à classe trabalhadora e ao povo convicções resolutas e a perspectiva de revolução e socialismo. O trabalho do PCdoB organiza continuamente estes fatores subjetivos de forma a garantir a transformação profunda da sociedade. Este é um grande exemplo para todos nós. Aproveitamos esta oportunidade para expressar nossa convicção de que, juntos, todos nós iremos continuar a unir as forças de luta para que o combate aos graves perigos que ameaçam as massas populares seja bem-sucedido.

Os tempos clamam por ações resolutas e determinadas na defesa

dos direitos dos povos, pelo bem-estar espiritual e pela liberdade, pela paz duradoura almejada pelos povos e pela eliminação dos perigos da guerra imperialista e do fascismo. Só a classe trabalhadora e as amplas massas populares podem oferecer soluções através de sua luta sacrificante e são eles que devem ser organizados e mobilizados. O PCdoB provou que é um partido do progresso, do esclarecimento, da liberdade e da emancipação. As decisões a serem tomadas no 10º Congresso do Partido inspiram uma grande confiança de que seu futuro será marcado por lutas ainda maiores para oferecer a alternativa para o Brasil. Desejamos sucesso em sua busca pela vitória.

Que a amizade e a unidade de luta entre nossos dois partidos e povos floresçam!

Longa vida ao PCdoB!

### **Partido Comunista da Dinamarca (ML)**

Ficamos muito gratos pelo convite para participação neste importante evento na vida dos comunistas brasileiros. O Partido Comunista da Dinamarca (ML) transmite suas calorosas saudações para todos os delegados deste 10º Congresso e, através de vocês, para todos os comunistas e revolucionários do Brasil. É uma grande satisfação estarmos presentes neste importante evento na vida revolucionária do PCdoB, pelo qual sentimos um grande respeito e afeição.

Desejamos sucesso nos procedimentos deste Congresso e na implementação das importantes decisões a serem tomadas aqui. Estamos certos de que o futuro pertence ao socialismo e ao comunismo.

A Dinamarca é um país pequeno, mas estamos enfrentando a mesma ameaça do neoliberalismo que todos os outros povos e países do mundo. Em nosso país, o neoliberalismo está tomando a forma de um ataque generalizado ao Estado do bem-estar social que ao menos garantia alguns direitos para os trabalhadores.

Atualmente, esta tendência está sendo reforçada por um novo governo direitista neoliberal que se iniciou há uma semana após quase dez anos de neoliberalismo social-democrata. Durante a última década, o capitalismo selvagem foi gradualmente introduzido na Dinamarca, principalmente por intermédio da construção e da integração



da União Europeia, que não passa de um Superestado neoliberal e imperialista do grande capital monopolista europeu sobre o qual Lênin nos alertou. A luta contra a União é a principal tarefa política dos comunistas e do movimento dos trabalhadores na Dinamarca.

É uma satisfação poder dizer que – não apenas uma, mas duas vezes – a classe trabalhadora e o povo da Dinamarca conquistaram vitórias importantes na luta contra este novo imperialismo que está se formando no centro da antiga Europa. Em 1992 votamos contra o Tratado de Maastricht e em 2000 votamos contra a moeda única, o Euro.

Isto só foi possível porque fomos bem-sucedidos na criação de uma ampla frente de comunistas em alguns setores da pequena burguesia e mesmo em partidos burgueses que se opunham à União Econômica e Monetária, excetuando-se a extrema-direita e os racistas.

A necessidade de alianças e frentes amplas deste tipo é significativa em todas as áreas da luta de classes. Elas são necessárias no combate ao imperialismo norte-americano que, sob o pretexto de lutar contra o terrorismo, iniciou uma guerra perigosa em diferentes regiões do mundo. Até agora, o Afeganistão sofreu com esta estratégia de dominação mundial que ganhou novo ímpeto com o terrível ataque terrorista em 11 de setembro.

Na luta para unir a classe trabalhadora e o povo pela soberania nacional, pela democracia e pelo socialismo, os comunistas devem estar unidos. Hoje o movimento comunista dinamarquês está dividido em vários partidos. Portanto, a luta para reunificar o movimento com base no marxismo-leninismo e com um programa socialista para a Dinamarca é ainda um dos principais objetivos de nosso Partido.

Permitam-nos mais uma vez desejar-lhes todo sucesso possível diante dos desafios de nosso tempo e na abertura de perspectivas para a luta contra o neoliberalismo imperialista, pela democracia e pelo socialismo.

Longa vida ao internacionalismo!

Longa vida à forte amizade entre o PCdoB e o PCD/ML!

## **Partido Comunista da Eslováquia**

Em nome do Partido Comunista da Eslováquia, estou feliz por estar aqui com vocês e poder visitar seu agradável país, a bonita Rio de Janeiro e sentir a sua hospitalidade. E estou feliz em conhecer bons camaradas e em ver tantos camaradas jovens com tanta coragem e brilho nos olhos.

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Eslováquia, gostaria de agradecer ao PCdoB pelo convite. Quero saudar os participantes desse Congresso e desejar sucesso e um trabalho com bons frutos.

Desejo também a todos os Partidos Comunistas e de trabalhadores, sucesso em nossa luta comum em defesa do Socialismo e do Comunismo!

Obrigada, mais uma vez e boa sorte!

## **Coordenação dos Militantes Comunistas – Iniciativa Comunista (França)**

As teses do seu congresso realçam a justo título os impasses do capitalismo e os perigos muito graves em sua fase atual de ofensiva mundial e neoliberal, que exploram a classe operária e os povos de todos os países.

A crise estrutural do sistema capitalista, resultado de suas contradições analisadas há tempos por Karl Marx, da baixa tendencial dos lucros em plano mundial, aumenta a agressividade dos dirigentes dos grupos capitalistas dominantes, das quais as únicas soluções de classe são, por um lado, o agravamento da superexploração dos trabalhadores colocados em concorrência entre eles em escala mundial, e de outra parte uma nova fase de corrida armamentista e a guerra.

Na França, os trabalhadores são também submetidos à mesma ofensiva dirigida pelos grandes patrões e acompanhada pela política governamental. O governo atual, dirigido pela social-democracia – da qual conhecemos há muito tempo sua função política a serviço da burguesia – trava sem cessar uma política de privatização, de desmantelamento do setor público e nacionalizado, de desregulamentação e



de regressões sociais, aplicando as diretivas europeias que estão inseridas na lógica neoliberal do tratado de Maastricht e que visam a um nivelamento por baixo de todos os avanços sociais conquistados pelos trabalhadores nos diferentes países da comunidade europeia.

A social-democracia francesa, que dirige hoje a política governamental em coabitação com o presidente de direita Chirac, é desde o começo do processo em curso um dos principais fatores da construção deste novo grande polo imperialista que constitui a Europa supranacional a serviço exclusivo do grande capital, em detrimento da soberania nacional.

O governo participa, ao mesmo tempo, no quadro da OTAN e sob a hegemonia dos Estados Unidos, da guerra imperialista conduzida por iniciativa deles contra o Afeganistão, como tinha participado antes da guerra de agressão contra a Iugoslávia sob o pretexto hipócrita de uma intervenção humanitária.

Não há dúvida, como nos alertou o presidente norte-americano Bush, de que esta guerra suja imperialista vai se estender amanhã a outras regiões do planeta. Os imperialistas têm necessidade da guerra para justificar as grandes quantias absorvidas na produção de armamentos (...).

Mais do que nunca é necessário em nossa época a prática do internacionalismo proletário e do papel que ele deve representar para desenvolver ainda mais amplamente uma vasta frente anti-imperialista no mundo.

Desejamos os melhores êxitos possíveis a seu Congresso.

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

### **Comunistas do Sul da França**

É uma grande satisfação assistir ao 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Os vínculos fraternos com os camaradas, que me aproximam do seu presidente João Amazonas, vêm de numerosos anos de luta comum que travamos juntos no Partido do Trabalho da Albânia, pela defesa do marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo, teoria que nos guia na ação revolucionária, representa a linha de demarcação que diferencia os verdadeiros comunistas da social-democracia e dos revisionistas. Esta fidelidade

ao marxismo-leninismo e sua aplicação concreta na situação brasileira permitiram que o PCdoB obtivesse êxitos em sua luta política.

Na França, desde os anos 1960, comunistas como o tão estimado camarada François Marty vêm lutando pela reconstrução de um verdadeiro partido comunista marxista-leninista. Ainda hoje, a criação desse partido é a preocupação principal dos marxista-leninistas. Atualmente, a oposição de um número de comunistas do Partido Comunista Francês, denunciando o abandono oficial do marxismo-leninismo por este partido, abre novas perspectivas nesta luta.

Em nível internacional, o imperialismo liderado pelos EUA, quer impor sua lei ao conjunto de países e povos do mundo. Mas a resistência dos povos se organiza, o que pode ser comprovado pelo movimento antiglobalização. Para que esta luta dê resultados, os marxista-leninistas têm a responsabilidade de conduzi-la pelas vias do socialismo.

Em nome dos camaradas marxista-leninistas do sul da França, desejamos grande êxito ao 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Estamos convencidos de que o PCdoB saberá consolidar sua unidade em uma linha fundamentada na aplicação dos ensinamentos universais do marxismo-leninismo, adaptados às realidades econômicas, sociais e políticas do Brasil.

Viva o Comunismo!

Viva o Marxismo-Leninismo!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

## **Partido Comunista da Grécia**

O Comitê Central do Partido Comunista da Grécia, aproveitando a ocasião do seu 10º Congresso, envia uma calorosa saudação fraternal aos congressistas, aos quadros e aos membros do PCdoB e assiste com uma particular alegria aos trabalhos do seu Congresso.

O seu Congresso realiza-se num período altamente crítico para toda a humanidade. O imperialismo estadunidense e os seus aliados da OTAN, sob o pretexto de combater o terrorismo, desencadearam uma guerra imperialista injusta contra o povo do Afeganistão, tendo como objetivo a ampliação de suas operações de guerra contra 60 outros países. Os imperialistas são suspeitos de fomentar o terrorismo.



Ao mesmo tempo, as medidas repressivas, policiais e estranguladoras dos direitos políticos e das liberdades civis dos povos, estão na ordem do dia e implementam-se nos EUA e em outros países. O seu objetivo é esmagar toda voz e todo movimento de resistência contra a nova ordem imperialista que queria se impor, todo movimento de libertação nacional e social que conteste a sua dominação e exija que os povos decidam, eles mesmos, sobre a marcha e o futuro das suas pátrias.

Somos solidários com a luta do povo cubano contra o bloqueio criminoso dos EUA, com sua batalha para manter as conquistas socialistas e o seu futuro. Saudamos a luta do povo da Colômbia pela liberdade e a justiça social e repudiamos o Plano Colômbia, promovido pelos EUA. Saudamos as lutas dos povos da América Latina e do Sul para defender e ampliar os seus direitos e as suas liberdades, as suas lutas contra a miséria e a escravidão, contra o FMI, o Banco Mundial e a OMC, contra os acordos da NAFTA e a Alca.

Dessa tribuna, saudamos a justa luta do povo palestino para obter o seu Estado independente e soberano, com Jerusalém do Leste como a capital e condenamos a nova declaração de guerra do governo israelense contra o movimento de libertação da Palestina.

Somos solidários com a sua causa contra a injustiça social e a miséria, com a sua luta contra o ataque do capital contra os direitos e as conquistas da classe operária e das outras camadas trabalhadoras, pela defesa e melhoria do nível de vida de seu povo, pelo fortalecimento das forças de classe no seio do movimento sindical da classe operária e dos camponeses.

Acompanhamos com particular interesse sua luta contra os planos de intervenção dos EUA e de outros países, usando como pretexto a região amazônica.

Nas condições atuais de ataque frontal do imperialismo aos povos e seus direitos, é preciso fortalecer ainda mais os laços entre os Partidos Comunistas e Operários, a sua coordenação e o desenvolvimento dos seus esforços para uma ação comum fazendo frente a esse ataque. A vida tem provado que o fortalecimento da ação dos comunistas constitui a melhor garantia do desenvolvimento de um movimento combativo anti-imperialista de massas contra a política do imperialismo para abrir caminho para a justiça social e o socialismo.

Convencidos de que os laços entre os nossos Partidos se fortalecerão ainda mais, desejamos completo êxito nos trabalhos do seu Congresso.

### **Partido Comunista Português**

Ao transmitir-vos calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses, o Comitê Central do PCP saúda todos os membros do Partido Comunista do Brasil na sua luta de resistência à atual ofensiva do grande capital e do imperialismo, por uma alternativa democrática e de progresso social, que garanta a soberania e a independência nacionais, e tendo o socialismo como objetivo.

A situação do Brasil, pelos profundos, antigos e distintos laços históricos que unem os nossos dois povos e países – desde a opressão colonial até os nossos dias e, em que, embora aquém do desejável, se desenvolvem relações políticas, econômicas e culturais no quadro dos atuais regimes democráticos –, suscita em nosso povo e nos comunistas portugueses um grande interesse. É assim que acompanhamos a grave situação econômica, financeira e social que atinge duramente os trabalhadores e o povo brasileiro na sequência das políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso. E somos solidários com a ação do PCdoB que, no quadro de uma ampla aliança social e política, intervém em defesa dos direitos e interesses vitais dos trabalhadores contra as privatizações e pela reforma agrária, a fim de garantir ao povo brasileiro um projeto político alternativo em que se assumam plenamente como sujeito da história.

O vosso congresso realiza-se num quadro de perigoso agravamento da situação internacional em consequência dos brutais atentados de 11 de setembro e da escalada de guerra que se lhe seguiu. Os bombardeios dos EUA ao Afeganistão e a ameaça de intervenção militar em outros países, trouxeram acrescida complexidade a uma situação já de si extraordinariamente instável. O PCP, que condenou firmemente os atentados, considera que a guerra não é solução ao terrorismo, cujo combate deverá situar-se na esfera política e na erradicação das suas causas. Condenando os bombardeios dos EUA, alertamos para o desenvolvimento do militarismo e da corrida armamentista, bem como



para os perigos da deriva policial e repressiva que, nomeadamente na União Europeia, atinge direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores e dos povos, como aconteceu recentemente em Portugal com a revisão extraordinária da Constituição, em que se aliaram os deputados do PS e da direita.

O PCP considera que é de fundamental importância o reforço da solidariedade entre os partidos comunistas e outras forças democráticas e progressistas no sentido de impedir que a crise internacional seja aproveitada para acentuar a exploração e atirar para cima dos trabalhadores o preço da crise econômica do capitalismo. Do mesmo modo, os comunistas e outras forças progressistas devem unir os seus esforços no sentido do reforço de um amplo e vigoroso movimento contra a guerra e pela paz. A solidariedade com os povos vítimas de agressões, bloqueios e ameaças do imperialismo, nomeadamente o martirizado povo palestino, Cuba socialista e Colômbia, é de maior importância no momento atual.

Na América Latina, o Fórum de São Paulo é expressão dessa solidariedade e da cooperação necessária para travar o projeto de domínio neocolonial do imperialismo que a Alca constitui.

Em Portugal, o PCP, aprofundando as suas raízes nos trabalhadores e nas massas populares, intervém combatendo a política e as opções de direita do governo do Partido Socialista, que satisfazendo as exigências do grande capital restringe direitos e liberdades fundamentais e põe em causa a soberania e a independência nacionais. Neste momento, o nosso Partido, a par de uma intensa luta no plano social e institucional, concentra suas energias na batalha das eleições autárquicas de dezembro. Reafirmando a sua identidade comunista e o seu projeto de uma democracia avançada, simultaneamente política, econômica, social e cultural, o PCP propõe uma alternativa de esquerda para Portugal que, combatendo as injustiças sociais, defenda os interesses dos trabalhadores e do povo português. O fortalecimento da organização do Partido e da sua influência política na vida nacional é fundamental para a concretização de tais objetivos e para o futuro socialista em Portugal.

Desejamos os melhores êxitos aos trabalhos do vosso congresso e à implementação posterior de suas decisões.

Reafirmamos-vos a nossa vontade de continuar a atuar no sentido do reforço das relações de amizade existentes entre os nossos dois povos e países, para o que a solidariedade e a cooperação fraternal entre os nossos dois partidos são elemento fundamental.

### **União Democrática Popular (Portugal)**

Expressamos uma saudação maior pela realização do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, pela expressão e o fortalecimento da vanguarda dos explorados, excluídos e oprimidos do país irmão. Tendo o socialismo e a ciência como guias para a ação, revemo-nos no vosso combate e na contribuição internacional que projetam.

João Amazonas inspirou gerações pela coragem, lucidez, apego aos princípios do marxismo-leninismo, do combate ao revisionismo moderno, dirigente comunista operário do Partido, internacionalista, trouxe sempre a reflexão, a inquietação teórica, a procura da estratégia revolucionária. Dizer que a sua figura está debruada na história do Brasil e da classe operária será pouco, mas os comunistas e muitos outros medem o alcance. Com humildade dizemos obrigado, camarada João.

Seguimos de perto o vosso afincado em ganhar um novo rumo para o Brasil, liberto do neoliberalismo, derrotando as forças conservadoras, abrindo caminho às forças democráticas e populares. Aprendemos com a vossa experiência.

Na cena internacional o PCdoB aponta justamente o combate aos EUA, potência hegemônica do imperialismo, como o combate da liberdade, da civilização, do futuro. Os interesses do trabalho, dos povos, hão de reverter o retrocesso da globalização capitalista. É fator-chave a consciência da profundidade da crise estrutural do capitalismo e da urgência das nossas tarefas de vanguarda para responder às rupturas históricas que se preveem.

Em Portugal, e na União Europeia de um modo geral, enfrentamos o desmantelamento de conquistas sociais, a desregulamentação das leis do trabalho, o crescimento da pobreza e da exclusão social. Preocupamo-nos o reforço das organizações racistas e neofascistas. Preocupamo-nos a corrida armamentista e o avanço do exército europeu. Em Portugal,



como na maioria dos países europeus, o governo é dominado por um partido da Internacional Socialista, e no entanto é abertamente neoliberal. Há muito caminho a ser percorrido para tirar a cara da esquerda desses governos e gerar alternativas que defendam os direitos sociais, a democracia, a paz internacional.

No novo século, o comunismo brilha porque brota das necessidades da vida social e da antecipação da sociedade sem classes.

O Partido Comunista vive e viverá!

Viva o Movimento Comunista Mundial!

### **Partido Comunista da Índia (Marxista)**

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista) traz calorosas e fraternas saudações ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil pela realização do 10º Congresso, que acontece de 9 a 12 de Dezembro de 2001.

Camaradas, o seu Congresso está acontecendo em meio às rápidas mudanças do desenvolvimento internacional. Aproveitando os ataques terroristas do 11 de Setembro, os Estados Unidos declararam uma guerra unilateral contra “o terrorismo global”. Ignorando as Nações Unidas e outros fóruns internacionais, os Estados Unidos lançaram um ataque de grandes proporções ao Afeganistão. Ao mesmo tempo em que os responsáveis pelo ataque do 11 de setembro precisam ser entregues à justiça, a administração de Bush não pode se dar o direito de definir e lidar sozinha com o terrorismo. A apreensão expressa em todos os cantos sobre o uso que os Estados Unidos estão fazendo dos ataques de 11 de setembro, para consolidar e estreitar sua hegemonia, não pode ser esquecida.

Esse avanço somente confirma que a situação internacional continua sendo complexa. O imperialismo estadunidense esforça-se para impor sua hegemonia em todo o mundo. Contudo, as forças progressistas e anti-imperialistas firmam-se na resistência ao imperialismo. As demonstrações antiguerra e a crescente união contra a globalização refletem a crescente antipatia pelo imperialismo e pela ordem mundial imposta por ele.

Na Índia, o partido dominante, o BJP, que defende a linha ideoló-

gica da direita, ofereceu prontamente apoio aos esforços de guerra dos Estados Unidos, mesmo sem ser solicitado por esse país. O governo também montou uma política econômica que põe em risco a soberania e aumenta a participação estrangeira. Ao mesmo tempo, com o aumento do fundamentalismo da religião Hindu, as lutas para resguardar os fundamentos democráticos seculares da Índia também estão crescendo. O Partido Comunista da Índia (Marxista) e as forças de esquerda estão buscando a unidade das forças democráticas e seculares para estabelecermos uma política alternativa ao modelo reacionário atual.

Estamos acompanhando de perto o desenvolvimento na sua região e também as atividades do Partido Comunista do Brasil. E estamos confiantes que o PCdoB vai jogar um papel decisivo e mais efetivo influenciando no desenvolvimento de sua região.

Novamente o Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista), gostaria de trazer fraternas saudações por ocasião do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

### **Partido Comunista de Israel**

Por ocasião de seu 10º Congresso temos o prazer de transmitir a vocês e a todos os membros e simpatizantes de seu Partido, calorosas e fraternais saudações.

O Congresso está acontecendo no momento em que as classes trabalhadoras e as forças democráticas e pacifistas no mundo estão assistindo a uma intensa ofensiva por parte da corporação internacional reacionária e das forças dominantes ao levante que se denomina como a nova ordem mundial. Neste momento, reforçar a unidade das classes trabalhadoras e aprofundar a cooperação de todas as forças democráticas e de esquerda, promovendo a solidariedade internacional se tornaram questões de máxima importância.

O governo dos Estados Unidos, usando os ataques criminosos de 11 de setembro como desculpa para declarar guerra contra o Afeganistão, não pretende se confrontar com o problema do terrorismo, mas trazer mudanças nas regras de relacionamento internacional, para conseguir que a hegemonia dos Estados Unidos e das corporações multinacionais se fortaleça em todos os continentes.



O Partido Comunista de Israel teme que a intenção da administração Bush seja tornar a presente guerra como norma de conduta internacional e aplicar a outros países que os Estados Unidos acusarão de “terroristas”.

Um enorme derramamento de sangue está acontecendo na nossa região, causado pela tentativa do governo de Israel e apoiado pela administração dos Estados Unidos, no intuito de sabotar a perspectiva de acordo de paz Israel-Palestina.

O Partido Comunista de Israel conclama a todos os amantes da paz e da democracia em Israel – judeus e árabes – a se oporem à cínica exploração da histeria da guerra do governo Sharon-Peres, em ampliar a opressão da ocupação, incluindo a matança diária de palestinos e a entrada de forças de Israel na “área A” já dominada pelos palestinos e a destruição de casas e plantações, e o estabelecimento de novos assentamentos.

O caminho da paz e da segurança para ambos os povos, israelense e palestino, passa pelo fim da ocupação e evacuação dos assentamentos israelenses e o estabelecimento do Estado palestino cuja capital é Jerusalém Oriental, e a solução do problema dos refugiados de acordo com a resolução das Nações Unidas.

Com sincero interesse acompanhamos sua luta. Esperamos desenvolver no futuro nossa amizade e cooperação entre os nossos partidos e desejamos a vocês êxito nos trabalhos.

### **Partido Comunista Libanês**

A participação de um partido libanês no Congresso do Partido Comunista do Brasil tem um sentido particular, tendo em vista as relações fraternas que ligam os dois povos e a relação de amizade entre os dois países. Estas relações sólidas são ainda mais reforçadas pela presença de uma grande comunidade libanesa em seu país.

Nosso país atravessa um período muito difícil nos campos político, econômico e social, após 17 anos de guerra civil e de ocupação israelense que durou 22 anos. E ainda sofre as consequências da ausência de uma solução global e justa para o conflito do Oriente Médio, baseada na aplicação das resoluções da ONU que exigem a retirada de Israel

de todos os territórios árabes ocupados desde 5 de junho de 1967; e a criação de um Estado palestino independente, soberano e viável.

É importante, sobretudo após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, que, além da condenação destes atos, as forças progressistas e democráticas no mundo debatam seus pontos de vista para a construção de um novo mundo de paz, de justiça social, de liberdade e de democracia. E trabalhem para uma nova perspectiva de mundialização, em favor de um desenvolvimento durável da nossa concepção humanista do mundo face às lógicas desastrosas de uma mundialização ultraliberal.

Desejamos êxito no seu 10º Congresso, bem como o progresso de seu partido e de seu país, e confirmo a intenção do nosso partido de consolidar e reforçar os elos fraternais com seu partido pelo interesse comum de nossos dois países.

Todo o êxito para o 10º Congresso de seu partido.

Viva o Partido Comunista do Brasil.

### **Movimento dos Comitês Revolucionários da Líbia**

O Movimento dos Comitês Revolucionários da Líbia tem a honra e a imensa satisfação de estar presente no 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, trazendo as homenagens e saudações do irmão Cad. Muamar Kaddafi, líder da Revolução do grande Alfateh, aos camaradas líderes e militantes do grande partido internacionalista brasileiro, e através dos camaradas homenageamos também o grandioso povo brasileiro irmão, que vê no projeto do PCdoB a grande esperança para um Brasil mais feliz.

O Movimento dos Comitês Revolucionários, em sua luta pela era das massas onde os povos se autogovernam, exercendo a verdadeira democracia direta por meio de comitês populares, pela transformação dos assalariados em associados, estabelecendo assim o verdadeiro socialismo, encontra-se na mesma trincheira dos comunistas e progressistas do mundo inteiro, frente às forças perversas do capitalismo, inimigas da liberdade e da paz mundial.

Sua luta e sua história dignificam esta grande nação brasileira e sua posição ao lado da causa justa do povo palestino sensibiliza a nação árabe.



Para vocês camaradas, nosso profundo agradecimento pelo muito com que contribuíram para o bem-estar da humanidade. Sucesso ao seu Congresso e que tenham cada vez mais vitórias em prol do Brasil e do mundo.

Viva o PCdoB!

Viva o Brasil!

### **Embaixada da República Árabe da Síria**

Em nome do Embaixador da República Árabe da Síria no Brasil, doutor Chahin Farah, alegro-me em apresentar saudações aos membros de comando do PCdoB por ocasião deste 10º Congresso, desejando aos congressistas êxito e, ao Partido, mais progresso e boas realizações no caminho da humanidade.

Aproveito esta importante oportunidade para expressar as perspectivas, esperanças do nosso Partido na Síria (Partido AI-Baath Árabe Socialista) para estender as pontes de cooperação com seu grande Partido e, ainda, expressar o interesse do Partido AI-Baath em desenvolver relações entre nossos partidos e levá-los a melhores níveis, e afirmamos que estamos dispostos a todas as formas de cooperações produtivas que beneficiarem nossos povos e, em geral, a comunidade.

A Síria sempre afirmou a necessidade constante de trabalho em todos os níveis para combater o terrorismo internacional em todas as suas formas e fases de acordo com os princípios e intenções da ONU. E a Síria foi o primeiro país, em 1985, a convocar uma conferência internacional, sob a coordenação da ONU para estabelecer um significado do terrorismo e saber a diferença entre o terrorismo e a luta das nações para conquistar a libertação nacional; e, com base nessa solicitação da Síria, foi acrescentado um item na ordem do dia da Assembleia Geral das Nações Unidas afirmando a importância de um estudo dos motivos camuflados por detrás do terrorismo e tomar providências adequadas para impedi-lo e combatê-lo e tratar suas causas e raízes.

O mundo assistiu com muita surpresa ao terror dos atentados contra Nova Iorque e Washington, e a Síria e outros países árabes não hesitaram em condenar esses ataques com a mais forte das expressões, e,

após o atentado, a Síria fez um chamado para um Ato de Cooperação Internacional, sob a coordenação da ONU, para o combate ao terrorismo em todas as suas formas e também pediu para que chegassem a um acordo dando critério e classificação ao terrorismo. Tudo isso para combatê-lo da melhor forma e tratar suas causas e raízes.

Todos os que estiverem ligando os atos terroristas ao Islã ignoram uma realidade que é a religião islâmica que respeita todas as religiões divinas e prega, também, o ato de perdão entre os seguidores, proibindo a matança de inocentes e o saque de seus bens.

Há dez anos, coincidentemente, foi realizada nessa mesma data, a Conferência em Madri pela Paz, e a Síria trabalhou com muito esforço verdadeiro para deixá-la como entrada para uma paz justa e abrangente no Oriente Médio. As negociações produtivas que a Síria praticou durante tantos anos passados deixaram claro para a comunidade internacional dois pontos: 1) Israel não está interessado, não é sério na realização de uma paz justa e abrangente baseada nas determinações da ONU; e 2) a Síria tem direito em retomar todo o Golá ocupado, até a fronteira, em 4 de junho de 1967, sem nenhuma negociação. Por outro lado, a Síria sempre ficou chocada com a teimosia, as manobras e a negação de direito e a fuga ao dever da paz pelo lado israelense. Na realidade, Israel já cumpriu e esgotou o que foi prometido pelo ex-Primeiro-Ministro Chamir, na época, que pretendia fazer as negociações, enrolado num círculo esvaziado durante dez anos com todas as suas consequências perigosas e resultados trágicos.

Renovo a saudação a seu generoso congresso e saúdo seus esforços que pretendem aliar os justos e injustiçados no mundo, desejando ainda mais realizações brilhantes no caminho da paz e do bem.

### **Partido do Trabalho (EMEP) – Turquia**

Recebemos com muita honra o convite feito por vocês, para assistir aos trabalhos do seu 10º Congresso. Nós lhes transmitimos as saudações calorosas da direção nacional e de todos os militantes do nosso partido, desejando-lhes pleno êxito para os trabalhos do Congresso.

O Partido do Trabalho da Turquia (EMEP) é um partido criado há alguns anos para ser um instrumento ainda mais eficaz à classe



operária, à juventude revolucionária, aos intelectuais progressistas e ao conjunto dos trabalhadores do nosso país.

Mas, enquanto corrente política, nossa existência vem de uma época muito mais longínqua, durante a qual mantivemos relações revolucionárias com o seu partido.

Estamos convencidos de que seu 10º Congresso será um passo importante para sustentar e oferecer perspectivas à luta dos trabalhadores e do povo do Brasil, no combate pelo progresso, pelo desenvolvimento, pela independência e para um melhor futuro do país.

Na atual situação do mundo, o Brasil, assim como a Turquia e numerosos outros países, estão submetidos à pressão, à agressão econômica, política, cultural e social.

As grandes potências imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos, entram em todas as esferas da vida econômica, social e cultural de nossos países. Eles humilham os povos, minam a independência e a soberania das nações e querem reduzir a maior parte dos países do mundo ao *status* de neocolônia do imperialismo, que se submete ao modo de vida norte-americano.

Em uma época onde a lógica do capitalismo é apresentada como inevitável e como uma lei da natureza, há em todas as partes do mundo elementos de contestação e de resistência. Estas forças não só resistem contra todos os tipos de agressões do imperialismo, mas reivindicam um futuro melhor.

O aprofundamento das contradições do sistema capitalista fez com que, hoje mais do que nunca, os povos precisem do socialismo, e eles começam a tomar consciência disso.

As massas trabalhadoras da Turquia como as do Brasil, em sua grande maioria, se encontram no seio do combate contra as privatizações, as demissões, contra a eliminação dos direitos adquiridos, contra a ditadura dos organismos internacionais financeiros como o FMI e o Banco Mundial e finalmente contra o próprio capitalismo.

O Partido do Trabalho da Turquia (EMEP), enquanto vanguarda da classe operária da Turquia, é solidário aos trabalhadores dos outros países, sobretudo os brasileiros, no combate que empreendem contra o capitalismo.

Nós saudamos o esforço do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

para reforçar e levar a bom termo a luta dos trabalhadores brasileiros.

Viva a luta da classe operária e dos povos do Brasil!

Viva o 10º Congresso do PCdoB!

Viva o Marxismo-Leninismo!

### **Organização para Libertação da Palestina (OLP) Autoridade Nacional Palestina**

Em nome do nosso povo, da Autoridade Palestina e do nosso presidente Yasser Arafat, agradecemos pelo convite para estarmos presentes ao 10º Congresso do PCdoB. Saudamos os delegados e os representantes de diversos países presentes – em especial o grande líder João Amazonas – e queremos agradecer por todo o apoio e a solidariedade que têm demonstrado para com a luta de nosso povo – vítima das maiores atrocidades perpetradas pelo governo terrorista de Ariel Sharon. Agradecemos ainda pelo nobre apoio que estamos recebendo do povo e governo brasileiro.

A situação do povo palestino é tão difícil que sequer foi possível a presença em seu 10º Congresso do Conselheiro do Presidente Yasser Arafat, que não pode sair da Palestina devido ao criminoso cerco a que estamos submetidos. Nosso povo, nossas cidades e nosso governo encontram-se cercados pelas forças armadas de ocupação israelenses. Ariel Sharon chefia uma ofensiva militar, cometendo as mais brutais ações, matando nossa população e destruindo nossa infraestrutura. Faz exigências ao nosso governo, ao mesmo tempo em que impede o deslocamento das nossas autoridades – uma vez que dividiu nosso território em “quadras” e impede que os palestinos se desloquem de uma para outra.

Nossa luta é para que Israel, e os Estados que o apoiam, reconheçam as Resoluções da ONU e a implementação das mesmas como o caminho para resolver o conflito. Mas o governo Sharon prefere a guerra – demonstrando que seu objetivo é o genocídio do povo palestino. Somos o último país sob ocupação neste século e temos o mais antigo e maior problema de refugiados na história contemporânea que deveria ser solucionada na base da Legalidade Internacional e das Resoluções da ONU. Queremos apenas viver em paz na nossa terra,



com o direito de termos o nosso Estado e nossa capital em Jerusalém Oriental, questões já decididas pelas resoluções da ONU.

Por isso, amigos do PCdoB e demais partidos e organizações aqui presentes, vimos continuar pedindo a sua importante ajuda para a nossa causa. Solicitamos a criação de Comitês Permanentes de Solidariedade ao Povo Palestino, a exemplo dos Comitês que foram formados em solidariedade ao Povo Sul-Africano contra o *Apartheid*, já que nosso povo enfrenta o *apartheid* israelense. Esses comitês pressionariam o envio de uma força internacional de proteção que permaneceria nos territórios palestinos até o fim da ocupação israelense e o estabelecimento do Estado Palestino Independente.

Certos de contarmos com seu apoio fazemos votos para que o 10º Congresso alcance seus objetivos.

# Mensagens recebidas pelo 10<sup>o</sup> Congresso do PCdoB

---

| Mensagens ao PCdoB |



## Mensagens recebidas

---

**Foro de São Paulo** – Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo; **Bolívia** – Partido Comunista da Bolívia; **Peru** – Movimento Nova Esquerda (MNI); **Uruguai** – Partido Comunista do Uruguai; **Albânia** – Mensagem da veterana dirigente comunista Nexhmije Hoxha; **Bélgica** – Partido do Trabalho da Bélgica; **Espanha** – Partido dos Comunistas da Catalunha; **Chipre** – AKEL – Partido Progressista do Trabalho do Chipre; **Inglaterra** – Novo Partido Comunista da Inglaterra; **Itália** – Partido da Refundação Comunista; **Iugoslávia** – Novo Partido Comunista da Iugoslávia; **Suécia** – KPML(r) Partido Comunista Marxista-Leninista; **Austrália** – Partido Socialista Democrático da Austrália; **Índia** – Partido Comunista da Índia; **Laos** – Partido Popular Revolucionário do Laos; **Síria** – Partido Comunista da Síria e Partido Comunista Sírio.

## **Foro de São Paulo**

Muito nos honra o convite feito para participar do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil que se realizará na cidade do Rio de Janeiro, de 9 a 12 próximos.

Estamos certos de que este importante evento irá contribuir para o enriquecimento dos debates sobre as grandes questões colocadas para a esquerda em nosso país e manifestamos nosso interesse em receber as conclusões desses debates.

Recebam nossas mais cordiais saudações.

Secretaria Executiva do Foro de São Paulo

## **Partido Comunista da Bolívia**

Circunstâncias alheias à nossa vontade nos impedem de estar presentes em seu 10º Congresso Nacional, ao qual saudamos fraternalmente desejando-lhes os maiores êxitos. Consideramos o vosso encontro muito importante não apenas para o Brasil, mas também como uma repercussão na luta de povos como o nosso. Sendo um dos primeiros congressos comunistas do primeiro ano do novo século, certamente marcará a marcha do povo irmão brasileiro rumo a um futuro maior, à construção de uma sociedade socialista, a única capaz de superar as desigualdades e injustiças da sociedade capitalista.

Através de suas publicações temos seguido com atenção os debates preparatórios e, em particular, temos levado em consideração as teses a serem examinadas no 10º Congresso. Nós os felicitamos pela riqueza e profundidade que alcançaram. Entendemos não ser nenhum exagero afirmar que significa um condutor ao desenvolvimento da teoria e da prática dos revolucionários que ultrapassa os limites do Brasil.

O desenvolvimento da força teórica do PCdoB se completa plenamente com a sua presença cada vez mais importante na vida política brasileira que se torna uma referência imprescindível não apenas para a história do Brasil como também para a luta contemporânea. Estamos convencidos de que os princípios e a metodologia do socialismo científico continuarão guiando sua prática, a cada dia mais exitosa.

Reiteramos-lhes nossas mais cordiais saudações e também reafirma-



mos nossa intenção de trabalhar em conjunto em prol dos interesses dos trabalhadores e de nossas pátrias.

### **Partido Comunista do Uruguai**

O Comitê Central do Partido Comunista do Uruguai envia a todos os congressistas do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil sua afetuosa saudação.

Lamentavelmente, inadiáveis tarefas de preparação do nosso XXVI Congresso, que se realizará de 14 a 16 de dezembro, tornam impossível a nossa presença como havíamos desejado.

Nas circunstâncias em que se manifestam, do modo mais frio, os desígnios do imperialismo norte-americano e seus aliados de se converterem em gendarmes do mundo, mais do que nunca se torna evidente a necessidade de organizar as lutas dos nossos povos.

A estratégia global neoliberal só poderá ser enfrentada, e derrotada, através do desenvolvimento – de modo conjunto, em nossos países – de uma estratégia popular e democrática avançada por parte dos movimentos populares.

O socialismo continua sendo a alternativa correta para a humanidade cada vez mais explorada.

Nós comunistas temos o dever histórico de conduzir à unidade e à organização da luta organizada da classe operária, dos trabalhadores e de todo o povo em suas diferentes organizações sindicais e sociais. E, simultaneamente, empreender esforços para tornar mais fluídas as nossas relações de intercâmbio de experiências de luta.

Desejamos-lhes os maiores êxitos em vossas tarefas.

Viva a luta dos nossos povos!

Viva o socialismo e o comunismo!

### **Partido do Trabalho da Bélgica**

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Bélgica envia calorosas saudações aos participantes do 10º Congresso (no Rio de Janeiro, 09 a 12 de dezembro) do PCdoB. Infelizmente, estamos impossibilitados de participar de tão importante congresso.

Como parte do movimento comunista internacional, nossos partidos estão lutando contra a determinação imperialista de impor esta lei bárbara e desumana a todas as pessoas. Estamos lutando juntos para libertar o mundo proletário, as massas exploradas e as nações oprimidas pela ditadura imperialista e a escravidão promovida pelo capitalismo.

Parabenizamos os camaradas brasileiros pelo seu chamado para a luta contra o neoliberalismo imperialista e pelo fortalecimento da resistência popular. Desejamos êxito absoluto em traçar caminhos comunistas na luta pela democracia, pela soberania nacional e por um progresso social para o povo brasileiro.

Unidade e solidariedade nas bases marxista-leninistas entre todos os partidos comunistas e, mais do que nunca, crucial na presente situação da globalização imperialista, isto é, pela expansão e intensificação em escala mundial da exploração e dominação imperialista.

O imperialismo hoje é caracterizado pela sua tendência ao “fascismo usando uma máscara de democracia”. A situação econômica dos trabalhadores vem se deteriorando rapidamente; repressão policial e espionagem política estão ascendendo; racismo e fascismo estão avançando com a ajuda de facções importantes do comércio em grande escala.

Todo o mundo está se movendo em direção a frequentes problemas econômicos e crises.

O imperialismo mostra a sua natureza genocida organizando a destruição da União Soviética, causando dessa forma mais de seis milhões de mortes nos primeiros seis anos da contrarrevolução, a agressão e o embargo contra o Iraque, que já provocou 1,5 milhão de mortes, o genocídio provocado pelo imperialismo francês em Ruanda, degradando um milhão de pessoas, tutsi e hutus; a guerra de agressões da coalizão ugandense-ruandense-norte-americana que já provocou a morte de 3,75 milhões de congoleses! Atualmente, a agressividade norte-americana está culminando na guerra bárbara e genocida contra o Afeganistão.

As contradições entre os três centros do imperialismo estão aumentando e o imperialismo planeja uma guerra contra a China e a Rússia.

Unidas, as revoluções democráticas nacionais na Ásia, África e América Latina e a revolução socialista desenvolvida em países capita-



listas irão destruir o imperialismo e sua ditadura bárbara. O socialismo é a alternativa para a humanidade.

Aproveitamos a oportunidade para reforçar os laços entre os nossos partidos.

Gostaríamos de receber as resoluções políticas definidas em seu Congresso.

### **Partido Comunista da Catalunha**

É impossível assistir ao vosso Congresso, mas gostaríamos de fazer chegar a nossa saudação e de desejar que os debates e as resoluções aprovadas por vocês sejam de utilidade para os trabalhadores e os setores populares do vosso povo.

É tempo para a resistência às políticas da globalização neoliberal por intermédio da solidariedade e da unidade.

Estamos muito interessados em vossos documentos e na resolução do vosso Congresso que esperamos receber.

Uma saudação revolucionária.

### **Partido Progressista dos Trabalhadores do Chipre**

Em nome do Comitê Central do Partido Progressista dos Trabalhadores do Chipre, enviamos calorosas congratulações pela realização do 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Agradecemos também o convite para que o Partido Progressista dos Trabalhadores do Chipre fosse representado em tão importante fórum dos Comunistas brasileiros. Infelizmente, o 10º Congresso do PCdoB acontece na véspera das eleições municipais no Chipre, fato que impossibilitou nossa presença em tão importante evento.

O resultado do 10º Congresso do PCdoB não tem apenas importância nacional. Com as peculiaridades de cada país e partido, eles não só estarão registrados na agenda das forças de esquerda de sua região, mas na de outros continentes também.

O esforço do neoliberalismo de impor para o mundo a então chamada “nova ordem” tem trazido uma grande instabilidade, uma violação flagrante das leis internacionais e da Carta das Nações Unidas,

um desrespeito à integridade nacional, à soberania dos Estados e o futuro das pessoas, que nesse caso não coincide com os interesses geoestratégicos e financeiros dos EUA e seus aliados. O conflito em curso no Afeganistão, uma suposta batalha contra o terrorismo, o que nós, não equivocadamente, condenamos onde quer que ele se origine, é o último desses eventos. Ao mesmo tempo, Israel empreende uma guerra declarada contra a Palestina causando um constante derramamento de sangue da população civil, exemplo vivo do terrorismo de Estado, com o apoio dos Estados Unidos. A Turquia, um país que pratica terrorismo de Estado em seu próprio povo, contra os curdos e contra o Chipre, ocupando 37% do seu território, continuando a sua aliança com o Ocidente. Tanto Israel quanto a Turquia são aliados estratégicos dos Estados Unidos e do Ocidente, em busca de benefícios e ainda de uma posição melhor nas novas condições internacionais.

Na década passada foi imposta a implantação em escala mundial da globalização de acordo com as regras ditadas pelas multinacionais e os monopólios, pelo FMI, pelo Banco Mundial e o G7. As desastrosas consequências disso são mais que conhecidas para o povo brasileiro e para os povos dos países pobres e em desenvolvimento.

Entretanto, o fenômeno acima não foi submetido de forma inquestionável à população. As forças e os movimentos de esquerda têm acumulado experiência e têm apresentado um desafio real a essa globalização, e resistência a essa nova ordem. Estes movimentos estão mais organizados, coerentes, e agora estão trabalhando a fim de apresentar uma alternativa real, progressiva e de esquerda. O movimento popular no Brasil está tendo um papel importante, a partir do lançamento do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Com essas palavras gostaríamos de congratular a todos pela organização do 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil e desejamos muito sucesso em suas deliberações. Ao mesmo tempo, aproveitamos para reiterar nosso interesse em aprofundar ainda mais as nossas relações. Gostaríamos também de agradecer pela solidariedade à justa luta do povo do Chipre pela reunificação de nosso povo e nosso país em uma federação – um único Estado, lar tanto dos de origem grega quanto dos de origem turca.



## **Novo Partido Comunista da Inglaterra**

O Novo Partido Comunista da Inglaterra envia calorosas saudações aos nossos camaradas brasileiros reunidos no 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil em dezembro na cidade do Rio de Janeiro. Lamentamos a impossibilidade de participarmos por razões financeiras, mas através desta mensagem estaremos fazendo parte desse importante evento.

Apesar de estarmos separados por milhares de milhas de oceano, estamos unidos numa mesma ideologia, o marxismo-leninismo, e numa mesma convicção e certeza: este novo século verá grandes mudanças – para melhor – em todo o mundo. O imperialismo está na defensiva e a crise do capitalismo se faz sentir até mesmo na Inglaterra, coração do imperialismo.

A experiência da Revolução Soviética sob a liderança de Lênin e Stalin e a realidade do socialismo existente no governo popular da China, Coreia Democrática, Vietnã, Laos e Cuba provam a validade das ideias de Marx e Engels, dando para todos nós uma grande confiança em nosso trabalho e na luta do dia a dia.

Estamos entrando num século de graves conflitos entre o campo imperialista, liderado pelos Estados Unidos da América, e a luta da população de todo o mundo. Trabalhadores e camponeses produzem toda a riqueza do mundo e os que estão fora dos países socialistas são roubados impiedosamente pelos capitalistas e exploradores. Mas, onde existe opressão existe resistência e o ressurgimento do movimento comunista em todo o mundo é parte de um processo revolucionário que irá crescer mais forte a cada dia.

Vemos o vigor e a determinação dos trabalhadores brasileiros nas páginas de seus jornais. Estamos confiantes de que os camaradas brasileiros terão êxito nessa luta pelo que todos nós almejamos – a revolução socialista e a emancipação da classe trabalhadora.

Embora não possamos estar pessoalmente em dezembro, sempre estaremos com vocês em espírito. Desejamos que o congresso seja positivo e aguardamos ler a respeito de suas deliberações em um futuro próximo.

## **Novo Partido Comunista da Iugoslávia**

Em nome do Novo Partido Comunista da Iugoslávia, saudamos o 10º Congresso dos comunistas brasileiros. Nós asseveramos, firmemente, que ele significa uma nova etapa na luta da classe operária brasileira pelo triunfo dos ideais do socialismo e do internacionalismo proletário. De todo coração desejamos-lhes pleno êxito ao seu 10º Congresso.

Saudações fraternais.

## **Partido Comunista Marxista-Leninista da Suécia**

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista Marxista-Leninista – KPML(r) da Suécia enviamos nossas saudações revolucionárias ao seu Congresso. Desejamos que seu Congresso alcance todo êxito nas discussões e avaliações políticas.

Estamos convencidos de que as decisões tomadas jogarão um papel muito importante no fortalecimento das forças socialistas e progressistas em seu país, nos anos vindouros.

A euforia do monopólio capitalista e neoliberal após a queda do bloco socialista no Leste europeu e a restauração do capitalismo na antiga União Soviética há uma década estão aos poucos perdendo seu ímpeto com as guerras, as crises econômicas, o desemprego em massa e as degradações sociais da classe operária se tornando cada vez mais frequentes.

A economia neoliberal “globalizada” é, de fato, o mesmo velho imperialismo contra o qual os marxistas vêm lutando há um século. Hoje, exatamente como ontem, o capitalismo é indesejado, inadequado e incapaz de atender mesmo as necessidades mais básicas do proletariado e dos pobres de todo o mundo.

Conseqüentemente, a luta de classes por outro sistema é, hoje, mais necessária do que jamais foi.

O fato de que cada vez mais a população jovem por todo o mundo começa a reagir contra as injustiças sociais, e a terrível exploração, exercidas pelos poderes imperialistas e pelo monopólio capitalista, é um sinal muito saudável e encorajador. É tarefa dos comunistas orien-



tar esses movimentos, passo a passo, fornecendo-lhes análises de materiais e uma prática política com orientação classista para conquistar seu respeito e apoio.

Estamos convencidos de que o seu congresso lidará também com esses tipos de questões, tendo como base a situação concreta do Brasil. Portanto, esperamos que nos enviem, quando possível, as resoluções de seu Congresso. Entre os nossos partidos já existem firmes laços de amizade e, de nossa parte, estamos dispostos a todas as possibilidades para estreitá-los ainda mais.

### **Partido Socialista Democrático da Austrália**

O Partido Socialista Democrático da Austrália envia suas saudações e a mais calorosa solidariedade revolucionária ao Partido Comunista do Brasil por ocasião do seu 10º Congresso. Esperamos que as deliberações sejam exitosas, capacitando seu Partido a responder aos importantes desafios enfrentados pela classe operária e oprimida – e pelos nossos partidos – em face da ofensiva imposta pelo imperialismo norte-americano.

Desejamos novas oportunidades para o fortalecimento do contato e da colaboração entre os nossos partidos.

As nossas mais calorosas saudações fraternas.

### **Partido Comunista da Índia**

O Conselho Nacional do Partido Comunista da Índia envia calorosas congratulações às lideranças e aos delegados ao 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Tentamos acompanhar a situação política, financeira e social do Brasil e apreciamos enormemente o esforço dos camaradas brasileiros em mobilizar a população trabalhadora para lutar contra a política econômica neoliberal, assim como a sua luta pelos direitos democráticos e a justiça social para todas as classes da sociedade brasileira.

Também notamos com grande satisfação que durante esse tempo o Partido Comunista do Brasil aumentou sucessivamente a sua presença política na sociedade brasileira.

O 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil

(PCdoB) ganha espaço num momento que os Estados Unidos realizam ataques militares contra o Afeganistão, violando as leis internacionais, o princípio da soberania das nações e fazendo propaganda ao criar uma teoria própria de “conflito da civilização”, que acaba por confundir a opinião de todas as outras nações. Por outro lado, a crise econômica continua a assombrar o mundo. Instituições financeiras internacionais, como FMI, Banco Mundial e a recém-estabilizada OMC estão esbravejando, subjugando as economias dos países em desenvolvimento ao tentarem impor um regime de neocolonialismo.

Acreditamos que o crescimento da cooperação entre todos os comunistas e forças de esquerda em cada região é a tarefa do momento para conseguirmos superar esse desafio.

Mais uma vez, desejamos todo êxito na realização do 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

### **Partido Popular Revolucionário do Laos**

Por ocasião do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, em nome do Comitê Central do Partido Popular Revolucionário do Laos, de seus militantes e de todo o povo multiétnico trabalhador do Laos, enviamos as mais calorosas felicitações e as melhores aspirações ao congresso, a todos os militantes do Partido Comunista do Brasil e ao povo trabalhador brasileiro.

O 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil tem grande importância para a vida política do Partido porque com ele está se celebrando o novo princípio do novo milênio. Esse congresso demonstra a maturidade do Partido e, ao mesmo tempo, aumenta o prestígio do PCdoB.

Estamos convictos de que o congresso trará os delineamentos mais adequados aos interesses dos trabalhadores de seu país, contribuindo, ao mesmo tempo, para incrementar as relações de solidariedade entre os trabalhadores do mundo, bem como a luta pela paz, pela independência nacional, pela democracia e pelo progresso social em todo o mundo.

Gostaríamos de aproveitar esta ocasião para enviar as nossas mais calorosas saudações e felicitações ao congresso. Desejamos-lhes grandes êxitos e que as relações entre nossos partidos se fortaleçam com os mútuos benefícios para os dois partidos e povos.



## **Partido Comunista da Síria**

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Síria e de todos os camaradas e amigos sírios, enviamos calorosas congratulações pela realização do 10º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O Partido Comunista da Síria aprecia a luta histórica dos comunistas brasileiros, que deram ao Movimento Revolucionário Internacional e às ideologias progressistas muitos exemplos no século vinte.

Atualmente, vemos os comunistas brasileiros na linha de frente da luta contra o autoritarismo do capital e contra a política neoliberalista que os imperialistas norte-americanos tentam impor para a população de todo o mundo.

Continuamos a acompanhar a luta dos camaradas brasileiros com grande interesse, que é uma contribuição importante na luta geral por liberdade, autonomia e um futuro melhor. É um grande prazer para nós tomar conhecimento de que muitos combatentes de origem síria fazem parte do Partido Comunista do Brasil.

Camaradas, o Partido Comunista da Síria participa com todos os patriotas e forças progressistas na luta patriótica da Síria contra os planos agressivos do imperialismo e do sionismo. O princípio do patriotismo sírio tem a anuência de todos os liberais nos países árabes e o respeito de todas as forças progressistas do mundo.

Os últimos eventos que têm acontecido na Palestina demonstram mais e mais que o sionismo é retrógrado, racista e com movimentos de tendências fascistas, representando os interesses do capital financeiro judeu. Confrontar isso não é missão apenas dos árabes patriotas, mas é uma tarefa para todas as forças progressistas do mundo.

O ataque brutal do imperialismo, especialmente o norte-americano, contra os direitos dos operários e do povo demonstra que precisamos organizar cada vez mais os comunistas do mundo, criando uma frente mundial anti-imperialista.

Desejamos sucesso na luta a favor do direito dos trabalhadores do Brasil.

Vida longa para o marxismo-leninismo!

Vida longa para o internacionalismo proletário!

## Partido Comunista Sírio

O IX Congresso de nosso Partido, realizado de 20 a 23 de novembro último em Damasco, aprovou uma mensagem de saudação ao seu 10º Congresso e a seu Partido, em nome dos militantes e simpatizantes do Partido Comunista Sírio.

Enviamos uma saudação de pleno sucesso ao seu 10º Congresso e à luta de seu Partido na defesa dos interesses nacionais e sociais de seu povo amigo, e pela solidariedade internacional – contra o *diktat* dos Estados Unidos e das forças do capital e da agressão.

Estamos decididos a reforçar e desenvolver as relações de amizade e cooperação entre nossos partidos irmãos.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva o socialismo!

Viva a solidariedade internacional!





# Mesa diretora e comissões do 10º Congresso do PCdoB

— | Redação, Sistematização e de Candidaturas | —



## Mesa e Comissões

---

### **Mesa Diretora do 10º Congresso do PCdoB**

Aldo Arantes  
Ana Rocha  
Edvaldo Magalhães  
Edvaldo Nogueira  
Eron Bezerra  
Gilda Almeida  
Jandira Feghali  
João Amazonas  
João Batista Lemos  
José Reinaldo Carvalho  
Jussara Cony  
Liège Rocha  
Nádia Campeão  
Nivaldo Santana  
Pedro de Oliveira

Péricles de Souza  
Renato Rabelo  
Ricardo Abreu (Alemão)  
Sérgio Miranda  
Vital Nolasco  
Wadson Ribeiro

### **Comissão de Redação e Sistematização do 10º Congresso do PCdoB**

Aldo Rebelo  
Haroldo Lima  
José Reinaldo Carvalho  
Luis Fernandes  
Renato Rabelo  
Renildo Souza  
Sérgio Miranda

### **Comissão de Candidatura do 10º Congresso do PCdoB**

Adalberto Frasson  
Alanir Cardoso  
Ana Rocha  
Carlos Augusto (Patinhas)  
Dilermando Toni  
Eustáquio Vital Nolasco  
Jô Moraes  
Socorro Gomes  
Walter Sorrentino





# Novo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

— Eleito na plenária final do 10º Congresso —



## NOVO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ELEITO NA PLENÁRIA FINAL DO 10º CONGRESSO

### *TITULARES*

**Adalberto Monteiro** – jornalista e poeta, 43 anos, ingressou no Partido em 1979; profissional do Partido, vereador em Goiânia entre 1983 e 1986, da direção nacional da União da Juventude Socialista (UJS) de 1984 a 1987, da direção estadual do Partido em Goiás desde 1979 e presidente do Partido naquele estado desde 1991.

**Adalberto Frasson\*** – formado em filosofia, 41 anos, ingressou no Partido em 1981; profissional do Partido, da direção estadual do Rio Grande do Sul desde 1985 e presidente do Partido naquele estado desde 1995.

**Agnelo Queiroz** – médico, 42 anos, ingressou no Partido em 1983, presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes de 1985 a

1986, diretor da Federação Nacional dos Médicos de 1988 a 1990, deputado distrital em Brasília entre 1991 e 1994, deputado federal de 1995 a 2002, da direção estadual do Partido em Brasília, eleito membro suplente do Comitê Central no 7º, 8º e 9º Congressos.

**Alanir Cardoso** – profissional do Partido, 58 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP) em 1968, em Goiás, atuou em Minas Gerais e em São Paulo, ingressou no Partido em 1972, diretor da UBES em 1968, preso político durante a ditadura militar durante quatro anos e meio, presidente do Comitê Estadual em Pernambuco, cooptado membro do Comitê Central em 1980, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 6º Congresso em 1983.

**Aldo Rebelo** – jornalista, 45 anos, ingressou no Partido em 1977, coordenador nacional da UJS, de 1984 a 1986, presidente da UNE em 1981, vereador em São Paulo entre 1989 e 1990, deputado federal desde 1991, da direção estadual do Partido em São Paulo, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 7º Congresso em 1988, membro da Comissão Política do Comitê Central do 7º, 8º e 9º Congressos.

**Aldo Arantes** – advogado, 62 anos, presidente da UNE em 1961, preso político durante a ditadura militar durante três anos e quatro meses, fundador da Ação Popular (AP) em 1961 e um dos dirigentes desta organização até sua incorporação ao Partido em 1972, quando ingressou no Partido, vereador em Goiânia entre 1993 e 1994, deputado federal por Goiás entre 1983 e 1986, 1987 e 1990 e novamente a partir de 1995, da direção estadual do Partido em Goiás, cooptado para o Comitê Central em 1972 e membro até 1979, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 7º Congresso em 1988.

**Altamiro Borges** – jornalista, 42 anos, ingressou no Partido em 1979, foi da redação do jornal *Tribuna Operária* de 1979 a 1987, coordenador do Centro de Estudos Sindicais (CES) desde 1985, da direção estadual do Partido em São Paulo e membro da Comissão Sindical Nacional desde 1990, eleito suplente do Comitê Central no 9º Congresso em 1997.



**Ana Rocha** – psicóloga e jornalista, 51 anos, ingressou no Partido em 1973 na Bahia, profissional do Partido, trabalhou na Albânia de 1975 a 1980, diretora da revista *Presença da Mulher* entre 1986 e 1992, e editora do jornal *A Classe Operária* entre 1992 e 1994, da direção estadual do Partido no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1985, presidente do Partido no Rio de Janeiro a partir de 1995, eleita membro efetivo do Comitê Central desde o 7º Congresso em 1988, da Comissão Política do Comitê Central do 8º e do 9º Congressos, do Secretariado Nacional entre 1992 e 1994, responsável pelo trabalho nacional de mulheres do Partido entre 1985 e 1992.

**Antônio Renildo de Souza** – operário metalúrgico, economista e professor universitário, 45 anos, ingressou no Partido em 1979, presidente do Sindicato do Metalúrgicos da Bahia entre 1986 e 1989, da executiva nacional da CGT entre 1986 e 1988 e da CUT entre 1991 e 1994, responsável pela frente sindical do Partido na Bahia entre 1985 e 1993, presidente do Partido na Bahia de 1993 a 1997, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 7º Congresso em 1988, da Comissão Política do Comitê Central do 8º Congresso.

**Carlos Augusto Diógenes** (Patinhas) – engenheiro civil e professor, 57 anos, ingressou no Partido em 1966, profissional do Partido, durante a ditadura atuou na Bahia, São Paulo e Rondônia, presidente do Partido no Ceará desde 1991, eleito membro suplente do Comitê Central no 8º Congresso em 1992 e membro titular no 9º Congresso em 1997.

**Daniel Almeida** – operário têxtil, 46 anos, ingressou no Partido em 1981, presidente do Sindicato dos Têxteis de Salvador entre 1983 e 1989, vereador em Salvador, entre 1989 e 1992, 1993 e 1996 e 1997 e 2000 quando foi reeleito, presidente da CUT metropolitana de Salvador entre 1993 e 1996, da direção estadual do Partido na Bahia, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 8º Congresso em 1992.

**Dilermando Toni** – jornalista, 54 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP), em 1967, em Minas Gerais, tendo atuado em São Paulo, Bahia, Alagoas e Ceará, ingressou no Partido em 1972,

profissional do Partido, do Conselho editorial do jornal *A Classe Operária* de 1991 a 1994, presidente do Partido no Maranhão entre 1983 e 1987 e no Paraná em 1995, da direção estadual do Partido em Minas Gerais entre 1988 e 1991, membro da Comissão Nacional de Organização desde 1995, eleito membro suplente do CC no 9º Congresso.

**Edmilson Valentim** – operário metalúrgico, 38 anos, ingressou no Partido em 1983, deputado constituinte entre 1987 e 1990, deputado estadual desde 1995, vice-presidente estadual da CUT/RJ entre 1991 e 1992, da direção estadual do Partido no Rio de Janeiro e eleito membro efetivo do Comitê Central no 8º e 9º Congressos, em 1992 e 1997 respectivamente.

**Edson Silva** – economista, 52 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP) em 1968, na Bahia, ingressou no Partido em 1972, trabalhou na Albânia de 1975 a 1980, assumiu a cadeira de deputado federal durante 1993, pelo Rio Grande do Sul, da direção estadual do Partido naquele estado, eleito membro suplente do Comitê Central no 6º Congresso em 1983 e efetivo desde o 7º Congresso em 1988, da Comissão Política do Comitê Central do 8º Congresso.

**Edvaldo Nogueira** – profissional do Partido, 40 anos, ingressou no Partido em 1981, presidente do DCE da Universidade Federal de Sergipe entre 1984 e 1985, vereador em Aracaju entre 1988 e 1996, presidente do Partido em Sergipe de 1983 a 2000, vice-prefeito de Aracaju desde 2001, eleito suplente do CC no 9º Congresso em 1997.

**Elza Monnerat** – professora primária, 88 anos, ingressou no Partido em 1945, profissional do Partido, participou da reorganização do Partido em 1962, foi uma das organizadoras da resistência guerrilheira do Araguaia, presa política durante a ditadura militar, membro do Comitê Central entre 1966 (6ª Conferência) e 1979 e eleita membro efetivo do Comitê Central desde o 7º Congresso em 1988.

**Eronildo Bezerra** – agrônomo e professor universitário, 48 anos, ingressou no Partido em 1977, fundador e coordenador do Movi-



mento de Defesa da Amazônia em 1978, deputado estadual, por três mandatos consecutivos desde 1990, presidente do Partido no Amazonas desde 1979, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 8º Congresso em 1992.

**Everaldo Augusto da Silva\*** – bancário, 42 anos, ingressou no Partido em 1978, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia entre 1996 e 1999, presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe a partir de 2000, atual presidente da CUT/Bahia, da direção estadual do Partido naquele estado desde 1985.

**Haroldo Lima** – engenheiro eletricitista, 62 anos, ingressou no Partido em 1972, preso político durante a ditadura militar por dois anos e oito meses, fundador da Ação Popular (AP) em 1961 e um dos dirigentes desta organização até a incorporação ao Partido em 1972, deputado federal pela Bahia, por cinco mandatos consecutivos desde 1983, cooptado para o Comitê Central em 1972 e membro até 1979, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 6º Congresso em 1983, da Comissão Política do Comitê Central do 7º, 8º e 9º Congressos.

**Inácio Arruda** – eletrotécnico, 44 anos, ingressou no Partido em 1981, presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza entre 1981 e 1984, vereador em Fortaleza de 1989 a 1990, deputado estadual pelo Ceará de 1990 a 1994, deputado federal desde 1994, da direção estadual do Partido no Ceará, eleito membro suplente do Comitê Central no 8º Congresso em 1992 e efetivo no 9º Congresso em 1997.

**Jairo José da Silva Júnior** – operário têxtil, 39 anos, ingressou no Partido em 1980, profissional do Partido, diretor da CUT/SP entre 1991 e 1993, da direção estadual do Partido em São Paulo desde 1986, eleito membro suplente do Comitê Central no 7º Congresso em 1988 e efetivo no 8º Congresso em 1992 e no 9º Congresso em 1997, da Comissão Política do Comitê Central do 8º Congresso.

**Jamil Murad** – médico, 58 anos, ingressou no Partido em 1968, diretor do Sindicato dos Médicos/SP entre 1978 e 1990, da executiva

nacional da Pró-CUT entre 1981 e 1983, deputado estadual por São Paulo desde 1990, da direção estadual do Partido em São Paulo, eleito membro suplente do Comitê Central no 8º Congresso em 1992 e efetivo no 9º Congresso em 1997.

**Jandira Feghali** – médica, 44 anos, ingressou no Partido em 1981, presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes entre 1983 e 1984, deputada estadual de 1986 a 1990 pelo Rio de Janeiro, deputada federal por aquele estado desde 1990, da direção estadual do Partido no Rio de Janeiro, eleita membro efetivo do Comitê Central desde o 7º Congresso em 1988.

**Javier Alfaya** – arquiteto, 45 anos, ingressou no Partido em 1978, presidente da UNE entre 1981 e 1982, vereador do Partido em Salvador desde 1988, da direção estadual do Partido na Bahia, eleito membro titular no 9º Congresso em 1997.

**Jô Moraes** – profissional do Partido, 55 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP), em 1967, ingressou no Partido em 1972, presidente da União Brasileira de Mulheres/UBM entre 1989 e 1991, vereadora em Belo Horizonte desde 1997, presidente do Partido em Minas Gerais desde 1990, cooptada para o Comitê Central em 1981, eleita para titular do Comitê Central desde o 6º Congresso em 1983.

**João Amazonas** – jornalista, 89 anos, ingressou no Partido em 1935 no Pará, profissional do Partido, deputado constituinte em 1946 pelo Rio de Janeiro, foi dirigente estadual do Partido no Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, membro do Comitê Central e do seu secretariado, desde a Conferência da Mantiqueira em 1943, atuou nas áreas sindical, de organização, e propaganda partidárias, dirigente do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em meados da década de 1940, um dos dirigentes da reorganização do Partido em 1962 e da preparação da resistência guerrilheira do Araguaia entre 1968 e 1972, exilado entre 1976 e 1979, do Secretariado Nacional, da Comissão Política do Comitê Central e presidente nacional do Partido desde a sua reorganização em 1962.



**João Batista Lemos** – operário metalúrgico, 48 anos, ingressou no Partido em 1975, profissional do Partido, atuou no ABC paulista no movimento grevista de 1979-1980, da direção estadual do Partido em São Paulo entre 1983 e 1985, dirigente da Corrente Sindical Classista (CSC) a partir de 1996, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 6º Congresso em 1983, do Secretariado do Comitê Central do 8º Congresso, da Comissão Política do Comitê Central do 7º, 8º e do 9º Congressos, responsável pela área sindical do Partido a partir de 1992.

**José Carlos Ruy** – jornalista, 51 anos, ingressou no Partido em 1992, foi da redação do jornal *Movimento* na década de 1970, editor da revista *Retrato do Brasil* entre 1985 e 1989, colaborador do jornal *Tribuna da Luta Operária* entre 1981 e 1988, do conselho editorial da revista *Princípios*, eleito membro titular do CC no 9º Congresso em 1997.

**José Reinaldo Carvalho** – jornalista, 46 anos, ingressou no Partido em 1972, profissional do Partido, desempenhou tarefas do Partido no exterior durante três anos e meio, editor do jornal *A Classe Operária* e da revista *Princípios* entre 1982 e 1990, do Secretariado e da Comissão Política do Comitê Central do 8º Congresso, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 7º Congresso, responsável pela secretaria de relações internacionais do Partido.

**Jussara Cony** – farmacêutica, 58 anos, ingressou no Partido em 1979, presidente da Associação dos Farmacêuticos Químicos do Rio Grande do Sul entre 1979 e 1982, vereadora em Porto Alegre entre 1983 e 1988, deputada estadual desde 1991, da direção estadual do Partido no Rio Grande do Sul, eleita membro suplente do Comitê Central no 8º Congresso em 1992 e efetiva no 9º Congresso em 1997.

**Liège Rocha** – bibliotecária, 57 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP) em 1967 na Bahia, tendo atuado no Ceará e em Pernambuco, ingressou no Partido em 1972, atuou no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/BA) entre 1977 e 1979, da direção estadual do Partido em São Paulo, presidente da União Popular de Mulheres/SP entre 1994 e 1996, presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) a

partir de 1996. Eleita membro titular do CC no 9º Congresso em 1997.

**Luciana Santos\*** – engenheira eletricista, 35 anos, ingressou no Partido em 1987, vice-presidente da UNE de 1988 a 1989, presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco entre 1995 e 1996, deputada estadual de 1996 a 2000, ocasião em que foi eleita prefeita da cidade de Olinda, da direção estadual do Partido em Pernambuco desde 1988 e da Comissão Política desde 1995.

**Luciano Siqueira** – médico, 55 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP), em 1966, em Pernambuco, tendo atuado em Alagoas e na Paraíba, ingressou no Partido em 1972, profissional do Partido, preso político durante a ditadura militar por um ano e meio, deputado estadual entre 1982 e 1986, presidente do Partido em Pernambuco de 1981 a 2000, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 6º Congresso em 1983, atualmente é vice-prefeito de Recife.

**Luis Fernandes** – cientista político e professor universitário, 43 anos, ingressou no Partido em 1979, diretor da UNE entre 1979 e 1981, autor de vários livros, atualmente diretor científico da FAPERJ, eleito membro suplente do Comitê Central no 7º Congresso e efetivo no 8º e 9º Congressos.

**Marcelo Toledo\*** – operário ferramenteiro, 39 anos, ingressou no Partido em 1981, trabalha na GM há 13 anos onde é Cipeiro desde 1993, organizador da oposição à Força Sindical desde 1995 em São Caetano do Sul, presidente do Partido em Santo André desde 1996 e membro da direção estadual do Partido em São Paulo desde 1996.

**Maurício Ramos\*** – operário oficial encanador tendo trabalhado em vários estaleiros navais, 42 anos, ingressou no Partido em 1981, foi eleito membro titular do Comitê Central no 7º Congresso em 1988, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro a partir de 1999, da direção estadual do Partido no Rio de Janeiro desde 1982.

**Nádia Campeão** – engenheira agrônoma, 43 anos, ingressou no



Partido em 1979, profissional do Partido, foi da direção e presidente do Partido no Maranhão, é da direção do Partido em São Paulo desde 1989, eleita membro efetivo do Comitê Central no 7º e 9º Congressos e suplente no 8º Congresso, atual secretária municipal de esportes da Prefeitura de São Paulo.

**Nivaldo Santana** – técnico em serviços administrativos, 47 anos, ingressou no Partido em 1980, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp entre 1988 e 1994, foi coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), deputado estadual por São Paulo desde 1994, da direção do Partido em São Paulo, eleito membro efetivo do Comitê Central no 8º e 9º Congressos.

**Osmar Ribeiro Júnior** \* – advogado, 42 anos, ingressou no Partido em 1981, presidente do DCE da UFPI entre 1981 e 1982, vereador em Teresina de 1982 a 1988, secretário de transportes de Teresina de 1993 a 1994 e secretário estadual da cultura entre 1995 e 1997, vice-governador do Piauí de 1998 a novembro de 2001, presidente do Partido naquele estado de 1987 a 1998.

**Pedro de Oliveira** – jornalista, 53 anos, ingressou no Partido em 1972, profissional do Partido, diretor do Sindicato dos Jornalistas/SP entre 1978 e 1984, dirigente do Comitê Estadual de São Paulo entre 1982 e 1986, da Comissão Nacional de Agitação e Propaganda entre 1986 e 1992, da Comissão Editorial da revista *Princípios* e do jornal *A Classe Operária*, eleito para o Comitê Central no 9º Congresso, do Secretariado Nacional e da Comissão Política do Comitê Central, responsável pela área de agitação e propaganda do Partido desde 1993. Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

**Péricles de Souza** – profissional do Partido, 58 anos, fundador da Ação Popular (AP) em 1961 e quadro desta organização até sua incorporação ao Partido em 1972 tendo atuado no Pará e no Maranhão, da direção estadual do Partido na Bahia desde 1980, cooptado para o Comitê Central em 1972, eleito membro efetivo do Comitê Central

no 6º, 7º e 9º Congressos e suplente no 8º Congresso, membro da Comissão Política do 7º Congresso.

**Renato Rabelo** – profissional do Partido, 59 anos, vice-presidente da UNE em 1966, um dos dirigentes da Ação Popular (AP) até a incorporação desta organização ao Partido em 1972 tendo atuado na Bahia, São Paulo e Goiás, exilado entre 1976 e 1979, cooptado para o Comitê Central em 1972, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 6º Congresso em 1983, do Secretariado e da Comissão Política do Comitê Central desde 1972, foi responsável pelo trabalho de juventude, é responsável pela área de organização desde 1995 e vice-presidente nacional do Partido.

**Renildo Calheiros\*** – geólogo, 42 anos, ingressou no Partido em 1979, presidente do DCE da UFPE em 1982, secretário-geral em 1983 e presidente da UNE entre 1984 e 1986, vereador do Recife de 1988 a 1990, deputado federal de 1990 a 1994, secretário adjunto de governo do estado de Pernambuco entre 1995 e 1998, da Comissão Política e do Comitê Estadual do Partido em Pernambuco desde 1986. Atualmente é Secretário de Governo da Prefeitura da Cidade de Olinda.

**Ricardo Abreu** (Alemão) – economista, 33 anos, ingressou no Partido em 1986, profissional do Partido, diretor da UNE entre 1989 e 1991, presidente nacional da UJS entre 1997 e 1998, eleito membro titular do Comitê Central no 9º Congresso, da Comissão Política Nacional do Comitê Central do 9º Congresso, responsável pelo trabalho de juventude do Partido desde 2000.

**Ronald Freitas** – advogado, 60 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP) em 1962 e quadro desta organização até a sua incorporação ao Partido em 1972, tendo atuado no Maranhão, Bahia e São Paulo, profissional do Partido, cooptado para o Comitê Central em 1972, eleito membro efetivo do Comitê Central no 6º, 7º e 8º Congressos, foi responsável pelas áreas sindical de 1980 a 1991 e de organização do Partido entre 1992 e 1995, da Comissão Política do 8º Congresso, eleito suplente do CC no 9º Congresso, membro da Co-



missão Política do Comitê Central do 9º Congresso e atual responsável pela área de finanças do CC.

**Sérgio Miranda** – professor, 53 anos, ingressou no Partido no PCB em 1963 no Ceará e, em 1966 no PCdoB, quando o Partido foi reorganizado naquele estado, profissional do Partido, vereador em Belo Horizonte entre 1989 e 1992, assumiu a cadeira de deputado federal em 1993, reeleito desde 1994, da direção estadual do Partido em Minas Gerais desde 1982, cooptado para o Comitê Central em 1972, membro da Comissão Nacional de Organização entre 1972 e 1982, eleito membro efetivo do Comitê Central desde o 6º Congresso em 1983, da Comissão Política do Comitê Central do 7º, 8º e 9º Congressos.

**Socorro Gomes** – professora, 49 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP), em 1967 em Goiás, ingressou no Partido em 1972, vereadora em Belém entre 1989 e 1990, deputada federal pelo Pará entre 1990 e 1998 e novamente a partir de 2001, da direção estadual do Partido no Pará tendo sido também presidente do Partido no estado, eleita membro suplente do Comitê Central no 8º Congresso em 1992 e titular no 9º Congresso.

**Vanessa Grazziotin** – farmacêutica, 40 anos, ingressou no Partido em 1980, presidente do DCE da UFAM entre 1981 e 1982, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entre 1986 e 1987, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas entre 1985 e 1986, vereadora em Manaus de 1988 a 1998, eleita deputada federal pelo Amazonas em 1998, da direção estadual do Partido naquele estado desde 1986, eleita membro titular do Comitê Central no 9º Congresso.

**Vital Nolasco** – operário metalúrgico, 54 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP), em 1967, em Minas Gerais, ingressou no Partido em 1972, profissional do Partido, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre 1984 e 1987, vereador em São Paulo, Capital, entre 1988 e 1996, presidente do Comitê Municipal de São Paulo em 1997, da direção estadual do Partido em São Paulo desde

1987, eleito membro efetivo do Comitê Central no 8º e 9º Congressos, membro da Comissão Política do Comitê Central e do Secretariado Nacional do Comitê Central do 9º Congresso.

**Wagner Gomes** – metroviário, 44 anos, ingressou no Partido em 1977, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo entre 1989 e 1995, coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) desde 1996, membro da executiva nacional da CUT desde 1991, da direção estadual do Partido em São Paulo desde 1990, eleito para membro titular do CC pelo 9º Congresso em 1997.

**Walter Sorrentino** – médico, 46 anos, ingressou no Partido em 1973, profissional do Partido, presidente do Partido em São Paulo desde 1991, eleito membro suplente do Comitê Central no 7º Congresso em 1988 e efetivo desde o 8º Congresso em 1992, da Comissão Política do Comitê Central do 8º e 9º Congressos.

#### *SUPLENTES*

**1º Neuton Miranda** – profissional do Partido, 53 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP) em 1968, em Minas Gerais, tendo atuado em São Paulo, ingressou no Partido em 1972, diretor da UNE entre 1971 e 1973, assumiu a cadeira de deputado estadual no Pará de 1993 a 1994, presidente da Companhia de Habitação do Pará entre 1995 e 1996, secretário de habitação de Belém desde 1997, presidente do Partido no Pará de 1983 até 1999, eleito membro suplente do Comitê Central no 7º, 8º e 9º Congressos.

**2ª Maria Olívia Santana\*** – pedagoga, 34 anos, ingressou no Partido em 1988, presidenta do DA de Pedagogia da UFBA entre 1987 e 1988, a partir de 2000 membro da coordenação executiva nacional da UNEGRO, da direção estadual do Partido na Bahia a partir de 1994.

**3º Sérgio Barroso** – médico, 46 anos, ingressou no Partido em 1979, da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) de 1989 a 1994, da executiva nacional da CUT de 1991 a 2000, mem-



bro da Comissão Sindical Nacional desde 1989, da direção estadual do Partido em Alagoas entre 1979 e 1996, eleito membro efetivo do Comitê Central no 7º e 8º Congressos e suplente do 9º Congresso.

**4º Orlando Silva Júnior** – estudante de Ciências Sociais, 30 anos, ingressou no Partido em 1989, presidente da UNE entre 1995 e 1997, presidente nacional da UJS entre 1998 e 2001, eleito membro suplente do Comitê Central em 1997.

**5º Augusto Buonicore\*** – historiador, 41 anos, ingressou no Partido em 1979, secretário-geral da União Campinense dos Estudantes Secundaristas em 1982, coordenador do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas, do Comitê Municipal daquela cidade desde 1984 e da atual direção estadual de São Paulo.

**6ª Madalena Guasco Peixoto** – assistente social e professora universitária, 48 anos, ingressou no Partido em 1977, ex-presidente da Associação dos Professores da PUC/SP, atualmente da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e diretora do Centro de Educação da PUC-SP, eleita membro titular do Comitê Central no 8º Congresso e suplente no 9º Congresso, responsável pela área de formação teórica de 1992 até 1997.

**7º Eduardo Bonfim** – advogado, 51 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP) em 1970 em Alagoas, ingressou no Partido em 1972, fundador e presidente da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos entre 1978 e 1979, deputado estadual entre 1983 e 1986, deputado constituinte entre 1987 e 1990, vereador em Maceió entre 1993 e 1996, presidente da Fundação Cultural Cidade de Maceió de 1997 a 1999, presidente do Partido em Alagoas desde 1974, eleito membro suplente do Comitê Central no 6º Congresso em 1983 e efetivo no 7º, 8º e 9º Congressos.

**8º Divino Goulart** – pequeno agricultor, 47 anos, ingressou no Partido em 1985, presidente entre 1986 e 1992 e atualmente diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg), da

direção estadual do Partido em Goiás, eleito membro suplente do Comitê Central no 9º Congresso.

**9º Edvaldo Magalhães\*** – professor, 36 anos, ingressou no Partido em 1985, presidente do Sindicato dos Professores do Acre entre 1990 e 1991, assumiu a cadeira de deputado estadual em 1997 e 1998 quando foi eleito para o cargo, da direção estadual do Partido no Acre e seu presidente de 1996 a 1998.

**10º Pascoal Carneiro\*** – torneiro mecânico, 47 anos, ingressou no Partido em 1983, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia de 1994 a 1997, da CUT nacional a partir de 1997 onde ocupa a secretaria de políticas sociais, membro do Comitê Estadual da Bahia entre 1990 e 1997.

**11º João Batista Cassiano\*** – operário metalúrgico, 47 anos, ingressou no Partido em 1982, diretor-executivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem desde 1990 e da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais desde 1997, da direção estadual do Partido naquele Estado desde 1989.

**12º Joel Batista** – operário ferramenteiro, 46 anos, ingressou no Partido em 1980, profissional do Partido, da direção estadual do Partido em São Paulo, eleito membro efetivo do Comitê Central no 7º e 8º Congressos e suplente no 9º Congresso em 1997.

**13º Milton Alves\*** – profissional do Partido, 38 anos, iniciou a militância política no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em 1980 e foi dirigente nacional dessa organização, ingressou no Partido em 1994, vice-presidente da UBES entre 1984 e 1985, do Conselho Estadual da Juventude do Estado de São Paulo entre 1987 e 1988, do Comitê Estadual do Partido no Paraná e da Comissão Política desde 1995, presidente do Partido naquele estado desde 1997.

**14º Etelvino Oliveira** – Profissional do Partido, 53 anos, iniciou a militância política na Ação Popular (AP) em 1968 em Minas Gerais,



ingressou no Partido em 1972, diretor do DCE da UFMG entre 1969 e 1971, secretário político do Comitê Estadual do Partido no Maranhão entre 1976 e 1982, secretário de organização daquele Comitê Estadual desde 1983.

**15ª Gilda Almeida** – farmacêutica, 55 anos, iniciou a militância política na Ação Popular em 1969 em Recife, ingressou no Partido em 1972, presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo de 1989 a 1998, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos entre 1991 e 2000 entidade da qual é atualmente diretora, da executiva nacional da CSC desde 1994 e da executiva nacional da CUT desde 1997, membro do comitê estadual do Partido em São Paulo desde 1995.

**16º Wadson Ribeiro\*** – estudante de Medicina na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, 25 anos, ingressou no Partido em 1993, presidente da UNE entre 1999 e 2001, atualmente é presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS).

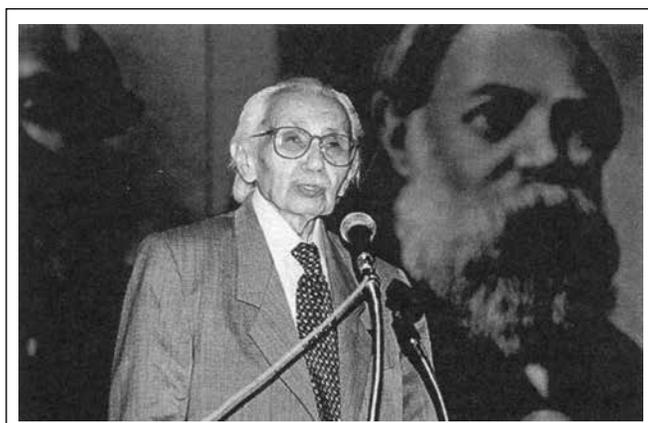
\* ELEITOS PELA PRIMEIRA VEZ PARA O COMITÊ CENTRAL.

# Imagens do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil

---

| Um congresso para a história |





**DE CIMA PARA BAIXO:** Mesa que dirigiu o Ato Político; plenária canta o Hino Nacional; e João Amazonas durante pronunciamento.



**DE CIMA PARA BAIXO:** Renato Rabelo, novo presidente do PCdoB; Lula, presidente de honra do PT; e Antony Garotinho, governador do Rio de Janeiro, falam à plenária do 10º Congresso.





**DE CIMA PARA BAIXO:** Li Yang do PC da China saúda o 10º Congresso; Walter Sorrentino anuncia o novo Comitê Central; plenária e mesa do Congresso.



**DE CIMA PARA BAIXO:** Plenária do Congresso com os delegados internacionais na fileira da frente; show de Martinho da Vila; e Comitê Central eleito no 10º Congresso.





# Programa Socialista do PCdoB

---

— | Apêndice | —



## Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil

---

### APÊNDICE

O Brasil encontra-se em profunda crise de natureza estrutural. Fracassaram os projetos políticos e econômicos das classes dominantes. O país enfrenta graves problemas. Milhões de brasileiros vivem o drama da fome, do desemprego crônico, da falta de assistência e de moradia decente. A soberania nacional degrada-se com a política de submissão e de venda do patrimônio público aos monopolistas e aos banqueiros internacionais.

Prementemente, o Brasil necessita de novo Projeto Nacional, expressando o interesse da maioria da nação, orientado para a construção de uma nova sociedade, de liberdade, progresso e justiça social.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defende o socialismo científico, apresenta aos trabalhadores e ao povo um programa de transformações radicais, possível de ser realizado com sucesso, capaz de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento progressista da nação.

Indicando esse caminho, o PCdoB reafirma suas convicções inabaláveis na superioridade do sistema socialista sobre o capitalismo decadente. Em-

bora temporariamente derrotado na ex-União Soviética e no Leste europeu, o socialismo vive e continua sendo a esperança dos explorados e oprimidos, de todos os que almejam a liberdade e o progresso social. A experiência vem demonstrando que onde o socialismo é eliminado, voltam a aparecer, com o capitalismo, os terríveis males da velha sociedade – desemprego, fome, injustiças sociais, drogas, insegurança geral. Ao mesmo tempo em que ocupam a cena os políticos reacionários e fascistas, juntamente com especuladores, ladrões do dinheiro público; os que somente se interessam pelos lucros de toda espécie. O socialismo é o futuro radioso dos povos. Triunfará inevitavelmente com a luta decidida dos trabalhadores e das massas populares sob a liderança do Partido Comunista.

## **I – A crise mundial do capitalismo**

1. A CRISE estrutural que atinge o Brasil, embora com características próprias, não é fenômeno apenas brasileiro. Faz parte da crise mundial do capitalismo-imperialismo, parasitário e em decomposição. Baseado no monopólio, esse sistema conduziu – como previram os clássicos do marxismo – à gigantesca concentração da produção e da renda nas mãos de um punhado de monopolistas que domina e explora o mundo inteiro. A concentração toma forma mais precisa no aparecimento dos oligopólios de feição multinacional. Uns poucos oligopólios controlam ramos inteiros de indústrias fundamentais instaladas em diferentes regiões do Globo. E a partir desse controle, submetem a economia de inúmeros países. Tal concentração manifesta-se igualmente no capital financeiro, no reforçamento da oligarquia financeira internacional que promove a espoliação e submissão, econômica e política, de grande parte das nações.

2. A DECOMPOSIÇÃO do capitalismo expressa-se claramente no aumento do parasitismo, uma das marcas salientes da crise mundial do capitalismo. Grandes recursos já não são aplicados em empreendimentos produtivos, mas na especulação financeira. Desviam-se somas consideráveis para operações nas Bolsas de Valores ou em meras transações lucrativas. Dinheiro ganha dinheiro sem passar pelos processos da produção, da criação de riquezas e bens materiais destinados ao consumo das populações em crescimento constante. Esse parasitismo acarreta inevitavelmente o afastamento de grandes massas do trabalho socialmente útil. A burguesia já não participa da atividade produtiva. A direção das empresas é exercida pelos Executivos, pessoas contratadas a soldo elevado, o que demonstra que a sociedade pode



prescindir dos capitalistas na direção e administração da economia. Os ricos burgueses levam uma vida parasitária, são rentistas, ou seja, gente que vive do rendimento de fabulosas fortunas alcançadas pela violenta exploração dos trabalhadores e dos povos. Em nada contribuem para o progresso e o bem-estar da sociedade.

3. O SISTEMA capitalista revela elementos reais de estagnação, fator aceleratório da crise. Um desses elementos consiste em que o capitalismo já não consegue envolver o conjunto da sociedade no processo da produção. Cada vez é maior o número de pessoas marginalizadas, carentes de trabalho. A estagnação reflete-se também no fato de que o capitalismo se atrasa sempre mais em relação às imensas possibilidades que o avanço da ciência e da técnica abre ao progresso da humanidade. Suas contradições internas freiam a utilização ampla dessas possibilidades. Com o nível alcançado no terreno científico e tecnológico, o conjunto da população mundial poderia usufruir, no presente, uma vida tranquila e feliz.

4. CONTUDO, O capitalismo ainda se desenvolve apesar do parasitismo e da decomposição. Tenta um novo padrão de crescimento baseado no advento da microeletrônica, da biotecnologia e da revelação da estrutura do núcleo do átomo, que permite o surgimento de novos e modernos inventos tecnológicos aplicados em diversos domínios. Mas esse progresso no campo da tecnologia circunscreve-se a poucos países, os mais altamente industrializados, que dele se servem para impor sua hegemonia em âmbito mundial. É monopólio de pequeno grupo. A chamada tecnologia de ponta, um dos principais instrumentos para a obtenção de lucros extraordinários, visa a assegurar a supremacia de diminuto número de países imperialistas sobre o mundo inteiro.

5. A CRISE do sistema capitalista-imperialista, decorrente das contradições que encerra, aprofunda-se incessantemente. Revela-se na recessão prolongada, nos tremendos desajustes sociais, na inflação persistente, no desemprego estrutural, na corrupção generalizada, na fome e miséria que se estendem por toda parte, no abismo que separa os países ricos da imensa maioria das nações, na degradação da sociedade capitalista.

6. O CAPITALISMO é regime obsoleto, historicamente superado. Não tem condições de resolver os graves problemas por ele mesmo criados. Enquanto perdure, prosseguirá a decomposição do regime, acentuar-se-á a degenerescência em todos os aspectos da vida da sociedade humana.

## **II – A classe operária explorada e oprimida em todo o mundo**

7. DECORRÊNCIA da crise estrutural do capitalismo, a classe operária se torna sempre mais explorada e oprimida. Ao passo que a burguesia acumula imensos recursos financeiros, a classe operária que produz a riqueza passa grandes dificuldades. Em contraste com o enriquecimento gigantesco dos capitalistas, aumenta aceleradamente o empobrecimento relativo e absoluto do proletariado. Este é o resultado da feroz exploração, hoje maior que nunca, dos trabalhadores, com o crescimento continuado da cota de mais-valia roubada aos produtores. Apoiada na nova revolução industrial, a burguesia modifica radicalmente os métodos de produção que lhe permitem sugar ao máximo a força de trabalho. Com reduzido número de operários qualificados, submetidos a um sistema flexível de gestão e organização do trabalho, obtém maior e melhor produção, consegue lucros fabulosos. O avanço da tecnologia, que deveria facilitar as condições de trabalho e de vida do proletariado, é utilizado pela burguesia para intensificar a exploração da classe operária.

8. APROFUNDA-SE a crise social que atinge os trabalhadores em todo o mundo. O capitalismo cria forçosamente a superpopulação relativa, em aumento contínuo, gente que não acha trabalho e vive como pária, sem dispor de meios para satisfazer suas mínimas necessidades. O número de desempregados alcança nível altíssimo. São centenas de milhões de trabalhadores inativos sem nenhuma possibilidade de engajar-se na atividade produtiva. Cresce incessantemente o mercado de trabalho informal. Muitos outros milhões só conseguem ocupação temporária. O processo de terceirização da produção agrava a situação e acresce a atividade precária. Essa grande massa marginalizada subsiste num ambiente de miséria e indigência. Boa parte não consegue abrigo permanente, mora na rua. A degradação física e moral da população laboriosa, abandonada à própria sorte, é cada vez maior.

9. ALÉM DO desemprego e da pobreza, a classe operária tem seus direitos sociais e políticos violentados pelo Estado burguês. Embora a produtividade do trabalho venha aumentando incessantemente, a jornada de trabalho mantém-se elevada. Os salários, a não ser para o pequeno número de trabalhadores qualificados, não atendem à elevação do custo de vida. As greves são reprimidas, quando não pela força, com a demissão em massa de grevistas. No terreno político, os operários são discriminados e alienados com a intensa campanha anticomunista e nacional-fascista realizada pela reação. Os par-



tidos proletários revolucionários, perseguidos, enfrentam muitos obstáculos para desenvolver sua atividade sociopolítica e ideológica.

10. A LUTA de classe do proletariado prosseguirá, ainda que refreada pela ofensiva anticomunista da burguesia. Abrange não apenas os que trabalham, mas também a massa de desempregados e marginalizados. O proletariado não tem outra alternativa: ou luta por sua emancipação ou se afunda na degradação crescente gerada pelo capitalismo em decomposição. Motor do desenvolvimento histórico, a luta de classes acabará sobrepondo o proletariado à burguesia.

### **III – O socialismo sucessor histórico do capitalismo**

11. O FUTURO grandioso de todos os povos está ligado à substituição do sistema capitalista pelo socialismo científico. É uma exigência do desenvolvimento histórico, consequência inevitável da luta de classes. A humanidade já passou por vários estágios em sua evolução – comunidade primitiva, escravismo, feudalismo e o capitalismo que ainda sobrevive em sua última etapa. Do sistema capitalista, passar-se-á à outra formação econômico-social, o socialismo em marcha para o comunismo. Em 1917 ocorreu a primeira grande revolução socialista na Rússia, experiência que durou quatro décadas e demonstrou, apesar de certos erros e incompreensões na edificação da nova vida, a exequibilidade do socialismo e suas enormes vantagens sobre o capitalismo.

12. O SOCIALISMO científico se caracteriza pela abolição do sistema de propriedade privada dos meios de produção e pelo estabelecimento da propriedade social desses meios de produção. Põe em harmonia as relações de produção com o caráter social das forças produtivas. Extingue, assim, a contradição básica do capitalismo (socialização da produção e apropriação privada dos bens produzidos) que determina a sua própria existência. O socialismo apoia-se no trabalho livre e no amplo desenvolvimento da técnica para assegurar ritmos de crescimento e de produtividade capazes de impulsionar o progresso ininterrupto da sociedade e garantir o aumento constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo. É um sistema destinado a liquidar a exploração do homem pelo homem.

13. O SOCIALISMO resulta da revolução que põe termo à dominação capitalista. Cria novo tipo de Estado, representando interesses de classes dis-

tintos dos da época anterior. O proletariado industrial, em aliança com o campesinato e as massas pobres da população, constitui o elemento principal da construção socialista. O Estado socialista baseia-se em instituições de caráter democrático, com a mais ampla participação dos trabalhadores. Garante a liberdade para o povo, desenvolve a cultura. Assegura o respeito às leis e aos direitos dos cidadãos. Defende as conquistas revolucionárias face às tentativas de retrocesso da contrarrevolução burguesa. O objetivo superior do socialismo é o comunismo. Gradualmente, o socialismo deve transformar-se na sociedade comunista onde já não existirá o Estado, que se terá extinguido, e na qual prevalecerá o lema: “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade”.

14. O SOCIALISMO inspira-se nas teorias científicas de Marx e Engels, desenvolvidas por Lênin e outros revolucionários proletários. A teoria ilumina o caminho da prática que abre clareira ao avanço da civilização. Dá força de convicção à realização das grandes ideias de transformação profunda da sociedade, impulsiona a atividade dos homens e das mulheres na conquista de estágios mais altos do progresso humano.

## IV – O Brasil em crise estrutural

15. O BRASIL vive uma fase de encruzilhada histórica no seu desenvolvimento socioeconômico e político. A superação dos obstáculos que dificultam o seu progresso é uma exigência incontestável.

### a) Atraso secular

16. EM 1822 o Brasil conseguiu sua independência, livrando-se do colonizador português, várias décadas depois da Revolução Francesa e da Norte-americana que abriram caminho ao capitalismo, então florescente. A proclamação da independência não alterou substancialmente o regime econômico-social existente. A escravidão prevaleceu até 1888. O capitalismo embrionário aparecia mesclado com o escravismo. Até quase a metade do século XX, o Brasil era um país essencialmente agrícola, onde predominava o monopólio da terra. Exportava produtos primários e importava os bens de consumo de que necessitava. Esse sistema mantinha o atraso do país e o tornava dependente das nações industrializadas.

17. COM A Independência, o Brasil adotou o regime político monárquico, tipicamente de elite, carente de democracia, a serviço dos grandes pro-



prietários de terra. Instaurada a República (1889), instituiu-se a forma de governo presidencialista, também elitista. As Forças Armadas, decisivas na implantação da República, exerceram durante largo período certa tutela sobre a nação. A classe operária, ainda incipiente, e o campesinato sem terra não gozavam de nenhum direito. O eixo principal da economia centrava-se na monocultura do café e, em parte, do cacau.

18. EM 1930, inicia-se nova fase na vida do país. Um movimento armado, principalmente de militares, derruba a velha República. Desfraldando bandeira liberal, esse movimento representa interesses da burguesia, que crescera na década anterior, e refletia também contradições interimperialistas em relação à espoliação do país. Os novos governantes, com Getúlio Vargas à frente, propõem democratizar o regime político, estabelecer condutos para as lutas sociais dos trabalhadores, quebrar o exclusivismo do poder em mãos dos latifundiários de São Paulo e de Minas Gerais. Incentivam a industrialização, mantendo, no entanto, intactos o sistema do latifúndio e a condição de país exportador de produtos primários. O regime político, nas décadas seguintes, sofre largos períodos de arbítrio, com a supressão de liberdades democráticas.

### **b) A Industrialização**

19. O PROCESSO de industrialização do Brasil toma impulso a partir do decênio de 1940. O fator fundamental foi a criação da siderurgia nacional (CSN), seguido da exploração e do monopólio estatal do petróleo. Posteriormente, construíram-se potentes hidrelétricas. A produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, setor estratégico do desenvolvimento econômico, progrediu aceleradamente com a criação da Eletrobrás. Cresceu o setor siderúrgico, surgiram empresas modernas, como a Usiminas, a Cosipa e outras fabricantes de laminados planos e aços especiais. Instalaram-se indústrias básicas de caráter estratégico – material ferroviário, produtos químicos e petroquímicos, elaboração de minérios, fábrica de armamentos. Iniciou-se a construção de aviões e ampliou-se a indústria naval. Expandiram-se outros ramos industriais.

20. A PARTIR do final dos anos 1950, intensificou-se a abertura do país ao capital estrangeiro. Implantaram-se empresas multinacionais em setores fundamentais – automobilístico, eletroeletrônico, petroquímico, farmacêutico, mineração, máquinas e equipamentos, fibras artificiais e sintéticas, informática, material de comunicações. Também na indústria química e na área de distribuição de derivados de petróleo. As empresas estrangeiras benefi-

ciaram-se de isenções de tributos e contaram com subsídios do Estado, em particular na compra de materiais destinados à sua produção, bem como no fornecimento de energia elétrica por preços abaixo do custo, provenientes de empresas estatais, o que afetava gravemente a rentabilidade dessas empresas.

21. APESAR de inúmeras dificuldades, o Brasil chegou a criar uma base mínima industrial diversificada para o seu desenvolvimento econômico. Essa base refletia inúmeras contradições que a tornavam extremamente vulnerável. Construiu-se com capital estatal, capital privado e o de origem estrangeira. O elemento principal foi o capital estatal (propriedade coletiva sob controle da burguesia), dada a debilidade dos recursos privados e a oposição durante muito tempo do capital forâneo. Mais adiante, tanto o capital privado como o estrangeiro trataram de pôr a seu serviço a economia estatal, causando-lhe sérios danos.

22. A PAR desse processo de desenvolvimento econômico, desdobrou-se um programa de empréstimos externos estimulado pelos banqueiros internacionais com amplo apoio das classes dominantes, em particular durante o período da ditadura militar. O país endividou-se pesadamente, envolvendo as empresas estatais. Com o abusivo aumento, no exterior, das taxas de juros estendidas genericamente a todos os empréstimos já concedidos, a dívida externa alcançou cifras elevadíssimas. O pagamento dos juros acarretou pesado ônus à economia nacional, impossibilitando o seu ulterior crescimento. A dívida transformou-se num dos elementos principais da crise estrutural que vive o país.

23. A BASE mínima industrial construída com grandes sacrifícios está ameaçada de destruição. Faltam meios financeiros para investimentos produtivos. O pagamento de juros dos empréstimos internacionais impossibilita a acumulação de recursos internos para tais investimentos. As empresas estatais são privatizadas em prejuízo dos interesses da nação. Passam às mãos de grupos estrangeiros, direta ou indiretamente. Boa parte da indústria nacional arruína-se, desaparece sob pressão da nova ordem internacional imperialista, ou tenta adaptar-se, em condições de inferioridade, às imposições da oligarquia financeira mundial.

### **c) Capitalismo Dependente**

24. O DESENVOLVIMENTO capitalista adotado pelo Brasil é essencialmente dependente e deformado. Assenta-se numa estrutura atrasada que tem por base o monopólio da terra e a subordinação aos interesses do capital monopolista, em especial o dos Estados Unidos. Considerável parcela das



classes dominantes compactua com a espoliação estrangeira, torna-se sócia menor dos imperialistas, em detrimento do progresso e da soberania nacional. O avanço do capitalismo no campo orienta a produção agrícola para o mercado exterior, controlado pelos monopolistas estrangeiros. Isso se relaciona, em certa medida, com o esquema de acumulação de divisas para pagar juros da dívida externa. O sistema financeiro do país submete-se às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos bancos estrangeiros. Grande parte da mais-valia aqui produzida é transferida para fora, seja na forma de lucros das multinacionais e de pagamento de juros, seja como subsídios e vantagens cambiais concedidas às empresas estrangeiras e aos exportadores. Esse procedimento entorpece a acumulação interna, dificulta os investimentos produtivos. O país demanda permanentemente o ingresso de capital estrangeiro, sempre mais oneroso e exigente, sem o qual não pode passar. A interferência no campo econômico e financeiro acarreta imposições de ordem política que abalam a soberania nacional. Acentua-se, assim, a dependência econômica e política do Brasil aos magnatas da finança internacional.

25. O DESENVOLVIMENTO capitalista dependente agrava-se ainda mais na fase atual de mundialização da economia. A concentração do capital e da grande produção nas mãos de uns poucos miliardários que dominam e ditam as regras do mercado e dos investimentos financeiros cria uma situação de maior dependência dos países débeis ou medianamente desenvolvidos. Visando ao completo domínio do mundo, a oligarquia procura liquidar as barreiras nacionais impondo sistemas econômicos prejudiciais às nações que tentam progredir de maneira independente. O neoliberalismo é uma expressão dessa política geral que, no Brasil, leva à privatização das empresas estatais produtivas, à desproteção do mercado interno sujeito à concorrência desigual dos monopólios estrangeiros, à destruição de ramos importantes da indústria brasileira. O país se vê coagido a priorizar uma forma de produção atrasada, complementar da economia dos países ricos.

#### **d) Superadas as Classes Dominantes**

26. O DESENVOLVIMENTO deformado da economia nacional, o atraso e a subordinação aos monopolistas estrangeiros e, em consequência, a crise econômica, política e social cada vez mais profunda são o resultado inevitável da direção e do comando do país pelas classes conservadoras. Constituídas pelos grandes proprietários de terra, pelos grupos monopolistas da burguesia, pelos banqueiros e especuladores financeiros, pelos que dominam os meios de comunicação de massa, todos eles, em conjunto, são os responsáveis diretos

pela grave situação que vive o país. Gradativamente, separam-se da nação e juntam-se aos opressores e espoliadores estrangeiros. As instituições que os representam tornaram-se obsoletas e inservíveis à condução normal da vida política. Elitizam sempre mais o poder, restringindo a atividade democrática das correntes progressistas. A modernização que apregoam não exclui, mas pressupõe, a manutenção do sistema dependente sobre o qual foi construído todo o arcabouço do seu domínio.

27. TAIS CLASSES não podem mudar o quadro da situação de capitalismo dependente e deformado. Sob a direção da burguesia e de seus parceiros, o Brasil não tem possibilidade de construir sua economia própria, de alcançar o progresso político, social e cultural característicos de um país verdadeiramente independente.

#### **e) Um Novo Caminho**

28. NA ENCRUZILHADA histórica em que se encontra o Brasil, somente o socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade, pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor à nossa Pátria.

29. É ATENDENDO a essa exigência objetiva da situação do país que o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, apresenta à nação um Programa de caráter socialista, condizente com a realidade e com as aspirações nacionais, plenamente realizável.

## **V – Programa socialista para o Brasil**

30. AO APRESENTAR o Programa socialista, o Partido Comunista do Brasil baseia-se na teoria científica do marxismo-leninismo e na experiência histórica tanto do nosso país e do nosso povo como do movimento revolucionário mundial. Tem uma compreensão nova dos problemas que envolvem as transformações radicais da sociedade, tirando ensinamentos dos sucessos e insucessos da luta pela edificação do socialismo na ex-URSS e em outros países.

### *Considerações Gerais*

31. O PROGRAMA do PCdoB deve levar em conta as peculiaridades do país, sua formação histórica, seu desenvolvimento contido, suas tradições de lutas populares, seu proletariado industrial recente – um país atrasado e



submetido ao imperialismo no qual o fator nacional e democrático tem sido elemento motivador e dinamizador dos movimentos progressistas. O Programa deve considerar também o estágio do desenvolvimento econômico e a correlação de forças estratégicas no plano mundial. Embora em suas linhas mestras o socialismo científico seja idêntico em todos os países, sua concretização em cada lugar exige ponderar as particularidades locais, nacionais. Essas particularidades dão feição própria ao regime avançado que substitui o capitalismo. O modelo único de socialismo é anticientífico.

32. A CONSTRUÇÃO do socialismo, visando à meta do comunismo, é processo complexo que engloba várias fases. Possivelmente, no Brasil, a transição do capitalismo ao comunismo, que compreende todo um período histórico, terá três fases fundamentais: a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a da socialização plena; e a da construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo. São fases interligadas e sem limites rígidos, de duração relativamente larga, que comportam também etapas intermediárias. A primeira fase é indispensável para alcançar premissas econômicas que favoreçam a implantação integral do socialismo, tendo presente que o Brasil é ainda pouco desenvolvido.

33. A FASE da transição preliminar do capitalismo ao socialismo realizará gradativamente as transformações indispensáveis. Nesta primeira fase não haverá confiscação geral, socialização total, expropriação generalizada. As medidas radicais, ligadas às exigências iniciais da construção socialista, terão cunho parcial. Em qualquer circunstância, será respeitada a propriedade pessoal conseguida com esforço próprio, honesto.

34. O PARTIDO Comunista do Brasil, vanguarda consciente da classe operária, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação, constitui a força dirigente da luta pela implantação e construção do socialismo. Sua liderança é fundamental na direção do Estado e no processo de formação da consciência social socialista. Apoiado na teoria revolucionária, é o portador e o intérprete do projeto de transformação progressista da sociedade. O Partido, no entanto, não se sobrepõe ao Estado e às organizações criadas pelo povo, não impõe arbitrariamente ou mecanicamente suas decisões. Nem substitui no poder as classes e as forças sociais que lhe deram origem. Dirige o sistema político como parte integrante desse sistema, utilizando, tanto no governo quanto na atividade social, o método da persuasão para viabilizar suas opiniões.

35. O PRESENTE Programa não aborda a construção geral do socialismo, mas os problemas relacionados com a primeira fase da transição do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho da luta para alcançar o poder na situação atual, pressuposto básico para a execução do Programa.

### *O PODER, A QUESTÃO ESSENCIAL*

36. O PCdoB considera fundamental a instauração no Brasil de uma República de trabalhadores e de amplas massas do povo, unindo a população que habita o país, integrando as diversas regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O princípio fundamental da República é a valorização do trabalho físico e intelectual, aliada à solidariedade humana e ao esforço comum de edificação da vida socialista.

37. A QUESTÃO essencial para atingir esse objetivo é a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados – o campesinato, as massas populares urbanas, as camadas médias e a intelectualidade progressista, sob liderança firme e consequente. Sem o poder político nas mãos das forças sociais com interesses distintos dos agrupamentos que sustentam a ordem capitalista vigente, torna-se impossível proceder às mudanças que se fazem necessárias.

38. A REPÚBLICA de trabalhadores e de amplas massas do povo é um Estado de cunho democrático, mas não liberal, Estado de direito no sentido de que se regerá por leis estabelecidas pelos órgãos eletivos e manterá a legalidade socialista. A base da organização estatal será constituída por assembleias populares, livremente eleitas, com ampla participação de trabalhadores da cidade e do campo. O órgão supremo do poder estatal é a Assembleia Nacional formada por mandatários populares eleitos em todo o país. O Governo Central será indicado pela Assembleia Nacional. O Executivo e o Legislativo harmonizam-se na elaboração e execução da atividade estatal. Adotam-se normas gerais de descentralização administrativa. O Judiciário, composto por tribunais e juízes eleitos pelo povo, assegura justiça rápida e gratuita. O poder local obedece, em linhas gerais, à organização do poder central. Quanto às Forças Armadas, sob a direção do poder central, serão constituídas por corpo militar estável e de alta qualificação profissional. Suas bases mais numerosas são os Comitês Populares de Defesa Civil.

39. O REGIME político garante amplas liberdades para o povo – de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, de demonstração pú-



blica, de culto religioso, de movimento e de profissão. O exercício de greve é assegurado aos trabalhadores na defesa de seus direitos. Resguardados o interesse coletivo e os objetivos fundamentais do movimento transformador da sociedade, são respeitadas as divergências e contestações às diretivas do Governo e igualmente, a diversidade de organizações e partidos políticos democráticos e progressistas, desde que respeitem a legalidade socialista. É garantido o direito de cidadania a todos os brasileiros e aos estrangeiros radicados no país. Serão abolidas e combatidas todas as discriminações de raça, nacionalidade, religião, em especial as que têm por objeto o negro. Às mulheres será garantida a igualdade de gênero. Os indígenas contarão com proteção especial, defesa e demarcação de suas terras e ajuda ao seu desenvolvimento étnico. O Estado assegurará condições materiais para o funcionamento das entidades populares, culturais e científicas.

40. A FIM de possibilitar melhor distribuição de renda e de elevar o *status* social da classe operária e do proletariado em geral, as conquistas sociais dos trabalhadores e sua ampliação, inclusive a redução gradual da jornada de trabalho, merecerão destaque na aplicação do Programa socialista. Os sindicatos de molde classista, desempenharão importante papel na defesa das reivindicações do proletariado, enquanto força produtora, e na organização das massas, visando ao aperfeiçoamento da produção e sua participação ativa na edificação socialista.

### *A CONSTRUÇÃO ECONÔMICA*

41. NA PRIMEIRA fase da transição, além de uma economia coletiva, propriedade do povo, haverá espaço para o desenvolvimento do capitalismo, em especial sob a forma de capitalismo de Estado, com o objetivo de acelerar o crescimento das forças produtivas e consolidar o novo regime.

42. A ECONOMIA socialista será centralizada e planejada para impedir a dispersão e a anarquia da produção. Mas a planificação atingirá somente os setores fundamentais. Manter-se-ão os mecanismos de funcionamento do mercado, operando particularmente na área de distribuição de bens de consumo e de serviços e sinalizando as exigências da sociedade. Não terá caráter de regulador da produção. O Estado controlará as atividades do mercado.

43. HAVERÁ diferentes tipos de retribuição do trabalho, tendo como critério a quantidade e a qualidade dos bens e serviços produzidos. A contribuição tecnológica ou científica destinada a promover maior e mais rápido

desenvolvimento das forças produtivas ou aperfeiçoamento de serviços sociais contará com retribuição especial.

44. SERÃO nacionalizados os bancos, tendo em vista o controle do sistema financeiro, bem como os portos e os meios de transporte essenciais.

45. SÃO OBJETO de exclusiva exploração do Estado os recursos estratégicos do solo e do subsolo, o sistema de telecomunicação, correios e telégrafos, a utilização e lançamento de veículos espaciais.

46. A ECONOMIA socialista será constituída inicialmente pelas empresas de caráter estratégico que passarão à condição de propriedade coletiva de todo o povo; pelas usinas fundamentais geradoras de energia elétrica; pelas empresas monopolistas que, na atualidade, impedem o livre desenvolvimento do país; por outras empresas e serviços de interesse público. Inclui-se na economia socialista o sistema bancário nacionalizado, os portos e meios de transporte essenciais e o Fundo Agrário Nacional.

47. O SISTEMA de direção estatal da economia combinará a administração individual das empresas com o controle do coletivo de trabalhadores. Incentiva, no âmbito da orientação geral, a autonomia das empresas no que se refere à introdução de melhorias técnicas tendentes a elevar a produtividade e reduzir os custos, bem como para expandir as atividades das empresas.

48. A ECONOMIA capitalista de Estado compreende as concessões a empresários particulares, nacionais e estrangeiros, para incrementar indústrias e serviços necessários ao progresso do país; o sistema de consociação de empreendimentos estatais com produtores isolados; a associação de capital estatal com o capital privado na construção e ativação de empresas fundamentais; e outros tipos de economia, todos sob o controle do Estado. Dar-se-á prioridade às empresas que adotem processos de desenvolvimento científico e tecnológico avançado.

49. A PROPRIEDADE privada compreende o livre funcionamento de pequenas e médias indústrias; de empresas industriais e de serviços que contribuam para o desenvolvimento nacional; do comércio privado em setores circunscritos; dos proprietários rurais admitidos pela reforma agrária.

50. A PROPRIEDADE cooperativa terá duplo caráter: socialista, reunin-



do principalmente camponeses pequenos e médios; privada, agrupando produtores capitalistas, ou artesãos e pessoas de profissões rudimentares.

51. A ECONOMIA socialista, de todo o povo, é a base principal do desenvolvimento. Deve aumentar continuamente seu peso específico no conjunto da economia. Regula e dirige o processo de crescimento e de melhor aproveitamento dos bens de produção e de consumo.

### *DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E ORGANIZAÇÃO RURAL*

52. O MAPA agrário do Brasil apresenta forte predomínio do monopólio da terra, os latifúndios, sobre o qual se desenvolveu o capitalismo no campo. Há variados tipos de cultura agrária: sistema de plantações (café, cacau, cana etc.); agricultura de amplo consumo; criação de animais (gado de corte, porco etc.); produção de aves para o abate (frango, peru etc.); matéria-prima de combustível (álcool-motor); plantas oleaginosas; árvores frutíferas etc. A exploração do solo é feita, em grande parte, pela burguesia agrária e pelos latifundiários aburguesados.

53. LIGADOS ao campo, existem empreendimentos industriais de vulto que, combinados com a produção agrícola, formam unidades econômicas produtivas. É o caso da indústria açucareira e da produção de álcool-motor; da criação e industrialização de aves; da produção de celulose; de preparação de sucos cítricos e bebidas alcoólicas etc.

54. BASEADO na realidade do campo brasileiro e visando à construção do socialismo, o PCdoB estabelece a sua orientação geral nesse setor de atividade. Considera que a nacionalização da terra – meio de produção fundamental – é indispensável à construção da nova sociedade. Entretanto, nesta primeira fase de transição do capitalismo para o socialismo, o PCdoB adota posição intermediária e transitória. Não haverá nacionalização da terra. Far-se-á reforma agrária antilatifundiária que consistirá basicamente em:

- Fixação de teto máximo para as propriedades rurais, segundo as diferentes regiões do país. Isso permitirá a exploração da propriedade do solo por capitalistas de médio e grande porte.

- O excedente do teto máximo e as terras devolutas, considerados de interesse social, constituirão o Fundo Agrário Nacional, utilizado pelo Estado para suprir as necessidades do amplo desenvolvimento das áreas rurais.

- Apoiado no Fundo Agrário, o Estado garantirá o acesso à terra a todos

os que nela queiram viver e trabalhar. Dará proteção e ajuda aos pequenos e médios produtores agrícolas.

55. A PRODUÇÃO do campo estará subordinada ao plano geral de desenvolvimento da economia do país tanto no que se refere ao mercado interno como às exportações.

56. NÃO SERÁ permitida a formação de cartéis ou de monopólios.

57. AS EMPRESAS e setores produtivos da área rural que inviabilizarem, por meios fraudulentos, o abastecimento da população, ou sabotarem e desorganizarem a economia nacional, serão expropriados e passarão a integrar o patrimônio público.

58. SOMENTE o Estado, apoiado no Fundo Agrário, poderá promover o arrendamento de terras. O arrendamento objetiva incrementar a produção em larga escala por investidores capitalistas. Os proprietários que não desejem cultivar o solo deverão vender a propriedade.

59. OS PEQUENOS e médios produtores que alimentam de matéria-prima as indústrias agrárias receberão, além do valor do produto entregue, uma parte proporcional do lucro dessas indústrias.

60. OS ASSALARIADOS agrícolas que constituem a parte principal da força de trabalho do campo serão organizados em cooperativas de prestação de serviços. Contarão com pleno apoio do Estado para negociar condições de trabalho e salário com os produtores capitalistas. Onde existirem cooperativas desse tipo não será permitida a contratação de trabalhadores rurais avulsos.

61. O ESTADO incentivará a criação de cooperativas de pequenos e médios camponeses que integrarão a economia socialista no campo. Essas cooperativas contarão com ajuda e apoio do Estado.

62. O ESTADO organizará a economia socialista no campo, criando empreendimentos que possibilitem a produção em ampla escala, utilizando métodos modernos, técnicas especializadas e de alta produtividade.

63. SERÃO criados Centros Experimentais de culturas agrícolas e estabelecimentos de sementes selecionadas e de mudas.



64. CRIAR-SE-ÃO em todo o território agrário escolas e cursos de qualificação de mão de obra e de aprendizagem de técnicas modernas.

### *URBANISMO E QUESTÃO HABITACIONAL*

65. O SOCIALISMO procurará resolver, gradativamente, os problemas das grandes cidades que apresentam sérias deformações, bem como a questão habitacional em crise, que atinge o proletariado e a classe média em geral. Milhões de pessoas, particularmente nas cidades metropolitanas, não dispõem de residência decente e boa parte nem sequer consegue abrigo seguro.

66. AS DEFORMAÇÕES existentes nas grandes cidades são originadas do capitalismo. De modo geral, as cidades foram construídas segundo os interesses dos capitalistas, à revelia das aspirações dos que nelas habitam. Incentivando a valorização do solo urbano, eles promoveram um tipo desordenado de edificações que afeta a estética urbanística e prejudica o ambiente sadio indispensável à vida da população. Monopolizaram os terrenos urbanos, o que repercute no encarecimento cada vez maior dos aluguéis.

67. A SITUAÇÃO dos grandes centros urbanos agravou-se com o afluxo populacional vindo de diversas regiões do país. Esse afluxo é provocado pela precariedade de meios de existência em inúmeras localidades. Os fatores determinantes são o êxodo rural e a carência de atividades econômicas em boa parte do território nacional.

68. O PARTIDO Comunista do Brasil defende o princípio de que todo trabalhador tem direito a uma habitação decente, em ambiente saudável e a baixo custo. Com esse objetivo e, em relação à situação atual, propõe:

- A nacionalização do solo urbano, que não poderá ser objeto de especulação capitalista. Cabe à sociedade dele dispor conforme as necessidades da população e o crescimento das cidades.

- A incorporação ao patrimônio público dos imóveis pertencentes aos grandes proprietários ou consórcios capitalistas de modo a atender à demanda de residências para o povo e de locais para serviços públicos.

- Os pequenos e médios proprietários de imóveis terão assegurado seu direito de propriedade; será garantida igualmente a propriedade coletiva dos edifícios residenciais.

- As cidades obedecerão a planejamento adequado à sua expansão e modernização. Prevalecerá o interesse social sobre o interesse privado.

69. A FIM de evitar o afluxo populacional às grandes cidades, impõe-se realizar melhor distribuição territorial da população, firmada numa profunda reforma agrária que ajude na fixação do homem no campo e num desenvolvimento econômico equilibrado das distintas regiões do país.

### *BEM-ESTAR SOCIAL E DEFESA AMBIENTAL*

70. O PROGRAMA do PCdoB aponta as realizações sociais e a defesa ambiental como elementos primordiais à obra de construção socialista, cujo objetivo, em última instância, é a elevação permanente do nível das condições de vida, material e espiritual, do povo trabalhador. Constituem, portanto, tarefas que devem acompanhar, passo a passo, a edificação econômica e política.

71. O ESTADO garantirá a todos os cidadãos condições dignas de vida, seguridade social, compreendendo saúde, previdência e assistência social, segundo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Dedicará especial atenção à proteção à infância, à maternidade e ao idoso, ao saneamento e à qualidade do meio ambiente, bem como à higiene e à segurança do trabalho.

72. O COMPLEXO da construção social e defesa ambiental abrange:

- A edificação de residências para o povo, na cidade e no campo;
- a criação de parques e locais de recreação pública;
- a construção de estádios, ginásios e pistas esportivas;
- a organização de creches e escolas infantis;
- a instalação de serviços comunitários, tais como restaurantes, lavanderias e outros serviços de interesse coletivo;
- a defesa do meio ambiente e do ecossistema; medidas para evitar a poluição do ar, dos rios, dos lagos e do mar;
- a proibição da destruição de florestas e manguezais;
- a proteção contra radiações nucleares.

73. A PARTICIPAÇÃO das grandes massas, de maneira independente, nessas tarefas, contribui para forjar o espírito de comunidade socialista que desempenha importante papel na transformação da mentalidade individualista e na afirmação do esforço coletivo.

74. SERÃO estabelecidas taxas mínimas para aluguéis de imóveis e utilização de serviços comunitários.



75. CONCEDER-SE-Á permissão para a construção de casa própria, propriedade individual ou de grupo.

76. COM O fim de descentralizar a administração pública e possibilitar maior iniciativa das massas trabalhadoras e populares, serão criados órgãos que supervisionarão as construções sociais e a defesa do meio ambiente, com a participação majoritária de membros eleitos pelo povo.

### *DESENVOLVIMENTO CULTURAL*

77. A TRANSIÇÃO para o socialismo exige amplo desenvolvimento de múltiplas atividades culturais destinadas a elevar o nível de conhecimento do povo, impulsionar a construção socialista, ajudar na formação da consciência social progressista. Diferentemente da cultura da época burguesa, reservada à minoria, a nova cultura, em luta contra o obscurantismo e as ideias retrógradas, orienta-se no sentido de alcançar a maioria da população.

78. PROCEDER-SE-Á à elevação do nível cultural com a liquidação do analfabetismo e a disseminação do ensino laico, de boa qualidade, que assegure a todos conhecimento técnico-científico universal. Far-se-á a reforma universitária de conteúdo democrático e progressista, garantida a liberdade de cátedra e de pesquisa universitária.

79. SERÁ estimulado e apoiado o desenvolvimento das artes em todas as modalidades: plástica, literária, musical, coreográfica, teatral, cinematográfica, artesã-popular, sendo garantida, como instrumento de progresso artístico, a liberdade de expressão e de criação.

80. COM A finalidade de disseminar a cultura entre o povo, construir-se-ão bibliotecas, museus, teatros, centros de exposições artísticas, institutos de divulgação e pesquisa da memória histórica, em especial das lutas populares.

81. A FIM de impedir a difusão em massa de ideias e concepções decadentes e reacionárias e assegurar o acesso dos trabalhadores e do povo aos meios de ampla comunicação social, os canais de televisão e as estações de rádio serão convertidos em propriedade estatal, ou de Fundações ligadas a entidades sociais e culturais, ou de centros de Estudos e Pesquisas científicas, ou, ainda, das Universidades.

## *CIÊNCIA E TECNOLOGIA*

82. A PASSAGEM do capitalismo ao socialismo reclama atenção particular ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Uma e outra, interligadas, constituem elementos essenciais à edificação de uma sociedade moderna. A atividade tecno-científica deverá estender-se a todos os setores que necessitam de conhecimentos mais profundos para avançar. Em especial, a ciência e a tecnologia devem impulsionar a construção econômica que, por sua vez, nelas se apoiará para progredir.

83. O ESTADO investirá recursos suficientes para a formação, em larga escala, de pessoal técnico-científico de alta qualificação. Criará bases sólidas de educação e investigação científica. Propiciará também locais adequados à experimentação e prova de tecnologia de ponta.

84. EM DIFERENTES regiões do país criar-se-ão Institutos e Centros de pesquisas especializados, que abarquem desde a biotecnologia até o setor espacial.

85. SEM menosprezar as aquisições tecnológicas estrangeiras, será indispensável desenvolver tecnologia própria ligada às características do país que contribuam para o seu desenvolvimento independente.

86. NO CAMPO da ciência, dar-se-á importância ao estudo da filosofia, do materialismo dialético e histórico e das ciências em geral, notadamente da ciência social, visando a promover e a preservar as grandes conquistas do marxismo. A teoria será posta a serviço da prática, e a prática considerada como fonte do conhecimento científico.

87. SERÁ garantida a difusão de opiniões diferenciadas de natureza técnica ou científica e também do materialismo e do idealismo.

88. ESTIMULAR-SE-Á a formação de quadros capacitados teoricamente, capazes de generalizar a experiência do movimento revolucionário e da luta de classes, estribados na teoria do progresso ininterrupto da sociedade.

89. FAR-SE-Á intensa difusão da teoria socialista firmada no materialismo dialético, a fim de enraizar a cultura avançada entre as massas e consolidar



o sistema do socialismo científico. A luta constante contra a ideologia burguesa, individualista e mesquinha, é fundamental para forjar culturalmente o novo homem e tornar definitivamente vitoriosos os ideais do proletariado revolucionário.

### *INTERNACIONALISMO E SOBERANIA NACIONAL*

90. OS COMUNISTAS defendem o internacionalismo proletário. Apoiam a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. São solidários com as nações e povos socialistas que sustentam firmemente a grande bandeira do progresso social, da construção da nova sociedade, mais humana, justa, culta e civilizada. A luta contra o capitalismo é tarefa estratégica de todos os trabalhadores e povos oprimidos. Enquanto existir o imperialismo haverá guerra, fascismo, injustiças sociais, feroz exploração do homem pelo homem. Somente o socialismo libertará a Humanidade de séculos de opressão, humilhações e sofrimentos.

91. O PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil põe, igualmente, em relevo a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do nosso país, luta que envolve não somente os inimigos externos, cada vez mais agressivos, como também os inimigos internos, boa parte da grande burguesia e seus comparsas acumpliciados com os monopolistas estrangeiros. Essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável do combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países.

## **VI – O caminho para alcançar o socialismo**

92. O PROGRAMA socialista do Partido Comunista do Brasil é uma grande bandeira de combate em prol da transformação radical da sociedade brasileira em crise permanente, a proposta correta para eliminar a dependência do país aos monopolistas estrangeiros e acabar com o domínio das forças reacionárias sobre a nação, o meio eficaz de liquidar as injustiças sociais, terminar com a fome e a miséria que crescem aceleradamente no polo oposto ao do enriquecimento fácil de uma minoria de privilegiados e corruptos.

93. MAS a conquista do socialismo é um caminho de árdua disputa com as classes retrógradas que dominam o país. São forças poderosas que não ce-

derão facilmente as posições que detêm. A máquina do Estado está em suas mãos. Utilizarão o engodo e as promessas jamais cumpridas, o monopólio da mídia, recorrerão ao arbítrio, apelarão para o fascismo, não vacilarão em juntar-se aos intervencionistas estrangeiros a fim de tentar conter e esmagar o movimento progressista. Todos os que almejam uma pátria livre e soberana, que desejam avanços contínuos nos terrenos político, econômico, social e cultural terão de enfrentar decidida e persistentemente as forças inimigas.

94. O CAMINHO para o socialismo passa pela realização de inúmeras batalhas em diferentes níveis com a ampla participação do povo. Não pode ficar restrito à esfera da propaganda revolucionária. É indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos. Defendendo as ideias socialistas, para esclarecer e educar os trabalhadores e as massas populares, os comunistas estarão presentes nos pequenos e nos grandes combates que envolvam o povo, seja por motivos políticos, seja por reivindicações econômicas e sociais.

95. O PROLETARIADO revolucionário, defensor dos ideais renovadores da sociedade, precisa lutar por sua hegemonia no processo político em curso, fortalecendo o seu partido, o PCdoB, estabelecendo alianças e desenvolvendo-se politicamente. Deve ser capaz de atrair, em cada fase do grande combate que dirige, aliados políticos ainda que vacilantes e temporários. As alianças políticas bem conduzidas ajudam a derrotar a reação. E facilitam o agrupamento de forças com projeções estratégicas.

96. IMPORTÂNCIA particular na mobilização das massas, buscando isolar ou neutralizar os inimigos, tem a fixação de objetivos concretos de nível mais elevado. Nesse sentido, adquire significado primordial a defesa da soberania e da independência nacional; a exigência de democratização ampla e profunda da vida do país; os reclamos da questão social em constante agravamento. São objetivos relacionados com a questão do poder, visando a tirar o Brasil do atraso e da pobreza, a garantir a liberdade para o povo, a afirmar a identidade nacional. Essa luta apresenta não apenas aspecto tático. Perdurarão por longo período e somente terminará com a vitória definitiva das forças progressistas. As classes dominantes não têm alternativa. Insistirão até o fim na política entreguista, antinacional, persistirão na via antidemocrática e antissocial.

97. SIGNIFICADO importante tem igualmente a atuação no campo eleitoral e parlamentar. Se bem que o Parlamento, tal como existe presentemente,



seja uma instituição burguesa elitista e conservadora, constitui, entretanto, uma tribuna de luta política que permite, em certa medida, às correntes democráticas e progressistas denunciar as mazelas do regime, reclamar direitos para o povo, defender a soberania nacional e a ampliação da democracia. A disputa eleitoral, ainda que viciada e desigual devido à força do poder econômico e aos privilégios dos grandes partidos, possibilita, de algum modo, o esclarecimento do eleitorado e contribui para o fortalecimento das organizações políticas que representam interesses fundamentais da nação.

98. AS FORMAS de luta, variadas e de múltiplos aspectos, devem corresponder à situação de cada momento e ao nível de aceitação e compreensão das grandes massas. Seria errôneo artificializar métodos de luta restritivos que entorpecem o movimento de massas e isolam a vanguarda.

99. TODO procedimento político e organizativo, relacionado com o caminho para o socialismo, objetiva acumular forças, ganhar prestígio e influência no seio do povo. A conquista do socialismo é obra das amplas massas, dos trabalhadores em geral, sob a liderança do Partido Comunista. Exige, na atualidade, a criação de uma sólida frente nacional, democrática e popular, reunindo partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massas, defensores da soberania nacional, agrupamento decidido a derrocar as classes reacionárias e a realizar as transformações de que o Brasil necessita.

100. TAREFA de primeiro plano para alcançar o socialismo é a construção de um forte Partido Comunista, ligado às massas, em particular à classe operária. A fim de cumprir sua missão histórica, o PCdoB precisa multiplicar sua força militante, ampliar sua influência política em todos os setores de atividade, aprofundar os conhecimentos teóricos, aprender da experiência positiva e negativa do socialismo na ex-URSS e em outros países. O Partido deve colocar-se à altura do Programa Socialista que apresenta aos trabalhadores e ao povo.

101. O SOCIALISMO científico não é uma perspectiva longínqua, inacessível. É uma exigência do desenvolvimento histórico. Sua realização vitoriosa depende da justa direção dos comunistas do Brasil e do mundo inteiro, resulta da luta tenaz e consciente das massas ansiosas de liberdade e justiça social.





"O Partido vive um momento de grande florescimento e desempenha um papel de real importância no cenário político nacional - dedicando-se à luta pela derrota do neoliberalismo e em defesa do Brasil, da democracia, dos direitos dos trabalhadores e do socialismo."

**João Amazonas**

ISBN 85-7277-031-3



9 788572 770316



Anita Garibaldi